



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ANTÔNIA ELOISA BRASIL



**Organização socioespacial e transformações
socioeconômicas do Núcleo JK,
Mata de São João - Camaçari - Bahia**

**Salvador – Bahia
2004**

ANTÔNIA ELOISA BRASIL

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E TRANSFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DO NÚCLEO JK,
MATA DE SÃO JOÃO-CAMAÇARI, BAHIA**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de Concentração em Análise do Espaço Geográfico do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFBA, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (Orientador)
Dr. Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira
Dra. Guiomar Inez Germani

Salvador, BA
2004

B823 Brasil, Antônia Eloísa,
Organização socioespacial e transformações socioeconômicas
do Núcleo JK, Mata de São João - Camaçari, Bahia / Antônia
Eloísa Brasil. _Salvador, 2004;
183 f.: il. + Anexos

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa.
Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Geografia.
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2004.

1. Geografia regional 2. Organização socioespacial –
Núcleo Colonial JK, Mata de São João (BA) 3. Migração –
Bahia 4. Redes sociais I. Título.

CDU 913 (813.8) (043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANTÔNIA ELOISA BRASIL

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E TRANSFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DO NÚCLEO JK,
MATA DE SÃO JOÃO-CAMAÇARI, BAHIA**

Dissertação submetida para obtenção do grau de Mestre em Geografia

Salvador / / 2004

Comissão Examinadora

Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (Orientador) _____

Dr. Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira _____

Dra. Guiomar Inez Germani _____

Dedico este trabalho:

*À Mamãe, Ofélia Iracema Brasil (in Memoriam),
Pelo carinho e dedicação constantes, pelo
exemplo de coragem e lição de vida.*

*A Reinaldo, meu esposo e companheiro de todos
os momentos e maior incentivador.*

*A meus filhos, Ivan e Guilherme,
pela compreensão*

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de inspiração e força nos momentos mais difíceis.

A todos que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de elaboração deste trabalho.

Aos Professores do Instituto de Geociências pela ampliação dos meus conhecimentos em Geografia, graças a seus ensinamentos nas disciplinas ministradas.

Ao Professor Doutor Angelo Serpa, pela magnífica orientação e acréscimos.

Aos professores componentes da Comissão Examinadora: Doutor Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira e Doutora Guiomar Inez Germani, expresso meu reconhecimento pelas inestimáveis contribuições ao crescimento desta pesquisa .

À Diretora do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Profa. Doutora Angelina Garcez, pela entrevista e pela contribuição bibliográfica.

À Professora Doutora Ruth Youko Tsukamoto, da Universidade Estadual do Paraná, pelos empréstimos bibliográficos, gentilmente enviados de Londrina.

Aos amigos José Henrique Vilas Boas, Diva Maria Ferlin Lopes e Raoni Ferlin Lopes; Maria Celeste Padilha e Amanda Padilha e Lilian de Aguiar Contente, pelas incansáveis leituras, correções de textos, companheirismo nos trabalhos de campo e confecção dos cartogramas.

A Regina Coutinho e Elba Medeiros, respectivamente, pela tradução do resumo e principais conceitos da Geografia utilizados nesta pesquisa.

A Laise Peixoto, pela valiosa contribuição na correção das referências bibliográficas.

A Lorisa Maria e Valdir Veronese, por acreditarem em mim e pelo incentivo na realização deste Mestrado.

Respectivamente aos colegas do IBGE: Bernardo Tadeu, pela leitura e correção dos textos; Marlene Cerqueira dos Passos, pela ajuda na digitalização da base cartográfica; Luiz Carlos Ribeiro Brandão e Antônio Lúcio Bentes da Fonseca, pela facilitação na pesquisa documental e bibliográfica; Carlos Augusto, pelos “socorros urgentes” prestados nos momentos de pane do computador.

A Sílvia Maria Alvarenga e Magda Terezinha pelo estímulo e pelas palavras de força.

Aos representantes da Cooperativa Mista e das associações do Núcleo JK, pela atenção e simpatia ao concederem entrevistas e responderem os questionários, fornecendo, com a máxima prestimiosidade, dados e informações sobre suas histórias comunitárias, tão essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa, especialmente a:

Edmário Ferreira, Presidente da Associação dos Moradores de Camaçari;

Ednólia Brito Sardinha, Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Itapeçerica;

Florisvaldo Vieira da Palma, Presidente da Associação dos Pequenos produtores do Núcleo JK;

Hiromasa Nakahara, Presidente da Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK (2004);

José Braz dos Santos e Jucelina Santos de Oliveira, Presidente e Vice-Presidente da Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências do NJK;

Keishi Ishizuka e Sasaki, Pastores da Igreja Presbiteriana de Cumberland de JK;

Nobutoshi Yamaguchi, Pastor da Igreja Tenrykio Brás do Núcleo Colonial JK;

Tomohide Takenami, Presidente da Cooperativa Mista de Produtores de JK (2002);

Toshihiro Tahara, Presidente da Federação Cultural Nipo-Brasileira de Salvador Bahia (2002) e sua esposa, senhora Ângela Tahara que gentilmente traduziu do Japonês para o Português o conteúdo da entrevista por ele concedida.

A Midore, do Núcleo de Cultura Japonesa da UNEB, pela solicitude, pela confiança e pela gentileza no empréstimo de material bibliográfico.

Aos Secretários do Planejamento da Prefeitura de Mata de São João, o Sr. Jorge Dias (gestão até 2004) e Luiz Humberto Castro de Freitas (gestão de 2005).

Ao senhor João Meireles, pela atenção e gentileza em conceder entrevista.

Sou imensamente grata às famílias Nishitani e Takenami; aos senhores Yukio Iseki, Suichi Watanabi, Hiroshi Tomita, Tadao Sasaki e Masayuki Funaki, pela simpatia e generosidade com que me receberam em seus lares, como também pela riqueza dos detalhes contados sobre a história dos imigrantes do Núcleo JK. Suas informações e documentos cedidos foram fundamentais para a composição e estruturação da histórica ocupação japonesa dessa colônia.

Minha gratidão especial a todos os sitiantes do Núcleo JK (brasileiros ou japoneses), pela confiança, pela compreensão, pelo carinho e pela atenção dedicados nas inúmeras horas cedidas para entrevistas e durante a aplicação dos questionários.

Aos senhores Raimundo Meireles Luz Filho e José Carlos Gonçalves dos Santos, funcionários da Secretaria Municipal Saúde de Mata de São João, Hamilton (EBDA), Magali Xavier, funcionária da Secretaria Municipal da Educação de Mata de São João e Fátima Martins Batista funcionária da Prefeitura de Mata de São João, pelos subsídios fornecidos sobre aspectos sócio-econômicos da população do Núcleo JK.

As entrevistas concedidas e todos os questionários aplicados constituíram-se em valiosos dados que permitiram a construção da realidade do Núcleo JK, analisada no decorrer deste estudo geográfico.

Muito obrigada a todos.

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo geográfico da produção do Núcleo JK, situado a nordeste da cidade de Mata de São João, nas proximidades de Salvador, Bahia, local de cultivos de verduras, frutas e flores. Tem como objetivo, o estudo da sua organização socioespacial, ressaltando-se os aspectos das interações internas e com os espaços do entorno. Enquanto área de produção agropecuária, faz uma avaliação das alterações observadas desde sua fundação até a atualidade. Discute alguns fatos anteriores à sua formação, destacando aqueles que contribuíram para a evolução de uma estrutura agrária improdutivo. Analisa também os motivos que levaram o governo do Estado a intervir, desapropriando terras e criando uma colônia constituída de pequenos estabelecimentos, voltados principalmente para a produção agrícola. Dentro do tema busca fundamentação teórica no conceito de território e termos derivados, tais como territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade. Caracteriza o objeto e apresenta as questões da pesquisa, referindo-se ao conceito de espaço e operacionalizando os de redes técnicas e sociais localmente identificadas. No entendimento do processo de ocupação, aborda a formação do território, remetendo-se ao fenômeno das migrações para focalizar as transformações contextualizadas histórica, política e socialmente, até as ocupações recentes com os novos proprietários. Realiza um estudo da organização e das interações socioespaciais do Núcleo JK com os espaços da cidade de Salvador e sua região, bem como com os espaços de turismo do Litoral Norte. Chega à conclusão de que o NJK, apesar de espaço descontínuo da Região Metropolitana de Salvador (RMS), dela é complementar por sua produção agropecuária. Mas, ao mesmo tempo, encontra-se desarticulado e à margem dos recursos investidos no crescimento econômico do setor turístico. Dessa forma, se reproduzem velhas contradições da produção do espaço social, engendradas pelos agentes governamentais e empresariais, cuja retórica se prende ao “discurso da preservação ambiental”, indiferente ao fato de que a exclusão de muitos leva à regressão das condições de vida da sociedade como um todo, sobretudo entre as camadas mais pobres e indefesas das populações locais.

Palavras-chave: organização socioespacial, interações socioespaciais, território, espaço, redes técnicas e sociais, migrações.

ABSTRACT

This work makes a geographic study of the production of the JK settlement, where there are, mainly, cultures of fruits, flowers and vegetables plantations, situated at the northeast of the city of Mata de São João, neighborhoods of Salvador, Bahia. It aims at the social and space organization studying of the settlement, caring for the intern social and space interactions and with the spaces of around. It evaluates the settlement transformations, from its creation till present time. It discusses the previous aspects of this occupation, which conducted to the construction of an unproductive agricultural structure, as well as the aspects that had taken the government intervention in the expropriation of the land, and in the creation of a rural settlement for small farmers. About this aspect, it looks for theoretical basis, in the concepts of territory and its derivations, which culminated in the concepts of territory, disarrange territory and arrange new territory. It characterizes the subject and presents the research questions, referring to the concept of space, and working the concepts of technical and social nets locally identified. In the understanding of the occupation process, it approaches the formation of the territory, if it sends to the phenomenon of migrations, and focuses its historical, political and social transformations, till recent occupations by the new owners. It makes a study of the organization and socio spatial interactions of the JK settlement with the spaces of the city of Salvador and its region as well as the spaces of tourism of the North Coast. It concludes that the space of the JK settlement, although a discontinuous space of the Metropolitan Region of Salvador, it is complementary by its production. At the same time, it is disarticulated and at the edge of the resources that are unequally invested in the economic growing of the tourism, reproducing the old contradictions of the production of social space, engendered by governmental and enterprise agents, which rhetoric is based on the “ecological speech of the environmental preservation”, indifferent to the fact that the exclusion of many can mean the regression of life conditions of the society as a whole, specially among the poorest and defenceless layers of the local populations.

Key-words: social and space organization, social and space interactions, territory, space, technical and social nets, migrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do Núcleo JK (por aproximação).....	20
Figura 2 – Conexões terrestres para o Núcleo JK	21
Figura 3 – Núcleo JK - Estrutura fundiária inicial em Mata de São João - Camaçari, Bahia	71
Figura 4 – Município de Mata de São João, Bahia: “Zonas Municipais”	112
Figura 5 – Núcleo JK, Bahia. Transformações da estrutura fundiária inicial: Novas territorialidades.	160

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Periferia de Mata de São João: acesso ao Núcleo Colonial JK.....	22
Foto 2 – Prédio da Cooperativa Mista dos Produtores do NJK.....	68
Foto 3 – Cooperativa do NJK: exposição de serviços e produtos aos associados.....	68
Foto 4 – Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde funciona o curso de Japonês.	68
Foto 5 – Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde se realizam as festas tradicionais.	68
Foto 6 – NJK - Ruína da granja de produção de frangos	69
Foto 7 – NJK - Ruína da incubadora de ovos.....	69
Foto 8 – Cantídio de Souza e esposa: agricultor e antigo trabalhador da construção do NJK.	75
Foto 9 – Família Nishitani.....	77
Foto 10 – Casal Antônio José M. de Azevedo e Michi Nishitani	77
Foto 11 – Núcleo JK - Construção da residência dos Nishitani.	81
Foto 12 – Núcleo JK - Aspecto após a construção da mesma residência.....	81
Foto 13 – Núcleo JK, Bahia. Plantação de pimenta do reino, uma das primeiras lavouras da família Nishitani.....	86
Foto 14 – Ruína do antigo cinema do Núcleo JK.....	88
Foto 15 – NJK- Escola Nova da Cascata,	93
Foto 16 – NJK - Escola Nova da Cascata:	94
Foto 17 – NJK - Vila Camaçari: prédio da Escola.....	94
Foto 18 – NJK - Escola Maria de Lourdes.....	94
Foto 19 – NJK - Escola Maria de Lourdes Seixas: professor e alunos da 4ª série	94
Foto 20 – Marco de entrada do NJK no Portão do Lunda, na estrada para Itanagra-BA.....	101
Foto 21 – Rua do Campo e o campo de futebol que lhe deu o nome.....	101
Foto 22 – Poço artesiano da Rua do Campo	102
Foto 23 – NJK - Plantação de mamão.....	129
Foto 24 – NJK - Plantação de flores tropicais.....	129
Foto 25 – NJK - Plantação de graviola	129
Foto 26 – NJK - Cultura de limão do	133
Foto 27 – NJK - Cultura de mamão do	133
Foto 28 – NJK -Propriedade dos Takenami, “região” de Camaçari.....	133
Foto 29 – NJK -Lote do Sr. José Alves Conceição, “região” de Quebra Coco.....	133
Foto 30 – Residência de antigo colono brasileiro, transformada em hotel de campo	133
Foto 31 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: <i>Gate-ball</i>	136
Foto 32 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Dança infantil	136
Foto 33 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Corrida de centopéia.....	136
Foto 34 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Dança Bon Odori.....	136
Foto 35 – Núcleo JK - Festa dos mortos	137
Foto 36 – Visão interna do templo Tenrikyo Brás	137
Foto 37 – Igreja Tenrikyo Brás de Mata de São João	137
Foto 38 – Núcleo JK: Igreja presbiteriana de Cumberland.....	138
Foto 39 – NJK - Canteiros de alface lisa.....	148
Foto 40 – NJK - Canteiros de repolho e alface crespa	148
Foto 41 – NJK - Canteiros de cebolinhas.....	148
Foto 42 – NJK - Canteiros de rúcula.....	148
Foto 43 – NJK - Vila Itapicirica: Aspectos dos espaços construídos	153
Foto 44 – NJK - Vila Camaçari: aspectos dos espaços construídos.....	154
Foto 45 – NJK - Fazenda São Pedro: sitio do senhor João e sua esposa em primeiro plano	154
Foto 46 – NJK - Portão do Lunda, Vila JK: aspectos dos espaços construídos.....	154
Foto 47 – NJK - Irmãos Augusto José e Cantídio de Souza, em sua residência, região do Lunda.	154
Foto 48 – Núcleo JK - Escolinha Boa Nova: professora e alunos do pré-escolar.....	156
Foto 49 – Núcleo JK - Espaço do Centro Espírita Boa Nova, onde funciona o.....	156
Foto 50 – Núcleo JK - Igreja Católica.....	157
Foto 51 – Núcleo JK - Igreja da	157

Foto 52 – Núcleo JK - Centro de Candomblé Angola, Fazenda Quebra Coco	158
Foto 53 – Academia de Treinamento Espiritual da Seicho-No-Ie Santa Fé Núcleo JK, Vila Itapicirica, Bahia	158
Foto 54 – NJK - Sítio de lazer (Vila JK), “região” do Lunda	164
Foto 55 – Do Núcleo JK, “região” do Quebra Coco, vista panorâmica da represa Santa Helena.....	169
Foto 56 – Vista da represa Santa Helena, na “região do Capa Bode, limite leste do NJK.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro: proporção do número de estabelecimentos e área ocupada, segundo o tamanho das propriedades (ha).....	61
Tabela 2 - Concentração das terras no Nordeste Brasileiro (Índice de <i>Gini</i>)	62
Tabela 3 - Nordeste Brasileiro: valores percentuais de concentração da renda rural regional	62
Tabela 4 - Índices de Gini: concentração de terras no NE Brasileiro e municípios de Mata de São João e Camaçari.....	64
Tabela 5 - Estrutura fundiária inicial do Núcleo JK, Bahia	67
Tabela 6 - Etapas da imigração dos japoneses para o Núcleo JK, Bahia	79
Tabela 7 - Casamentos do NJK	84
Tabela 8 - Núcleo JK - Bahia: pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries, 2004.	92
Tabela 9 - Atendimento das unidades de Saúde do Núcleo JK, Bahia: população aproximada.....	106
Tabela 10 - População do Núcleo JK, Bahia, por sexo e faixa etária.....	107
Tabela 11 - Núcleo JK, Bahia: habitação e saneamento básico	108
Tabela 12 - Núcleo JK, BA - Composição da amostragem	118
Tabela 13 - Grau de instrução dos chefes de família do NJK.....	119
Tabela 14 - Percentuais de proprietários por etnia, segundo o tamanho da área apropriada.....	120
Tabela 15 - Núcleo JK, Bahia: finalidade de uso da propriedade de brasileiros e japoneses	123
Tabela 16 - Função da propriedade dos japoneses	126
Tabela 17 - Reprodução das relações de produção entre os japoneses do NJK	132
Tabela 18 - Núcleo JK - Funções associadas de uso da propriedade dos brasileiros	140
Tabela 19 - Reprodução das relações de produção e trabalho, na propriedade de brasileiros.....	144
Tabela 20- NJK - Resultados da política econômica atual na vida do homem do campo.....	166
Tabela 21 - O turismo do Litoral Norte interfere de alguma forma na propriedade do NJK?	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro em 1950	61
Gráfico 2 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro em 1960	61
Gráfico 3 - Índices de Gini: concentração de terra no NE Brasileiro e municípios de Mata de São João e Camaçari.....	64
Gráfico 4 - Percentual de área, segundo as localidades do Núcleo JK, Bahia	70
Gráfico 5 - Núcleo JK - Bahia.....	72
Gráfico 6 - Núcleo JK - Bahia.....	72
Gráfico 7 - NJK - Proporção de casamentos interétnicos e entre japoneses natos.....	84
Gráfico 8 - Núcleo JK, Bahia. Pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries.....	92
Gráfico 9 - Núcleo JK, Bahia. Percentual de alunos por estabelecimento de ensino.....	93
Gráfico 10 - Pirâmide populacional do Núcleo JK, Bahia.	107
Gráfico 11 - Núcleo JK, BA: materiais de construção das residências cadastradas, segundo o posto de saúde ao qual se vinculam.	108
Gráfico 12 - Destino do lixo.....	109
Gráfico 13 - Abastecimento de água	109
Gráfico 14 - Composição percentual da amostragem	118
Gráfico 15 - Núcleo JK, BA, proporção da área apropriada por tipo de proprietário	119
Gráfico 16 - Brasileiros e japoneses: percentuais do grau de instrução entre os chefes de família	120
Gráfico 17 - NJK, BA, percentuais do total de proprietários por número ou fração de lote apropriado.....	121
Gráfico 18 - NJK, BA, área do Núcleo apropriada segundo os conjuntos de lotes.....	121
Gráfico 19 - Núcleo JK, BA. Percentuais de proprietários japoneses por número ou fração de lotes apropriados.....	122
Gráfico 20 - Núcleo JK, BA. Percentuais de proprietários brasileiros por número ou fração de lotes apropriados.....	122
Gráfico 21 - Núcleo JK – Bahia; finalidade de uso da propriedade de brasileiros e japoneses	123
Gráfico 22 - Função de uso da propriedade dos japoneses	126
Gráfico 23 - Resultados percentuais da produção dos nipônicos	131
Gráfico 24 - Núcleo JK - Funções associadas de uso da propriedade dos brasileiros.....	140
Gráfico 25 - Percentual das propriedades dos brasileiros, transformadas em relação ao uso anterior.	141
Gráfico 26 - NJK - Resultado da produção dos brasileiros.....	143
Gráfico 27 - NJK - A política econômica atual melhora a vida do homem no campo?.....	166
Gráfico 28 - O turismo do Litoral Norte interfere de alguma forma na propriedade NJK?.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da lei de concessão de terras no Brasil - processo de territorialização	47
Quadro 2 - Movimento migratório no Brasil de 1820 a 1920	49
Quadro 3 - Causas e conseqüências das migrações para o Brasil	53
Quadro 4 - Núcleos de Colonização da Bahia.....	58
Quadro 5 - Famílias assentadas no Núcleo JK, no período 1959 - 1962, segundo autores pesquisados.....	80
Quadro 6 - Secretaria Municipal da Educação de Mata de São João, Bahia: Núcleo JK, pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries, 2004.....	92
Quadro 7 - Composição das associações do NJK	95
Quadro 8 - Núcleo JK, Bahia: número de lotes, segundo as localidades	113
Quadro 9 - Composição das família e destino dos seus membros que residem fora do NJK	128
Quadro 10 - Produtores japoneses do NJK, segundo a produção e quantidades produzidas	130
Quadro 11 - Núcleo JK, Bahia -Propriedade dos brasileiros: períodos de ocupação e transformações introduzidas – Novas Territorialidades	142
Quadro 12 - Núcleo JK, Bahia: produção dos brasileiros e quantidades produzidas (continua...)	146
Quadro 13 (Continuação) - Núcleo JK, Bahia: produção dos brasileiros e quantidades produzidas ..	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
BRATAC	<i>Brazil Takushoku Kumiai</i> (subsidiária da KKKK – extinta)
CEASA / BA	Centro de Abastecimento de Salvador – Bahia
CEI	Centro de Estatística e Informações (atual SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia)
DDA	Departamento de Desenvolvimento Agrário
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUMAC – P	Fundo Municipal de Apoio Comunitário – Piloto
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
GeografAR	Projeto de Pesquisa Integrada – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
GERA	Grupo Executivo de Reforma Agrária (extinto)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (extinto)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (extinto)
INIC	Instituto Nacional da Imigração e Colonização (extinto)
ITERBA	Instituto de Terras da Bahia (extinto)
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
KKKK	<i>Kaigai Kogyo Kabushi Kaisha</i> (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A) [extinta]
NJK	Núcleo Colonial Juscelino Kubitscheck
PAC	Programa de Apoio Comunitário
PCPR	Coordenadoria do Programa de Combate à Pobreza Rural
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PSF	Programa de Saúde Familiar
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEAGRI	Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (atual SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia)
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária (extinta)
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Índices de concentração de terra (Índice de Gini) para os municípios de Mata de São João e Camaçari	188
Anexo 2 - Tábua das competições da Olimpíada Undokay	189
Anexo 3 - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB – Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Núcleo JK	190
Anexo 4 - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB – Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Itapeçerica	191
Anexo 5 - Roteiro de questionário para famílias brasileiras do Núcleo JK	192
Anexo 6 - Roteiro de questionário para famílias japonesas do Núcleo JK	196
Anexo 7 - Sitiantes entrevistados	200

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE FOTOS	10
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
LISTA DE ANEXOS	16
SUMÁRIO	17
1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA	19
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA REGIÃO DO NÚCLEO JK: DA TERRITORIALIZAÇÃO A DESTERRITORIALIZAÇÃO	44
2.1 O NÚCLEO JK E A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATA DE SÃO JOÃO E CAMAÇARI.....	44
2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	46
2.2.1 O papel do Estado na composição da sociedade.....	48
2.2.2 As migrações do Japão para o Brasil	49
2.2.3 Projetos de assentamento rural na Bahia	57
2.2.4 Análise da estrutura fundiária dos últimos quarenta anos	60
3 O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO RECENTE DO NÚCLEO COLONIAL JK: RETERRITORIALIZAÇÃO	65
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA INICIAL DO NÚCLEO JK	69
3.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO	73
3.3 OS JAPONESES NA BAHIA.....	75
3.4 UMA SOCIEDADE MISTA: ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS COLONOS	83
4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO NÚCLEO JK	90
4.1 ALGUMAS INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS	105
5 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO NÚCLEO JK	111
5.1 CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DO NÚCLEO JK	115
5.2 ANÁLISE DOS DADOS AMOSTRADOS.....	117
5.3 INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS JAPONESES.	126

5.3.1.	Atuação político-social e identidade dos japoneses e seus descendentes.....	134
5.4	ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE, DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS BRASILEIROS	140
5.4.1	Atuação político-social e identidade dos brasileiros do Núcleo JK.....	149
5.4.2	As novas territorialidades	159
5.5	O ESPAÇO DE INTERAÇÃO NÚCLEO JK - LITORAL NORTE	165
6	CONCLUSÃO	172
	REFERÊNCIAS	182
	ANEXOS	187

1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA

Este trabalho se propõe a estudar o Núcleo Colonial Juscelino Kubitscheck¹, que assentou colonos brasileiros e imigrantes japoneses, no final da década de 1950, no interior da Bahia, em uma área de 4.900 hectares, divididos em cinco “regiões” ou “grandes fazendas”, denominadas Lunda, Itapecirica, Quebra Coco, São Pedro e Camaçari. Juntas, essas fazendas compõem uma estrutura agrária dividida em pequenas glebas de tamanho médio entre 20 e 25 hectares, criadas para produção e fornecimento de hortifrutigranjeiros ao mercado da capital baiana e cidades circunvizinhas.

Localizado no Estado da Bahia, o Núcleo Colonial JK se situa a norte da cidade de Salvador, a 75 km de distância. Seus caminhos de terra e estradas vicinais se integram à malha rodoviária local, a partir de conexões realizadas com as estradas de rodagem estaduais (BA-093 e BA-505), articuladas com as rodovias federais (BR-324 e BR-101), que permitem as interações socioespaciais com as demais cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A conexão do Núcleo JK com o Litoral Norte da Bahia é feita através da rodovia estadual BA-522, ligada diretamente à BA-099, principal eixo de ligação entre a capital baiana e o Estado de Sergipe, conhecida como Linha Verde. Esta estrada foi construída ao longo da região costeira para facilitar o acesso aos complexos turísticos e hoteleiros mais importantes da Bahia, situados nas praias do Forte e de Sauípe — ambos localizados no Município de Mata de São João, cuja cidade homônima se encontra mais próxima do referido Núcleo de assentamento rural.

Considerando-se o conjunto paisagístico do Recôncavo Baiano, o Núcleo JK se inclui em seu setor setentrional, balizado pelo traçado do curso do rio Itapecirica que faz a divisão política entre os municípios de Mata de São João e de Camaçari. Enquanto esse último pertence à Região Metropolitana de Salvador, Mata de São João lhe é periférico e integra o conjunto dos municípios que possuem parte de seus territórios incluídos na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA-LN). A Figura 1, apresenta um cartograma com a localização do Núcleo JK, distribuído entre os municípios de Mata de São João e Camaçari, enquanto que a Figura 2 mostra as conexões terrestres que possibilitam o acesso do Núcleo às áreas vizinhas.

¹ De modo a simplificar a leitura e compreensão do texto, a denominação Núcleo Colonial Juscelino Kubitschek poderá vir também sob as seguintes formas: Núcleo JK, NJK, Colônia JK, ou simplesmente Núcleo.

Figura 1 - Localização geográfica do Núcleo JK (por aproximação)

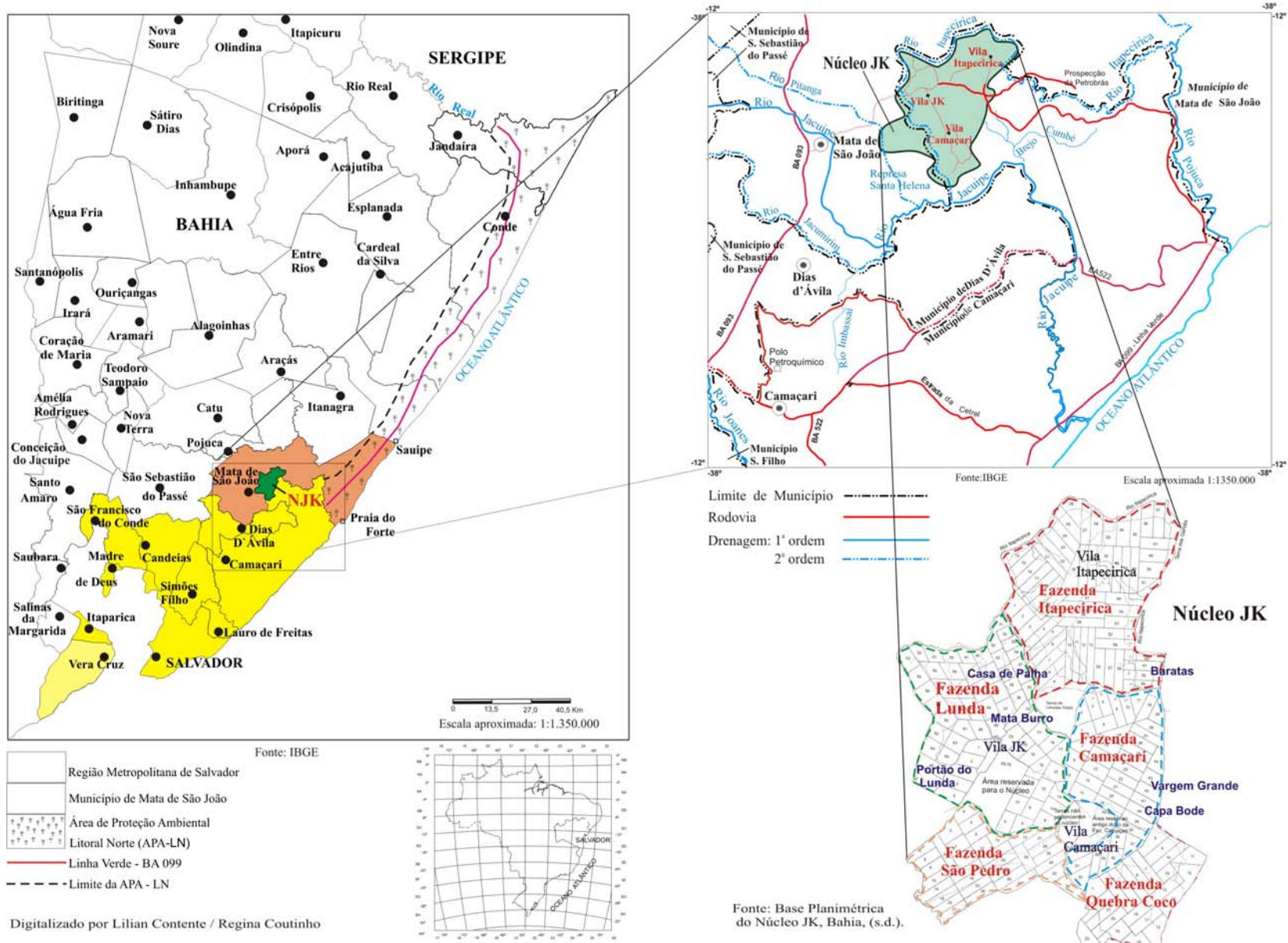


Figura 2 – Conexões terrestres para o Núcleo JK



Fonte: Guia de Praias Quatro Rodas – Bahia, 1998, p.134. Editora Abril, S. Paulo, SP, 1998 (Adaptação nossa).

O Núcleo JK encontra-se 12 km a nordeste da sede municipal de Mata de São João, conectado por estrada asfaltada, desde seu perímetro urbano, no cruzamento com a linha da Rede Ferroviária Atlântica, antiga RFFSA, conforme retrata a Foto 1.

Foto 1 - Periferia de Mata de São João: acesso ao Núcleo Colonial JK



Estrada de acesso para o Núcleo JK: a partir da periferia urbana da cidade de Mata de São João, no entroncamento com a via férrea da FFSA.
(Foto da Autora, de julho 2004)

Dispersas entre as propriedades rurais encontram-se três vilas e outras pequenas localidades do interior do Núcleo JK, todas indicadas no cartograma da figura 1. A Vila Camaçari está no centro da Fazenda homônima, enquanto as localidades de Capa Bode, Vargem Grande e Baratas, estão na área limítrofe a leste do Núcleo JK. A Vila JK situa-se na Fazenda Lunda assim como suas localidades conhecidas como Rua do Campo, Portão do Lunda, Casa de Palha e Mata Burro. Na Fazenda Itapecirica está a Vila Itapecirica. A maior parte da população local vive nessas vilas e pequenas localidades, a maioria em moradias precárias.

Entre os habitantes das vilas e demais localidades, incluem-se os trabalhadores contratados pelos proprietários das unidades de produção do Núcleo JK, sob diversos regimes de trabalho e formas de remuneração. Os dados demográficos do Núcleo JK constam como informações obtidas da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Mata de São João e registram atualmente (setembro de 2004) 863 famílias cadastradas em seu Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB).

Ao se justapor a área do Núcleo JK sobre base cartográfica do IBGE, observou-se quase 90% de suas terras inseridas dentro dos limites territoriais do município de Camaçari. Mesmo assim, a Prefeitura de Mata de São João surge como um dos agentes sociais de maior importância, no que se refere à produção desse espaço, o que por si, se torna um fato político-administrativo incomum. A maneira pela qual a prefeitura formaliza suas ações político-sociais se confirma, à medida que disponibiliza junto à população do Núcleo e arredores, prestação de serviços públicos, tais como oferta de Ensino Fundamental, transportes

(passageiros e mercadorias) e serviços de manutenção de estradas. Além disso, contrata serviços técnico-agrícolas da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA), em parceria com a Cooperativa Mista de Produtores da Colônia JK, que os repassa a seus associados. A prefeitura de Mata de São João também propicia atendimento médico e odontológico, através de postos de saúde instalados no interior do Núcleo JK, coordenados através da sua Secretaria Municipal da Saúde, via Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB). Esse sistema é viabilizado por funcionários da Prefeitura, residentes no próprio Núcleo, que trabalham como agentes comunitários de saúde, realizando a vigilância sobre a saúde dos moradores e atualizando o cadastro.

O Núcleo JK representa um espaço instituído por intervenção dos governos Federal e do Estado da Bahia, criado com a finalidade de assentar trabalhadores rurais, em unidades de produção familiar, através de um projeto de colonização mista, entre nacionais e japoneses, inaugurado primeiramente por famílias brasileiras, previamente selecionadas, de acordo com as aptidões manifestadas para a agricultura.

Nessa iniciativa, por interesse do Governo do Estado da Bahia e por força de acordo firmado entre os governos do Brasil e do Japão, contou-se com a participação do Instituto Nacional da Imigração e Colonização (INIC)², órgão que coordenava projetos oficiais de colonização, vinculado ao Ministério da Agricultura do Governo Juscelino Kubitschek. Da parte do governo do Japão, a responsabilidade pela imigração foi delegada à Concessionária de Imigração Japonesa — *Kaikyoren* — a qual, através dos senhores Isao Mukaida e Masaoki Matsumoto, se encarregou da seleção dos nipônicos, chegando a franquear a entrada das famílias japonesas diretamente para o Núcleo JK, conforme afirmação de Fujikuro e Funaki (1989, p. 2).

O assentamento dos brasileiros se realizou em 1957, época em que o Núcleo JK foi inaugurado. Posteriormente, a partir de 1959, foram introduzidos os japoneses, tendo-se registrado a última leva de imigrantes em 1962. Mas, segundo Leila Maekawa (1995, p. 33), consta que o projeto da imigração japonesa para Mata de São João, elaborado a partir de 1956, previa a vinda de engenheiros agrônomos, embora a maioria deles fosse de simples

² Conforme GERMANI (1993, p. 410 e 411), o Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização (SIRIC), criado em 1932, foi um órgão que antecedeu a Divisão de Terras e Colonização (DTC), em 1938. Esta, em 1954, deu origem ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 1962, criou-se a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que, conjugada à Lei 4.914 de 02/03/1962 (Estatuto do Trabalhador Rural), visava realizar a reforma agrária. Numa estratégia do Golpe Militar de 1964, contra a reforma agrária, a SUPRA foi desarticulada e substituída por três outros órgãos, a saber: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ligado ao Ministério da Agricultura; o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), vinculado diretamente à Presidência da República e o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), encarregado de coordenar e promover a reforma agrária que, afinal não chegou a ser implantada. Posteriormente, em 1970, estes três últimos órgãos deram origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

agricultores e alguns trabalhadores ou empreendedores da pequena indústria e comércio que lá no Japão entraram em falência.

A distribuição das terras, segundo informação verbal³, ocorreu numa proporção de ocupação próxima de 50% para cada uma das partes formadas por colonos brasileiros e nipônicos e segundo a escolha do proprietário, sendo que os lotes foram financiados pelo governo.

Pela importância da presença dos japoneses na estrutura socioespacial do Núcleo JK, se impôs a necessidade de resgatar o período histórico em que as migrações nipônicas entraram no País. Assim, procurou-se identificar em qual contexto político e econômico tal fato ocorreu e, nesse nível, buscou-se investigar as razões que trouxeram os japoneses à Bahia e, especificamente, ao Núcleo JK.

Autores como Caio Prado Junior (1956), Guiomar Inez Germani (1993) e Regina Bega Santos (1994), municiaram o presente trabalho com informações sobre os processos migratórios e suas contribuições elucidaram sobre os diversos fluxos que vieram para o Brasil. No tocante aos nipônicos registrados no País, Hiroshi Saito (1973), Tetsundo Tsukamoto (1973), Philip Staniford (1973), Valdemar Carneiro Leão Neto (1989) e Weber Soares (2002) fundamentaram com importantes noções sobre a assimilação, cooperação e integração desses imigrantes. Do ponto de vista das intrínsecas relações sociais entre os moradores do Núcleo, cujas culturas representam duas etnias, (brasileiros, japoneses), nossas avaliações sobre essas interações no espaço, se pautaram nos estudos sobre as relações de poder de Elias & Scotson (2000).

Hiroshi Saito (1973, p.7) individualizou duas fases distintas no estudo das migrações japonesas para o Brasil. A primeira foi classificada como pré-científica — anterior a 1940 – na qual, os estudos refletiam as circunstâncias político-sociais da época, nitidamente alheios aos interesses de caráter científico. A segunda fase, posterior a 1940, se caracterizou por ser o momento em que, segundo esse autor, “[...] os estudos foram conduzidos nos moldes científicos em torno do processo evolutivo [...], marcando a fase que despertou nos sociólogos e antropólogos os reais interesses pelo estudo do grupo de japoneses”.

A expressão processo imigratório, ou emigratório, se define como um “[...] processo de mobilidade espacial, no qual os indivíduos ou grupos de indivíduos transferem seu domicílio para outro país, onde passam a viver regularmente suas atividades ocupacionais” (TSUKAMOTO, 1973, p. 13). Esse autor (*et seq.*, p.15) complementou,

³ João Meireles, um dos fundadores do NJK e primeiro presidente da Cooperativa Mista de Produtores de JK. Entrevistado em 02/04/2004.

afirmando que o processo migratório só se efetiva mediante a existência de demanda por parte de um “país receptor” no que se refere ao atendimento das especificações profissionais por ele estipuladas e, da parte do “país remetedor”, mediante a capacidade em atender à demanda e em função do “contingente disposto a emigrar”.

Como se sabe, a imigração estrangeira para o Brasil não foi um processo homogêneo e o país foi povoado com elementos das mais variadas origens. Teve como causa inicial a necessidade de formação de um mercado de trabalho livre, voltado para a lavoura cafeeira, após a abolição da escravatura.

Caio Prado Júnior, em seu livro “História Econômica do Brasil”, afirmou que as migrações, ocorridas a partir da metade do Século XIX, estiveram intimamente ligadas à escravidão e se desdobraram em acontecimentos de fundamental importância para a evolução histórica da sociedade brasileira. O fenômeno das migrações, com suas correntes povoadoras constituídas de trabalhadores braçais de origem européia e asiática, representou para o Brasil, a grande transformação do regime de trabalho — que antes era escravo — e no qual os imigrantes eram “[...] estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, e também pela iniciativa privada interessada na obtenção de mão-de-obra” (PRADO JÚNIOR, 1956, p.187). Complementando, esse autor afirma, ainda, que socialmente, o processo migratório significou não só o recrutamento de novos membros, mas também de

[...] instrumentos de trabalho para a grande lavoura cafeeira. Deixava-se de lado todo o aspecto social e mesmo humano do problema do povoamento pela imigração, que se sacrificava em benefício exclusivo do interesse unilateral e imediatista dos fazendeiros do café (PRADO JÚNIOR, *apud* SANTOS, 1994, p. 22).

Mas nem sempre esse processo foi visto apenas sob a perspectiva da carência e da necessidade de recrutamento de mão de obra para a lavoura cafeeira nos meados do século XIX. Germani (1993) se referiu aos episódios das imigrações estrangeiras para o Brasil como “fonte de muita polêmica”, pois ao mesmo tempo em que se destinava à colonização dos espaços vazios,

[...] atendia-se aos interesses das classes dominantes — “os imigrantistas” — que, tendo necessidade de mão-de-obra, temiam que o negro liberto se tornasse trabalhador livre e mais que isso, temiam que pudesse chegar a ser um cidadão (GERMANI, 1993, p. 406). “Tradução nossa”.

Na questão relacionada ao povoamento do Brasil e, principalmente, após a independência do País, a autora acrescentou, ainda, que

[...] se discutia a configuração do país como nação e que tipo de povo queriam que o constituísse. Os atemorizavam ver a perspectiva de uma nação constituída de negros e mulatos. Era necessário e urgente garantir a construção de uma “raça nobre” para

um país tão grande e com tanto futuro. Começaram a buscar no exterior o “povo ideal” para formar a futura nacionalidade brasileira. Por isso procuraram atrair alemães, suíços e italianos. Desse modo, a proposta dos projetos de colonização para imigrantes estrangeiros se contrapunha à dos abolicionistas – que defendiam a abolição da escravidão e a inserção do negro e do nacional no mercado de trabalho (GERMANI, 1993 p. 406). “Tradução nossa”.

Em estudos recentes, outras análises revelaram atitudes discriminatórias, baseadas na crença da superioridade do trabalhador europeu, como por exemplo, a de Abdias do Nascimento, em cuja obra “O quilombismo”, opõe-se à falácia de que o “[...] ex-escravo não se adaptou ao trabalho livre”. Contrariamente a essa idéia o autor afirma que

[...] a força de trabalho do ex-escravo era rejeitada pelos empregadores: [...] os afro-brasileiros sofreram nova decepção em seus sonhos quando constataram que até mesmo no crescente contexto industrial do país, especialmente em São Paulo sua força de trabalho era rejeitada (NASCIMENTO, 1981, *apud* SANTOS, 1994, p. 27).

Por essa forma se justifica a ampla presença de europeus e asiáticos em nossa sociedade. Em relação ao imigrante japonês, por certo período, havia no Congresso Brasileiro, “forte movimento de resistência interna [...], contra a corrente imigratória nipônica [...]” (LEÃO NETO, 1989, p. 9), episódio esse que culminou, em 1934, na crise da imigração japonesa para o Brasil.

Indiretamente, outros fatores contribuíram de forma favorável para o afluxo de imigrantes europeus e japoneses ao Brasil. Nos Estados Unidos, as restrições impostas pelo *Exclusion Act*⁴ e, na Europa, as mudanças nas estruturas político-sociais, ocorridas em diversos países, as quais favoreceram as imigrações para o Brasil, a partir do século XIX.

Analisando os processos migratórios, surge, ainda, uma interpretação lançada pelas Nações Unidas, denominada *Push Pull Theory*,

[...] para explicitar as causas da imigração como uma reunião de fatores que obrigariam pessoas a deixarem suas terras natais (NACIONES UNIDAS *apud* SOARES, 2002, p. 2).

Dore (1959), *apud* Philip Staniford (1973, p. 33), aponta como causas das migrações nipônicas as pressões políticas e as sérias dificuldades da estrutura socioeconômica do Japão, que vieram a se transformar em fatores que determinaram a estabilidade dos imigrantes onde quer que se estabelecessem. Nessa situação, as condições previstas pela *Push Pull Theory*, estavam, então, caracterizadas e vários fatores estimularam a emigração dos seus habitantes. Na relação de problemas se incluía desemprego, fome, crise agrícola por exigüidade de terras agricultáveis, elevação dos tributos, endividamento ou alienação das

⁴ *Exclusion Act*. Vedava o acesso do emigrante japonês ao território dos Estados Unidos.

propriedades dos pequenos lavradores em favor das classes abastadas, excesso de população, além das devastações causadas por tormentas naturais cíclicas, como furacões, vulcanismos e terremotos. Sob tais dificuldades e visando a aliviar tensões sociais — explosão demográfica, miséria e indignação — o governo japonês abriu alternativas externas de trabalho, apoiando uma política de estímulo à emigração, cujo processo se concretizou através da formação de companhias concessionárias encarregadas de executar a emigração. Dessa forma o Japão passava à condição de “país remetedor”, enquanto que o Brasil assumia a posição de “país receptor” (TSUKAMOTO, 1973, p.14).

Por outro lado, segundo Valdemar Carneiro Leão Neto (1989), o Brasil, por necessidades diversas — entre as quais a de ocupar grandes espaços improdutivos, vazios ou atrasados — “[...] acabou por se constituir no ponto focal da imigração nipônica [...]”, concretizada somente após a oficialização do Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, assinado e celebrado com o Japão (em Paris, 5 de novembro de 1895). Dessa forma, “[...] estavam preenchidas as condições tidas como necessárias para que se promovesse a corrente imigratória” (LEÃO NETO, 1989, p. 8 e 21), embora, no tocante à aceitação dos orientais, tenham existido percalços diplomáticos, considerando que aos olhos da sociedade brasileira daquela época, o japonês, na escala de valor como ser humano, enquadrava-se pouco acima dos escravos africanos, conforme descrição de Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) *apud* Guiomar Inez Germani (1993):

A imigração japonesa no princípio encontrou muita resistência por parte dos grupos imigrantistas porque consideravam o asiático, igual ao africano, uma raça inferior (AZEVEDO, 1987, *apud* GERMANI, 1993, p. 397). “Tradução nossa”.

Mas a chegada dos japoneses ao Núcleo JK pertence a episódio migratório recente ocorrido no Brasil e, portanto, diferente do que experimentaram os imigrantes japoneses que foram para o sul do nosso País, na primeira metade do século XX. Os nipônicos do Núcleo JK chegaram após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência de outra crise econômica no Japão, causada por um somatório de fatores, que tornaram seus habitantes vulneráveis à emigração.

Por outro lado, o Núcleo JK foi a primeira colônia do Estado da Bahia organizada pela intervenção das instâncias federal e estadual. Planejado de acordo com os objetivos do governo estadual de formar um cinturão verde no entorno da cidade de Salvador, foi criado para introduzir agricultores brasileiros e japoneses. Sua localização próxima à cidade de Mata de São João suscitou interesses que transformaram essa instância administrativa municipal em um dos principais agentes na produção desse espaço. Isso se evidenciou, através da oferta de

serviços da rede de saúde pública, embora tais serviços fossem ainda bastante precários, limitando-se apenas — no caso da saúde pública — a dois postos, atualmente encontrados no interior do Núcleo JK, ou seja, Posto de Saúde Núcleo JK e Posto de Saúde de Itapeirica. No tocante à educação, a oferta do Ensino Fundamental se limita às quatro séries iniciais, ou seja, até a antiga 4ª série primária, enquanto as séries restantes — da 5ª à 8ª — são oferecidas apenas na sede municipal, do mesmo modo como o são as três séries do Ensino Médio. Além desses serviços, a referida Prefeitura, encarrega-se das obras de manutenção e reconstrução das estradas locais, com certa regularidade.

Mas a maioria dos colonos japoneses não permaneceu no NJK. Muitos migraram para outras regiões brasileiras, ou retornaram ao Japão. A rotatividade entre os pequenos agricultores brasileiros também foi expressiva. Entretanto alguns fatores foram preponderantes e decisivos para que muitas famílias brasileiras e estrangeiras se estabelecessem e permanecessem no espaço estrategicamente produzido e projetado a partir da iniciativa oficial. Esses resultados virão comentados e analisados, posteriormente, em tópicos que abordarão a interação socioespacial dos agricultores residentes no NJK.

Elementos da estruturação das relações de poder, inerentes aos contatos entre os dois grupos sócio-culturais diferentes, encontrados no Núcleo JK, foram analisados com base nos estudos das relações sociais de poder de Elias e Scotson (2000), intitulado os “Estabelecidos e os *outsiders*” que, na apresentação dessa edição, esclarecem que expressões como:

[...] *establishment* e *established* [...] são utilizadas para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *established* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência; os *established* fundam seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. [...] *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são o *establishment* (*sic*). Os *outsiders*, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social (In ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 7).

A distinção entre ambos é que os estabelecidos eram moradores mais antigos que os *outsiders*, e por serem estes mais novos na comunidade, eram associados à delinquência, à violência e à desintegração. Da parte dos *established*, havia o sentimento de superioridade moral e social e de pertencimento, enquanto da parte dos *outsiders*, havia a sensação de exclusão.

Independentemente das relações de poder, as interações entre as comunidades

locais se processaram num nível de respeitabilidade e tolerância, mas com a distinção de ambas as identidades e diferenças que um grupo associa ao outro.

Do ponto de vista teórico, Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 74) ressalta que são “territórios da identidade”, as identidades de “gênero”, “nacionais”, “sexuais”, “raciais” e “étnicas”. Silva (*et. seq.*, p. 84) afirma, ainda, a existência de uma relação de estreita dependência na produção social da “identidade” e da “diferença”. A primeira (identidade) o autor define como sendo “simplesmente, aquilo que se é”, enquanto que a “diferença é aquilo que o outro é”. Nesses parâmetros, o autor conclui que “Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2000, p.75).

Os resultados das interações socioespaciais entre os moradores locais e desses com a totalidade espacial da Região Metropolitana de Salvador constituem o principal objeto dessa pesquisa. Ressalte-se a proximidade entre a RMS e o Núcleo JK, e este no desempenho de sua função agrícola, cuja produção se volta para atendimento da demanda originada na cidade de Salvador e cidades vizinhas. Focalizar e entender a lógica das interações envolvidas nesses espaços, bem como as transformações ocorridas, incluem-se, também, como objetivos desta pesquisa. Interpretar e contextualizar as transformações sob os pontos de vista histórico e geográfico se constitui em um passo importante para o entendimento da organização socioespacial e da evolução dos processos que ainda atuam no espaço local, reestruturando-o a cada tempo.

Nesse sentido, buscou-se fundamentação teórica em autores como Roberto Lobato Corrêa, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Milton Santos, Alain Lipietz entre outros, referenciados no decorrer deste trabalho, cujas abordagens teórico-conceituais da Geografia interessam de perto à presente pesquisa, fornecendo elementos de análise ao estudo das transformações ocorridas desde a fundação do NJK até a atualidade. Para tanto, conceitos-chave como o de “organização espacial”, “espaço articulado”, “interações socioespaciais” e “território” serão abordados ao longo deste estudo.

Roberto Lobato Correa (1998) teceu considerações sobre o termo “organização espacial”, conceituando-o e afirmando ser uma expressão equivalente a outras, tais como estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço, esclarecendo que a relação homem-espaço se dá mediante e

[...] a partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, verifica-se uma ação de intervenção na natureza. De caráter social, envolvendo trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quanto e como, será a produção. (CORRÊA, 1998, p. 54)

Assim, para esse autor, tudo o que se manifesta no espaço, organizado de alguma forma, se constitui na materialidade social construída como um “[...] conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra [...]” (CORRÊA, 1998. p. 55). Dessa forma, considerando-se a Colônia JK, construída a partir de uma reestruturação fundiária — planejada ao nível do Governo do Estado da Bahia e coordenada pela equipe da Secretaria da Agricultura — oficializou-se o Núcleo JK em 1957, com base em instrumento de desapropriação de terras como mecanismo de intervenção oficial usado pelo governo para o estabelecimento dos colonos em pequenas unidades de produção familiar, passando a se constituir em uma das áreas de “cinturão verde” do entorno da capital baiana, voltada à produção de hortifrutigranjeiros.

Atualmente, entre os elementos espaciais do Núcleo JK, constata-se significativas transformações em sua estrutura agrária, devido às alterações de algumas das propriedades que se ampliaram ou subdividiram em relação ao seu tamanho original, fato registrado desde o início da formação do Núcleo JK. Essa nova ocupação se destaca pelas novas funções desempenhadas, o que a caracteriza como um processo contínuo de movimentação da estrutura socioespacial local se confirmando o surgimento de novas territorialidades, embora, em muito, o Núcleo JK, ainda preserve as interações socioeconômicas baseadas na produção agropecuária.

Pela intervenção do governo estadual e através das alterações mais recentes, o NJK demonstra que foi reestruturado por diversas formas de apropriação e suas relações intrínsecas evidenciam que sempre esteve susceptível a novos usos, embora, como se afirmou, predominem no espaço a reprodução das relações de produção em base econômica agrária.

Algumas leituras de cunho teórico-conceitual da Geografia, possibilitaram entender que a retomada de novas atividades sob novos padrões e intenções de produção de determinado espaço, caracteriza-se como uma desterritorialidade e uma reterritorialização por novas formas de apropriação do mesmo. No tocante a esse aspecto, se fez uso das reflexões teóricas de Raffestin (1993), sobre o conceito de território, estudado também por Corrêa (2002) e Haesbaert (1997) quando se referiram às suas derivações, concernentes a termos como territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade ou novas territorialidades.

Para Claude Raffestin (1993), “o espaço é anterior ao território”. A passagem de um para o outro ocorre quando um agente se apropria do espaço e sobre ele reporta uma ação conduzida, territorializando-o. Nas palavras desse autor,

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se

apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A territorialização se inscreve sempre num campo de poder, enquanto que a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” (RAFFESTIN, 1993, p. 158) enquanto que para Henri Lefébvre, o território

[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder (LEFÉBVRE, *apud* RAFFESTIN, 1993, p.144).

Conforme Roberto Lobato Corrêa (2002), “território constitui-se, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente: o espaço, isto é, à organização espacial”. Para ele o território é “[...] o espaço revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas [...]”, ao passo que a territorialidade

[...] refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (CORRÊA, 2002, p. 251-252)

Na mesma obra, Corrêa nos contempla com definições sobre os termos “desterritorialidade”, “novas territorialidades” ou “re-territorialidades”.

Desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território (CORRÊA, 2002, p. 252).

Novas territorialidades ou re-territorialidades [...] dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos (CORRÊA, 2002, p. 252).

[...] Novas territorialidades emergem, seja num contínuo processo de expansão, seja numa recomposição de um território perdido total ou parcialmente (CORRÊA, 2002, p. 254-255).

Mas é através da atividade agropecuária e principalmente pela olericultura⁵ (produção de frutas, flores e verduras) que o NJK ainda interage e se articula com a zona urbana de Salvador e sua região metropolitana. Dessa forma o espaço se revela como “o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”, conforme afirmou Lefébvre, *apud* Corrêa (1995, p.26). É por essa razão que o incluímos como espaço articulado, fragmentado e complementar da Região Metropolitana de Salvador, do qual é periférico.

⁵ Olericultura: é o ramo da horticultura que estuda as hortaliças. A horticultura se divide em olericultura, floricultura, fruticultura, silvicultura e arquitetura paisagística (MURAYAMA SHIVUTO, 1914).

Corrêa (1998, p.7), ao se referir à “organização espacial” da cidade afirmou “que o espaço urbano é simultaneamente articulado e fragmentado”. Segundo o autor, a expressão “espaço fragmentado” significa espaço de usos diferenciados e multifacetados, formando diversos fragmentos (ou descontinuidades) complementares pelo próprio uso que se faz do mesmo, independentemente de sua contigüidade espacial ou não.

Entendemos que, se a produção do espaço do NJK se volta ao atendimento das demandas nascidas na capital baiana e sua região metropolitana, logo, desse mesmo espaço, o Núcleo JK é um “fragmento” complementar e articulado pelas “interações socioespaciais”, as quais existem em diferentes graus de intensidade e definidas como um “complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação” (CORRÊA, 1997, p. 279), configurando-se em um “espaço articulado” e unido por interações sociais manifestadas,

[...] através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações, [...], envolvendo a circulação de decisões e investimentos, de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia. Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos (CORRÊA, 1989, p. 7-8).

Complementando os conceitos até agora definidos, esse autor, ainda afirma que o espaço se caracteriza por ser

[...] fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas — é um produto social resultado de ações acumuladas, através do tempo, e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem espaço (CORRÊA, *et seq.* p. 11).

Aproximando-se dessa idéia, Alain Lipietz (1988) vê o espaço como um “campo, de forças políticas” e, se estas são compreendidas como lutas,

a estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e, sendo estas lutas de classes, a estruturação do espaço é lutas de classes, não somente no sentido de que ela é produto delas, mas no de que ela é o que está em jogo e, mesmo, um meio delas (LIPIETZ, 1988, p.105).

A partir dos conceitos retomados neste estudo, entendemos o espaço do Núcleo JK como um produto social, de características socioespaciais resultantes da atuação dos diversos agentes que nele vivem ou que com ele interagem, se articulam e reproduzem suas relações de produção, diversa e proporcionalmente aos interesses e necessidades particulares a cada um dos grupos e classes sociais encontrados. Nessas interações sobressaem as relações de poder, face aos interesses dos próprios agentes sociais atuantes. De acordo com Lenyra Rique Silva (1991: p. 9), trata-se da “própria materialidade das relações”, entre elementos socioculturais e economicamente diferenciados.

As diferenças dos grupos sociais e as diversas formas de interação entre eles revelam posições distintas na estrutura social vigente, nas quais estão presentes diversas escalas de produção e manejos adotados pelos proprietários, empregadores e trabalhadores rurais, posições estas, que confirmam diferentes relações de poder atuantes na produção desse espaço. Representando os moradores e produtores locais, algumas organizações se destacam: como a Cooperativa Mista dos Produtores do NJK, a Associação dos Pequenos Produtores do Núcleo JK, a Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK e as associações dos moradores das vilas e pequenas localidades presentes no interior do Núcleo. Cada uma delas atua em função dos seus objetivos e em busca da otimização das atividades desenvolvidas pelos seus associados, satisfazendo seus modos de produção, comercialização ou outros objetivos pré-definidos. As atividades no âmbito dessas comunidades se realizam em função das diferentes condições de vida, manifestadas no seio da sociedade local e na razão direta dos poderes aquisitivos de cada uma delas, então representadas pelos agricultores, pecuaristas, residentes ou não residentes, cujos aspectos socioeconômicos envolvidos serão abordados em itens específicos desse estudo.

Marieze Rosa Sampaio (1990, p. 16) entende que “se a luta de classes se coloca sobre o espaço”, o processo de “transformação ou de preservação dos elementos espaciais”, somente pode ser entendido na razão direta dos interesses dos agentes envolvidos nesse processo e atuantes sobre esse espaço. Lenyra Rique da Silva afirma que

[...] o espaço social é o objeto da geografia; objeto entendido enquanto movimento, processo. [...] O chão dos homens [...]. Não algo naturalmente dado e sim historicamente produzido. Investigado e interpretado como totalidades que se interpõem, se interpenetram e se espacializam [...] (SILVA, 1991, p. 9 e 11).

Na concepção de Milton Santos (1992), o espaço se constitui em uma instância da sociedade e como tal,

[...] ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. [...] Isto quer dizer que a essência do espaço é social. [...] A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia [...] (SANTOS 1992, p. 1).

Esse autor define, ainda, como elementos constitutivos do espaço, os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas que, a depender do conjunto onde estejam incluídos,

[...] somente podem ser entendidos à luz da sua História e do presente. Ao longo da História, toda e qualquer variável se acha em evolução constante. Por exemplo, a variável demográfica [...] sob o aspecto das migrações, a cada momento da História, suas condições respectivas variam (SANTOS, 1992, p. 9).

Elementos representantes de culturas diferentes interagem nesse espaço desde quando o Núcleo JK se formou. São brasileiros, japoneses e, ainda, aqueles resultantes da miscigenação cultural: os nipo-brasileiros. A produção desse espaço se dá na medida da capacidade produtiva das unidades-padrão, na razão direta dos modos de produção e das técnicas acessíveis aos produtores, estas variando de acordo com o poder aquisitivo do proprietário. A estrutura agrária atual repartida em pequenas propriedades e sob condições naturais particulares a cada uma, compõem os recursos úteis à sociedade local, quadro esse correspondente à afirmação de que

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que [...] é o resultado da produção, uma decorrência de sua história — mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1992, p. 49). O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence (SANTOS, 1992, p. 22).

Ao longo do tempo, novas variáveis foram introduzidas e, a partir das interações entre os elementos dessa totalidade socioespacial, as transformações foram se incorporando ao espaço e expondo uma estrutura, diferente da que foi criada pela intervenção do Estado. Como resultado, um novo espaço se produziu. Outras funções se incorporaram e feições se redefiniram, emergindo novos valores e significados. Sobre esses processos interativos, Milton Santos (1992) explicou que:

o espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. [...] Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas (SANTOS, 1992, p. 49).

A fixação dos colonos se realizou com base em normas legais impostas a partir da implantação do Núcleo JK pelo Governo local, na condução do processo de assentamento rural. De um lado, o governo brasileiro representado pelo INIC e de outro o Governo do Japão, representado pelas firmas concessionárias encarregadas da imigração. Representando o Estado da Bahia, a Secretaria de Estado da Agricultura, através da sua política agrária de ocupação das áreas desocupadas ou ociosas. A concretização do plano de assentamento do Núcleo JK se configurou em um conjunto de pequenas propriedades, que passaram a constituir a “base local” dos trabalhadores assentados. A área apresenta um conjunto de cinco

fazendas antigas e estas, subdivididas em pequenas propriedades, constituindo a estrutura física montada quando da fundação do Núcleo JK. Assim, a materialização desse arranjo espacial caracterizou-se em um espaço politicamente produzido onde, Guiomar Inez Germani (1993) considera que,

[...] os assentamentos de população significam concretamente uma intervenção do Estado sobre o espaço através de sua política agrária que propõe e potencia de forma direta uma verdadeira estratégia de produção do espaço, o que transforma o Estado em um protagonista desse processo. [...] Por outro lado os trabalhadores rurais [...] emergem nesta trajetória como atores importantes. Trazem em sua bagagem uma luta histórica pelo direito ao acesso à terra (GERMANI, 1993, p. 387-388).
“Tradução nossa”.

O estabelecimento de brasileiros e japoneses em um assentamento colonial na Bahia, em fins da década de 1950, constituiu-se em um fato marcante na história da ocupação do Núcleo JK. Com a desapropriação de suas terras, a primeira transformação a se distinguir foi a reestruturação em pequenas propriedades — antes eram grandes latifúndios — voltadas à produção familiar que substituíram as tradicionais atividades de pecuária e de agricultura de subsistência. Introduziram-se lavouras com hortaliças, frutas e, mais recentemente flores, para a comercialização e em atendimento à demanda urbana crescente na capital baiana e cidades vizinhas.

Entretanto, quando da criação do Núcleo, não se planejou uma política eficaz e duradoura de melhoria das condições de vida e de produção do pequeno produtor. Em termos de infra-estrutura implantada, o que se concretizou esteve num nível mínimo com tendências à quase inexistência de satisfação das necessidades básicas da população local. Do ponto de vista da educação, as escolas do Núcleo JK sempre proporcionaram Ensino Fundamental apenas até a 4ª série, enquanto o Ensino Médio sempre esteve ao alcance de quem possuísse meio de transporte próprio para cursá-lo na cidade de Mata de São João a 12 km de distância. Não havia saneamento básico, nem acesso por estradas trafegáveis o ano todo. Pela situação do nível da qualidade de vida no Núcleo JK, observou-se que as condições ideais capazes de garantir a permanência do homem no campo eram muito precárias e na maioria das vezes ausentes. Considerando-se as condições de transporte, os primeiros colonos se viram obrigados a construir estradas para garantir a circulação interna e tiveram que desmatar para implantar suas culturas e edificar suas moradias. Tanto brasileiros quanto japoneses estiveram sujeitos a tais condições de vida, as quais se constituíram em razões suficientes para muitos abandonarem o Núcleo JK, em busca de novas oportunidades em outras regiões da Bahia ou do Brasil e, no caso dos japoneses, muitos retornaram à terra natal. A carência de infra-estrutura completa resultou na venda das propriedades e na retirada da maioria dos colonos,

principalmente dos japoneses, marcando, desde então, as transformações no Núcleo JK que foi criado para atender a uma finalidade social, sendo primeiramente instituído para colonos nacionais e depois estrangeiros.

De modo geral o esvaziamento de colonos de assentamentos no Brasil sempre se constituiu em um impedimento para o sucesso desse tipo de iniciativa, razão pela qual Guiomar Inez Germani se referiu ao problema, afirmando que quando os trabalhadores têm

[...] acesso a terra, passam a viver e a enfrentar um novo desafio. [...] garantir sua permanência na terra conquistada e realizar um salto qualitativo que lhes permitam ter condições dignas de vida e garantias de sua condição de cidadão. Vencer tais desafios dependia intrinsecamente das condições que teriam de trabalhar a terra e apropriar-se dos frutos de seu trabalho. Isso nem sempre vinha unido à simples posse da terra (GERMANI, 1993, p. 387-388). “Tradução nossa”.

Conforme consta no documento dos 40 anos de História do Núcleo JK, Furuichi et al. (1999, p. 58) afirmaram que inúmeras famílias japonesas abandonaram o Núcleo, pela inexistência de condições mínimas de vida e pela falta de assistência técnico-financeira e de uma política de apoio à economia do pequeno agricultor. Pelos mesmos motivos e por falta de recursos financeiros para prosseguir nas atividades, os colonos brasileiros também abandonaram o local. Os japoneses tiveram o custeio de suas viagens subvencionado pelo governo japonês e, igualmente aos brasileiros, desfrutaram de facilidades para aquisição da terra, financiada em pequenas parcelas através da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia que lhes concedeu dois anos de carência para início do processo de quitação do lote padrão (BARAÚNA, 1988, p. 2).

Para muitos que ali permaneceram a garantia da posse da terra legalmente titulada pode ter representado um fator positivo capaz de gerar segurança e estabilidade, tanto para brasileiros quanto para os japoneses. No caso dos nipônicos havia em seu país um cenário político e socioeconômico caótico, surgido como consequência da Segunda Guerra Mundial. Nos meados dos anos cinquenta, devido à reestruturação da economia japonesa, uma nova crise econômica se instalou, afetando muitos pequenos empreendedores do comércio, ou da pequena indústria do Japão, causando a falência ou insolvência de muitos dos seus pequenos empresários, forçando-os a abandonar sua terra natal. Tais razões explicam a presença no Núcleo JK, não apenas de agricultores nesse grupo de imigrantes japoneses, mas também de colonos que não eram habilitados para as atividades agropastoris que estavam sendo implantadas, tendo em vista que em sua terra natal atuavam como trabalhadores ou empreendedores da pequena indústria e do comércio japoneses.

Ao vir para o Brasil, os imigrantes estrangeiros contaram com subvenções a mais,

enquanto que os pequenos produtores brasileiros não tiveram facilidades num mesmo nível de igualdade. Do ponto de vista do financiamento da terra, brasileiros e japoneses foram igualmente beneficiados. Mas os recursos a mais que os nipônicos tiveram — e não acessíveis aos brasileiros — permitiu-lhes avanços qualitativos e quantitativos na produção local. Conseqüentemente, puderam continuar as atividades agrárias com melhores chances de colocação dos seus produtos nos mercados vizinhos. Tais recursos vinham do Governo do Japão, através do Consulado ou das concessionárias de imigração, e sempre com intermediação das associações as quais integravam. Consistiam em ações sociais — algumas delas persistem até a atualidade — obtidas na forma de assistência técnico-agrícola, atendimento médico, rede de ajuda para os filhos em idade escolar — como, por exemplo, manutenção de casa de estudante fora do Núcleo — e também ajuda financeira. De qualquer forma todas se constituíram em vantagens que lhes possibilitaram maiores progressos em relação aos agricultores brasileiros. No tocante ao aspecto da adaptação dos nipônicos, a apropriação dos lotes concorreu para que ampliassem a esperança de prosperidade, estimulando-os a empregar técnicas e conhecimentos agrários, dando início à produção.

Atualmente, as transformações observadas se referem ao uso diferenciado de algumas propriedades levando, conseqüentemente, à alteração da paisagem local, de acordo com a “mobilidade social” entre seus habitantes. Como resultado, por exemplo, muitas das propriedades foram ampliadas, outras re-divididas, ou passaram a exercer apenas a função residencial e, eventualmente, se transformaram em casas de campo para lazer temporário. Estas são as novas territorialidades as quais, segundo Corrêa (2002, p. 254 - 255), “emergem, seja num contínuo processo de expansão, seja numa recomposição de um território perdido total ou parcialmente”. Contudo, algumas grandes propriedades, internas ao Núcleo, permaneceram intactas, umas delas pertencentes ao Estado e constam como terras reservadas para o NJK, sendo de uso comum dos moradores locais. Outras terras são de propriedade da família de Leonídio Timbó e não entraram na negociação com o Estado, quando este criou o Núcleo. Existem ainda terras reservadas ao antigo dono da Fazenda Camaçari e outras não pertencentes ao Núcleo, que não foram identificadas no cartograma da estrutura agrária inicial exibido na figura 3.

A abordagem do território, segundo Rogério Haesbaert (1997), suscita questões e respostas recriadas, a cada momento, levando-o a associar seus estudos a algumas vertentes básicas, ou em três “dimensões conceituais”:

jurídico-política: [...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual exerce um determinado poder [...];

cultural(ista): visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e /ou da identidade social sobre o espaço (*sic*);

econômica: [...] destaca a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta como um produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1997, p.39-40).

Na jornada dos 45 anos do Núcleo JK os processos de apropriação que aí se destacaram penderam para a “dimensão conceitual econômica”, de acordo com a mobilidade social dos grupos que se apropriaram de terras no interior do Núcleo. Transcorreram no tempo e nesse espaço as relações sociais ajustadas ao processo que Raffestin, apud Haesbaert (1997, p. 32) definiu como T-D-R: Territorialização –Desterritorialização - Reterritorialização.

A coesão social existente entre os colonos se realizou e vem acontecendo por meio das várias associações constituídas tanto pelos brasileiros quanto pelos japoneses. No caso dos colonos japoneses, a permanência de uma parte deles, até a atualidade, pode ser indicativo de que a dimensão da identidade cultural e simbólica tenha assumido importância significativa que justifique tal presença no espaço onde vivem e esses aspectos serão abordados posteriormente. Do ponto de vista da cultura japonesa a Associação Cultural Nipo-Brasileira assume grande importância, constituindo-se em um núcleo de promoção da forte coesão entre eles, de tal forma que a presença prolongada de algumas famílias no NJK se justifique ainda hoje. Entre outras funções que a Associação dos japoneses desempenha, a mais importante delas é a preservação da cultura nipônica, através da organização de várias atividades típicas. Para o grupo dos nipônicos do Núcleo JK as atividades tradicionais da cultura japonesa são como “um suporte simbólico” que os faz lembrar a terra natal, os ancestrais, além de ser um estímulo de união entre eles e seus descendentes no Brasil. Situação semelhante foi observada por Ângelo Serpa (2001, p. 288), em seu artigo “A Árvore da Saudade”, quando se referiu às cerejeiras plantadas no Parque do Carmo — Itaquera, cidade de São Paulo — local onde vivem os colonos japoneses e seus descendentes, em razão do significado que para eles essas árvores possuem.

Observando pela perspectiva de Haesbaert (1997, p. 31) quando afirma que a preservação cultural representa uma “transposição geográfica da identidade”, podemos identificar a ocorrência dessa transposição entre os japoneses do Núcleo JK — e isso o autor exemplifica ao tratar da construção geográfica simbólica das identidades gaúchas e nordestinas, quando estes se incorporaram às frentes pioneiras agrícolas de migração para o Centro-Oeste brasileiro. Paul Claval se referiu a certos aspectos culturais da organização socioespacial, como sentido da vida para os grupos humanos, além de que suas atividades não são exclusivamente materiais. Segundo ele, constituem a

[...] expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001, p. 39- 40).

Vale salientar que o grupo de imigrantes se fixou em um lugar onde inexistiam laços de identidade, mas, aos poucos, foram se estabelecendo e se fortalecendo através das atividades da sua cultura, que os religava aos seus ascendentes e conterrâneos no Japão. Isso permitiu que construíssem a vida e prosseguissem na produção do espaço, sobre o qual o envolvimento do grupo possuía finalidades variadas, tais como as expressões usadas por Paul Claval (2001, 39-40): “proteger-se do ambiente” e dele “extrair o necessário à vida”, “afirmar-se socialmente”, enfim “[...] construir sua identidade por meio do sentido dado às coletividades onde se ligam e onde habitam [...]”.

Entre os colonos japoneses do NJK é significativa a participação em associações culturais, técnico-científicas, comerciais, de ensino da língua japonesa, com finalidades que vão da inserção econômica à manutenção da identidade sociocultural, por meio de apoio e solidariedade que, na verdade, representam o laço de coesão existente entre eles. Os japoneses da Colônia JK estão em conexão social e cultural com outros grupos de japoneses, por intermédio da Federação das Associações Nipo-Brasileira da Bahia, a qual congrega todas as associações japonesas do Estado.

A participação desses colonos japoneses em “redes” sociais, primeiramente, tinha o objetivo imediato de evitar o isolamento do local onde viviam. Em segundo lugar, visava à manutenção do grupo unido, revivendo sua cultura e se fortalecendo como agricultores incorporados às “redes” de comércio dos seus produtos.

Referindo-se ao termo “rede”, Serpa (2001, p. 235) ressalta que pode “despertar ambigüidades e múltiplos significados”: além de sociais, políticas e técnicas as redes também podem abranger várias funcionalidades como, por exemplo, podem ser “produtivas, comerciais, de transporte e de informação, criadas para facilitar as diversas atividades da vida econômica moderna”.

Mas, do ponto de vista social e político e conforme afirmação de N. Curien (1988) citado por Milton Santos (1996), “as redes são valorizadas pela ação humana” enquanto que, do ponto de vista material, as redes retratam toda

[...] infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território, onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais [...] (CURIEN, 1988, *apud* SANTOS, 1996, p. 209).

As interações do Núcleo JK com locais e cidades da região Metropolitana de Salvador (RMS) se realizam através da inserção dos produtores agrícolas em redes comerciais ou em circuitos comerciais da região, onde as bases de negócios ou outros interesses encontram-se estabelecidos nos centros de abastecimento oficiais e não oficiais, onde, regularmente, entregam sua produção. De acordo com a perspectiva de Milton Santos, essa maneira de se organizar e se estabelecer economicamente caracteriza um espaço em rede “[...] presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial” (SANTOS, 1996, p. 222).

Mas no Núcleo JK a maioria dos pequenos produtores se encontra à margem do “circuito” comercial, lembrando que, similarmente, a exemplo das zonas subdesenvolvidas, se reproduz na periferia articulada da RMS o contexto das áreas que “escapam ao desenho reticular das redes tecnológicas”. Mas, segundo Serpa, é também no nível local que

[...] aos tempos rápidos das redes tecnológicas, se contrapõem os tempos lentos das populações urbanas segregadas, articuladas em redes sociais cotidianas que refletem as diferentes relações de vizinhança, parentesco, amizade e solidariedade (SERPA, 2001, p. 236).

Embora incipientes, sociais ou técnicas, as “redes” estão presentes na estrutura socioespacial do Núcleo JK. São utilizadas por alguns produtores como estratégia de permanência no mercado local. Nessa direção, Leila Christina Dias, ao analisar as implicações das redes técnicas sobre a organização territorial brasileira, afirmou que

[...] as redes surgiram em função da demanda da vida social moderna, embora tecidas em uma trama localizada e não uniformemente distribuída [...]. Virtualmente, são como pontes, entre pontos que se interconectam constantemente (DIAS, 2001, p. 142).

No Núcleo JK existem produtores que integram redes de comércio com os supermercados e vários são os arranjos em rede dos quais participam, havendo aqueles que negociam suas próprias mercadorias nas cidades vizinhas ou entre si, ou com outros agricultores e criadores locais. As interações com as associações e a Cooperativa justificam suas atividades rurais e comerciais ou seus encontros técnico-científicos e desportivos, assim como facilitam a troca de experiências e a realização de pequenos negócios. Comercialmente, a inclusão dos agricultores do Núcleo nas redes de comerciantes do CEASA-BA e de supermercados tem facilitado a sobrevivência de alguns dos produtores do Núcleo. Estas formas de organização, ou arranjos de coesão social, corresponderiam ao que Corrêa (1997, p. 279) definiu como “interações espaciais” representadas por “um complexo de deslocamentos de mercadorias, informações, pessoas e capital sobre o espaço geográfico considerado”.

A partir das características socioespaciais descritas, parece-nos significativo apontar suas transformações numa perspectiva histórico-geográfica contextualizada, abordando desde a chegada dos nipônicos até a atualidade, e indicando as causas que conduziram às mudanças, enquanto espaço de reprodução das relações sociais de produção, baseadas nas lavouras de hortaliças, frutas, legumes, verduras e flores.

Muitos aspectos aqui levantados não se esgotam neste trabalho, ao contrário, precisariam ser mais aprofundados. Todavia espera-se que esta pesquisa, contribua para o conhecimento da área em questão e que seja útil às ações que venham beneficiar, adequada e equanimemente as comunidades envolvidas no processo socioeconômico local.

Do ponto de vista geográfico, acreditamos estar contribuindo para o conhecimento de mais um núcleo de assentamento colonial misto, onde houve inserção de brasileiros e japoneses, nas proximidades da cidade de Mata de São João (periferia da RMS), considerando que são reduzidos os estudos sobre este assunto, com exceção de alguns dedicados ao estudo da integração e assimilação dos nipônicos no sul do Estado da Bahia, como por exemplo em Una, Ituberá, Teixeira de Freitas e outros núcleos agrícolas irrigados de Juazeiro - BA/Petrolina – PE situados na bacia do rio São Francisco.

Procura-se, por outro lado, entender a lógica dos processos de transformação entre os elementos e atributos desse espaço, segundo a concepção de Milton Santos (1992, p. 1) de que o espaço é “social” e de acordo com a concepção de Alain Lipietz (1988, p. 105), que o considera como um “campo por excelência de forças políticas”, sobre o qual se reproduzem as lutas de classe, reestruturando-o a cada tempo.

Além da afirmação social e da construção da identidade dos moradores do Núcleo a partir das interações entre os diferentes agentes, questiona-se em que nível essas interações determinaram ou reproduziram conflitos entre os grupos sociais encontrados.

Como objetivos específicos busca-se conhecer as transformações ocorridas ao longo da história do Núcleo Colonial JK, assim como verificar como se articulam os agentes locais e suas respostas às contingências econômicas que surgem em um Estado que valoriza e implementa prioritariamente o setor de economia turística. Este estudo também se preocupa em analisar o que representa o Núcleo JK em seu ambiente geográfico, definindo-o, segundo sua capacidade de produção mediante as técnicas empregadas, mão-de-obra utilizada e capacidade de atendimento à demanda.

Pressupõe-se que as transformações que nortearam a economia brasileira e, por conseqüência, a economia baiana, repercutiram na organização socioespacial da comunidade do Núcleo JK, induzindo-o a mudanças na forma de produzir seu espaço.

O tema se desenvolverá com o auxílio de bases de informação bibliográfico-documental e pesquisa empírica, com foco nas transformações originadas desde a fundação do Núcleo JK como projeto de colonização e assentamento rural, mediante atuação dos diversos agentes socioespaciais. Assim se tornaram essenciais a essa pesquisa, dados obtidos em organismos como a Prefeitura Municipal de Mata de São João e suas secretarias; Cartório de Registro de Imóveis; Tribunal Regional Eleitoral (105ª Zona); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia; Instituto Histórico-Geográfico; Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK; Federação Cultural Nipo-Brasileira do Nordeste; Cooperativa Mista de Produtores Agrícolas de JK; Biblioteca Pública; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Projeto de Pesquisa Integrada – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA-IGEO-GeografAR).

Os dados empíricos se originaram de um universo constituído de uma totalidade de 221 lotes, conforme aponta o *croquis* da base planimétrica do Núcleo JK (Figura 3). A amostragem individualizada compõe-se de 61 proprietários brasileiros e japoneses, selecionados para responder questionários sobre aspectos da produção em suas unidades agrárias, independentemente do tamanho da propriedade. Os questionários foram adaptados aos habitantes brasileiros e aos japoneses e seus descendentes, em razão das diferentes histórias de vida e culturas pertinentes a cada um dos grupos sociais presentes no Núcleo JK. Ao todo, a presente amostragem representa 27,6% do universo estudado.

Algumas entrevistas se realizaram junto às entidades representativas da população local, através das comissões diretoras dos núcleos de mobilização social como: a Sociedade Cooperativa Mista dos Colonos do Núcleo JK, Federação Cultural Nipo-Brasileira, Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK, Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências, Associação Comunitária dos Moradores da Vila Itapecirica, Associação dos Moradores da Vila Camaçari e Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Itapecirica. Outras entrevistas voltadas para os ministros dos templos religiosos foram realizadas junto às igrejas Tenrykio e Presbiteriana de Cumberland, à Assembléia de Deus, ao Centro Espírita Boa Nova e ao Centro de Candomblé de Angola.

O estudo da organização socioespacial do NJK se procedeu com base no suporte teórico-conceitual comentado ao longo desse capítulo mais o auxílio de instrumentos de pesquisa empírica, estatisticamente tratada e confrontada entre si e com as informações obtidas da pesquisa documental, realizada junto aos órgãos da administração local. Assim, os

questionários, as entrevistas e os documentos levantados puderam ser correlacionados e interpretados.

Todo o trabalho dissertativo se apresenta dividido em oito tópicos ou capítulos principais, sendo que o sexto tópico é conclusivo; o sétimo se refere à bibliografia consultada e o oitavo à incorporação de anexos.

O primeiro tópico, conforme exposto, consta de uma caracterização geral do objeto de pesquisa, consubstanciado pelo espaço do Núcleo JK, cujo estudo geográfico exhibe a formulação das principais questões de pesquisa e se fundamenta no conceito de espaço, visto em Milton Santos (1992). O segundo e terceiro tópicos propõem um estudo dos antecedentes históricos do Núcleo JK, com base no conceito de território, — conforme Claude Raffestin (1993) — e nos termos derivados do território, segundo abordagem realizada por Roberto Lobato Corrêa (2002). Esses tópicos focalizam a formação do território e o papel do Estado Brasileiro na composição da sociedade brasileira. Para tanto, lança mão dos estudos sobre os fenômenos migratórios no Brasil, realizados por Caio Prado Júnior (1956), básicos para o entendimento dos processos migratórios. Nas abordagens sobre a vida dos japoneses na sociedade brasileira, Hiroshi Saito e Takashi Mayeama (1973) e Valdemar Carneiro Leão Neto (1989) ofereceram importante contribuição. O quarto tópico pondera sobre a produção do espaço do Núcleo JK e o quinto tópico se propõe ao estudo específico da organização e das interações socioespaciais do Núcleo com os espaços da Rede Metropolitana de Salvador e os espaços do turismo do Litoral Norte.

Acredita-se que os resultados obtidos nesta pesquisa possam colaborar para o entendimento do processo de ocupação do Núcleo JK desde a sua formação, bem como para a apreensão das interações socioespaciais existentes entre ele e os espaços de entorno, regidos pelas demandas nascidas na cidade de Salvador e sua Região Metropolitana.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA REGIÃO DO NÚCLEO JK: DA TERRITORIALIZAÇÃO A DESTERRITORIALIZAÇÃO

A construção deste capítulo nos remete à reconstituição histórica das formas de apropriação e ocupação do espaço pelos diversos agentes sociais, bem como ao início da formação da sociedade brasileira que preencheu, produziu e transformou esses espaços no decorrer da história.

Algumas fontes de conhecimento foram vitais para a concretização desta pesquisa, embora se ressaltem dificuldades para a obtenção de dados e referências sobre a área em questão. Entre as bibliografias e documentos consultados, destacamos um resumo organizado pelos próprios colonos japoneses, da autoria de Furuichi *et al.* (1999), intitulado “História dos 40 anos de imigração japonesa no Núcleo Colonial JK”, no qual realizam uma síntese cronológica dos fatos mais importantes e significativos. Uma outra obra intitulada “Os japoneses na Bahia”, de Maekawa (1995), adquiriu importância expressiva para a presente pesquisa, pois discorre sobre a distribuição dos imigrantes e seus descendentes em todo o Estado da Bahia.

Contamos, ainda, com importantes estudos e abordagens de aspectos da estrutura fundiária no Brasil e na Bahia, que proporcionaram suporte teórico e conceitual para o presente trabalho, dentre os quais se destaca um capítulo integrante da Tese de Doutorado defendida por Germani (1993), sobre as “Experiências de colonização oficial na Bahia”. Dentro desse tema, sobressaem, ainda, Garcez (1997) e Garcez & Machado (2001) que realizaram estudos “Em torno da propriedade da terra” e “Leis de Terra do Estado da Bahia”. Salientamos, ainda, uma “Avaliação da reforma agrária na Bahia: estudo preliminar” realizada em 1992, pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI), sob coordenação de Garcez. Complementando o acervo de estudos referente ao tema, contamos com uma “Avaliação do Plano Regional de Reforma Agrária do Estado da Bahia”, realizada pelo INCRA (1985). Outros aspectos, trabalhados por Baraúna (1988) em sua dissertação do Mestrado da Escola Superior de Lavras, intitulada “Caracterização socioeconômica das unidades de produção do Núcleo JK”, foram considerados nesta pesquisa, além das informações obtidas com a pesquisa empírica realizada junto aos proprietários e demais agentes sócio-espaciais locais, através de entrevistas e questionários aplicados.

2.1 O NÚCLEO JK E A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATA DE SÃO JOÃO E CAMAÇARI

Na revisão histórica sobre a formação dos municípios envolvidos, salientamos a

demarcação das terras onde está implantado o assentamento JK, reafirmando que o total de sua área corresponde a uma interseção espacial entre os municípios de Mata de São João e Camaçari, este último contribuindo com 90% do espaço físico total do referido Núcleo.

Entre os moradores ou agentes socioespaciais locais permeia um certo desconhecimento quanto à sua correta localização entre os dois municípios. Talvez isto se explique pela ausência de uma representação cartográfica em grande escala, que permita uma localização abalizada dos limites do Núcleo JK. Mas tal indefinição pode também ter se originado a partir de uma interpretação imprecisa do conteúdo do memorial descritivo das propriedades locais. Outra hipótese reside no fato de Camaçari ter sido extinto e ressurgido no cenário baiano como vila ou município mais de uma vez, o que pode ter gerado uma brecha interpretativa incorreta dos contornos do Núcleo JK, em relação aos limites municipais verdadeiros. Isto pode ter se originado a partir de 15 de abril de 1846, quando Camaçari se extinguiu por efeito da Lei Provincial número 241 e novamente ressurgindo como distrito desmembrado de Abrantes, em 04 de agosto de 1925, por efeito da Lei Estadual número 1809. Essa lei incluía alteração do nome “Camaçari” para “Montenegro” e a transferência da sede para o arraial de Camaçari. Finalmente, em 30 de março de 1938, por força do Decreto-lei Estadual, “Camaçari” foi novamente restaurado como município (FALCÃO, 2001, p. 176 e 414).

Historicamente, os municípios Camaçari, Mata de São João e Salvador possuíram mesma origem e marco inicial em 1549, até que Camaçari e Mata de São João se desmembraram do município de Salvador (IBGE, 1958, p. 36 e 117).

Camaçari teve origem a partir de uma aldeia indígena denominada pelos jesuítas de Aldeia do Espírito Santo. Essa aldeia foi elevada à categoria de Vila do Espírito Santo da Nova Abrantes por decisão da Provisão do Conselho Ultramarino, em 27 de setembro de 1758. Em 1761, Mata de São João viria a se incorporar a Camaçari (ex-Abrantes). Porém, com a extinção de Camaçari em 1846, Mata de São João surge como povoado de Coqueiro da Água Comprida da Mata de São João e, mais tarde, se elevaria à categoria de vila e município de Mata de São João, através da Resolução nº 310, de 03 de junho de 1848, época em que perdeu fração do seu território para novamente formar o município de Camaçari, do qual se tornou independente (FALCÃO, 2001 p. 176). Diante desses ordenamentos para lembramentos e desdobramentos, que culminaram na emancipação desses municípios, vale salientar que os Regimentos e Forais, Cartas, Ordens Régias, Alvarás, Provisões e Avisos Reais eram documentos com os quais, com base no modelo sesmario, organizavam-se a distribuição de terras e, na opinião de estudiosos dessa matéria,

[...] essa profusão de leis resultou em um emaranhado legal vasado em linguagem imprecisa, repetitivo em alguns casos, contraditório em outros, confuso sempre. O ordenamento português [...], sem dúvida, de difícil tradução, e as dúvidas daí decorrentes se fazem sentir até hoje na definição de direitos das propriedades de origem sesmarial (GARCEZ e MACHADO, 2001, p. 21).

A indefinição na localização correta do Núcleo JK talvez tenha se originado dessas ordens régias para incorporações e desmembramentos de terras, realizadas quando da formação dos seus territórios. Essa realidade não impediu que a prefeitura de Mata de São João atuasse na produção do referido espaço. Aliás, a sede municipal de Mata de São João se encontra muito próxima do Núcleo JK, a uma distância aproximada de 12 km.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

O povoamento das terras na região onde se encontra o Núcleo JK corresponde ao processo de territorialização ocorrido nos moldes de ocupação do Brasil colonial. Desde então, herdamos uma estrutura agrária construída através de procedimentos arcaicos, no tocante à distribuição dessas terras. Segundo Garcez e Machado (2001, p.17), a distribuição das terras se respaldou no modelo sesmarial originado dos “institutos legais do Reino de Portugal”, transportados e adaptados para o Brasil. Isto significou um processo de territorialização efetivado à base de doações a quem possuísse privilégio de pertencer ao círculo de relações com o poder político e econômico da época. Tal modelo de ocupação e cultivo das terras, aliás, “era vital para garantir o domínio de Portugal sobre as terras do Brasil”. Segundo afirma o INCRA (1985)

[...] a implantação desse sistema facilitou o poder do grande proprietário, outorgando-lhe grandes extensões de terras incultas, [...] aos fidalgos, homens de posse, e detentores de poder econômico que gozavam da intimidade das autoridades administrativas (INCRA,1985, p. 4).

Assim, a produção do espaço no Brasil correspondeu ao acúmulo de diversas ações interventoras desenvolvidas pelo Estado na distribuição de terras e na forma das leis, cuja evolução, de acordo com estudo realizado por Garcez & Machado (2001), apresenta-se resumido no Quadro 1, no qual se demonstra que os modos de distribuição e administração do território levaram à sua concentração e apropriação em mãos de poucos poderosos, razão pela qual evoluiu uma estrutura agrária do tipo latifúndio. Nesse quadro observa-se que a primeira Lei de Terras no Brasil (Lei 601 de 18/09/1850), apenas cessou os efeitos da legislação portuguesa no Brasil, embora as irregularidades continuassem protegendo os interesses dos grandes latifundiários. Mesmo após a primeira Constituição de 1891 e depois da consolidação da Lei do Estatuto da Terra (Lei 4.504, Artigo 64), os efeitos da concentração das terras se fizeram sentir através da evasão do homem do campo e da proliferação da pobreza nas zonas

urbanas, cujos índices entre os indicadores da pobreza no país constavam como os mais significativos.

Quadro 1 - Evolução da lei de concessão de terras no Brasil - processo de territorialização

Documentos e/ou instrumentos de regulação e datas	Tipo de ordenação ou autorização	Objetivo de regulação, benefício e efeitos	
Modelo sesmarial	1521 - Ordenações Manuelinas. Início da implantação do modelo sesmarial.	Concessão administrativa de terras e instituição do latifúndio.	Privilegia-se o aspecto do povoamento e cultivo das terras, aliviando a preocupação da metrópole pela ocupação da colônia. Delega à iniciativa privada o ônus da ocupação e proteção da colônia, mediante cessão de terras a quem se dispusesse ocupá-las e cultivá-las por conta própria.
	1530 - Carta Régia - Introdução do sistema de capitanias hereditárias.	1ª doação: Capitania de Todos os Santos. Doador Francisco Pereira Coutinho ao Donatário Diogo Álvares Correia.	Martim Afonso de Souza, preposto do Rei de Portugal no Brasil para doar terras em regime de sesmarias. Inicia-se a prática de doações das terras. Ampliam-se os poderes dos donatários que nomeiam autoridades administrativas e juizes, recebem impostos e distribuem terras segundo seus critérios.
	1536 / 1548 - Regimentos e Forais dos Governadores complementados pelas Cartas, Ordens Régias, Alvarás, Provisões e Avisos Reais.	D. João III nomeia o Governador Geral.	Tomé de Souza foi nomeado para governar, disciplinar a vida na colônia, organizar o processo de repartição, distribuição e ocupação das terras novas, além de reaver os poderes concedidos aos donatários .
	1603 - Ordenações Filipinas	Compilação das leis Afonsinas e Manuelinas e Forais do Reino.	Acrescia uma preocupação ambiental pela preservação da fauna, flora, ordenamento da extração de madeiras, caça e pesca e ainda proteção das águas contra poluição.
Primeira Lei de Terras do Brasil. Regulamento 1318. Regula a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.	1822 / 1854 - Período denominado de “Regime de Posse”. Norma Jurídica Global referente à terra no Brasil.	Suspende a concessão de terras. Cessam os efeitos da legislação portuguesa no Brasil. Surge o Regime de posses.	-Lei visava regularizar a situação fundiária do Brasil. Permitia a ocupação aleatória de terra sem formalização legal. Dispunha sobre terras devolutas, as obtidas por título de sesmaria, posses primárias, mansa e pacífica e implantação de colônias rurais. Eivada de irregularidades, apenas protegia os interesses dos grandes latifundiários.
1891 - Primeira Constituição Federal	Artigo 64, o Estado legisla sobre suas terras.	Transmite para o domínio do Estado as terras devolutas e as terras das minas.	Decide sobre cessão de terras e legaliza a situação de terras irregulares.
1964 - Estatuto da Terra.	Lei 4.504 de 30 novembro	Se presta como instrumento legal da posse e uso da terra, com ênfase na função social.	Passa-se a propugnar pela modificação da estrutura agrária para reduzir os efeitos da má distribuição. Permite-se ao governo regulamentar sobre o uso da terra.

Fonte: GARCEZ & MACHADO (2001, p.17-28). Adaptação da autora.

Nos moldes da construção histórica do território brasileiro, propiciou-se o surgimento de relações conflituosas entre trabalhadores do campesinato e proprietários latifundiários, chegando-se, inclusive, à constatação do uso da violência como resultado de altos índices de concentração de renda e de terras, sobretudo no Nordeste Brasileiro, fatos estes registrados através dos dados da Tabela 3 (sobre concentração de renda) e Tabela 4 e gráfico 3, (sobre índices de concentração da terra), inseridos no item que estuda a estrutura fundiária dos últimos quarenta anos.

2.2.1 O papel do Estado na composição da sociedade

A formação da sociedade brasileira é resultado da intervenção do Estado na condução da formação do próprio território, ao longo de toda a sua história e através das - políticas de povoamento e colonização. A partir da segunda metade do século XVI até o século XVIII, houve o aporte do elemento africano na condição de escravo. Ao final do período escravocrata e com a abolição da escravatura, discutia-se a formação da sociedade brasileira em meio às polêmicas e antagônicas posições entre imigrantistas e abolicionistas aos quais nos referimos anteriormente. Nessa fase o governo lançou mão de novas estratégias e políticas internas, adotando a imigração como forma de ocupação e colonização. Fatores externos, como as crises político-sociais e religiosas ocorridas nos países europeus e asiáticos, pressionavam seus próprios cidadãos, forçando-os à emigração em busca de novas oportunidades de vida. Assim, o Brasil se tornou um ponto de atração para imigrantes de todas as partes do mundo.

Segundo Prado Jr. (1956, p. 187-195), as portas se abririam no Brasil para levas de imigrantes oriundos de diversas partes do planeta e destinados, principalmente, às atividades do setor agrícola. Em razão do grande contingente de estrangeiros recebidos, diz-se que grande foi a contribuição dos processos migratórios na composição da sociedade brasileira, registrados em todas as fases da história do povoamento do nosso País. Esse autor afirmou ainda que o período da imigração de europeus no século XIX se caracterizou por uma fase em que o Brasil recebeu o maior contingente migratório de sua história, a qual “[...] estaria intimamente ligada à escravidão e à grande transformação do regime de trabalho no país [...]”, pois os imigrantes europeus passariam a desempenhar importante papel na manutenção das extensas lavouras de café.

Mas, além dos objetivos políticos e militares estratégicos, o principal seria o de colonizar a imensidão do nosso território e constituir uma sociedade, que acabou sendo definitivamente plasmada a partir da miscigenação entre os índios nativos, escravos africanos,

emigrantes de origem europeia e asiática, embora naquela época fosse dominada por uma minoria branca que tinha o interesse do domínio do território. No início do século XIX, os fluxos migratórios se intensificaram devido à política de povoamento oficial, conjugada a iniciativas particulares e nas quais se discutia a configuração do país como nação e o tipo de povo que a elite governante desejava que o constituísse, segundo afirmou Germani (1993, p. 406), citada em capítulo anterior.

Assim, pode-se dizer que a colonização e o povoamento do Brasil ocorreram à custa de políticas de intervenção internas, favoráveis às imigrações e em conformidade com os interesses político-econômicos das classes dominantes e ao longo de toda a nossa história, incluindo também a preocupação em preencher extensos vazios do nosso território.

Basicamente, o grosso da população estrangeira, entre 1820 e 1920, era de origem europeia, sobretudo de italianos, desembarcados em São Paulo e admitidos para trabalhar nas fazendas de café. Segundo consta, chegaram ao Brasil 3.643.123 imigrantes, conforme se vê no Quadro 2 – Movimento imigratório no Brasil de 1820 a 1920, extraído de Germani (1993). Observe-se que nesse quadro a população japonesa se inclui na coluna classificada como "diversos", totalizando 132.726 imigrantes, conforme indica o IBGE apud GERMANI (1993, p. 401).

Quadro 2 - Movimento imigratório no Brasil de 1820 a 1920

Alemães	Austriacos	Belgas	Franceses	Espanhóis	Inglêses	Italianos	Portugueses	Russos	Suecos	Suiços	Turcos-Árabes	Diversos*	Total
131.441	80.062	5.421	30.503	510.420	19.456	1.388.881	1.051.155	104.870	5.540	11.780	58.394	245.200	3.643.123

Fonte: IBGE, apud GERMANI, 1993: p. 402-405.

*Inclui imigrantes japoneses. (Adaptação da autora)

2.2.2 As migrações do Japão para o Brasil

A presença de agricultores de origem japonesa em assentamento rural do Estado da Bahia nos estimulou a buscar as razões que os trouxeram e, em particular, ao Núcleo JK. Parece-nos significativo realizar uma revisão histórica, de forma a resgatar os períodos das ocorrências migratórias no Brasil, para que entendamos o processo, principalmente o dos grupos de origem japonesa, que começaram a se transferir no final do século XIX com destino a diversas regiões do nosso País.

A tramitação de um acordo bi-nacional entre Brasil e Japão permitiu que imigrantes japoneses entrassem em nosso país para trabalhar nas lavouras de café, e esse se transformou em um dos efeitos mais significativos do Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, segundo afirmou Leão Neto (1989, p. 17). Firmado em Paris, em 5/11/1895, tal acordo visava desenvolver relações amistosas de comércio e navegação entre os dois países. De início as imigrações japonesas convergiam para o Estado de São Paulo, mas depois foram ampliadas para todos os estados brasileiros.

As migrações japonesas se originaram a partir da desintegração do sistema feudal, quando o Estado japonês passou pela “restauração Meiji”, em 1868, que provocou profundas e intensas reformulações socioespaciais e econômicas, em um país de cultura milenar e, tradicionalmente, sustentado pela economia agrária.

A política adotada era favorável ao desenvolvimento industrial e, por isso, transformou as altas taxas da terra em subsídios empregados na modernização da indústria. Tal medida causaria um grande impacto à tradicional economia agrícola japonesa, gerando crise principalmente entre os pequenos proprietários do setor (SANTOS, 1994, p. 24).

Segundo Leão Neto (1989), a “[...] alta taxa sobre a propriedade rural, trouxe o empobrecimento da população japonesa, sobretudo das classes trabalhadoras do pequeno campesinato [...]”, que ficaram à margem do processo de modernização do País. Acrescia-se, ainda, o fato de o governo exigir o recolhimento dos impostos em moeda corrente e não mais *in natura*, conforme se procedia anteriormente. A queda dos preços do arroz no mercado internacional em 1884 liquidou com os pequenos proprietários, endividando-os a ponto de perderem suas propriedades para o governo ou em favor das classes sociais mais abastadas. Com isso muitos lavradores perderam as terras e se viram obrigados a arrendá-las ou abandoná-las por falta de recursos, passando a fazer parte das camadas de baixa renda nas grandes cidades (LEÃO NETO, 1989, p.17).

Nessa situação, segundo afirmou Dore (1959) *apud* Staniford (1973, p. 33), o Japão vivia sob pressão política e com sérias dificuldades em sua estrutura socioeconômica, sendo, inevitavelmente, forçado a admitir e criar alternativas externas de trabalho através da política de estímulo à emigração, acionada a partir de 1897. No início, o movimento migratório japonês se limitou às fronteiras internas do País, o que foi considerado por Vieira (1973, p.30 e 31) “como uma pré-condição do desenvolvimento industrial do Japão, de onde a mão-de-obra expelida saía das regiões agrícolas”, contribuindo para a expansão das regiões urbanizadas, razão pela qual a autora, ao avaliar esses movimentos, afirmou que:

[...] do ponto de vista técnico resolutivo do problema demográfico de um país superpovoado esse movimento migratório foi pouco significativo. Mas em termos de suas implicações econômicas, sociais e políticas, esse total assumiu outra importância. [...] Os emigrantes que atingiam áreas fora do controle político japonês, provinham na sua maioria de níveis socioeconômicos inferiores e de áreas menos desenvolvidas e predominantemente agrícolas [...] (VIEIRA, 1973, p.33).

De modo geral, a emigração representou para o governo japonês o alívio das tensões sociais causadas por problemas de desemprego, crise agrícola por exigüidade de terras agricultáveis, excesso de população, fome, miséria, seca, elevação dos tributos, endividamento e alienação das propriedades agrícolas em favor dos mais ricos e, somando-se a esses problemas, os desastres causados pelas forças da natureza, tais como furacões, vulcanismos e terremotos (YAMASHIRO, 1964, p. 160).

Por outro lado, conforme afirmara Leão Neto (1989, p. 8, 21), o Brasil surgia como um ponto de convergência às imigrações japonesas, o que aconteceu tão logo assinou com o Japão o “Tratado da Amizade, Comércio e Navegação”, em 1895. Mas até que essas correntes migratórias se concretizassem, forte movimento de resistência interna se registrara nos meios diplomáticos brasileiros causados pelo preconceito dos imigrantistas contra os asiáticos e pelos abolicionistas que eram favoráveis à incorporação dos escravos africanos ao setor agrícola cafeeiro e à indústria manufatureira — em processo de estabelecimento — e que segundo afirmação de Prado Junior (1956, p 145), representava um terço da população total. Na realidade Prado Junior afirmou que a corrente migratória se intensificou no Brasil depois de 1850, chegando, inclusive, a ter existido o período em que se viu “[...] coexistir nas lavouras de café, trabalhadores escravos e europeus livres (ibid, p. 179)”. Por ocasião da abolição em 13 de maio de 1888, a massa de escravos liberta não teve acesso à terra, pois já vigorava a Lei nº 601 de 1850 (ou Lei de Terras, como ficou conhecida), a partir da qual se proibia toda e qualquer aquisição de terra devoluta sem que fosse comprada (a terra se transformou em mercadoria), enquanto que posses “mansas e pacíficas”, adquiridas por ocupação primária (doação sob regime sesmarial⁶), a lei estabelecia regras para sua legitimação e registro.

Reinava no País, uma crise social interna, ocasionada pelos antagonismos entre

⁶ Impõe-se esclarecer, todavia, que o regime das sesmarias que vigorava entre nós, nada tem de semelhante com o regime das sesmarias - a não ser o nome - que vigorava em Portugal, ao tempo de D. Fernando I. Em Portugal a Lei objetivava obrigar os proprietários a cultivar suas terras para resolver o problema de abastecimento de gêneros alimentícios. E aqueles que não pudessem lavrar todas suas terras deveriam arrendar o excesso, sob pena do confisco, distribuindo-a com quem a quisesse aproveitar, quando o senhorio não quisesse trabalhá-la diretamente, nem aforá-la. No Brasil, as concessões de sesmarias, entretantes, passaram a ser fonte de escândalos administrativos, uma vez que só os mais ricos as recebiam. E por isso mesmo, elas - as sesmarias - foram a grande fonte do estabelecimento do latifúndio no Brasil. A partir de 1549, o regime das sesmarias sofreu uma série de alterações, através de leis especiais. Assim, pela Carta Régia de 27.12.1695, fixou-se um limite máximo de 05 (cinco) léguas de área a ser doada, assim como se instituiu, além do dízimo, o "pagamento de um foro, segundo a grandeza ou bondade da terra". Lei das Sesmarias prevaleceu no direito brasileiro até 18 de setembro de 1850, quando foi promulgada a Lei nº 601 (CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Terras devolutas nas constituições republicanas, s/d). <<http://www.jfse.gov.br>>. Acesso em dezembro/2004.

aboliconistas e imigrantistas — classe constituída pelos fazendeiros da cana-de-açúcar, algodão e cafeicultores — que participavam da elite do poder. Vitoriosos desses conflitos, os imigrantistas conseguiram atrair estrangeiros para o trabalho, que antes era executado nas lavouras e fruto da mão-de-obra escrava. Assim, segundo expõe Leão Neto, na concretização da política imigratória, os governos envolvidos contrataram firmas concessionárias, a exemplo das *Toyo Imin Kaisha* e a Prado Jordão, que realizaram o processo da emigração no final do século XIX, chegando ao registro de 1.500 a 2.000 imigrantes introduzidos no Brasil (LEÃO NETO, 1989, p. 22).

Aos olhos dos japoneses desejosos de emigrar, a possibilidade de apropriação de espaço agricultável, por si só, constituía grande vantagem, principalmente porque foram influenciados por intensa propaganda no Japão. Sob esse aspecto, a cultura, os familiares e a terra natal deixados para trás não impediram, conforme afirmou Maekawa (1995, p. 21), que as “[...] disparidades econômicas os motivassem a buscar a prosperidade financeira fora de seu país”. Ao contrário, o desejo de voltar à terra natal, foi suficiente para criar na maioria dos agricultores “a pretensão de enriquecimento rápido e retorno imediato, [...] o que marcou o objetivo e o caráter temporário da emigração”. Por outro lado, conforme avaliou Vieira (1973, p. 34), aquela motivação inicial nos japoneses viria influenciar o processo de absorção e integração dos imigrantes, como veremos na seqüência deste estudo.

Buscando uma correlação das causas e efeitos dos movimentos migratórios entre Brasil e Japão, lembramos a afirmativa de Tsukamoto (1973, p.13) sobre o fato de determinado processo imigratório envolver demanda de um “país receptor” e capacidade de atendimento à demanda por parte do “país remetedor”. Sob tais aspectos vimos os fatores de crise no Japão e as perspectivas de prosperidade no Brasil — através da capacidade de receber os emigrantes e colonizar áreas do território brasileiro — convergirem no sentido de atender às carências de ambos os lados. As causas e conseqüências dos episódios migratórios entre Brasil e Japão apresentam-se resumidas no Quadro 3.

Segundo Vieira (1973, p. 39), em 1908, a primeira leva de imigrantes nipônicos vindos para o Brasil foi introduzida pela companhia *Kokoku Shokumin Kaisha*, em um total de 168 famílias. Até 1925 outras levas de imigrantes japoneses penetraram auxiliados pelo governo do Estado de São Paulo, sendo que a fase experimental dos japoneses no Brasil durou até 1925, com destaque para dois períodos de recesso: o primeiro, de 1914 a 1916, em que os japoneses tiveram dificuldades de adaptação à lavoura cafeeira; e o segundo, entre 1922 e 1925. Desde então, o Japão passou a subsidiar a imigração, até o novo recesso que passou a vigorar em 1934.

Quadro 3 - Causas e conseqüências das migrações para o Brasil

Período	Local	Principais fatos históricos, políticos e econômicos		Conseqüências Geradas
Séculos XVII a XIX	Japão	Shogunato Tokugawa ⁽³⁾	Período Bakufu ⁽¹⁾	Crise política, social e econômica; dificuldades financeiras, fome, miséria, calamidades naturais, pestes.
Final Século XIX (1868)		Restauração Meiji - Era do capitalismo no Japão ⁽²⁾	Política de desenvolvimento industrial, avanços na medicina e melhoria na qualidade de vida.	Alta taxa de terras, concentração de terras, excesso população, exigüidade de terras agrícolas, endividamento dos agricultores, fome, desemprego. Estimulo ao processo emigratório para o Canadá e Estados Unidos.
1875 / 1888	Europa	<i>Push factors</i> (repulsão) ⁽³⁾ <i>Pull factors</i> (atração)	Dificuldades econômicas cíclicas (fome e crise agrícola).	Grande Migração Atlântica de europeus para países americanos.
			Dificuldades estruturais (desemprego por impacto da revolução industrial).	No Brasil, final do período escravocrata. Coexistem mão de obra estrangeira e escrava ⁽⁶⁾ .
			Pressões políticas e religiosas.	Emigrações em massa de europeus.
1888	Brasil / Japão	Lei Áurea	Abolição da escravatura. Mudança do regime de trabalho.	Política de migrações. Substitui-se o trabalho escravo pelo trabalho livre do imigrante europeu. Ingresso de 166.541 europeus em São Paulo, no Brasil. Manutenção da cultura cafeeira ⁽⁴⁾ .
1895		Tratado da Amizade, Comércio e Navegação	Iniciam as migrações japonesas para o Brasil.	Diversificação de culturas agrícolas. Cessam as imigrações européias no Brasil.
1905				
1924	EUA	<i>Exclusion Act</i> ⁽³⁾	Fechamento de fronteiras aos imigrantes nos EUA.	Quota <i>Immigration Act</i> . Proibição de ingresso de japoneses nos EUA ⁽³⁾ .
1945	Japão	Finda a 2ª Guerra Mundial	País derrotado, empobrecido, com excesso de população.	Estímulo às migrações através das firmas concessionárias de emigração japonesa para o Brasil, nos estados da Bahia, Amazonas, Pará e Mato Grosso.
1956	Brasil	Governo Juscelino Kubitschek 1956 - 1960	Plano de Metas ⁽⁵⁾	Transformação a estrutura econômica do País: cria indústria de base reformula condições de interdependência com o capitalismo mundial. Criação da SUDENE, para dominar as tensões crescentes entre as massas camponesas. Regionalização da economia
1958	Bahia	Antônio Balbino	Redução das importações de consumo de produtos agrícolas.	Formação das agrovilas. Priorização da política de colonização. Implantação de núcleos de colonização. Criação do cinturão verde no entorno de Salvador. Assentamento rural para colonos brasileiros e japoneses.
1959		Lomanto Júnior		
		Juracy Magalhães		

Fontes: MAEKAWA (1995: p. 19)⁽¹⁾; YAMASHIRO (1964: p. 172)⁽²⁾; LEÃO NETO (1989: p. 7, 8, 18)⁽³⁾; Taunay apud KOSHIBA & PEREIRA (1996: p. 200)⁽⁴⁾; IANNI (1979: p.150-151)⁽⁵⁾; (PRADO JUNIR, 1956, p. 147)⁽⁶⁾. (Adaptação da autora)

Leão Neto (1989, p. 28, 31), baseando-se nos dados do IBGE (Anuário Estatístico de 1951), caracterizou duas fases da imigração: a primeira, a qual considera ter sido um período experimental — até 1925 — quando se registrou a entrada de 41.270 japoneses; a segunda, quando o número de nipônicos triplicou para 134.832 indivíduos que registraram a entrada no País. A ampliação desse número entre uma e outra fase, no entender do autor, teve como causa principal a intervenção imposta pelo governo brasileiro, a partir do recesso nas imigrações ocorrido durante a fase experimental. Após o Brasil e o Japão entrarem em acordo para estabelecer normas e regulamentar a entrada dos imigrantes em território brasileiro, uma nova fase se iniciou. Em 1954 o governo federal criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), então vinculado ao Ministério da Agricultura e este se conveniou à Concessionária de Imigração Japonesa (*Kaikyoren*), para juntos coordenarem os movimentos migratórios para o Brasil. Dessa época em diante se intensificou a entrada de japoneses, e estes foram conduzidos a outros Estados brasileiros como o Amazonas, Pará, Mato Grosso e Bahia.

Na Bahia o INIC e o Governo do Estado, em operação conjunta com a Concessionária de Imigração Japonesa – a firma *Kaikyoren* – franquearam a entrada de japoneses diretamente para o Núcleo JK a partir de 1959, embora o primeiro imigrante japonês, o Senhor Konosuke Shimada, antes de vir direto para a Bahia, esteve primeiro no Estado do Amazonas, para depois, se estabelecer no Núcleo JK (FUJIKURO e FUNAKI, 1989, p.2). À época em que os imigrantes começaram a chegar ao Núcleo JK, o Japão já era uma crescente economia industrial. Em depoimento para esta pesquisa, Suichi Watanabe⁷, produtor agrícola do Núcleo, afirmou que três ou quatro anos após a guerra,

[...] o Japão começou a reativar sua indústria e se organizar economicamente. Depois que a indústria cresceu e se normalizou ao final dos anos 50, o Japão já era 4º maior produtor exportador mundial de automóveis, depois da Alemanha e Itália (WATANABE, 2003, em entrevista para esta pesquisa).

Mas, segundo Vieira (1973, p. 27,41), havia no Japão, um contingente populacional de nível socioeconômico inferior, originário, na sua maioria, das áreas menos desenvolvidas e predominantemente agrícolas, que se tornaram mais pobres devido às implicações econômicas, sociais e políticas da crise do pós-guerra. Esta crise se arrastou levando o país a exportar cidadãos sem terra, dada as circunstâncias diante de problemas como falta de matéria-prima, excedente demográfico, escassez de alimentos e de terras

⁷ Suichi Watanabe veio para o Brasil em março 1960. Chegou ao Brasil, na Bahia, em 14/04/60. Tinha 11 de idade. Atualmente tem 54. Nasceu na cidade de Ehime, Japão. Veio com a Irmã mais velha e os pais Daizo Watanabe (falecido) e a Mãe (fala pouco e compreende pouco o idioma português).Entrevistado em 18/11/2003.

agricultáveis que, na maior parte, estavam em poder das classes mais ricas, conforme referido anteriormente.

O depoimento de Suichi Watanabe acrescentou para esta pesquisa uma informação importante sobre a fase daquele crescimento repentino da economia japonesa, posterior à 2ª Guerra Mundial. Segundo ele, foi uma época em que a inflação no Japão havia alcançado níveis incomparáveis e, referindo-se à sua história particular, contou que:

após a guerra meu pai adquiriu patrimônio; montou sorveteria, cinema e microempresas. Em dez anos o Japão entrou em recessão e o governo reteve a moeda. [...] Nessa época Japão precisou fazer primeira olimpíada em Tóquio e começou organizar a cidade. Criou monotrilho, reorganizou aeroporto e torre de televisão. Iniciou a modernização. A maioria da população era jovem e concentrada na cidade. [...] Mas moeda não circulava no interior onde a atividade foi diminuindo. Os pequenos comerciantes começaram a quebrar, antes mesmo da olimpíada. O Japão não podia retomar inflação porque os Estados Unidos não deixavam. Então teve que desvalorizar o ien: um dólar equivalia 360 iens. Então governo incentivou prefeituras a estimular emigração e essa era a última oficial do governo japonês. Então nós resolvemos nos aventurar no outro mundo. Hoje o dólar custa 108 iens. Até 1970 continuou a imigração de particulares e agora parou por completo porque o Brasil deixou de aceitar emigrantes agricultores. De repente Japão cresceu e em 1974 a moeda estrangeira (dólar) caiu para 104 iens [...].(WATANABE, 2003, em entrevista para esta pesquisa).

Naquela situação de crise socioeconômica, o governo japonês passou a subsidiar a saída de trabalhadores, através de reforço dado às companhias de controle da imigração, que passaram a desenvolver núcleos planejados de colonização, voltados à produção de matéria-prima para o próprio mercado japonês. No Brasil, a partir de 1917, a *Brazil Takushoku Kumiai* (BRATAC) (*sic*), era subsidiária da *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A), conhecida como K.K.K.K. que, até 1941, operava monopolisticamente no controle da imigração, por meio de contratos de trabalho agrícola, recrutados por propaganda veiculada no Japão (Vieira, 1973, p. 40).

No Estado da Bahia as migrações japonesas ocorreram durante o governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) com seu Plano de Metas em um período que ficou conhecido como o período da “Política Desenvolvimentista”, em que houve concentração de esforços para o desenvolvimento industrial na base de incentivos e, principalmente, nos setores energéticos, de transportes, de alimentação, indústria de base, educação e para a construção de Brasília. Essa fase representou uma transição no plano dos investimentos, que mudaram quanto à origem do capital empregado, antes nacional (na época populista do governo Getúlio Vargas), para capital estrangeiro, ilimitadamente alargado, após o Golpe de 1964. Dessa forma, o Brasil se enquadrava às exigências do capitalismo internacional, sob a hegemonia norte-americana, aprofundando a dependência econômica ao mercado externo

(BIERRENBACH, 1982, p. 37-52).

No setor agrário, as medidas se restringiram à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, objetivando atenuar as “desigualdades econômicas e sociais, que adquiriam conotações políticas de cunho pré-revolucionário” e cujas tensões cresciam entre as massas camponesas nordestinas (IANNI, 1979, p. 150).

A reforma agrária foi considerada objetivo básico apenas no Plano Trienal do Governo João Goulart (1961-1964). A criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA)⁸ e a promulgação da Lei do Estatuto do Trabalhador Rural⁹ constituíram pontos básicos do governo do Presidente João Goulart, para o qual a questão agrária adquiria primazia sobre todas as outras, em face à obsolescência do modelo agrário em vigor. Esse se caracterizava por ser um modelo apoiado em uma estrutura baseada na extensa propriedade rural (o latifúndio) e na exploração do trabalho humano que, além de apresentar alto índice de concentração da terra — sobretudo no Nordeste Brasileiro — deixava de inserir na economia agrária, a massa de trabalhadores camponeses sem terra, realidade essa que se desdobraria em episódios de violência rural. Mas, numa iniciativa contra-reforma agrária, a SUPRA foi impedida de se concretizar, antes mesmo que pudesse atuar, sendo extinta tão logo se estabelecesse o Golpe Militar em 1964. Tal fato levaria Bursztyn (1984) *apud* Germani (1993), à demonstração de uma postura contrária, na qual afirmou que

[...] durante os primeiros anos de ação do INCRA a estratégia usada para a preservação da “*pax* agrária”, foi a de utilizar o instrumento de colonização como regulador de desequilíbrios. O excedente de população das áreas de “tensão social” era transferido para as regiões de fronteira agrícola, principalmente através dos programas de ocupação da Amazônia (BURSZTYN, 1984, *apud* GERMANI, 1993, p. 411 e 412). “Tradução nossa”.

Germani (*et seq*) acrescentou, ainda, que durante esse período estava em questão a colonização espontânea, sobre a qual tinham o objetivo de

[...] controlar, organizar, orientar ou reorientar os fluxos através da colonização dirigida, seja oficial ou particular, mas de maneira muito articulada, com a criação e expansão de empresas privadas de atividades agropecuárias e outras mais. E neste sentido, como expõe Otávio Ianni, a colonização dirigida se configura como uma contra-reforma agrária em dois sentidos: primeiro, transforma a reforma agrária de eixo, realizada pela colonização espontânea, em uma limitada e controlada distribuição de terras, em umas poucas e reduzidas áreas da Amazônia (GERMANI, 1993, p. 412). “Tradução nossa”.

Embora o Núcleo JK fosse anterior ao Estatuto da Terra e aos primeiros debates sobre reforma agrária, sua realização se deu a partir de uma intervenção do Estado e, através de um ato de desapropriação de terras. Toda sua extensão, formada pelas fazendas Lunda,

⁸ Lei Delegada número 11 de 11/10/1962.

⁹ Lei número 4.214 de 03 de 02/03/1963.

Camaçari, Itapecirica, Quebra Coco e São Pedro foi desapropriada e, antes disso, essas terras correspondiam a grandes latifúndios improdutivos. Após a expropriação dos seus antigos donos, ocorrida em meados da década de 1950, desenvolveu-se uma nova estrutura — cartografada na Figura 3 — baseada em 221 pequenas propriedades, entre as quais muitas ainda preservam o tamanho original desde que foi criado o NJK. Atualmente um bom número delas suporta atividades de produção familiar, voltadas para a comercialização de hortifrutigranjeiros nos mercados de abastecimento dos centros urbanos da Grande Região Metropolitana de Salvador.

Primeiramente em 1957, foram assentados colonos brasileiros e, posteriormente, em 1959, vieram os japoneses. Se antes a paisagem local se distinguia pela existência de incipiente pecuária extensiva alternada com agricultura de subsistência, após a desapropriação dessas terras, os efeitos surtidos na forma de organização espacial ficaram visíveis através das categorias forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1992, p. 49), que reedificaram a paisagem, evidenciando que produção desse espaço transformou sua estrutura agrária, em pequenas propriedades, nas quais foram introduzidas novas práticas espaciais, sobretudo agrícola familiar, de objetivos comerciais.

2.2.3 Projetos de assentamento rural na Bahia

Germani (1993, p. 428-432), ao fazer uma análise das experiências de colonização na Bahia, destacou alguns aspectos sobre os projetos oficiais desenvolvidos, entre os quais ressalta os núcleos criados nos municípios de Una, Jaguaquara, Ituberá, Porto Seguro, Andaraí, Jeremoabo, Queimadas, Serra do Ramalho e Camamu. Essas informações foram anexadas a outras diferentes fontes, possibilitando confeccionar o Quadro 4, no qual se fez uma relação dos principais núcleos coloniais criados na Bahia.

No Quadro 4 se observa que o Núcleo JK, embora não tenha sido o maior em termos de área ocupada, nem em número de pessoas abrigadas, correspondeu a um dos quatro maiores já organizados no Estado da Bahia, considerando o número de famílias assentadas.

Quando o governo de Antônio Balbino (1955-1959) optou pelo assentamento de pequenos produtores, no entorno da capital baiana (Recôncavo Baiano e a sudoeste desse), visava formar um cinturão verde para reduzir as importações de produtos como frutas e verduras, importados diretamente do Estado de São Paulo. Nessa época, considerando-se o que Motti et al. (1961/1962, p. 6) mencionavam, a economia dava sinais de ascensão pelo estabelecimento da indústria e das atividades de prospecção e exploração de petróleo e pelo incremento dado na construção das estradas locais. Basicamente, a Idéia do Governo da Bahia

Quadro 4 - Núcleos de Colonização da Bahia

Fonte	Ano de criação	Decreto criação	Planejamento Intervenção	Tipo	Nome do Projeto	Município	Área (ha)	Numero de ocupantes	Emancipação
SUDENE/ CETREINO	1949	s/i	INCRA	NC	Jaguaquara**	Jaguaquara	s/i	40	s/i
INCRA apud GERMANI (1993: p.428- 432)	1953	34.293/53	INCRA	PIC	Una	Una	5.549	182	1976
	1953	34.293/53	INCRA	PIC	Ituberá	Ituberá	3.724	211	27.10.76
	1953	34.293/53	INCRA	PIC	Porto Seguro	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	4.954	181	03.12.73
	1954	35.778/54	INCRA	PIC	Andaraí	Itaetê	8.188	286	02.08.73
	1955	38.207/55	INCRA	PIC	Jeremoabo	S. Brígida	5.117	167	02.08.73
	1955	38.207/55	INCRA	PIC	Queimadas	Queimadas	3.000	68	1973
	1973	74.072/73	s/i	PEC	S. Ramalho	B.J.Lapa/ Carinhanha	258.483	5.170	s/i
	1981	13/mar	s/i	PAR	Camamu	Camamu	4.497	86 famílias	s/i
FURUICHI (1999: p.58)	1957- 1962	s/i	INIC - Governo do Estado (Secretaria da Agricultura)	NC	JK (inserção de 128 famílias japonesas)	Mata de S. João / Camaçari (federal e estadual)	4.765,7 ⁽¹⁾	221 famílias	s/i
AKAHORI (1997: p.51-80)	1955	s/i	s/i	C	Taquari **	Caravelas	s/i	120 famílias	s/i
	1959	s/i	s/i		Aparaju **	Caravelas	s/i	s/i	s/i
	1959	s/i	s/i		Jureana **	Teixeira de Freitas	s/i	s/i	s/i
	1965	s/i	s/i	C	Lomanto Júnior	Teixeira de Freitas	16.000	s/i	s/i
	s/i	s/i	s/i		Posto da Mata	Nova Viçosa	s/i	s/i	s/i
	s/i	s/i	s/i		Eunápolis **	Eunápolis	s/i	s/i	s/i

Fontes complementares: Base planimétrica do Núcleo JK⁽¹⁾. Não se dispõe de informação = s/i. Inserção de japoneses**. Núcleo Colonial (NC); Projeto Integrado de Colonização (PIC); Projeto Especial de Colonização (PEC); Projeto de Assentamento Rápido (PAR); Colônia (C). Adaptação nossa.

era substituir extensas áreas improdutivas, por pequenas propriedades, onde se pudesse produzir o que era importado de São Paulo e, com isso, ampliar a produção local, criar trabalho e remuneração para uma parcela de população rural e atender à crescente demanda nascida em Salvador e sua região.

Assim, algumas colônias foram implantadas e o NJK foi o primeiro realizado pelo governo do Estado da Bahia, em conjunto com a iniciativa do governo federal. Recebeu aproximadamente 220 famílias, entre as quais 120¹⁰ eram nipônicas, registradas entre 1959 e 1962 (FURUICHI *et al.*, 1999, p. 58). Sobre a fundação do Núcleo JK, João Meirelles, um dos seus fundadores, contou em depoimento a esta pesquisa:

[...] queríamos realmente fundar um núcleo em torno de Salvador, porque naquela época recebíamos tomate vindo de São Paulo. Isso não se justificava. Então em 1956 eu comecei a rodar aqui e encontramos a fazenda Lunda. [...] Ela ficava a 60 km de Salvador. E poderíamos começar aquilo que chamaríamos de cinturão verde. As outras propriedades também foram da mesma forma. E todas eram propriedades latifundiárias e inaproveitadas adequadamente. [...] Quando começamos a trazer famílias japonesas diretamente do Japão, foi porque eles detinham conhecimento e técnica mais avançados; eles são bons exemplos como agricultores, trabalham bastante. Já cansei de vê-los, de madrugada, combatendo formigas, os filhos trabalham; [...] até trouxemos os da segunda geração, exatamente para melhorar a condição do agricultor baiano. [...] Da parte do governo baiano e por intermédio do governo federal, houve o interesse em assentar colonos de origem japonesa, exatamente por apreciar sua força de trabalho, tradição e conhecimento técnico-agrícola, capazes de transmitir aos colonos brasileiros. Dessa forma poderiam melhorar a qualidade de vida e contribuir para mudar a cultura agrícola da população nativa local. (MEIRELES, entrevistado pela autora em 02/04/2004).

Mas, japoneses foram assentados também em outras colônias do sul da Bahia, entre as quais citam-se Una, Taquari, Aparaju, Juerana, Lomanto Júnior, Teixeira de Freitas, Posto da Mata, Eunápolis e Ituberá.

A julgar pelo que a Bahia importava de outros estados e o que atualmente se produz no JK, deduz-se que as técnicas agrícolas daquela época não eram exclusivas do conhecimento dos japoneses ali radicados. Tais afirmações nos levam à crença de que houve omissão ou ausência de vontade política, por parte dos nossos governantes, para reconhecer e aproveitar, já naquela época, o excedente de mão-de-obra agrícola existente em nosso meio rural. Caso contrário, teriam realizado a reforma agrária necessária e propiciado acesso à terra àqueles brasileiros desprovidos de recursos. Por outro lado, reconhece-se o valor de um trabalhador em franca condição de produzir, seja ele nacional ou estrangeiro, mas discursos como este, apenas estimulam, junto à opinião pública, o preconceito e a desvalorização da imagem do trabalhador agrícola brasileiro, fomentando-se a idéia de que são preguiçosos, enquanto um alto valor é atribuído ao trabalhador estrangeiro. E foi com base nesse discurso,

¹⁰ FURUICHI *et al.*, (1999), menciona a presença de 147 famílias japonesas presentes no NJK.

que se efetivou a absorção de mão-de-obra estrangeira no Núcleo JK, na esperança de obter deles, uma transferência de experiência agrícola que já era praticada e conhecida no Brasil. Verificou-se, pois, um desgaste de recursos materiais e financeiros do Estado, ao invés de aplicá-los diretamente na melhoria das condições de vida e trabalho dos nossos agricultores sem terra. Investiu-se no aporte de mão-de-obra estrangeira que, posteriormente, se excluiu para buscar oportunidades melhores em outras áreas mais desenvolvidas. É inegável o fato de que os japoneses tinham maior capacidade de buscar novas oportunidades fora do Núcleo JK, pois há que se considerar que as maiores facilidades na obtenção de recursos se encontravam ao seu alcance, fosse na forma de ajuda financeira ou ajuda material, vindas através do Consulado do Japão ou seus organismos de ajuda, como a Japan International Cooperation Agency (JICA), a Federação Cultural Nipo-Brasileira da Bahia e a Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK. Contudo, tanto a rotatividade de proprietários japoneses, quanto de brasileiros dentro do Núcleo JK, contribuíram muito para a descaracterização da finalidade social para a qual foi fundado. Os aspectos da transmissão de conhecimento e mudança da cultura agrícola, serão abordados em capítulo posterior.

2.2.4 Análise da estrutura fundiária dos últimos quarenta anos

Nos itens anteriores, abordamos o papel do Estado na distribuição das terras e a proximidade nas relações entre o governo e os “homens de posse ou detentores de poder econômico” (INCRA, 1985, p. 4), como estratégia de obtenção e manutenção de privilégios, principalmente no tocante à distribuição e ocupação dos grandes latifúndios, tanto no âmbito nacional, quanto regional do Estado da Bahia. A partir do entendimento desses procedimentos articulados pelas elites brasileiras, foi possível compreender como evoluíram os modos de apropriação da terra no Brasil e o porquê da formação de uma estrutura fundiária ociosa, baseada na grande propriedade e extensiva a vastas áreas do território, particularmente do Nordeste do País. A partir de então se buscou a origem do Núcleo JK e o modo como ocorreu a reestruturação do interior de seu espaço agrário, que passa-se a estudar em seguida, caracterizando e confrontando suas particularidades de forma contextualizada à estrutura fundiária a qual se integra.

Coelho (1966, p.13-14), com base em dados do IBGE, de 1965, concluiu sobre um aumento da concentração das terras na região Nordeste do Brasil, entre os anos de 1950 e 1960. De acordo com a Tabela 1 observa-se que, em 1950, 53% do total dos estabelecimentos rurais, com menos de 10 hectares (minifúndios), detinham 2,8% da área total dos estabelecimentos da região. Na década de 1960, os minifúndios representavam 61,6% do total

de estabelecimentos com 4,2% do total da área agricultável. Estas ocorrências são comprovadas através da Tabela 1 e gráficos 1 e 2, que se seguem.

Tabela 1 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro: proporção do número de estabelecimentos e área ocupada, segundo o tamanho das propriedades (ha)

Categorias de áreas em hectares	1950		1960	
	Número de estabelecimentos (%)	Porcentagem área total dos estabelecimentos (%)	Número de estabelecimentos (%)	Porcentagem Área total dos estabelecimentos (%)
Menos de 10	53,3	2,8	61,6	4,2
De 10 a 100	35,5	17,9	29,9	21,1
De 100 a 1.000	10,3	40,5	7,4	42,2
De 1.000 a 10.000	0,9	20,5	0,5	24,8
Mais de 10.000	0	10,5	0,2	7,7
S/ declaração de área	0	0	0,4	0
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE- 1965 apud COELHO (1966, p.13-14). Gráficos 1 e 2.

Proporção de estabelecimentos e área ocupada segundo o tamanho das propriedades (ha)

Gráfico 1 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro em 1950

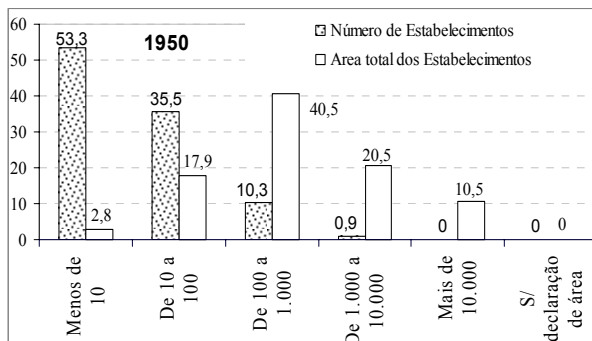
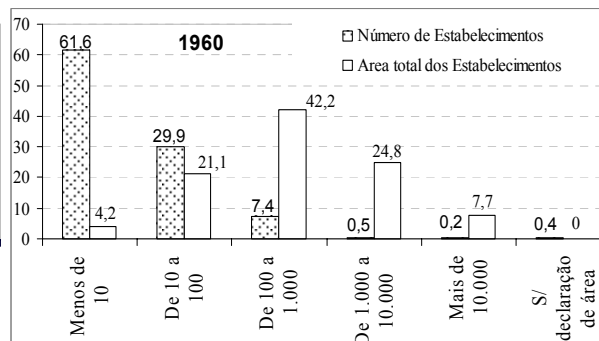


Gráfico 2 - Estrutura fundiária do Nordeste Brasileiro em 1960



Fonte: IBGE, 1965 apud COELHO (1966, p. 13-14). Tabela 1.

De acordo com os estudos desenvolvidos pela SEAGRI (1992, s.p.), para 779 imóveis arrolados em seus levantamentos, observou-se, na década de 1970, que 1,4% das terras estavam representadas por minifúndios, enquanto que 32,8% da área total, estava ocupada por estabelecimentos acima de 10 mil hectares, considerados grandes propriedades.

Outra informação de importância, também sobre o Nordeste do Brasil, foi acrescentada por Hoffman (1976) apud INCRA (1985, p. 9) que registrou elevados índices de concentração de terra. Segundo ele, os valores permaneceram crescentes no período 1970-1975, já se confirmando um quadro de pobreza diagnosticado pela SEAGRI (*op. cit.*), no tocante aos decênios anteriores. A Tabela 2 demonstra essa ocorrência, através dos valores crescentes dos Índices de *Gini*, registrados para os períodos que se seguem:

Tabela 2 - Concentração das terras no Nordeste Brasileiro (Índice de *Gini*)¹¹

Período	Índices
1960	0,786
1970	0,801
1975	0,814

Fonte: HOFFMAN (1976), apud INCRA (1985, p. 9).
Referência ao Gráfico 3 e Tabela 4

Um outro fenômeno social registrado no mesmo estudo da SEAGRI *op. cit.*, [s.p.], se refere aos percentuais de concentração da renda considerados para o decênio 1970-1980. As interpretações que se fazem das tabelas 1, 2 e dos dados mostrados na Tabela 3, conduzem à conclusão de que a renda obtida pelas populações mais pobres do Nordeste Brasileiro, apresenta valores cada vez mais baixos, enquanto que a renda obtida pelas populações mais ricas amplia-se, mostrando ganhos quase triplicados. Todos esses fatos considerados, são denotativos, segundo seus autores, de uma séria situação de pobreza regional.

Tabela 3 – Nordeste Brasileiro: valores percentuais de concentração da renda rural regional

Censo 1970/1980	Percentual de População mais pobre da zona rural regional	Participação na renda rural regional
1970	20%	5,2%
1980	20%	3,2%
	Percentual de População mais rica da zona rural regional	Participação na renda rural regional
1970	1%	10,5%
1980	1%	29,3%

Fonte: SEAGRI (1992: não paginado). Adaptação da autora.

Segundo ainda informações da SEAGRI (1992), no período entre 1976-1978, verificou haver na Bahia 83% de terras latifundiárias ociosas. Por seu lado, o INCRA (1985, p. 9) também concluiu sobre uma grave concentração de renda e de terras, principalmente no Estado da Bahia onde, além de ociosas, as terras eram distribuídas, majoritariamente, para formar estabelecimentos do tipo latifúndio, fato contrário ao “preceito constitucional de justiça social”, aliás, o “grande objetivo do Plano Nacional de Reforma Agrária”. Foi, portanto, por essa razão que a Bahia foi apontada, no relatório do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA, realizado pelo INCRA (1985, p.8), como “zona prioritária à implantação da Reforma Agrária”.

Dentro dessa macro-estrutura localiza-se o assentamento JK, cuja área, conforme já se mencionou, é formada pela soma de frações dos municípios de Mata de São João e

¹¹ O índice de *Gini* é uma medida do grau de concentração de uma distribuição que varia de 0 (zero) a 1 (um). O índice é 1(um) se a área ocupada for apenas um latifúndio. O índice zero significaria distribuição perfeita, ou seja: quanto mais próximo de 1(um) mais concentrado. Quanto mais próximo de 0 (zero), melhor a distribuição.

Camaçari. À época em que foi fundado o Núcleo JK, a região de entorno apresentava um quadro econômico rural baseado em pequenas lavouras de cultivos de subsistência como mandioca, feijão, legumes e laranjas, implantados entre extensas propriedades de incipiente atividade pecuária tradicional ou, por vezes, alternadas a áreas de floresta natural. Essa descrição se encontra em um estudo geográfico do município de Mata de São João, da autoria de Motti e outros (1961-1962, p. 14 e 23), que já se referiam ao Núcleo, no início dos anos sessenta, pela sua significativa produção agrícola na região.

Os dados sobre concentração da terra (índices de Gini) no Nordeste Brasileiro, foram elaborados por HOFFMAN (1976), apud INCRA (1985, p.9), para os anos 1960, 1970 e 1975 (Tabela 2) e revelam altos índices. Não muito distantes desses índices, estão os dos municípios de Mata de São João e Camaçari, que foram reunidos na Tabela 4 para mostrar que o Núcleo JK — cujo tamanho médio das propriedades é de 25 hectares — se insere em área de grande concentração de terras. Ambas as tabelas apresentam dados do Censo Agropecuário do IBGE, sendo que os dados da Tabela 4, foram elaborados pelo Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR — A Geografia dos Assentamentos na Área Rural¹², que realiza pesquisa sobre as questões agrárias do Estado da Bahia e o cálculo dos índices de concentração da terra, constituem-se em um dos seus resultados produzidos. Com base nesses estudos confeccionou-se uma planilha (Anexo 1) na qual se exibem os índices de Gini, que permitiram compor a Tabela 4 e o Gráfico 3, onde se observam as oscilações dos índices de concentração da terra, ao longo do período analisado.

O dado de 1920 se refere apenas ao município de Mata de São João. A partir de 1940, os dados já revelam altos índices de concentração, com sucessivo crescimento nos anos posteriores.

O período entre 1960-1975 permite observar, tanto para a área estudada quanto para o Nordeste Brasileiro, um certo padrão de crescimento representado por índices extremamente altos, reflexivos dos efeitos da política de modernização agrária, implementada a partir de 1964, a qual impulsionou o setor dos agronegócios voltados para a exportação e vinculou a agricultura brasileira à indústria, priorizando, através de incentivos, a grande empresa e favorecendo o processo de concentração de terras e renda. Em 1996, observa-se, para os referidos municípios, uma ligeira diminuição da concentração da terra. Com esses dados, se comprova a situação do Núcleo JK incrustado em área de grande concentração de

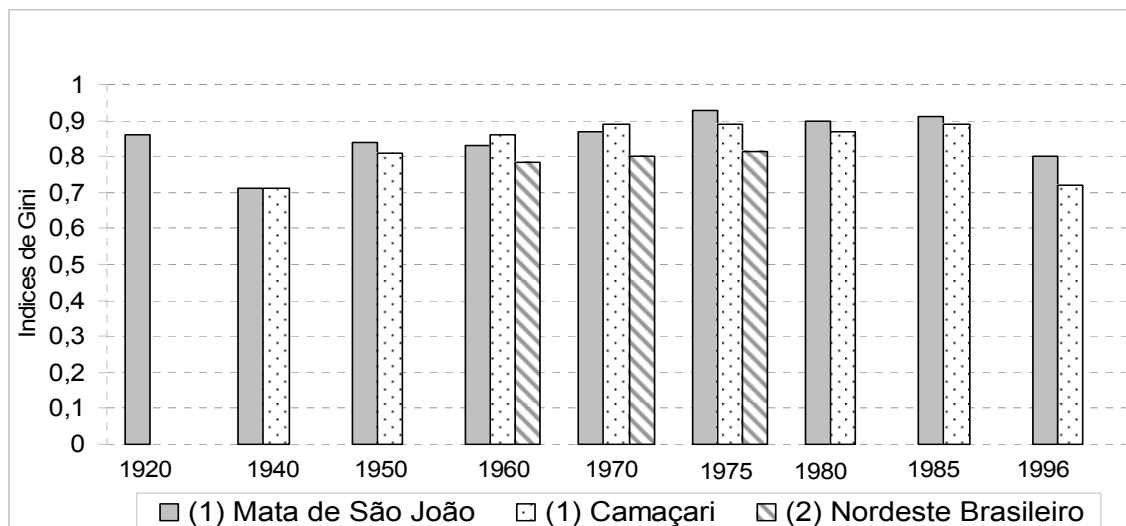
¹² Vinculado ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 4 - Índices de Gini: concentração de terras no NE Brasileiro e municípios de Mata de São João e Camaçari

	(1) Mata de São João	(1) Camaçari	(2) Nordeste Brasileiro
1920	0,86	—	—
1940	0,71	0,71	—
1950	0,84	0,81	—
1960	0,83	0,86	0,786
1970	0,87	0,89	0,801
1975	0,93	0,89	0,814
1980	0,9	0,87	—
1985	0,91	0,89	—
1996	0,8	0,72	—

Fonte: (1) IBGE: Dados elaborados pelo Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR .
(2) HOFFMAN (1976), apud INCRA (1985, p.9). (Anexo 1, Gráfico 3).

Gráfico 3 - Índices de Gini: concentração de terra no NE Brasileiro e municípios de Mata de São João e Camaçari.



Fontes: (1) IBGE: Dados elaborados pelo Projeto GeografAR (2004);
(2) HOFFMAN (1976), apud INCRA (1985: p.9) (Tabelas 2 e 4).

terras, embora sua estrutura se baseie em um conjunto de pequenas propriedades, cujas características se revelam a seguir, também confirmadas pela Figura 3.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO RECENTE DO NÚCLEO COLONIAL JK: RETERRITORIZAÇÃO

Conforme aludido, o Núcleo JK se estruturou em pequenas unidades de produção rural para cumprir uma função programada no intuito de reduzir as importações dos produtos hortifrutigranjeiros oriundos das zonas produtoras do Estado de São Paulo. Tornou-se uma das primeiras áreas de cinturão verde, previsto para o entorno da capital baiana e idealizado durante a administração Antônio Balbino, Governador do Estado da Bahia.

A disponibilidade de área surgiu, em primeiro lugar, com as fazendas Lunda e São Pedro, sendo posteriormente complementada com as fazendas de Quebra Coco, Camaçari e Itapeirica. Todas elas— por informação do senhor João Meireles, anteriormente referido — integravam uma antiga estrutura agrária ociosa que foi desapropriada pelo Estado para formar o projeto do Núcleo JK. Na primeira etapa, inaugurada em 1957, foram introduzidos os primeiros colonos, selecionados entre brasileiros, interessados e aptos a desenvolver lavouras e criação em base de relações sociais de produção familiar.

No nível dos governos do Japão e do Estado da Bahia, alguns interesses convergiram para a conclusão do projeto. De um lado, o governo baiano queria introduzir no entorno da Capital, o plantio e produção de hortaliças e, por outro lado, o governo japonês estimulava a emigração, em razão dos problemas socioeconômicos internos que enfrentava. Aproveitando-se disso, a Bahia resolveu abrir as portas do Núcleo JK aos imigrantes japoneses, o que, na visão dos planejadores do Núcleo, isso viria favorecer os colonos brasileiros já estabelecidos, diante da possibilidade de captação de *know-how*, em técnicas específicas de plantio, cuja base experimental, segundo acreditavam, situava-se no tradicional conhecimento agrícola do camponês estrangeiro. Sob os olhos dos governantes da época, a importação de mão-de-obra estrangeira representava um caminho na busca da melhoria da qualidade de vida para os colonos brasileiros residentes no Núcleo JK, principalmente, porque acreditavam na transferência de conhecimento e técnicas agrícolas. Mas neste aspecto, conforme visto no capítulo anterior e nas entrevistas realizadas, entre os imigrantes japoneses desembarcados na Bahia diretamente para o Núcleo JK, muitos não eram habilitados para a agricultura. Segundo afirmou Leila Maekawa (1995, p.23), dos imigrantes vindos para o Brasil após 1953, 43,6% deles eram agricultores e 56,4% eram trabalhadores de outros setores da economia japonesa. Portanto, conclui-se, por tais percentuais, que o tão esperado *know-how* não fazia parte da cultura agrícola de todos aqueles japoneses vindos para o Brasil e também entre aqueles que se estabeleceram no Núcleo JK. Aliás, esse fato não deveria ser

desconhecido do Governo Antônio Balbino, pois a SEGRI-BA proporcionou treinamento aos não habilitados para a agricultura. Pelas evidências se conclui por um tratamento diferenciado e lesivo aos brasileiros, cuja prerrogativa, imposta pelo Governo do Estado, para serem aceitos como colonos, era a de que precisavam ter habilitação para a agricultura.

Da parte dos governadores subsequentes — Juracy Magalhães e Lomanto Júnior — houve adesão ao projeto, de forma que contribuíram para o término do assentamento das famílias e prosseguimento da ocupação total da área.

De acordo com as fontes pesquisadas, não há precisão quanto ao número de famílias de colonos assentadas. Supõe-se que tenha sido da ordem de pouco mais que 220, embora haja quem se refira a 231, a exemplo de Baraúna (1988, p. 2), ou, conforme tenha aludido o senhor João Meirelles, se referindo ao estabelecimento de 253 famílias. Cruzando as informações e os dados levantados na pesquisa empírica, se soube que aproximadamente metade dos lotes ficou em posse dos colonos brasileiros, fixados desde 1957; outra fração coube aos colonos japoneses e suas famílias, acomodados entre 1959 e 1962. Furuichi *et al* (1999, p. 58) chegou a mencionar a entrada de 147 famílias. Porém, através de uma leitura minuciosa em toda sua obra, foi possível contabilizar um total de 120 famílias japonesas, aliás, número correspondente ao de outras informações obtidas via pesquisa direta. Portanto, consideraremos este último número para efeito de cálculos, conforme verifica-se no Quadro 5. Dessa forma, deduz-se que aos brasileiros coube 42% dos lotes, ficando 58% dos mesmos em mãos dos colonos estrangeiros. Tomando como base tais percentuais, embora não se tenham muitos elementos que os confirmem, dada a escassez de documentos e informações, conclui-se que a desapropriação implementada pelo Governo da Bahia significou um ato de desterritorialização de brasileiros, e nesse grupo incluem-se os posseiros que viviam nas grandes fazendas, favorecendo dessa forma, a maioria de estrangeiros, isso se considerada a divisão do Núcleo JK em 221 pequenas propriedades, conforme indicado na Tabela 5 e a Figura 3.

Após a anexação de todas as fazendas a área total do Núcleo JK passou a abranger um total de 4.765 hectares de terras. No seu interior foram construídos alojamentos em torno das duas vilas iniciais (Vila JK e Vila Camaçari), com várias construções como casas para os colonos, instalação da sede do Núcleo, prédio para a Cooperativa, escola, posto de saúde e até cinema para apresentação de filmes técnicos. Dessas construções restam algumas, ainda em uso, como os prédios da Cooperativa (fotos 2 e 3), atualmente em uso para a venda de insumos agrícolas e produtos de uso doméstico em geral.

Tabela 5 - Estrutura fundiária inicial do Núcleo JK, Bahia

Número do Lote	Grandes fazendas ou "regiões" do Núcleo JK. Área total = 4.765,70 (ha)				
	Lunda	Itapecirica	Camaçari	São Pedro	Quebra Coco
1	22,00	24,73	22,27	17,82	23,96
2	20,30	24,31	20,00	41,40	24,00
3	22,10	25,50	22,86	22,40	27,67
4	21,70	26,56	22,49	22,25	25,64
5	23,20	25,99	16,11	19,74	24,00
6	20,00	25,56	19,56	18,03	24,03
7	20,00	25,97	20,50	20,08	24,66
8	20,00	25,84	20,08	19,44	26,22
9	20,10	26,39	20,69	19,04	25,90
10	20,00	26,26	20,51	22,85	
11	20,50	26,57	22,50	19,36	
12	20,30	25,53	21,37	17,55	
13	20,00	25,53	21,37	18,09	25,48
14	20,20	25,41	21,24	21,74	27,87
15	20,60	25,94	21,09	19,17	25,65
16	20,70	25,34	20,48	19,78	24,66
17	20,10	25,11	19,43	19,85	
18	20,30	25,11	23,45	19,11	
19	20,30	25,86	20,05	19,25	
20	20,30	25,11	20,05	19,71	
21	20,10	25,11	20,05	20,53	
22	20,50	25,36	20,05	18,27	
23	21,50	25,36	20,00	19,31	
24	22,80	25,18	20,00	19,71	
25	12,10	25,27	20,00	19,85	
26	12,50	25,69	20,00	20,59	
27	12,00	25,12	19,62	19,34	
28	12,00	25,96	17,91	17,18	
29	12,00	24,99	19,00	18,71	
30	11,80	25,24	20,26	20,76	
31	12,10	25,24	18,00	20,40	
32	16,15	25,27	32,20	19,86	
33	15,20	26,00	19,15	20,33	
34	12,80	24,90	22,47	21,33	
35	12,80	24,86	19,30		
36	13,00	25,66	18,04		
37	20,70	25,39	20,54		
38	20,10	25,46	21,22		
39	20,10	24,82	20,53		
40	19,00	24,94	21,58		
41	15,00	24,60	19,46		
42	20,00	20,64	20,61		
43	20,80	25,24	23,70		
44	20,80	25,24	20,29		
45	20,20	25,24			
46	19,60	25,58			
47	19,45	25,34			
48	20,20	24,16			
49	20,00	25,35			
50	15,10	25,76			
51	15,00	25,58			
52	14,50	23,56			
53	20,80	24,76			
54	19,40	25,35			
55	20,00	24,56			
56	20,80	25,16			
57	20,20	25,16			
58	20,10	25,23			
59	19,50	25,17			
60	20,20	24,66			
61	20,30	25,12			
62	20,60	24,75			
63	20,50				
64	21,10				
65	20,30				
66	23,00				
67	22,00				
68	7,00				
Áreas parciais (ha)	1268,40	1564,65	910,08	692,83	329,74
Porcentagem de terras por região e em relação a área total do NJK (ha)	26,62	32,83	19,10	14,54	6,92
Tamanho médio dos lotes (ha)	18,65	25,24	20,68	20,38	25,36
Nº médio de lotes	30,80	28,10	19,90	15,40	5,90
Nº de lotes por região	68	62	44	34	13

Fonte: Base planimétrica do Núcleo JK, 1957 (Gráficos 4, 5 e 6)

Foto 2 - Prédio da Cooperativa Mista dos Produtores do NJK



Foto 3 - Cooperativa do NJK: exposição de serviços e produtos aos associados



Fotos da autora (julho de 2004).

Sobressaem também outras construções, como por exemplo, o prédio sede da Associação Cultural Nipo Brasileira de JK (fotos 4 e 5), local de funcionamento do curso de Japonês e onde acontecem todos os eventos festivos das tradições japonesas.

Foto 4 – Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde funciona o curso de Japonês.



Foto 5 - Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde se realizam as festas tradicionais.



Fotos da autora (julho de 2004).

Outros prédios foram abandonados e encontram-se em ruínas, a exemplo da granja e da incubadora de ovos (fotos 6 e 7). Assim, o Núcleo JK deixou sua marca na história dos assentamentos rurais da Bahia como a primeira colônia para agricultores nacionais e orientais, organizada pelos governos Estadual e Federal. Ficou no espaço e no tempo, um rastro de bens financeiros e materiais, envolvidos com trabalho e energia humana, perdidos por inadequação de uso e aplicação de técnicas em um meio natural que levou ao surgimento de doenças e pragas por excesso de umidade que, fatalmente, induziram à decadência do projeto de criação de aves, bem como dos equipamentos, conforme afirmação do senhor Yukio Iseki, entrevistado durante os trabalhos de campo.

Foto 6 - NJK - Ruína da granja de produção de frangos



Foto da autora (julho de 2004).

Foto 7 – NJK - Ruína da incubadora de ovos



Foto da autora (julho de 2004).

Por outro lado, considera-se o abandono em que se viram todos os colonos brasileiros e japoneses, frente ao nível do planejamento, que deixou à própria sorte seus ocupantes, sem prever a implantação das mínimas condições dignas de vida, nas quais os fatores como atendimento à saúde e a educação, a inclusão de um programa completo de saneamento básico, habitação e a implantação de um sistema de circulação de pessoas e mercadorias que, reunidos num mesmo espaço, proporcionariam a fixação do homem na terra.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA INICIAL DO NÚCLEO JK

Logo após a fundação do Núcleo JK e tão logo se estabeleceram os colonos, surgiram transformações na estrutura agrária. Teoricamente se deu sentido à definição concebida por Henri Lefébvre sobre a reprodução da sociedade em que o espaço passa a se revelar como “o locus da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, *apud* CORRÊA, 1995, p.26).

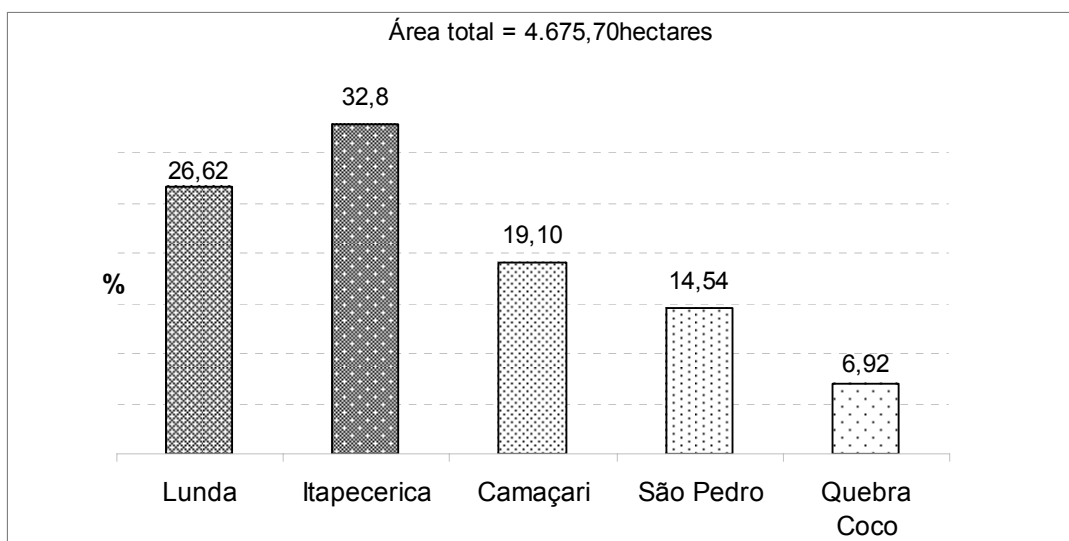
O processo de desterritorialização definido por Corrêa (2002, p. 251-252),

encontra-se caracterizado também na área em questão, em razão da desapropriação das grandes fazendas anteriores ao loteamento JK. Isso significou a extinção ou a desconstrução do latifúndio improdutivo em favor da unidade de produção familiar. Na seqüência desse processo, se realiza a reterritorialização a partir de uma propriedade padrão, diferenciada da anterior, distintamente por pequenas propriedades. Os reflexos dessas transformações se tornaram visíveis no Núcleo JK, pela proximidade entre uma e outra propriedade e existência de um “mosaico” de práticas agrícolas que, segundo Corrêa (2002, p. 252), “assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio”, boa parte das quais vigentes até a atualidade, a garantir trabalho, renda e sustentação aos que ainda produzem e moram na colônia JK, embora se apresentem em condições diversificadas, no que se refere à capacidade de manutenção da atividade produtora.

Os 4.765,7 hectares demarcados foram divididos em 221 pequenas propriedades, distribuídas segundo as localidades internas correspondentes às “grandes fazendas” ou “regiões” (Lunda, Itapeçirica, Camaçari, Quebra Coco e São Pedro), cujos nomes foram herdados da ocupação antiga. O Gráfico 4 demonstra os percentuais de distribuição dos terrenos, observados na Figura 3 do cartograma da estrutura fundiária inicial do Núcleo, relacionada aos dados da Tabela 5.

Além do que afirmou o senhor João Meireles sobre a distribuição das terras entre colonos brasileiros e japoneses, na razão aproximada de 50%, a opção de compra e critério de escolha das terras partiu do próprio candidato., independentemente das diferenças internas relacionadas ao tamanho ou o maior ou menor grau de fertilidade do solo ou de declividade do relevo.

Gráfico 4- Percentual de área, segundo as localidades do Núcleo JK, Bahia



Fonte: Base planimétrica do Núcleo JK, 1957. (Tabela 5)

Figura 3 – Núcleo JK - Estrutura fundiária inicial em Mata de São João - Camaçari, Bahia

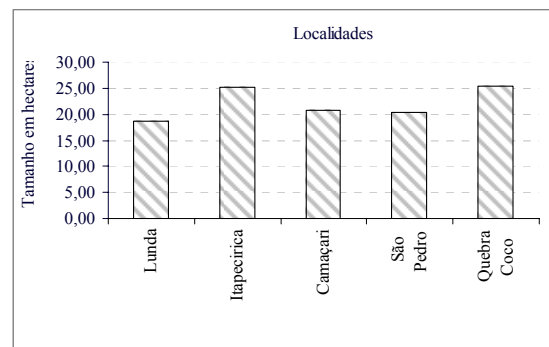


Fonte: Base Planimétrica do Núcleo JK, Bahia (s.d.)

De modo geral, as propriedades abrangiam um tamanho médio de 20 hectares, embora na divisão inicial o tamanho das propriedades variasse de acordo com a “grande região” a qual pertencesse. Algumas delas se afastavam do padrão médio, em função dos fatores já referidos, como por exemplo, a fertilidade dos solos ou a declividade local do relevo, explicando-se, assim, a presença de alguns lotes com medidas entre sete hectares ou acima de vinte e seis. As ilustrações a seguir evidenciam as diferenças presentes no loteamento inicial do Núcleo JK, através dos gráficos 5 e 6, também referentes à Tabela 5.

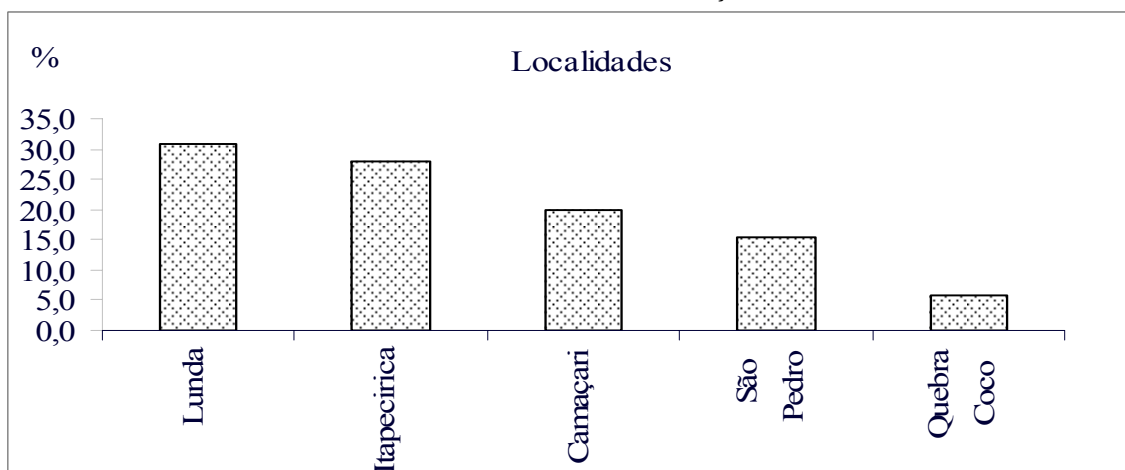
Gráfico 5 - Núcleo JK - Bahia
Tamanho médio das propriedades, segundo as localidades a que pertencem

O Gráfico 5 aponta para os tamanhos médios dos lotes em cada uma das “grandes regiões” ou “grandes fazendas”. Nele se verificam as menores propriedades na região do Lunda (18,65 hectares, em média), enquanto que o Gráfico 6, aponta para uma variação do percentual do número de lotes em cada uma das localidades, ressaltando a Fazenda Quebra Coco, com o menor número de lotes.



Fonte: Base planimétrica do Núcleo JK, 1957(Tabela 5).

Gráfico 6 - Núcleo JK - Bahia
Percentual do número de lotes em relação à área total



Fonte: Base planimétrica do Núcleo JK, 1957. (Tabela 5)

Segundo aludiu ainda o Senhor João Meireles, os tamanhos das propriedades eram praticamente iguais.

[...] Variavam apenas em Lunda onde a terra era boa e a área era de 10 ha.

Camaçari e Itapecirica aumentaram o tamanho por causa da declividade. Não existia a grande propriedade. Todos eram pequenos, não havia conflitos. Aumentar, ampliar é que é o grande mal e desvia do objetivo.(Entrevistado em 02/04/2004).

Após a redistribuição das glebas agricultáveis, as novas formas de uso foram introduzidas e tomaram conta do espaço recriado, de forma que a produção tornou-se significativa e seus produtos ganharam o mercado local, constando como dado estatístico levantado e analisado por Pascal Motti e outros, que já consideravam a produção do Núcleo JK em

[...] maior quantidade e de melhor qualidade. São eles que dominam o mercado das frutas e, principalmente, o das verduras. [...] A proximidade de Salvador (45 minutos de carro), a abundância de legumes vendidos na feira (principalmente os provenientes do N. JK.), atraí moradores de Salvador e, sobretudo, aqueles que vão passar o fim de semana em sua residência nos municípios de Mata de São João (MOTTI et al., 1961/1962, p. 9 -26).

Com o tempo, houve intensificação das atividades e conseqüente crescimento da produção agrícola do Núcleo JK, a qual foi se adaptando para atendimento de parcela da demanda nascida no seio da capital baiana e região adjacente. Ainda hoje, as práticas espaciais agrícolas sustentam boa parte da economia local e empregam mão-de-obra familiar ou contratada. Constitui-se ainda em importante fonte de renda para pequenos e médios produtores e trabalhadores locais, cujas interações e relações entre suas unidades de produção e o exterior resultaram na atual organização e produção do espaço, que passamos a analisar.

3.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

No processo de criação do Núcleo, segundo afirmou Baraúna (1988), houve também a participação do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA). Esse órgão era vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI). Juntamente com o Instituto Nacional da Imigração e Colonização (INIC) e o Instituto de Terras da Bahia (ITERBA) — ambos extintos — tramitaram a formação do Núcleo e a introdução das famílias alocadas em pequenas propriedades, cujo tamanho médio, já referido, variava entre 7 e 41 hectares. Esse autor também se refere ao início do NJK com as Fazendas Lunda e São Pedro, e ainda confirma a repartição de 68 e 34 lotes, respectivamente. Ao anexarem as fazendas Itapecirica, Camaçari e Quebra Coco, mais 62, 44 e 13 lotes se acrescentaram, perfazendo o total de 221 glebas. A distribuição das propriedades foi aleatória, mas deu-se a opção de escolha aos colonos e de acordo com suas próprias disponibilidades de pagamento. Baraúna (1988, p. 1-2) ainda afirmou que o governo ofereceu três anos de financiamento, dois dos quais de carência e um ano propriamente para quitação.

De início, a experiência do NJK se fez com o assentamento de colonos brasileiros, previamente selecionados, chegando ao total aproximado de 120 famílias. A admissão dos colonos se realizou a partir da preferência aos mais aptos para a agricultura, tendo-se em vista que teriam de melhorar e adquirir técnicas mais específicas para o cultivo das hortaliças e frutas. Mas, segundo relatos de um dos primeiros ocupantes da fase inicial do NJK, o senhor José da Anunciação Nascimento, “os agricultores que foram entrando plantavam o que bem quisessem, pois não havia nenhuma diretriz que orientasse as atividades agrícolas para os ramos da horticultura”¹³, como também inexistiam recursos técnicos e financeiros que impulsionassem as atividades junto aos agricultores do Núcleo.

Não havia estradas no interior do Núcleo e isto representava sérias dificuldades, obrigando os colonos a usar animais de carga na realização dos transportes. Cada proprietário desmatou seu próprio terreno e contribuiu para a construção das estradas, manualmente abertas na base da enxada, até que um trator de esteira viesse e abrisse um estreito caminho até a casa do colono, trabalho este que durou enquanto as famílias iam chegando.

Nos três primeiros anos, os colonos brasileiros é que preencheram o Núcleo JK e, à medida que chegavam, cada família ia ocupando um lote. Mas a colonização completa só se realizou concomitantemente à chegada dos imigrantes orientais. O mesmo acontecia com os japoneses, que em alguns casos chegaram a ter até duas famílias em uma só propriedade, antes que pudessem adquirir outro lote.

Prosseguindo à formação das lavouras e à montagem dos canteiros, os agricultores de modo geral, antes, tiveram que providenciar correção da acidez do solo equilibrando-se o seu pH e adicionando-se fertilizantes, pois, de acordo com a afirmação de Rokuro Funaki¹⁴ “a terra era fraca, precisava adubo e matéria orgânica”. Além disso cada colono empregou esforço adicional na construção da própria casa.

A vila Camaçari passou a centralizar a comercialização dos produtos da Colônia JK tão logo começaram a produzir. Lá os atravessadores compravam as mercadorias trazidas pelos próprios colonos, ou por outras vezes, optavam pela venda direta dos seus produtos nas feiras de Mata de São João ou de Salvador, utilizando, para isso, o transporte próprio da Prefeitura de Mata de São João. Depois de fundada a Cooperativa Mista dos Produtores do Núcleo JK, esta passou a desempenhar importante papel na comercialização e no transporte desses produtos, logo nos primeiros anos de funcionamento, chegando a vender tanto no mercado de Sete Portas como no Forte de São Pedro (em Salvador), onde – segundo relato do

¹³ Entrevistado em setembro de 2003.

¹⁴ Horticultor, nascido no Japão, morador do NJK, entrevistado em 17 /09/2003.

senhor Iseki, anteriormente referido — havia um centro de vendas dos produtos do Núcleo JK, de propriedade da Cooperativa Mista.

Mas, poucos anos após sua fundação, os colonos brasileiros e japoneses já deixavam o Núcleo JK por falta de recursos que garantissem a continuidade da posse e o uso da terra. Segundo relataram para esta pesquisa, não havia uma política de assistência técnico-financeira de apoio ao pequeno produtor, a não ser através dos empréstimos bancários a juros altos, como o programa de financiamento do Banco do Nordeste, que chegou inclusive a ter um posto avançado do Banco do Estado da Bahia (BANEBA) dentro do Núcleo JK, para operacionalizar a prestação desses serviços e facilitar a pesquisa de interesse do próprio Banco — em relação ao desenvolvimento das atividades de uma possível clientela entre os colonos — visando observar e avaliar suas capacidades de produção, caso tivessem seus empréstimos aprovados. Segundo contou ainda o senhor José da Anunciação Nascimento, muitos se viram obrigados a renegociar suas dívidas e outros nem conseguiram pagá-las, tendo por isso que vender a propriedade, deixando o Núcleo.

Mesmo assim, muitos dos antigos proprietários brasileiros ainda permaneceram, alguns dos quais ainda vivem no NJK, inclusive, desde os tempos anteriores à formação dessa colônia de assentamento rural. É, por exemplo, o caso dos irmãos Augusto José de Souza (82 anos) e Cantídio de Souza (83 anos) visto na Foto 8, em sua moradia.

Segundo contam, esses senhores vivem há 59 anos no JK, ou seja, desde a infância aos oito anos de idade, antes da desapropriação das terras. Lembram-se do tempo em que viveram na região do Lunda com os pais, quando estes eram trabalhadores da antiga fazenda. Depois, em idade adulta, quando começaram a trabalhar a partir de 1943. Mas, segundo afirma o senhor Cantídio, ele e o irmão adquiriram a propriedade do Estado, após a fundação do NJK, mas antes disso, ambos trabalharam para a sua formação, dividindo lotes e construindo cercas.

Foto 8 - Cantídio de Souza e esposa: agricultor e antigo trabalhador da construção do NJK.



Foto da autora (julho-2004).

3.3 OS JAPONESES NA BAHIA

No “Histórico dos 40 anos da imigração japonesa para a o Núcleo JK”, Furuichi *et al.* (1999) assim afirmam:

[...] os primeiros chefes de família da colônia, hoje envelhecidos, aposentados, [alguns dos quais falecidos]. [...] Todo o sacrifício e sofrimento que passamos, sem estradas, luz, telefone, sem atendimento médico nas emergências [...] esta caminhada foi uma experiência de humildade, simplicidade, [então] legados que os antepassados deixaram, transmitindo-nos força e ânimo [...], hoje me dá a plena consciência que a colônia é formada de vitoriosos (FURUICHI et al., 1999, p. 56).

Em entrevista direta, Suichi Watanabe, reconheceu que todas as famílias possuem

[...] em comum um pouco da vivência do momento em que o Japão entrou em recessão após a segunda Guerra Mundial e um pouco da história recomeçada no Brasil, desde 1960. (Entrevistado em 18/11/2003)

Uma das primeiras exigências a unir a vida desses imigrantes sobre o espaço do NJK estava incluída nos contratos estipulados pelas companhias encarregadas da imigração, tanto do lado do Brasil — o INIC — quanto do lado do Japão — a *empresa Kaigai Kogyo Kabushi Kaisha (K.K.K.K)*. Para que uma família recebesse um lote padrão, os contratos impunham a composição de um grupo com, no mínimo três indivíduos maiores de quinze anos (ou em idade adulta), capazes de exercer o trabalho em cada unidade de produção agrícola. No acato a tais formalidades, os imigrantes se viram forçados a se organizarem em grupos, fossem na base de laços de parentesco ou fundados na amizade fraternal. Assim muitos grupos se compunham de pessoas de uma mesma família, normalmente numerosas, constituídas, em média, de cinco elementos cada, de acordo com as determinações do contrato da emigração. Caso não houvesse número suficiente para composição de um grupo de adultos em uma só família, contraíam matrimônio de última hora, arranjado momentos antes de viajar. Por tais razões, encontramos imigrantes naturais do mesmo lugar como, por exemplo, várias pessoas nascidas em Ehime, em Kagoshima, Furushima, Niigata, Fukuoka, Nagasaki, Niizat, Aomori, Nagano, entre outros.

Outro aspecto relevante nos arranjos entre os imigrantes se relaciona à composição etária dos grupos sociais. A idade variava entre elementos muito jovens (abaixo de 15 anos) e adultos com família formada. Os irmãos Kasuo (falecido) e Yukio Iseki¹⁵, por exemplo, compuseram um só grupo. O primeiro irmão veio com a esposa e duas filhas, e o segundo se casou momentos antes de viajar para o Brasil, exemplificando, o seu matrimônio, um arranjo realizado de última hora, de forma a atender ao quesito relacionado ao número mínimo de imigrantes adultos, exigido para um determinado grupo. Por outro lado, celebravam um casamento entre pessoas da mesma cultura. Yukio Iseki se lembrou de sua história pessoal, contando que

¹⁵ Yukio Iseki nasceu em Ehime, Japão, veio para o Brasil com mais de vinte anos de idade e atualmente tem 74 anos. Vive em um dos sítios do Núcleo JK desde 1960 e é um dos produtores de frutas bem sucedidos. Entrevistado em 18/11/2003.

[...] como mecânico, eu trabalhava no Japão e vendia máquina agrícola. Trabalhando bem, ganhando bem. Meu irmão trabalhava com serraria e dirigia caminhão. Lá no Japão não ter futuro. Meu irmão queria vir para Brasil. Eu não tinha pai e não tinha mãe. Mas meu tio disse que não pode ir sozinho. Lá no Brasil não tem japonesa você se casar. Então tem que levar esposa [...]. Sabe porque veio para Brasil? Lá no Japão governo deu panfreto: Brasil, precisando japoneses. Terra bom, 10 anos sem adubo. Tem água, luz... tá escrito. Meu irmão queria vir aqui para viver. Meu irmão só tem filha de 12 anos. Num tem três pessoas pra vir pra Brasil. Ai me chamou. Vai comigo, vai comigo! Ai [...] meu irmão veio com a esposa, eu que tinha mais de 15 anos e minha sobrinha tinha 12 anos apenas. Mas sabe porque eu vim? Eu não fui no faculdade, fiz científico. Tava entrando como mecânico, Ai não tem futuro bom no Japão. Pensava Brasil, mas pensava ganha muito dinheiro. Pensava em vir, mas não quero voltar, né... (sic).(Entrevistado em 18/11/2003).

Outra família, (fotos 9 e 10) apresenta sua história, contada por Michi Nishitani¹⁶, filha do casal Emiko e Masanori Nishitani, que faz o seguinte depoimento:

[...] meu avô paterno e meu pai vieram diretamente para Mata de São João. Trouxeram minha tia, a irmã de meu pai, que se casou e foi morar em Vitória da Conquista no Estado da Bahia. Todos vieram, em 1959, de Kagoshima-Ken (sul do Japão). Entraram cada um pra um lote independente. Meu pai, Masanori Nishitani, tinha 32 anos. Minha mãe, Emiko Nishitani (segunda esposa de meu pai), nasceu em Furushima-Ken (norte do Japão). Em 1964, aos 24 anos, ela veio para se casar com meu pai. Atualmente estão com 72 e 64 anos respectivamente.(Entrevistada em maio 2004).

Foto 9 - Família Nishitani



Foto 10 - Casal Antônio José M. de Azevedo e Michi Nishitani



Fotos gentilmente cedidas pela Família Nishitani, s/d.

De um modo geral todos os imigrantes vieram em família ou em grupo de amigos e a maioria deles desembarcou no porto de Salvador, embora tenhamos nos referido ao primeiro dos colonos, Konosuke Shimada, que antes de se estabelecer no Núcleo JK, havia experimentado viver em núcleo de colonização do Amazonas e o caso da Senhora Emiko¹⁷, por exemplo, que se juntou a um grupo de viajantes pelo Brasil, antes de vir para o Núcleo se encontrar com um dos colonos com o qual veio se casar. Como ela mesma revelou na

¹⁶ Mishi Nishitani, Técnica em Química, 36 anos, brasileira, filha de imigrantes japoneses, portanto, nissei, viúva de brasileiro nascido em Conceição de Jacuipe.

¹⁷ Emiko Nishitani, enfermeira, nasceu e estudou no Japão, casada, seis filhos, tem 64 anos. Vive no NJK, fala e entende pouco o idioma português.

entrevista, concedida para esta pesquisa,

[...] a viagem durou 30 dias no navio Argentina Maru, 3ª leva de emigrantes. Fui direto para o Rio de Janeiro e depois para Mata de S. João. Havia muitos solteiros no navio. Ainda tenho amizade com as pessoas da viagem. Recentemente fui a Brasília e me encontrei com essas pessoas.

Indagados sobre quais motivos os trouxeram ao Brasil, diretamente ao Núcleo JK, responderam que havia uma propaganda sobre o Brasil, patrocinada pelas prefeituras do Japão e difundida em campanha televisiva e amplamente conduzida em todo o País através da distribuição de panfletos e exibição de fotografias de belas plantações de banana e cana de açúcar, em lugares bem sucedidos do Brasil. Yukio Iseki chegando em Salvador se expressou:

*[...] não imaginava que o País fosse tão grande e que havia muitas diferenças em cada lugar. Escolhemos a localidade desde o Japão. No caso do Brasil havia: Pará, Mata de São João, BA como projeto do Governo de Estado da Bahia e do governo japonês. Queríamos um lugar que não ficasse muito longe do equador, perto do mar e próximo de uma cidade grande. Mata de São João era mais próximo de Salvador. Mais do que Una, lugar onde havia outra colônia japonesa na Bahia [...]*¹⁸.

E assim a história de vida dos imigrantes japoneses se forjou em um outro extremo do planeta: o Núcleo JK. Algo os estimulava a seguir o mesmo destino: no Japão era a propaganda veiculada pelo governo japonês, que exaltava as vantagens da emigração para o Brasil; na Bahia o que se buscava era o incremento à produção de hortifrutigranjeiros, programada pelo governo para solucionar as carências de produtos hortifrutigranjeiros na região metropolitana de Salvador.

Dessa forma brasileiros e japoneses passaram a viver um destino em terra comum, interagindo entre si, cada grupo com suas características e identidades culturais específicas, definindo territorialidades dentro de um espaço recriado para assentamento de pequenos agricultores. Neste sentido, Freund (1977) e Raffestin (1993) *apud* Haesbaert explicitam que

[...] é no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja com a alteridade (definindo “o que é meu do teu” ou distinguindo “nós e os outros”), que a territorialidade de um grupo social pode ser definida. Dessa forma, como já vimos, ela está impregnada não só de um poder que se circunscreve espacialmente, mas também de laços de identidade que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotado de uma área/superfície mínimamente igualizante, seja por uma identidade territorial [...] e/ou por uma fronteira definidora da alteridade (1997, p. 42).

Furuichi et al. (1999, p. 58) registram que no período de 1959 a 1962 entraram até 147 famílias japonesas, entre as quais cinco vieram da República Dominicana, por questões políticas, mas a maioria emigrou diretamente do Japão devido à crise social e econômica, já

¹⁸ Entrevistado em 18/11/2003.

mencionada, vindo buscar estabilidade social no Brasil, no Núcleo JK. O autor confirma o desembarque do primeiro grupo de japoneses diretamente no porto de Salvador em 1959. Era um grupo de oito famílias, chefiadas por Konosuke Shimada, que antes experimentou viver no Estado do Amazonas e, posteriormente, se organizou com os senhores Kumakichi Ogasawara previamente instalado em Rio Seco (BA), o senhor Daizo Watanabe que antes esteve em Una (BA), e o Senhor Isao Yoshii. Ao todo há referência a onze etapas migratórias, organizadas por grupos familiares distribuídos conforme o resumo apresentado na Tabela 6, onde se observa que nem todas as famílias se originaram diretamente do Japão.

Tabela 6 - Etapas da imigração dos japoneses para o Núcleo JK, Bahia

Etapas de Chegada	Navio	População		Famílias excluídas por abandono	Familiares e destinos
		Número de Famílias	Número de Pessoas		
Etapa preliminar	América Maru Brasil Maru	8	S/i	S/i	Konosouke Shimada, Isao Yoshii, Daizo Watanabe, Kunio Inoma, Kiritani e Nitta, Kumakichi Ogasawara ¹
1ª Etapa - 17/04/1959	América Maru	4	28	S/i	Yoshimi Ishikawa (São Pedro)
2ª Etapa - 11/07/1959	Brasil Maru	4	31	10	Masao Aoki (São Pedro)
3ª Etapa - 02/1960	América Maru	16	65	S/i	Gensaku Okada (São Pedro e Lunda)
4ª Etapa - 03/1960	Brasil Maru	16	104	S/i	Mitsuharu Tomita (Itapecerica)
5ª Etapa - 04/1960	Argentina Maru	17	104	13	Isamu Iriguchi
6ª Etapa - 07/1960	América Maru	13	84	S/i	Kasuo Iseki (Itapecerica)
7ª Etapa - 03/1961	Santos Maru	11	55	S/i	Seichi Kya (Itapecerica)
8ª Etapa - 09/1961	África Maru	5	31	S/i	Yoshiteru Kuwano (Camaçari)
9ª Etapa -12/12/1961	S/i	14	78	S/i	Shinjuro Hizumi (Quebra Coco e Itapecerica)
10ª Etapa - 1962	América Maru	4	20	S/i	Sukeo Tazawa (Quebra Coco e Lunda)
11ª Etapa - 05/1962	S/i	3	24	S/i	Sigenori Ando (Quebra Coco)
1/11/1962 00:00	S/i	13	S/i	S/i	Famílias sem definição de nome destinadas à Lunda, Camaçari e Itapecerica ² .
Totais	S/i	128	624	23	-

Fonte: FURUICHI *et al.* (1999). Oriundos da Amazônia, Rio Seco (BA) e Una (BA)¹. Oriundos da República Dominicana e de outros estados do Brasil². Sem informação = s/i. (Adaptação nossa).

Havia um contingente de cinco famílias que, por motivos políticos, abandonaram suas colônias, deixando a República Dominicana. Outro grupo era de japoneses que não se adaptaram nem no Amazonas, nem no Pará, sendo reconduzidos ao Núcleo JK. A contagem de imigrantes da Tabela 6, segundo Furuichi *et al.* (1999 *op. cit.*), ao longo de seu relato histórico, apresenta um número de 128 famílias, distribuídas em 11 levas, durante o período

de 1959 a 1962. Deduzindo-se as famílias que deixaram o Núcleo, é possível que tenham permanecido por mais algum tempo 105 famílias estrangeiras.

De acordo com a fonte pesquisada, existe uma variação do total de famílias nipônicas registradas no NJK, o que torna esse número indefinido. O Quadro 5 evidencia tal flutuação, situada entre 120 e 147 famílias japonesas e 130 brasileiras.

Quadro 5 - Famílias assentadas no Núcleo JK, no período 1959 - 1962, segundo autores pesquisados

Fontes de Pesquisa	Número de Famílias Citadas		Total de Famílias
	Japonesas	Brasileiras	
BARAÚNA, 1988, p. 2.	Não menciona	Não menciona	231
FUJIKURO e FUNAKI, 1989, p. 2.	120	Não menciona	Não menciona
FURUICHI <i>et al.</i> , 1999, p. 58.	147	Não menciona	Não menciona
MAEKAWA, 1995, p. 26.	120	Não menciona	Não menciona
MEIRELLES, 2004 (entrevistado)	123	130	253

À época em que os japoneses chegaram ao Núcleo JK, a cidade mais próxima era Mata de São João. De acordo com estudo geográfico realizado por Motti *et al.* (1961/1962)

[...] a cidade recebeu, entretanto, o seu maior impulso numa época recente, no meio da década de 1950, com o desenvolvimento das atividades de prospecção e de exploração do petróleo e a construção de estradas novas. O crescimento urbano se acelerou a partir deste momento, e hoje a cidade conta com cerca de 10.000 habitantes, enquanto que a população rural conheceu uma diminuição relativa (MOTTI *et al.* dez-61/mar-62, p. 6).

O município de Mata de São João experimentou nos anos setenta uma economia estagnada, no qual as atividades tradicionais agropecuárias eram predominantes. O processo de industrialização veio no fim dos anos setenta e início dos anos oitenta, época em que implantaram o primeiro complexo petroquímico planejado do País, em Camaçari (BA). Já a década de 90 caracterizou-se no Estado da Bahia pela introdução de programas político-econômicos voltados para a economia turística, a qual se consolidou com a construção da Linha Verde, principal eixo de conexão aéreo-rodoviário, implantado para facilitar o acesso ao Litoral Norte da Bahia, onde se reúnem belas paisagens naturais, razão pela qual foi escolhido para abrigar os grandes complexos turísticos existentes nas praias do Forte e Sauipe.

As primeiras impressões deixadas pelos japoneses se referem aos depoimentos dados pelos imigrantes a esta pesquisa e descrevem o Brasil e as cidades de Salvador e Mata de São João. A partir desses relatos observou-se que uns se originaram de lugares menos desenvolvidos outros de grandes cidades do Japão, levando-os a diversas reações, quando perguntados sobre a primeira impressão do lugar onde foram morar. Iseki, um dos moradores

assim relatou:

Pra chegar ao Brasil, antes tivemos que conhecer sobre Brasil, onde é o Brasil? Depois que conhecemos sobre o Brasil, é que vimos que era do outro lado do mundo e pensamos: nossa! Como é que a gente volta? Nunca mais! (Entrevistado em 18/11/2003).

Contada por Suichi Watanabe, a primeira impressão da cidade de Salvador, veio da seguinte maneira:

[...] o navio era tão grande que deu pra ver quase a cidade baixa toda de uma vez. Primeira parada meu pai já estava todo pronto de terno para descer. Daí a primeira coisa que eu disse: papai, Brasil não tem carro? Eu pensei: será que chegou no lugar errado? Havia carroças na rua. Quase uma hora da tarde, o centro todo parado porque todo mundo descansava nessa hora, até duas horas [da tarde]. Mesmo assim, não existia movimento de carro no Brasil. (Entrevistado em 18/11/2003).

O senhor Rokuro Funaki, que não fala português, interpretado por seu filho, Masayuki Funaki¹⁹, dizia que para o pai “tudo era novidade principalmente o clima melhor que o do Japão”. Já Michi Nishitani, (Foto 10), mostrando fotografia da antiga casa da família (fotos 11 e 12), contou que sua mãe, a senhora Emiko,

[...] achou tudo muito feio. Achou Mata muito suja e feia. Teve muita decepção. Não gostou. Não tinha nada, muito mato. A casa de barro (taipa) mal arranjada [...].

Foto 11 - Núcleo JK - Construção da residência dos Nishitani.



Fotos gentilmente cedidas pela família Nishitani (s/d).

Foto 12 - Núcleo JK - Aspecto após a construção da mesma residência.



Apesar do número razoável de famílias estrangeiras deslocadas de sua terra natal para o Núcleo JK, a maioria abandonou a colônia, caindo consideravelmente o número de estrangeiros para 40 famílias (FUJIKURO & FUNAKI, 1989, p. 2). Anos depois, as mesmas fontes documentais deram conta de que, em quarenta e cinco anos de existência do Núcleo

¹⁹ Filho de imigrante japonês morador do NJK, entrevistado em março de 2004.

JK, a população nipônica se compunha apenas de 32 famílias. Considerando o número de 128 famílias japonesas, indicado na Tabela 6, calculamos um êxodo de 75% dessa população.

Segundo consta em Furuichi *et al.* (1999), nos primeiros anos inúmeras famílias teriam deixado o Núcleo devido à precariedade das condições mínimas de vida no local. Em meio a essa realidade houve um conflito em 1965, conhecido como “incidente Matsuno”, no qual

[...] o imigrante Takenori Matsuno ameaçou o Cônsul Geral do Japão com uma dinamite, motivando sua deportação para o Japão, onde lá entrou com ação judicial alegando propaganda enganosa e implantação da colônia em local inadequado para agricultura, com pesquisa mal feita pelo governo japonês e falta de assistência social, técnica, de saúde, financeira etc [...] (FURUICHI *et al.*, 1999, p.62).

À época desse incidente, os problemas decorrentes da falta de planejamento no Núcleo JK ainda não tinham sido sanados, embora já estivesse em vigor a Lei número 4.504, do Estatuto da Terra, de 30/11/1964, que regulamentava a questão da posse e dos assentamentos rurais. Mas sendo o Núcleo JK anterior a essa Lei, não se beneficiou da aplicação das normas que fixaram a política agrária brasileira no seu artigo 4º, inciso IX. As normas abrangiam todas as atividades oficiais ou particulares que se destinassem a promover o aproveitamento econômico da terra, segundo divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas. Assim, com base nessa lei, estabelecia-se um modelo de assentamento onde houvesse

[...] o aproveitamento racional dos recursos disponíveis de uma área, em benefício da população rural com todas as suas imbricações [...], principalmente, [...] no que se refere ao conjunto de fatores terra-trabalho-capital de forma a permitir um aproveitamento racional e o conseqüente aumento da produtividade e elevação do padrão do nível de vida do trabalhador rural, tendo-se como objetivo principal a fixação do homem no campo (COELHO, SOARES e SILVA, 1971, p. 9-16).

Por esse episódio, os japoneses culpam a firma concessionária responsável pela panfletagem mentirosa, que os iludiu sobre as condições socioeconômicas e naturais da região aonde foram morar. Em tais circunstâncias, nos primeiros quatro anos e, principalmente em decorrência das insatisfações pelas condições locais, trinta famílias se mudaram para outras regiões (FUJIKURO & FUNAKI, 1989, p.2).

Em meio a muitos colonos contrariados pela propaganda enganosa e pela falta de melhores condições de vida locais, o relato da família Shimizu, através de um de seus membros, a Senhora Hisako Shimizu²⁰, surpreende e mostra bem as condições locais da época em que veio para o Brasil. Segundo ela:

²⁰ Filha de japoneses, nascida no Japão. Veio aos 14 anos e mora no Brasil há 43 anos. Veio com os pais em abril de 1960 para ficar no núcleo JK. O pai, senhor Shimizu (87 anos), nasceu em Niigata – Japão e não fala português.

[...] Quando pensamos no Brasil, imaginamos que fosse um lugar selvagem. Lembramos da Amazônia. Pensávamos até no Tarzan! Então não foi chocante assim. Nós já esperávamos uma selva! [...] Encontramos uma pseudocivilização! Teve muita gente que foi enganada com novas propostas de vida e quando chegaram viram que não era nada daquilo. Não era o nosso caso. Então, para nós não foi chocante assim. Mas as famílias ficaram tristes pelo governo os ter enganado. [...] Onde estávamos não tinha nada. Não tinha luz, estradas, nada... ainda mais, sendo interior de Mata de São João. O trabalho foi pesado. Carregávamos latas d'água, pois não tinha nem água na região. Íamos pegar água num rio distante e trazíamos andando. Trabalho pesado. Mais ou menos 140 famílias vieram. Mais ou menos 600 pessoas, todo pessoal ia buscar água. Eu era jovem, não sentia que era tão cansativo assim... Tinha mais disposição [...]. (Hisako Shimizu, entrevistada em 10 de abril de 2004).

E assim foi implantada a Colônia idealizada durante o governo do Presidente da República do Brasil, Juscelino Kubitschek, personalidade da época, cujo nome foi dado ao Núcleo Colonial JK em sua homenagem. João Meireles de Souza, um dos fundadores do NJK, foi o escolhido pela Secretaria de Estado da Agricultura para a administração do Núcleo, assessorado pelos funcionários da Federação Internacional de Imigração Japonesa (FURUICHI et al., 1999, p. 58).

3.4 UMA SOCIEDADE MISTA: ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS COLONOS

Colonos brasileiros e japoneses se viram frente a frente com diferenças sociais e culturais, principalmente no que tangia aos hábitos alimentares, religiosos e culturais, além das adversidades climáticas como fator adicional à adaptação dos nipônicos que se estabeleceram na Colônia JK. Para estes o mais imperioso à sua inserção na sociedade local como cidadãos, produtores ou comerciantes, era aprender o essencial da língua portuguesa. Mesmo assim, ainda hoje, existem entre eles, muitos idosos que não falam o idioma Português ou mal o entendem e demonstram grandes dificuldades de assimilação da cultura local. Possivelmente isto se deva a um certo isolamento em que permaneceram durante todos esses anos. Mas nem por não falarem nossa língua, tal fato se constituiu em um empecilho para que crescessem como produtores locais.

A comunicação entre ambos os grupos étnicos se estabeleceu, de tal forma que, em relação aos nipônicos, Maekawa (1995, p. 27) se manifestou dizendo haver “um certo sincretismo em suas tradições”, o que ela mesma considerou como a “expansão dos novos valores nipônicos na Bahia”, afirmando que “o japonês se isola para não perder os valores e se integra para não se alienar”. Isto se deve à estabilidade econômica que muitos alcançaram, reforçando tendência à fixação. Como resultados da interação entre ambos os grupos, houve, por parte dos nipônicos, a adoção de valores culturais locais, verificados em alguns casos através do surgimento de uma nova geração miscigenada. Sob esse aspecto, alguns dados

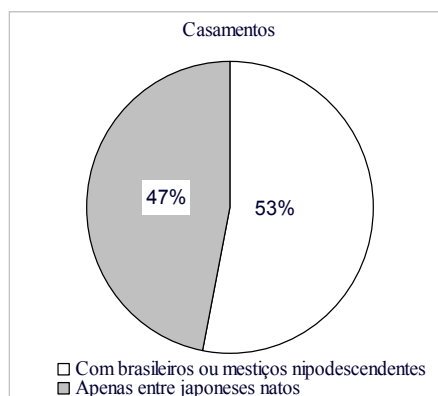
encontram-se contemplados na amostragem, com a ocorrência de três famílias envolvidas em cinco casos de nisseis (primeira geração, ou filhos de japoneses nascidos no Brasil) casados com brasileiros autênticos, cujos filhos são considerados mestiços. Uma dessas uniões está representada pelo casal José M. de Azevedo e Michi Nishitani, mostrados na Foto 10.

Alguns dados obtidos junto às famílias nipônicas, estão incluídos na Tabela e Gráfico 7. Ambos representam a situação dos matrimônios ocorridos na parcela oriental da sociedade local. Os dados evidenciam a realização de casamento interétnico, em 53% das famílias entrevistadas. Neste percentual, incluem-se os descendentes dos japoneses, nascidos no Brasil (nisseis ou nipo-brasileiros), enquanto que os 47% restantes representam os casamentos endogâmicos, ou seja, apenas entre os nascidos no Japão.

Tabela 7 – Casamentos do NJK

Nº de ordem das famílias japonesas entrevistadas	Casamentos com brasileiros ou mestiços nipodescendentes	Casamentos apenas entre japoneses natos
1	1	0
2	0	1
3	1	0
4	1	0
5	1	0
6	1	0
7	0	1
8	1	0
9	1	0
10	1	0
11	0	1
12	0	1
13	0	1
14	0	1
15	0	1
16	0	1
17	1	0
Totais	9	8

Gráfico 7 – NJK - Proporção de casamentos interétnicos e entre japoneses natos



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora, setembro/2004 (Tabela 7).

Na produção do espaço local, brasileiros e japoneses, diversamente organizados, atuaram e ainda o fazem como “agentes sociais de transformação”, à medida que interagem nesse mesmo espaço. O que movimentava a sociedade local é, portanto, o resultado de um somatório de forças concretas e distintas, considerando-se os níveis variados das técnicas empregadas, as diferenças culturais e socioeconômicas que dão um dimensionamento às alterações, responsáveis pela reconfiguração contínua, no tempo e no espaço da estrutura agrária local.

Dificuldades tais como, falta de moradia, água e luz, necessidades básicas não atendidas, transporte ausente ou precário predominaram, no início, para todos os colonos. Além disso, os nipônicos se depararam com uma realidade, não prevista nem planejada, que foi o fato de os brasileiros, tanto da cidade de Mata de São João, quanto de Salvador e redondezas, não comerem o que plantavam. Essa situação agravou-se ainda mais por não saberem falar o idioma Português, até porque necessitavam se comunicar para ensinar aos

brasileiros como preparar os alimentos que produziam.

A tomada de diversos depoimentos entre os colonos possibilitou que se checasse cada uma das histórias particulares, na busca de coincidências, que pudessem confirmar os fatos relatados. Pautadas no processo de ocupação desde o início, muitas das informações obtidas nos questionários ou com as entrevistas, coincidiram entre si. Uma das quais se refere à chegada da família japonesa da senhora Hisako, por ela mesma contada:

[...] meu pai já veio do Japão direto para a Colônia JK. Até produzirmos alguma coisa um ano já tinha passado, porque tínhamos ainda que abrir as estradas até os lotes. Depois que começamos a plantar, criou-se a cooperativa. Durante os dez primeiros anos, todas as mudanças feitas no terreno da colônia JK precisavam da autorização do governo. O Governo tomou conta da gente por 10 anos [...]. (Hisako Shimizu, entrevistada em 10 de abril de 2004).

Quando os imigrantes japoneses chegaram ao Núcleo JK, estava em vigor a Constituição de 1946, significando ser um período em que as garantias dos direitos individuais eram plenamente respaldadas pela Carta Magna vigente. A Constituição Brasileira de 1946, segundo parecer de Celso Ribeiro Bastos (1997, p.126), deu início a

[...] um Estado democrático que se tentava fazer pelo incremento de medidas que melhor assegurassem os direitos individuais. Com isto o Brasil procurava definir seu futuro em termos condizentes com os regimes democráticos vigentes no ocidente [...] BASTOS (1997, p.126).

Portanto, antes do Golpe Militar de 31 de março de 1964 não se justificava esse tratamento de exceção, cerceando os direitos de liberdade dos cidadãos, a não ser com a nova Constituição de 1967, que se fez marcar “pelas aferições dos direitos individuais e de liberdade de iniciativa, mostrando-se a todo instante a mão do Estado autoritário que a editou” (BASTOS, 1997, p.135). Essa época correspondeu ao governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, no qual predominava a ideologia do “interesse público relevante” e tudo pela “segurança nacional” (BASTOS, 1997, p.135). Mas o controle de mudanças nas propriedades dos japoneses era condizente com a Constituição que foi mudando a partir de 1964, embora os colonos já estivessem com suas propriedades quitadas, junto ao governo do Estado.

Mas por outro lado, o senhor José da Anunciação Nascimento se lembra do controle de entrada e saída aplicado aos moradores do NJK, o que, segundo ele, era natural e por ele entendida como uma medida de segurança para todos. No entender dele, não era tratamento exclusivamente dispensado aos japoneses. Na entrada principal do NJK (portão do Lunda) havia uma vigilância sobre todos os moradores e uma guarda vigilante era mantida dia e noite no controle de entrada e saída de pessoas, e, segundo ele, após as 20 horas, ninguém tinha permissão para entrar.

Conforme já se referiu anteriormente, não houve nenhum planejamento nem

orientação para o tipo de lavoura que se deveria introduzir no Núcleo JK. No caso dos japoneses, o sonho de um enriquecimento rápido e de um retorno breve ao Japão, fez surgir em uns o desejo de produzir de imediato e voltar ricos ao país de origem. Aliás, esse mesmo sentimento foi comentado por Mayeama (1973), em relação aos nipônicos que vieram no início do século XX se estabelecerem nos estados do sul do Brasil, com a diferença que os nipônicos do Núcleo JK foram motivados pela ocupação imediata em terras próprias.

Foto 13 – NJK, BA. Plantação de pimenta do reino, uma das primeiras lavouras da família Nishitani.

Os japoneses desconheciam os hábitos alimentares da população baiana e isso, somado à falta de planejamento por parte das autoridades responsáveis, gerou alguns prejuízos aos japoneses e atrasos no processo de adaptação aos costumes locais. Mas, apesar de tudo, os primeiros produtos da horticultura (Foto 13), como pimenta-do-reino, melancia, floricultura e outros do ramo da olericultura (tomate, pimentão, berinjela, pepino, chuchu, vagem) foram logo introduzidos e colocados à disposição nas feiras e mercados das cidades mais próximas. No tocante a esses aspectos, depara-se com os depoimentos de Suichi Watanabe e de Hisako Shimizu:



Foto gentilmente cedida pela Família Nishitani (s.d.).

[...] a gente plantava e entregava para a cooperativa. Só que no início, a mercadoria ia para venda e voltava... ia e voltava. Parece-me que naquela época o baiano só conhecia tomate e pimentão. Não conhecia berinjela (Suichi Watanabe, entrevistado em 18/11/2003).

Nós plantávamos, a cooperativa vendia os produtos e repassava parte do dinheiro de volta. Não estava dando muito certo porque mesmo a cooperativa vendendo, o povo baiano "não come verduras". Tivemos que dar aulas de como comer verduras. [...] Os jovens iam vender as verduras e ensinavam as pessoas como preparar vegetais (Hisako Shimizu, entrevistada em 10/04/2004).

A produção era transportada para o centro de Mata de São João em um caminhão da cooperativa que controlava tanto a quantidade de produtos quanto o número de pessoas que entravam ou saíam do Núcleo. Nessa época a região de entorno do NJK apresentava economia

estagnada, embora tivesse capacidade de absorção de mão-de-obra produtiva, fato que seria propício ao aumento do consumo local, apesar deste ser limitado, em razão da cultura popular não consumir os itens produzidos nos primeiros anos. Contudo, a produção foi se firmando em função do próprio crescimento do consumo e, com o tempo, as famílias puderam vender seus produtos em feiras, independentes do controle do Estado, rigorosamente exercido através da Cooperativa, conforme expôs a senhora Hisako Shimizu:

[...] havia uma feirinha na Avenida Sete de Setembro e a Cooperativa começou a vender lá, só que minha família também estava comprando verduras das outras famílias, e estava vendendo e comprando muito. Ai seu João, “dono” da cooperativa, me proibiu de vender lá. Então pedi autorização pra vender no interior e João Meireles permitiu. Então fui vender em Alagoinhas. (Hisako Shimizu, entrevistada em 10/04/2004).

Os percalços iniciais não se limitaram apenas aos hábitos alimentares dos baianos. Depararam-se, também, com problemas relacionados às condições do relevo montanhoso, cujas vertentes se alternam entre suaves ou muito inclinadas e topografias planas. Além disso, registram-se a presença de solos de texturas argilosas presentes em grande parte das terras, necessitando adubação orgânica e correção da acidez. A textura argilosa é conhecida pela população local como massapé²¹, muito encontrada nas terras da “região” do Quebra Coco. Tradicionalmente esse termo se refere aos solos naturalmente férteis que abrigaram as antigas fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil. A nova nomenclatura dos solos no Brasil se submete às normas do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 1999), através de seu Centro Nacional de Pesquisa de Solos que classifica e, segundo essa nomenclatura, dois tipos de solos para o NJK: ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico e ARGISSOLO AMARELO Distrófico, típicos, ocorrentes sobre relevo plano e suave-ondulado.

Passadas as dificuldades iniciais de implantação, a ocupação do Núcleo JK assumiu os espaços construídos. Tão logo após sua criação, a gerência adotou providências no sentido de também acomodar um corpo técnico e administrativo, edificando a sede local que ficou constituída de algumas unidades residenciais para abrigo do corpo administrativo e funcionários da Federação Internacional da Imigração Japonesa (FURUICHI *et al.*, 1999, p. 58). Tudo construído com verbas do Estado. Outras unidades também foram construídas à exemplo dos prédios da Cooperativa e da Associação Cultural Nipo-Brasileira.

Atualmente alguns prédios encontram-se em ruínas, entre os quais o antigo auditório (Foto 14) — que, na época, foi útil para a exibição de filmes de divulgação de técnicas agrícolas e outros programas — junto ao qual um dos atuais moradores e trabalhador da Cooperativa, senhor Valter Santos da Conceição, gentilmente se deixou fotografar para

²¹ Massapé: refere-se à “[...] denominação popular para solos argilosos. [...] Na Bahia, [...] é o barro originado pela alteração dos folhelhos da bacia cretácea do Recôncavo” (GUERRA, 1978: p.282).

esta pesquisa, a fim de que se verificasse o alcance da deterioração do que se construiu no local. No bojo das obras interiores, além das que foram construídas pelo Estado e, segundo o que descreveu (FURUICHI et al., 1999, p. 58), figuram no Núcleo JK mais dois conjuntos residenciais para colonos: um que se localiza na região das fazendas Camaçari e Quebra Coco, distante da sede por 4 km ao sul. Outro conjunto situado na região da fazenda Itapecirica distante da sede por 10km à leste. De modo geral, hoje em dia, os que vivem no NJK, residem nas vilas ou em seus próprios lotes.

Foto 14- Ruína do antigo cinema do Núcleo JK



Foto da autora, de setembro de 2004.

Atualmente os conjuntos residenciais encontram-se misturados à expansão das moradias encontradas nas vilas Camaçari, Vila JK e Itapecirica, onde, de acordo com as informações obtidas dos sitiantes, a família que possuísse um lote nas imediações do Núcleo, tinha o direito de construir uma casa nessa área, que foi reservada para uso comum dos sitiantes do Núcleo JK. Hoje essas áreas incorporam os espaços ocupados que formaram as vilas.

Em 1970, os colonos japoneses que usavam o alojamento-sede do NJK resolveram mudar para suas propriedades localizadas na “região” de Itapecirica, onde construíram suas moradias em seus próprios lotes. Dessa forma, eliminaram o traslado entre a casa e as lavouras, o que demandava muito tempo de caminhada. Essa opção de moradia no próprio terreno os obrigou a abrir a estrada de ligação com a sede, e desta para o Portão do Lunda, na saída principal.

Para atenuar o isolamento em que viviam, resolveram criar a primeira Associação Nipo-Brasileira de JK, sediada na Vila Itapecirica. Pelas mesmas razões, e visando se organizar e se proteger como grupo de produtores, outros colonos criaram suas próprias associações tais como: a Associação dos Jovens (Seinenkai), a Associação das Donas de Casa, a Associação dos Professores de Língua Japonesa e associações desportivas ligadas a outras de fora do NJK. Por fim, todas se fundiram na Associação Cultural Nipo-Brasileira do Núcleo JK que, unidas às demais associações nipônicas da Bahia, instituíram a Federação das Associações Culturais Nipo-Brasileiras com sede em Salvador.

Com o tempo, novas associações se formaram, constituídas pelos brasileiros, habitantes das vilas que, movidos por necessidades de obtenção de benfeitorias relacionadas às condições de vida locais e, pleiteando benefícios junto às autoridades e organismos

públicos, viram-se forçados a se defender em torno de associações para garantirem seus direitos como cidadãos e moradores do Núcleo JK. Dessa forma foi que criaram as associações que lhes permitiram atuar junto aos órgãos da administração pública e em defesa de seus próprios interesses. Mas a reunião em associações e todas as formas que encontraram para minimizar os problemas (distâncias internas, falta de manutenção das estradas, ausência de saneamento básico, faltas de água, luz, dificuldades de obtenção de outros alimentos e outras necessidades), não significaram melhorias das condições de produção, nem atendimento às suas necessidades imediatas. No tocante aos problemas de acesso ao interior da Colônia JK, todas as melhorias realizadas não impediram a incidência de fatos desagradáveis, como roubos e acidentes de trabalho, que são agravados perante a má conservação das estradas, fato que contribui para o retardo do socorro que deveria ser imediato nos casos de emergências.

Considerando as atividades desenvolvidas no Núcleo JK, predominam até a atualidade os cultivos de hortaliças, frutas, flores e, em menor proporção, as atividades ligadas a pecuária e produção granjeira, sendo essas exercidas, em sua maioria, em pequenas propriedades e em meio a outras áreas ampliadas e modificadas em relação ao uso inicial.

Mas um outro comportamento entre as famílias residentes contribui, atualmente, para algumas transformações, no tocante à presença nipônica do NJK. Trata-se de algumas motivações individuais encontradas no seio familiar que impelem, principalmente as famílias japonesas, a abandonarem o Núcleo em busca de melhores oportunidades em outras cidades, principalmente nos estados do sul do Brasil ou em outros assentamentos rurais da Bahia. Uma alternativa comum entre os nipônicos do NJK, tem sido o retorno ao Japão, servindo-se como mão-de-obra *nikkei*²², maneira pela qual cumprem o velho sonho de retorno à pátria-mãe, acalentado pelos primeiros imigrantes, desde quando vieram para o Brasil.

Ao longo do tempo, as dificuldades persistiram, principalmente no tocante à má conservação das estradas, tornando insatisfatório o transporte, apesar da proximidade de Salvador. De modo geral, entre pequenos e médios produtores, as dificuldades econômico-financeiras tornaram-se fatores de preocupação quanto aos desequilíbrios existentes entre custo alto de produção e preço baixo obtido no mercado com a venda dos produtos. Cada vez mais essa situação se acentua entre os pequenos produtores e moradores, colocando-os em risco de abandono das atividades a que se dedicam. Dessa forma, a realidade do Núcleo JK, com o passar dos anos, foi se transformando e exibindo em sua estrutura profundas mudanças na sua organização socioespacial, a qual vem analisada no próximo capítulo.

²² Nikkei: indivíduo descendente de japonês que vai trabalhar no Japão.

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO NÚCLEO JK

A materialidade social do NJK teve como ponto de partida a intervenção do Estado como primeiro agente na produção desse espaço. Na intenção de formar uma zona de produção de hortaliças em torno da cidade de Salvador, buscava-se com isto substituir as importações de frutas, verduras e legumes oriundos do Estado de São Paulo.

Nos anos de 1950, a Região do Recôncavo Baiano experimentava um crescimento econômico industrial a partir dos estímulos criados com as atividades prospectivas do petróleo na Bahia, combinadamente a fatores de crescimento demográfico e à formação de uma classe social da elite de trabalhadores vinculados às empresas estatais, dentre as quais a PETROBRAS e a SUDENE.

Corrêa (1989), ao se referir à produção do espaço urbano, distinguiu como agentes sociais concretos o próprio Estado, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, além dos grupos sociais. Conforme se afirmou anteriormente, no caso específico do Núcleo, o Governo do Estado se colocou como primeiro agente socioespacial, a partir da sua intervenção, promovendo a transformação daquelas terras em área de produção agrícola baseada na pequena propriedade padronizada. Além desse a prefeitura municipal de Mata de São João, surgiu como um segundo agente socioespacial de importância. A partir de então, o NJK se tornou uma área quase que predominantemente agrícola, que passou a sobreviver da exigência capitalista oriunda do mercado da cidade do Salvador e adjacências. Nessas condições, os agentes locais começaram a atuar dentro de um padrão descrito por Corrêa (1989, p. 11), ou seja, de uma “[...] forma complexa, derivando [...] das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.”

Desses fatos, duas apreensões conceituais importantes se confirmaram nessa área: a primeira é que se deu sentido à definição do espaço como “[...] o *locus* da reprodução das relações sociais de produção [...]”, visto em Lefévre (*apud* CORRÊA, 1995, p.26); e a segunda idéia é que sobre esse espaço

[...] a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORRÊA, 1989, p.12).

Assim a ação socioespacial, alinhada aos interesses dominantes, muitas vezes vem silenciosa, outras não, mas quase sempre perniciososa, como por exemplo, o município de Mata de São João, entre outros municípios baianos, sofreu com a suspensão de serviços públicos de

transporte escolar, o fechamento do hospital municipal e dos postos médicos, em uma atitude de represália da parte da administração vigente, em razão da derrota eleitoral do candidato de situação²³, após as eleições de 2004.

No papel de agente socioespacial, o Governo do Estado se destaca por meio de órgãos estaduais ou de suas instituições e seus instrumentos, como as leis, que regulam a sociedade local. A Prefeitura Municipal de Mata de São João atua também de forma dominante, através dos seus estabelecimentos de saúde, transportes e de ensino e das infra-estruturas criadas, que, de alguma forma, viabilizaram as condições de vida e o movimento das atividades socioeconômicas principais.

Representando a ação do Estado no Núcleo JK está a Secretaria de Planejamento, (SEPLAN), através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), por intermédio da sua Coordenadoria do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), conhecido como Programa Produzir 2. Localmente este Programa atua em três linhas de ação, a saber:

- a) Programa de Apoio Comunitário (PAC), que consiste em um esforço conjunto da CAR, diretamente com as associações comunitárias. À CAR cabe realizar uma “avaliação de demanda” e orientar as associações na elaboração e construção do projeto;
- b) Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), que se trata de um conselho municipal constituído de 80% de representantes da própria comunidade (associações, sindicatos, igrejas, trabalhadores) e 20% de representantes de lideranças municipais (Prefeitura e Câmara de Vereadores);
- c) Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P), se refere a uma linha de ação conjunta entre a CAR, o Conselho Municipal da Prefeitura de Mata de São João e as Associações Comunitárias, atuando diretamente no Núcleo JK. Ambos os organismos públicos coordenam a execução do programa que é estendido ao município, articulando comunidades, plano de investimento municipal e fiscalizando a execução das obras encaminhadas (CAR-BA, 2002, p. 8 e 9).

A Prefeitura de Mata de São João atua no NJK, através da Secretaria Municipal da Educação, mantendo algumas escolas de nível fundamental, que se encontram localmente pontuadas no cartograma da Figura 5. Essas escolas se encontram em pontos estratégicos,

²³ A tarde, Caderno 1. Derrotados se vingam no povo (06/10/2004: p. 1).
A tarde, Caderno 1. Agitação na ressaca eleitoral (06/10/2004: p. 3).

visando atender à demanda, originada nas vilas ou nas pequenas comunidades espalhadas pelo Núcleo, conforme se apresentam no Quadro 6.

Quadro 6 - Secretaria Municipal da Educação de Mata de São João, Bahia: Núcleo JK, pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries, 2004.

Unidade de Ensino	Localidade
Escola Maria de Lourdes Seixas	Vila Camaçari
Escola Boa Nova	Vila Camaçari
Escola Coração de Jesus	Vila Camaçari (Capa Bode)
Escola Lafaiete Coutinho	Vila Itapecirica
Escola Santo Antônio	Vila Camaçari (Vargem Grande)
Escola Abílio de Almeida	Vila Camaçari (Vargem Grande)
Escola José Maria de Souza	Vila Itapecirica (Baratas)
Escola Antônio Balbino	Vila JK
Escola Nova da Cascata	Vila JK (Portão do Lunda)

Fonte: Secretaria da Educação Municipal de Mata de São João, 2004

A Tabela 8 indica que essas escolas proporcionam ensino fundamental apenas até a 4ª série e o ensino pré-escolar atende nos principais setores do Núcleo, ou seja, nas vilas Itapecirica, Camaçari e Portão do Lunda. Nenhuma delas proporciona à comunidade a complementação do nível com a oferta do ensino de 5º à 8ª séries, nem do Ensino Médio. Nestes casos, os interessados devem procurar a rede pública ou particular na sede municipal de Mata de São João.

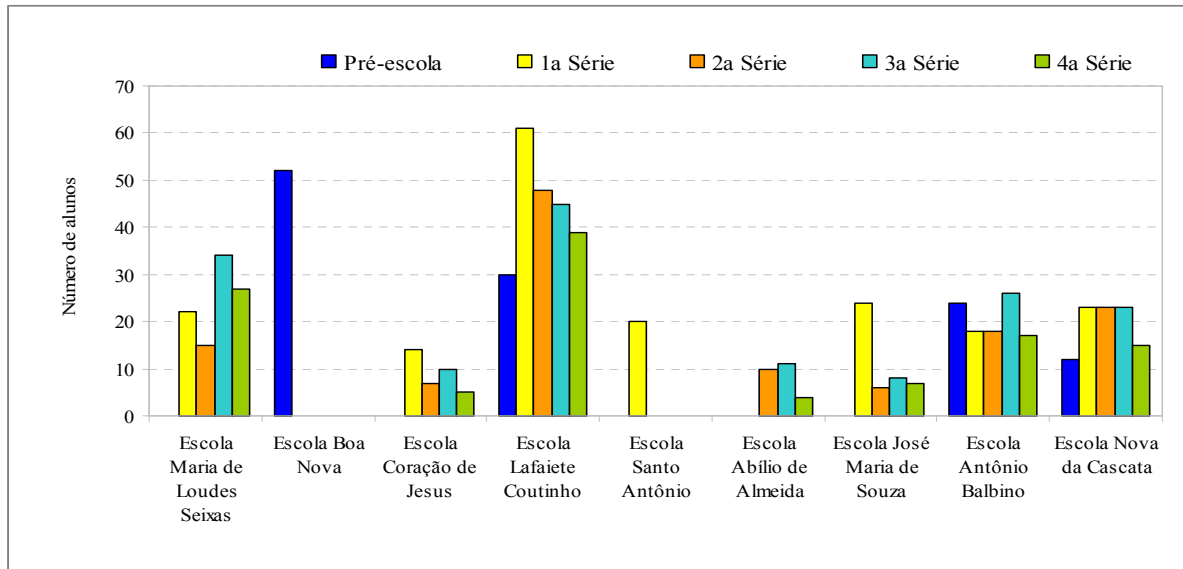
Tabela 8 - Núcleo JK – Bahia: pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries, 2004.

Unidade de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Número de Alunos					Totais
	Pré-escola	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	
Escola Maria de Lourdes Seixas	0	22	15	34	27	98
Escola Boa Nova	52	0	0	0	0	52
Escola Coração de Jesus	0	14	7	10	5	36
Escola Lafaiete Coutinho	30	61	48	45	39	223
Escola Santo Antônio	0	20	0	0	0	20
Escola Abílio de Almeida	0	0	10	11	4	25
Escola José Maria de Souza	0	24	6	8	7	45
Escola Antônio Balbino	24	18	18	26	17	103
Escola Nova da Cascata	12	23	23	23	15	96

Fonte: Secretaria da Educação do Município de Mata de São João, 2004. (Gráficos 8 e 9)

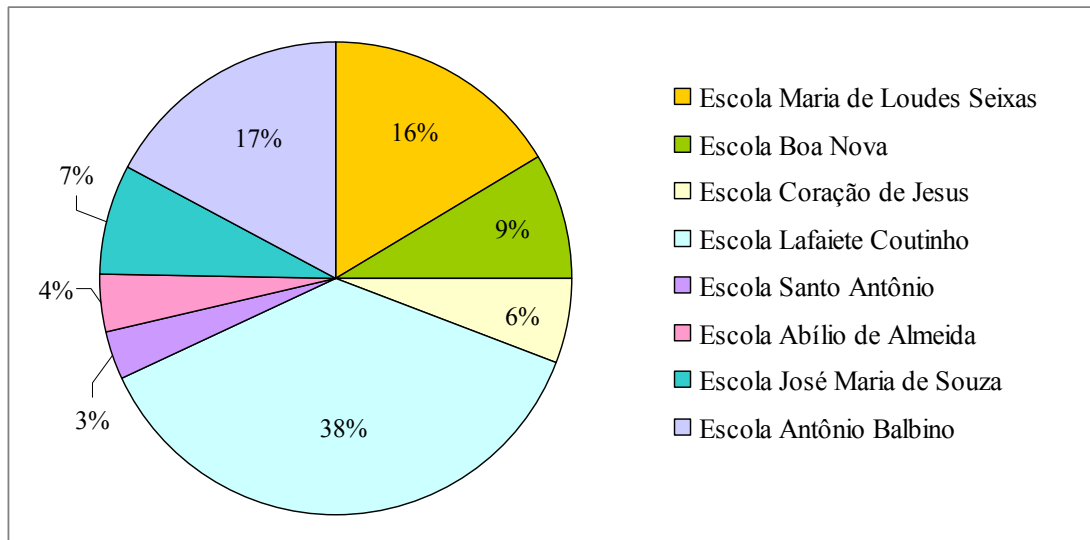
A Escola Lafaiete Coutinho (Tabela 8, Gráfico 9), na região de Itapecirica, destaca-se em relação às demais, pelo maior número de alunos (223), correspondente a 38% das vagas oferecidas entre todas as séries do primeiro grau. Na mesma Tabela se observa redução de alunos que chegam à 4ª série do ensino fundamental, fato este demonstrado no gráfico 8, que por si evidencia uma ocorrência merecedora de investigação minuciosa e de atenção especial dos órgãos competentes, para saneamento de tal deficiência local.

Gráfico 8 - Núcleo JK, Bahia. Pré-escola e ensino fundamental da 1ª a 4ª séries



Fonte: Secretaria da Educação do Município de Mata de São João, 2004 (Tabela 8).

Gráfico 9 – Núcleo JK, Bahia. Percentual de alunos por estabelecimento de ensino



Fonte: SIAB – Secretaria da Educação do Município de Mata d São João, em 2004 (Tabela 8).

Algumas escolas encontram-se mais afastadas do setor central do NJK, entre as quais citam-se estabelecimentos como a Escola Nova da Cascata (fotos 15 e 16) e a Escola Maria de Lourdes Seixas, cujos professores e alunos estão retratados nas fotos 17, 18 e 19.

Foto 15 - NJK- Escola Nova da Cascata, na localidade do Portão do Lunda



Foto da autora, de setembro/2004.

**Foto 16 - NJK - Escola Nova da Cascata:
Professora e alunos da 4ª série**



**Foto 17 - NJK - Vila Camaçari: prédio da
Escola Maria de Lourdes Seixas**



Fotos da autora (setembro, 2004).

**Foto 18 - NJK - Escola Maria de Lourdes
Seixas: Professora e alunos da 3ª série**



**Foto 19 - NJK - Escola Maria de Lourdes
Seixas: Professor e alunos da 4ª série**



Fotos da autora (setembro, 2004).

Um outro grupo de agentes socioespaciais é formado pelos diversos proprietários das terras que atuam através de estratégias e objetivos diferenciados, embora exista um traço comum, de união entre eles, o qual oferece continuidade ao processo de acumulação, referido por Corrêa (1989) exatamente como

“[...] a apropriação de uma *renda da terra*. Por outro lado a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção [...]” (CORRÊA, 1989, p.12).

Desse grupo fazem parte os proprietários do Núcleo JK, que são apenas residentes e não desenvolvem nenhuma atividade do setor de agropecuária; existem os não residentes que possuem apenas uma unidade campestre para fins de semana ou que mantêm alguma atividade rurícola. Estes últimos, em geral, vivem nas cidades da Região Metropolitana de Salvador e buscam refúgio na vida campestre, em fins de semana, mantendo a propriedade

como uma segunda residência.

Existe um outro grupo de moradores nas diversas vilas e pequenas localidades do interior do Núcleo, constituído daqueles que possuem apenas uma casa junto a uma dessas comunidades. Entre esses há os que trabalham fora do núcleo e aqueles que trabalham nas unidades de produção, ou nelas vivem na condição de empregado, lidando diretamente com os afazeres a elas relacionados. São os trabalhadores domésticos dos sítios (caseiros), contratados como mão-de-obra fixa, legalmente registrados em carteira. Além desses, há os trabalhadores temporários que prestam serviços de acordo com as necessidades do momento, em alguns casos, vivendo dentro do JK ou, em outros casos, residentes externos ao Núcleo.

Moradores que trabalham fora do Núcleo o fazem para algum organismo público da instância municipal, estadual ou em alguns dos diversos equipamentos do mercado de trabalho que a cidade de Mata de São João ou arredores pode oferecer. Alguns de seus residentes, funcionários da Prefeitura local, desenvolvem atividades junto ao Programa de Saúde Familiar (PSF), coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Outros agentes espaciais, como associações legalmente constituídas, mobilizam os diversos grupos sociais que atuam no Núcleo e também junto aos órgãos governamentais, buscando favorecer a seus membros, em torno de vários interesses, embora sob a égide dos predominantes. Tais agentes apresentam-se enumerados no Quadro 7.

Quadro 7 - Composição das associações do NJK

Razão Social	Data de Fundação	Número atual de Associados
Sociedade Cooperativa Mista dos Colonos do Núcleo JK Responsabilidade Ltda	14/01/1969	103
Federação Cultural Nipo-Brasileira da Bahia	1982	460
Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK	05/1961	75
Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências	2001	80
Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapeçirica	12/12/2000	112
Associação dos Moradores da Vila de Camaçari	1992	200
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapeçirica	1997	110

Fonte: pesquisa direta elaborada pela autora, em julho-setembro, de 2004.

Todas essas associações atuam além dos seus espaços de produção, considerando que o resultados de suas decisões alcançam as áreas da demanda da produção do NJK, situados na cidade de Salvador e sua Região Metropolitana. Ambos se complementam, se articulam e interagem em torno de interesses comuns, pautados na reprodução das relações comerciais que tocam o consumo dos produtos ali produzidos.

De modo geral as associações do Núcleo JK foram constituídas com a finalidade de buscar benefícios e prestar serviços às comunidades as quais representam. Consideram-se também outros agentes espaciais, como por exemplo o Centro Espírita Boa Nova, a Igreja

Presbiteriana de Cumberland, a Igreja Tenrikyo, a Igreja Católica São Domingos, a Igreja Assembléia de Deus, o Centro de Candomblé de Angola e o Templo Seicho-No-Ie. Todos esses atuam dentro dos limites do NJK e suas características principais de funcionamento assim se descrevem:

a) Cooperativa Mista de Produtores de JK

Esta Cooperativa na realidade é registrada sob a razão social Sociedade Cooperativa Mista dos Colonos do Núcleo Juscelino Kubitscheck Responsabilidade Ltda. Foi constituída em 14/01/1969, com foro Jurídico em Mata de São João, embora estenda sua ação aos municípios de Pojuca, Dias d'Ávila e Itanagra²⁴.

No início da sua formação tinha como finalidade vender produtos agrícolas. Atualmente, ao contrário do que se imaginava, não exerce junto aos associados o papel de mediador na negociação dos produtos. Apenas funciona como um ponto de revenda de insumos agrícolas e pecuários, como adubos, defensivos, ferramentas, lubrificantes, ração, sais, sementes e produtos veterinários ou de utilidades domésticas. Visa com isso, facilitar a vida dos moradores, sob vários aspectos, como, por exemplo, a revenda de peças de uso culinário, torneiras, chuveiros, entre outras miudezas. A Cooperativa também presta serviços de aração, gradeamento e oferece orientação agrária, ministrada por profissionais que ela mesma contrata. Existe também, por intermédio da Prefeitura de Mata de São João, convênio firmado com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário – EBDA, para essa finalidade.

As mercadorias são adquiridas diretamente do fornecedor e a Cooperativa os repassa aos sócios, facilitando a venda através de financiamentos por 15 dias, sem por isso cobrar juros dos associados, a não ser se exceder o prazo, chegando a cobrar taxa de 2% ao mês. O limite de crédito para cada associado é estabelecido na base de 2/12 do movimento do produtor. O crédito é limitado, porque não há capital de giro para repor as mercadorias e, da forma como procede, consegue manter um papel social com alguma liberdade de ação.

Para os sitiantes e moradores do Núcleo JK, a importância em se associar à Cooperativa Mista reside apenas no fato dos produtores não se deslocarem para comprar insumos agrícolas a longas distâncias. Isso representa economia de transporte, principalmente para os pequenos produtores, que contam com desconto nos produtos vendidos e nos serviços prestados.

A Cooperativa não tem fins lucrativos, exceto pela própria manutenção e

²⁴ Estatuto da Sociedade Cooperativa Mista dos Colonos do Núcleo Juscelino Kubitscheck Responsabilidade Ltda, de 14/01/1969.

capitalização das cotas, o que faz com que arrecade dos associados, através de uma taxa administrativa, cobrada em valor menor que o de mercado. Além disso, como meio de manutenção, aplicam a renda na própria Cooperativa para aumentar a variedade de insumos agrícolas a serem ofertados, além das utilidades domésticas já inseridas como estoque de mercadorias para atender as necessidades mais urgentes da população local.

A Cooperativa Mista conta com aproximadamente cento e três sócios, entre os quais os brasileiros são maioria, perante 32 famílias de japoneses e descendentes. O capital social varia conforme o número de associados e esses são portadores de um número de cotas-parte, subscritas no valor do salário mínimo vigente.

A inclusão de não-proprietários do Núcleo à Cooperativa é vedada, mas qualquer pessoa pode se associar desde que comprove a posse de um terreno dentro do Núcleo e corresponda às exigências do estatuto, tais como estar em dia com os impostos e dívidas. Só assim poderá passar pela avaliação do conselho administrativo que aprova ou desaprova a adesão de um novo sócio.

A Cooperativa Mista se compõe de um conselho administrativo constituído de: Presidente, Secretário, Conselho Fiscal, 1º e 2º Secretários e Suplentes. Os cargos se renovam a cada três anos, exceto 2/3 do conselho fiscal, renovado anualmente. Quaisquer dos moradores podem pleitear cargos administrativos na Cooperativa, bastando, para isso, ter cotas e aprovação em assembléia. Para o exercício possui quatro funcionários e um gerente, contratados em regime de trabalho regido pela CLT.

A Cooperativa é um lugar que os agricultores costumam visitar para compras habituais e, em razão de ser muito freqüentada pelos proprietários do Núcleo e fazendeiros dos municípios mais próximos, tornou-se um espaço onde se concentram e divulgam informações: um ponto de referência para os agricultores e comerciantes do local. Por essas razões essa Cooperativa costuma convidar especialistas em insumos e produtos do ramo agropecuário de última geração para exposições e demonstrações aos seus associados e compradores em geral. Por ser lugar de significativa sociabilidade, serve como espaço para a realização de diversos eventos, muitos dos quais programados pelas próprias comissões administrativa e executiva da Cooperativa ou, às vezes, sendo realizados em convênio com a EBDA.

b) A Federação Cultural Nipo-Brasileira.

Essa organização é sediada em Salvador, fundada em 1982, constituída sem finalidade lucrativa. Congrega onze associações culturais japonesas, a saber: as de Recife,

Bonito (PE), Aracaju (PE), Salvador, Barreiras, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Ituverá, Taperoá, Posto da Mata (BA) e a da Colônia JK (Mata de São João – Camaçari), atualmente constituída por 26 sócios acrescidos dos seus descendentes (nissei, sansei)²⁵.

Segundo o Senhor Toshihiro Tahara²⁶, Presidente da Federação, seus associados são representados por uma comissão administrativa eleita anualmente pelos diretores de cada associação componente, e todos têm direito a voto, desde que coerente com a proporcionalidade relativa ao núcleo de origem. Todos podem se eleger para os cargos de diretores, desde que sejam membros da diretoria do núcleo de origem ao qual sejam filiados. A Federação de Salvador atua no Estado da Bahia e, excepcionalmente, nas cidades de Aracaju (SE) e Bonito (PE), satisfazendo uma solicitação das comunidades desses estados.

A Federação compõe-se ainda de um conselho diretor formado por onze diretores, três conselheiros fiscais, três suplentes e dois conselheiros consultivos, além de uma comissão administrativa constituída pelo Presidente, Vice, Secretário Geral e Tesoureiro. Embora funcione de maneira independente das comunidades japonesas que a constituíram, integra um organismo sediado em São Paulo, que congrega todas as associações nipo-brasileiras. Em virtude da distância e, dada a dificuldade de locomoção entre os Núcleos e a Comissão, os membros dessa Federação têm poderes para, em conjunto, tomar decisões que visem ao bom andamento da organização, sendo as decisões maiores tomadas em assembléia.

A Federação representa o elo entre as comunidades e os órgãos governamentais do Japão, principalmente a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*, da qual recebe ajuda para manutenção da sua Secretaria Geral e tem atuado junto às associações como ponte para obtenção de recursos e ajuda material, visando à preservação do quadro cultural e o desenvolvimento de projetos de assistência e atendimento às necessidades dos associados, dentre as quais, assistência médico-odontológica aos idosos.

Normalmente a Federação presta ajuda às associações por intermédio de apoio financeiro, via projetos de desenvolvimento cultural. Porém, segundo informou o seu Presidente, nos últimos anos os itens de apoio financeiro foram reduzidos em razão de contenção econômica, resultante da crise que atingiu as agências de cooperação internacionais, como a JICA, com a qual a Federação lida diretamente. Tal medida se refletiu diretamente sobre seus associados, mas no entanto, recebem, ainda, apoio em termos de materiais didáticos, úteis ao ensino da língua japonesa; recebem, recursos financeiros concedidos para o envio de instrutores bolsistas ao Japão, a cada dois anos, para realizarem

²⁵ Nissei: descendente de primeira geração. Sansei: descendente de segunda geração.

²⁶ Toshihiro Tahara, Presidente da Federação Cultural Nipo-Brasileira, entrevistado em 2002.

cursos técnicos e de atualização do ensino do idioma Japonês. Além disso, a Federação colabora para a manutenção e para a concretização de eventos, seminários e encontros que visem a preservação das tradições culturais e modalidades de artes orientais, presentes no calendário das festividades típicas, repletas de atividades lúdicas.

c) Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK.

No passado, a Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK surgiu em várias localidades do Núcleo, representando cada um dos grupos residentes nas “grandes fazendas” ou “grandes regiões”. O primeiro foi fundado na Fazenda Itapecirica, em maio de 1961. No mesmo ano surgiram outros núcleos em São Pedro e Lunda. Por último, em Camaçari e Quebra Coco, em 1963 (FURUICHI, 1999).

Naquela época, segundo afirmou Maekawa (1995), o intuito era preservar as tradições japonesas e fortalecer a comunidade sem, contudo, se preocupar em misturar a cultura japonesa com a baiana. Queriam ainda reduzir o isolamento forçado entre os grupos, devido à falta de estradas e ainda objetivavam amenizar a ausência de saneamento básico, implantando um sistema de fornecimento de água, luz e facilitando a obtenção de alimentos e a satisfação das suas necessidades básicas. Enfim, foi uma forma de se organizarem, reunindo forças para minimizar os problemas vividos nos primeiros anos de existência do Núcleo, mas a finalidade precípua, era organizar atividades tradicionais da cultura japonesa.

Em março de 1964, todos os núcleos se fundiram na atual Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK e seus membros somados, chegaram a compor 89 associados. Atualmente conta com 75 membros, originários das 32 famílias japonesas que restaram no Núcleo JK, incluindo aí, os nascidos no Japão e os nipo-brasileiros, descendentes de primeira e de segunda gerações (FURUICHI, 1999, *op. cit.*).

Atualmente a Associação Cultural Nipo-Brasileira é dividida em três sub-núcleos, a saber: Itapecirica, Lunda (subdividida em norte e sul) e Vila JK.

O ingresso de não japoneses é vedado e a Associação se estrutura a partir de três presidentes — um em cada Núcleo representativo. Possui um corpo administrativo e outro de conselheiros, com cargos renováveis anualmente, por quaisquer dos moradores que queiram pleiteá-los, sejam japoneses ou nipo-descendentes (nissei ou sansei). Todos os associados participam dos cargos eletivos da administração, alternando-se em sistema de rodízio, para melhor cuidar dos interesses da corporação. Os funcionários são voluntários pois não são remunerados e as famílias associadas pagam uma taxa a título de contribuição mensal.

Mas o principal papel exercido, segundo o Presidente da Associação²⁷, é o de promover o intercâmbio cultural, reunir os conterrâneos e familiares em torno de suas tradições culturais, promovendo cerimônias e reuniões para discussões de assuntos sobre saúde, junto à comunidade. Como atividades mais expressivas da cultura nipônica, exercidas através da Associação, incluem-se: manutenção de um curso para ensino do idioma japonês — aberto a seus mais novos descendentes e ao público interessado de modo geral; a prática de atividades desportivas e lúdicas (Olimpíadas Undokay); a comemoração das tradições culturais em dias de finados e dos idosos, além da realização de exposição de artes e culinária. Todas essas atividades constam em calendário próprio.

A Associação também atua como porta voz da comunidade junto à Federação, intermediando com os representantes do governo (japonês ou brasileiro) assuntos de interesse da coletividade. Organiza também cursos técnicos e mantém intercâmbio constante com as Associações Culturais Nipo-Brasileiras de outros estados brasileiros ou de outros países. Na realização dessas atividades e eventos tradicionais da cultura, a Associação recebe ajuda financeira da *Japan Immigration Cooperation Agency (JICA)*, órgão do governo japonês que apóia seus conterrâneos disseminados em vários países.

d) Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências.

Atualmente a Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências conta com oitenta membros associados. Foi fundada no ano de 2001, com o propósito de reivindicar, junto aos órgãos públicos municipais e estaduais, solução de problemas decorrentes da ausência local de serviços essenciais que afligem, aproximadamente, oitocentos moradores dessa comunidade.

Conforme o regimento interno, a Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências possui uma área de atuação equivalente a um raio de dois quilômetros em torno da sua sede na Rua do Campo. Abrange os residentes de alguns setores do Núcleo JK, precisamente quem vive nas localidades de Portão do Lunda — Vila JK — (Foto 20) e Rua do Campo, propriamente dita (Foto 21). Muitos dos seus associados são pequenos proprietários, seja de uma unidade padrão, ou de apenas uma fração de lote, mas a maioria dos seus associados é constituída de moradores que invadiram ou que, por doação, receberam pedaço de lote onde construíram suas casas, dando origem a pequenos agrupamentos residenciais, esparsamente distribuídos dentro do Núcleo JK, explicando-se, dessa maneira, a origem das

²⁷ Hiroshi Tomita, entrevistado em 2002.

Vilas e das pequenas localidades, também mapeadas na Figura 3.

Foto 20 - Marco de entrada do NJK no Portão do Lunda, na estrada para Itanagra-BA.



Foto 21 – Rua do Campo e o campo de futebol que lhe deu o nome.



Fotos da autora (setembro/2004).

Em depoimento para esta pesquisa o Presidente e a Vice-Presidente da Associação²⁸, respectivamente os senhores José Braz dos Santos e Jocelina Santos Oliveira, afirmaram que há seis anos existe a aglomeração de casas que originou a localidade denominada Portão do Lunda, na entrada principal do Núcleo JK. Lá, a maioria dos habitantes é natural da região, mas são encontrados também imigrantes de outras regiões da Bahia, como a própria Jocelina afirma: “[...] meu marido e eu viemos de Itaberaba-BA, onde a seca é longa. Lá estávamos cansados de carregar água. De lá viemos para o Núcleo JK há dois anos e aqui construímos nossa casa”. A exemplo deste caso, outros ocorreram, não só no Portão do Lunda mas também em outras localidades e Vilas, embora a maioria dos moradores seja do próprio Núcleo. No conjunto desses habitantes, muitos são jovens casais que constituíram família, vivendo em parte de um terreno reservado ao Núcleo JK, onde construíram suas casas e ali permaneceram. Segundo o senhor José Braz dos Santos, “[...] as pessoas que aqui vivem, a maioria delas, aqui se casam e vão montando suas casinhas”.

²⁸ Entrevistados em 31-07-2004.

Foto 22 – Poço artesiano da Rua do Campo



Foto da autora (setembro/2004).

Entre os problemas enfrentados pela comunidade, ressalta-se a carência de água potável, obtida apenas através do chafariz existente na rua do Campo, que foi construído pela Prefeitura de Mata de São. Nesse poço a população costuma se abastecer diariamente, mas também se obriga a transportar água em grandes vasilhames, a longas distâncias, conforme registro na Foto 22. Outros problemas que afligem a comunidade, dizem respeito à falta de energia

elétrica e a inexistência de coleta de lixo. De alguma forma, qualquer que seja a decisão tomada pela Associação, afetará um grupo aproximado de oitocentas pessoas da comunidade. Segundo José Braz dos Santos,

[...] “uma das formas mais eficazes para o alcance dos objetivos das comunidades carentes foi nos reunirmos em torno da Associação, legalmente constituída, e assim nos fortalecemos, para proporcionar melhorias à coletividade e protegermos da falta de assistência às camadas mais pobres da população”.

O mesmo senhor informou também que existe, em curso, um projeto apresentado junto à CAR, que visa solucionar os problemas de distribuição de água potável e de saneamento básico. Este projeto já foi aprovado e encontra-se em fase de instalação dos equipamentos solicitados, constando da canalização de água potável para todas as casas da coletividade, a partir de um poço já existente. Inclusos como objetivos do projeto e aguardando aprovação, contam a captação do esgoto doméstico e a construção de fossas sépticas para as casas da comunidade. De acordo com informações da senhora Fátima Martins Batista, Chefe do Gabinete da Prefeitura de Mata de São João²⁹, os recursos financeiros destinados às obras saem do Banco Mundial e são encaminhados à comunidade solicitante através da CAR.

e) Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapecirica.

Igualmente à anterior, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapecirica é recente, fundada em 12 de dezembro de 2000, com objetivos definidos em torno

²⁹ Secretária do Gabinete da Prefeitura de Mata de São João e membro integrante do Conselho que orienta, organiza e fiscaliza todos os projetos das comunidades populares do município. Entrevistada em 05 de agosto de 2004.

da obtenção de benefícios para uma comunidade constituída de 112 membros associados.

Segundo a senhora Ednólia Brito Sardinha, Presidente da Associação, suas reivindicações constam de projetos ainda não atendidos, porém previstos para curto, médio e longo prazo, podendo se estender às 375 famílias que vivem na Vila de Itapecirica. Por enquanto, se organizam em torno de atividades artesanais, como corte e costura, para o que providenciam a construção de um galpão para o alojamento dos grupos de artesãos e da própria Associação, uma vez que conseguiram a doação de um terreno para essa finalidade. Pode-se dizer que a Vila de Itapecirica encontra-se em estágio de melhoria, mais avançado que as outras localidades, diante do fato de sua população ter conseguido água encanada e energia elétrica. Porém, segundo a mesma senhora, precisa ainda de fossas sépticas, coleta de lixo e captação de esgoto doméstico. A entrevistada, sendo funcionária da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Mata de São João, trabalhando à disposição do Programa de Saúde Familiar (PSF) e prestando atendimento como auxiliar de enfermagem na Vila, afirma ter constatado, através de seu trabalho, que, “em razão da falta de saneamento básico, as crianças da região são muito atacadas por diversas verminoses”³⁰.

f) Associação dos Moradores da Vila de Camaçari.

A Associação dos Moradores da Vila de Camaçari abrange os residentes nas Vilas Camaçari, Quebra Coco, São Pedro e de outras localidades, como Capa Bode, Vargem Grande e Lagoa do Peixe. Consiste na mais antiga das associações locais e possui maior número de participantes, perfazendo um total de duzentos sócios.

Fundada em 1992, a Associação elege nova comissão executiva a cada quatro anos e tem por objetivo buscar apoio junto aos órgãos públicos e voluntários no sentido de dirimir as dificuldades vividas pela comunidade em geral. Segundo seu Presidente, senhor Edmário Ferreira, a “própria Associação busca se fortalecer, desenvolvendo junto à coletividade, o papel de agente mobilizador, no sentido de fazê-la perceber que é capaz de modificar a própria realidade social”³¹. Mais adiante ainda afirmou que “[...] há muitas dificuldades, entre as quais as financeiras, pois a maioria das pessoas que moram na comunidade são estudantes e jovens”. Mesmo assim, a partir do esforço coletivo e integrado, na prática, os resultados apresentados revelaram algumas conquistas, como, por exemplo, o estabelecimento da rede de energia elétrica em alguns setores da Vila e a implantação de uma escola de educação infantil, onde o trabalho é exercido por profissionais da própria localidade. Além de tudo, praticam ação social conjunta entre a Associação, o Sindicato dos

³⁰ Entrevistada em 05 de agosto de 2004.

³¹ Entrevistado em 05 de agosto de 2004.

Trabalhadores Rurais de Mata de São João e o Centro Espírita Boa Nova.

g) Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapecirica

Fundada em 1997, a Associação constitui-se na segunda maior organização do Núcleo JK, com cento e dez sócios inscritos. Seu foco principal de ação concentra-se no fortalecimento dos pequenos agricultores e na luta contra a interferência do atravessador, do qual, majoritariamente, dependem para vender o que produzem. Buscam, de alguma forma, possibilitar ao pequeno agricultor o repasse direto ao consumidor, limitando, se não de todo, pelo menos em parte, a ação perniciosa do comerciante intermediário. Porém essa conquista está sujeita ao maior fator de estrangulamento da produção dos pequenos agricultores, que é a falta de um meio de transporte que conduza suas mercadorias até os pontos de venda, razão pela qual não se consegue, ainda, melhores preços para os produtos. O preço dos insumos no mercado constitui outro foco de luta, pois precisam se organizar melhor para conseguir financiamentos mais acessíveis, a juros baixos, para assim melhorar o custo de produção, oferecendo melhores produtos e preços ao mercado consumidor.

Embora alguns de seus associados também o sejam da Cooperativa Mista dos Produtores de JK, ou dela se utilizem para compra de insumos agrícolas — porque as duas se encontram dentro do NJK — ambas independem uma da outra. Diferentemente da Cooperativa, a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapecirica envolve um número bem maior de pequenos produtores do Núcleo.

Segundo informações prestadas pelo senhor Florisvaldo Vieira da Palma³², Presidente da Associação, existem dois projetos propostos pelos pequenos agricultores: um em fase de tramitação e outro ainda em planos. O primeiro se relaciona à obtenção de um novo assentamento para os agricultores sem terra, que vivem e trabalham como empregados nas lavouras do Núcleo JK. A área desse novo assentamento já está estabelecida e se localiza na Fazenda Santa Isabel, fora dos limites do Núcleo, mas é bem próxima, e segundo afirmação do senhor Florisvaldo, já existe um terreno que ocupam há um ano e meio, o qual se encontra em tramitação entre o proprietário do terreno invadido e o INCRA. O segundo projeto diz respeito à fundação de um centro de treinamento agrícola para o grupo de jovens do Núcleo JK que termina o curso fundamental e pára de estudar nessa fase. Segundo afirma: “temos muitos jovens e precisamos deles para continuar nossos projetos”.

h) Outros agentes socioespaciais

³² Entrevistado em 15 de setembro de 2004.

Manifestações religiosas estão presentes entre os grupos sociais do Núcleo JK. Através delas verifica-se, de certa forma, empenho e perseverança do grupo japonês face à existência de dois templos no espaço de manifestações religiosas frequentado pelos nipônicos: a Igreja Presbiteriana de Cumberland de Mata de São João e o templo “Tenrikyo Braz de JK”. Há também outros espaços de manifestações religiosas disseminados em todo o Núcleo, como por exemplo o Centro Espírita Boa Nova localizado na Vila Camaçari, a Academia de Seicho-No-Ie Santa Fé, localizada nas cercanias da Vila de Itapecirica, a Igreja Católica São Domingos e o templo da Assembléia de Deus localizados na Vila Camaçari, além do Centro de Candomblé de Angola, situado na Fazenda Quebra-Coco.

4.1 ALGUMAS INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

O Núcleo JK inclui espaços distintos dos municípios de Camaçari e Mata de São João, conforme alusões anteriores. Tal inserção, entre os dois municípios, dificultou a obtenção de dados censitários que confirmassem o número de residentes dentro dos seus limites. Restou, entretanto, a alternativa de aproximação desse número por intermédio do Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, da Secretaria Municipal de Saúde de Mata de São João, que mantém em ação o Programa de Saúde Familiar (PSF). Essa foi a única possibilidade de se conhecer o número aproximado de residentes, já que esse órgão faz o controle da saúde diretamente através dos postos localizados em pontos administrativamente estratégicos do Núcleo JK, para um melhor controle do atendimento.

Existem, pois, dois postos de atendimento: o Posto de Saúde Núcleo JK e o Posto de Saúde Itapecirica. O primeiro, situado em uma localidade central ao NJK, oferece atendimento de primeiros socorros aos habitantes das “regiões” do Lunda, Camaçari, Quebra Coco e São Pedro. Localizada a maior distância, está a unidade de saúde da Vila Itapecirica, estabelecida para proporcionar o mesmo tipo de atendimento aos residentes no norte do Núcleo JK.

Conforme já se mencionou a população cadastrada pelo SIAB, compreende os que vivem na área de abrangência dos serviços prestados pelas duas unidades de saúde existentes no Núcleo JK e levantados de acordo com a idade, o sexo e o número absoluto de população.

A Tabela 9 representa um somatório dos dados dos Anexos 3 e 4. A contagem dos indivíduos realizou-se de acordo com o número de famílias, ressaltando-se a população segundo o sexo, e os indivíduos em idade escolar de 7 a 14 anos e os alfabetizados com mais

de 15 anos. Essa mesma Tabela revela um número de 3.504 residentes, distribuídos entre 863 famílias. Em capítulo anterior se mencionou o assentamento de 253 famílias quando da formação do Núcleo entre 1959-1962.

Tabela 9 –Atendimento das unidades de Saúde do Núcleo JK, Bahia: população aproximada.

Postos de Saúde	Masculino	Feminino	Totais	Famílias Cadastradas	7 a 14 anos na escola	15 anos e mais alfabetizados
Núcleo JK	1.100	990	2.090	496	367	970
Itapecirica	756	658	1.414	367	282	634
Totais	1.856	1.648	3.504	863	649	1604

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Sistema de Informação de Atenção Básica –SIAB,2004 (Anexos 3 e 4).

Conforme se vê, esse número triplicou e disso decorre a presença de algumas vilas formadas desde o início da fundação do Núcleo, entre as quais as maiores aglomerações: Vila Itapecirica, Vila Camaçari e Vila JK, entre outras antigas e pequenas localidades como Casa de Palha e Lote 12, embora estas últimas existam, com pequenas diferenças de tempo entre si, mas praticamente simultâneas à fundação da Colônia JK.

Vargem Grande, Capa Bode e Baratas são pequenas localidades situadas na Fazenda Camaçari, assim como também o é Portão do Lunda. Todas cresceram espontaneamente, formando aglomerados residenciais, visíveis desde a entrada principal — Portão do Lunda — e ao longo dos caminhos e estradas que avançam para o interior da Colônia. Essas populações vivem em terras pertencentes ao Estado, mas reservadas ao Núcleo JK. Normalmente são comuns várias moradias pequenas, dividindo apenas um lote padrão. Nessas casas vivem proprietários de pequenos sítios (minifúndios³³) e trabalhadores que prestam serviços às diversas unidades-padrão de produção.

A Tabela 10 baseia-se nos mesmos dados da Tabela 9 e foi elaborada para mostrar a distribuição da população, segundo as faixas etárias, representadas no Gráfico 10 (pirâmide demográfica), no qual se verifica que 56,79% da população amostrada se situa nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 50 a 59 anos, abrangendo um total de 1990 habitantes com obrigatoriedade de voto, fato que ressalta a importância do NJK em processo eleitoral. De acordo com informações obtidas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia,

³³ Minifúndio: Representa uma área de dimensão inferior à do Módulo Fiscal de medida regionalmente variável, a qual impede a produtividade local. O conceito de Módulo Fiscal (MF) corresponde ao módulo rural médio por município, que varia de tamanho, segundo a região. O menor módulo fiscal do país apresenta 5 hectares e o maior chega a 110 hectares. Com base nesse conceito, e para efeito de classificação da propriedade rural, o minifúndio é uma propriedade rural menor que o Módulo Fiscal; a pequena propriedade é uma área entre 1 e 4 módulos fiscais; a média propriedade mede entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade representa uma área superior a 15 módulos fiscais. ZUQUIM, e DE BENEDICTIS (2001).

concernentes ao Juizado Eleitoral da 105ª Zona do município de Mata de São João e, com base nos dados coletados no ano eleitoral de 2004, o Núcleo JK, detêm em seus limites, cinco seções eleitorais, constituídas de 1.867 eleitores cadastrados e que podem ajudar a definir as eleições locais. A mesma fonte ainda cita que o município abrange um total de 23.338 eleitores, distribuídos em 73 seções. Proporcionalmente, o NJK abriga 8% dos eleitores do município de Mata de São João.

Tabela 10 - População do Núcleo JK, Bahia, por sexo e faixa etária

Categorias de faixas etárias	Homens	Homens (%)	Mulheres	Mulheres (%)
< 1	25	1,3	19	1,2
1 a 4	135	7,3	156	9,5
5 a 6	93	5	85	5,2
7 a 9	150	8,1	124	7,5
10 a 14	245	13,2	209	12,7
15 a 19	228	12,3	215	13,0
20 a 39	555	29,9	466	28,3
40 a 49	174	9,4	153	9,3
50 a 59	112	6	87	5,3
> 60	139	7,5	134	8,1
Totais	1856	100	1648	100

Fonte: SIAB - Secretaria Municipal da Saúde de Mata de São João, 2004 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Pirâmide populacional do Núcleo JK, Bahia.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de Informação e Atenção Básica – SIAB, 2004 (Tabela 10).

Outros aspectos observados se referem às características locais dos domicílios. De modo geral, se observam nos conjuntos habitacionais do Núcleo JK, certa precariedade na construção da maioria das casas, aspecto este denotado através dos materiais usados e, principalmente, pela falta de saneamento básico, constatados nos dados revelados na Tabela e Gráfico, ambos de número 11. Os dados da Tabela 11 se originaram de cadastros dos dois postos de saúde lá existentes. Em ambos os postos se verificam padrões semelhantes nas

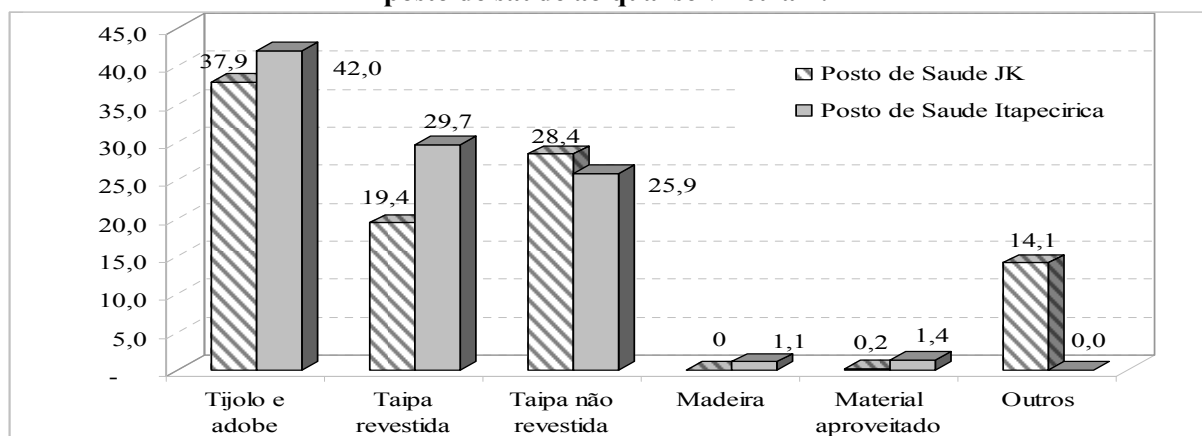
construções, exceto pelas casas de madeira que são encontradas apenas na Vila Itapecirica, submetida ao Posto de Saúde homônimo. No que se refere à questão do tratamento do esgoto doméstico e destino dado aos resíduos humanos, observa-se que apenas 0,2% das residências do Núcleo, possuem sistema de esgoto, enquanto que 41,4% possuem fossas e 58,4% despejam seus resíduos a céu aberto, justificando-se a infestação por verminoses, segundo opinião manifestada pela auxiliar de enfermagem do Posto de Saúde Itapecirica. Estas se constituem nas razões pelas quais as comunidades locais, via associações, apresentaram projeto de construção de fossas sépticas, por intermédio da Companhia de Ação Regional do Estado da Bahia.

Tabela 11 - Núcleo JK, Bahia: habitação e saneamento básico

Características dos domicílios e locais de moradia das famílias, segundo o cadastro do SIAB							
Formas e níveis de atendimento em 863 unidades levantadas		(1) Posto de Saúde Núcleo JK		(2) Posto de Saúde Itapecirica		Totais absolutos	Percentuais Totais
		N.º. Absoluto	%	N.º. Absoluto	%		
Tipo de casa	Tijolo e adobe	188	37,9	154	42,0	342	39,6
	Taipa revestida	96	19,4	109	29,7	205	23,8
	Taipa não revestida	141	28,4	95	25,9	236	27,3
	Madeira	0	0,0	4	1,1	4	0,5
	Material aproveitado	1	0,2	5	1,4	6	0,7
	Outros	70	14,1	0	0,0	70	8,1
	Totais	496	100,0	367	100,0	863	100,0
Abastecimento de água	Rede Pública	20	4,0	0	0,0	20	2,3
	Poço ou Nascente	388	78,2	217	59,1	605	70,1
	Outros	88	17,7	150	40,9	238	27,6
	Totais	496	100,0	367	100,0	863	100,0
Destino do lixo	Coleta pública	2	0,4	3	0,8	5	0,6
	Queimado/ enterrado	353	71,2	243	66,2	596	69,1
	Céu aberto	141	28,4	121	33,0	262	30,4
	Totais	496,0	100,0	367,0	100,0	863,0	100,0
Destino dos resíduos humanos	Sistema de esgoto	2	0,4	0	0,0	2	0,2
	Fossa	226	45,6	131	35,7	357	41,4
	Céu aberto	268	54,0	236	64,3	504	58,4
	Totais	496,0	100,0	367,0	100,0	863,0	100,0
Energia elétrica	Totais	371	74,8	244	66,5	-	-

Fonte: SIAB da Secretaria da Saúde de Mata de São João 2004 (Gráficos 11, 12 e 13)

Gráfico 11- Núcleo JK, BA: materiais de construção das residências cadastradas, segundo o posto de saúde ao qual se vinculam.



Fonte: SIAB da Secretaria da Saúde de Mata de São João 2004 (Tabela 11).

Outras informações se relacionam ao nível de carência de serviços públicos de saneamento nas unidades habitacionais populares do NJK. Além da ausência de drenagem e tratamento dos esgotos produzidos observa-se também ausência da coleta do lixo (Gráfico 12). Os dados do SIAB expressos na Tabela 11 confirmam as informações obtidas via pesquisa direta, realizadas a partir dos questionários e entrevistas, aplicados durante os trabalhos de campo. Segundo informaram os moradores do Núcleo, eles próprios se responsabilizam em dar fim aos resíduos produzidos nas unidades de produção ou em suas próprias residências, fato confirmado através do Gráfico 12, que mostra a total ausência na oferta do serviço de coleta de lixo.

O Gráfico 13 demonstra alguns casos de instalação de rede de água, embora tenha se constado deficiência no abastecimento d'água em diversos cantos do Núcleo JK, aliás, fato anteriormente mencionado e comprovado na foto 22. São carências que se tornam mais agudas quanto mais distantes são as localidades do interior do Núcleo, da sede municipal de Mata de São João, lugar onde se origina o atendimento a algumas das necessidades locais, como é, por exemplo, o caso das vilas de Itapeçirica e Camaçari, cuja localização e distância dos centros de abastecimentos se vê na Figura 3.

Gráfico 12- Destino do lixo

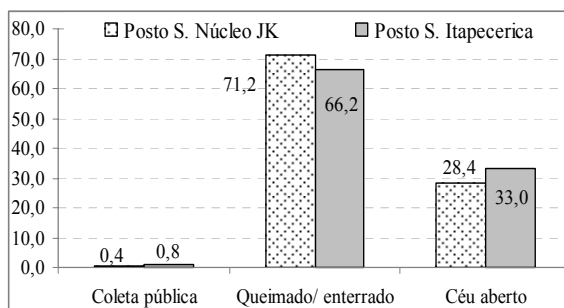
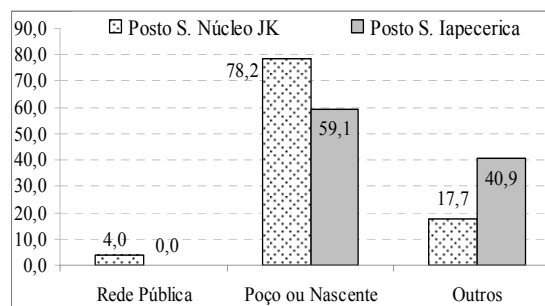


Gráfico 13 - Abastecimento de água



Fonte: SIAB, Secretaria Municipal da Saúde de Mata de S. João, 2004 (Tabela 11).

De modo geral se observa uma deficiência bem acentuada nos serviços de abastecimento d'água que deveria atender a todos os domicílios do Núcleo. O Gráfico 13 mostra que os moradores vinculados ao Posto de Saúde Núcleo JK, são mais assistidos, embora lá não se concentre a maioria da população local. Ao contrário, os moradores da região vinculada ao Posto de Saúde Itapeçirica, este representante da maior concentração de população e de trabalhadores das unidades produtoras, são os menos assistidos. Mas, indiferente a essa deficiência, observou-se alguns casos de amplo aproveitamento dos recursos hídricos locais, em áreas de quem tem acesso a fontes e/ou afloramentos de água, mesmo que através da construção de cisternas. As áreas ligadas ao Posto de Saúde Itapeçirica

demonstram ausência de canalização pública de água, o que implica em que haja outras fontes de abastecimento.

De modo geral, a maioria da população do Núcleo normalmente queima plásticos e papéis, enterra vidros e destina o lixo orgânico à fermentação para transformação em adubo, enquanto que outros, simplesmente, deixam a céu aberto. Mas observou-se que 49,2% dos 61 entrevistados, fazem reciclagem dos diversos materiais produzidos (massa verde, papéis, recipientes de plásticos ou vidros, etc), aproveitando-os quando possível, ou juntando-os para entregar em Mata de São João e 37,7% dos moradores, optam pela não reciclagem e enterram os resíduos produzidos, enquanto uma pequena parte, constituída de 13,1% deles, não respondeu.

5 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO NÚCLEO JK

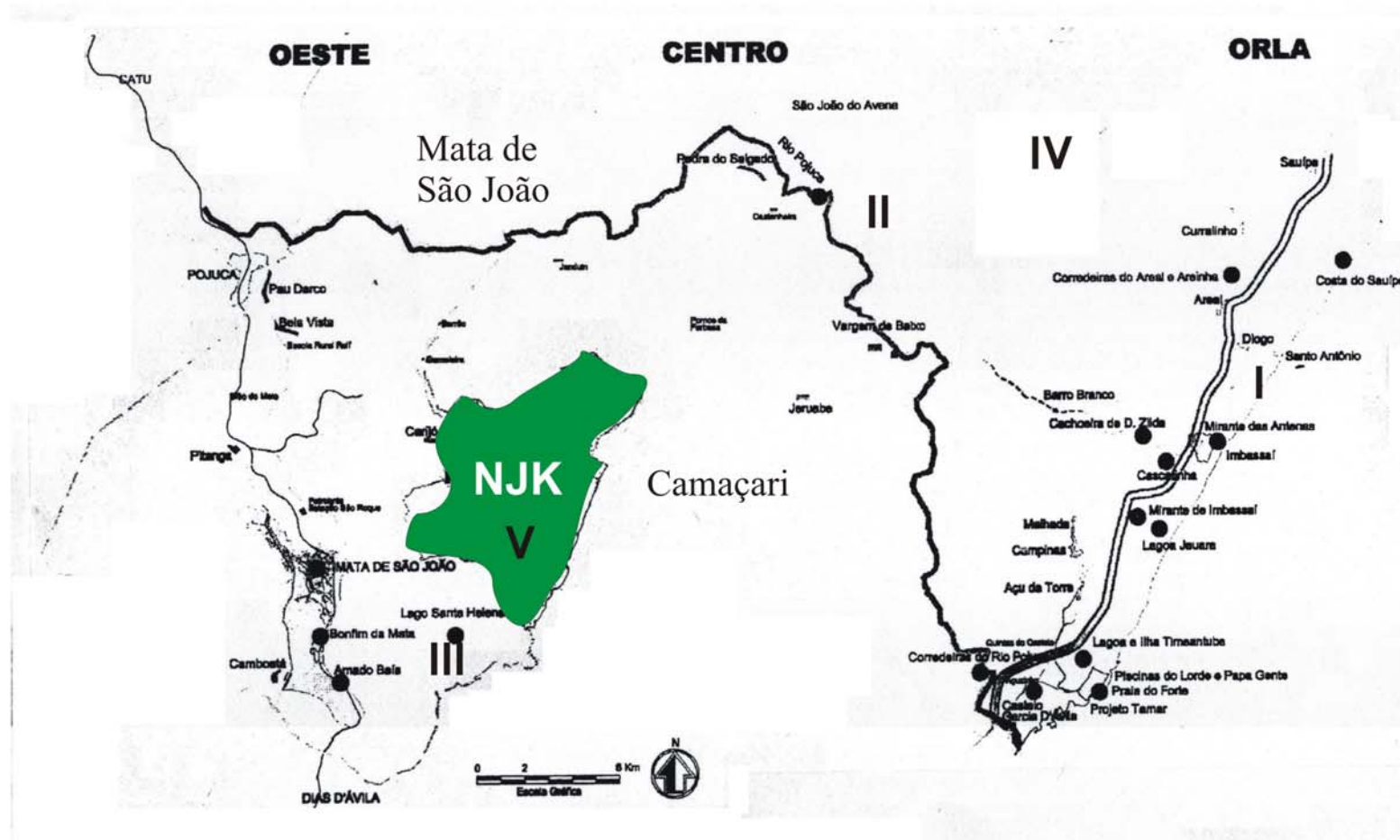
A importância do Núcleo JK no cenário socioeconômico do município de Mata de São João decorre das atividades agropecuárias desenvolvidas e, agora, principalmente, à medida que se reafirma como zona produtora de orgânicos. Dada a importância da sua produção para a região e nessa posição, compartilha com a sede municipal de Mata de São João o pertencimento a uma de suas “zonas municipais”, individualizadas nos estudos preliminares do “Plano Diretor” (Figura 4). Encontra-se, portanto, claramente incluído nos objetivos traçados pelas políticas locais de desenvolvimento rural e turístico-urbano do Município, visando integração física, funcional e socioeconômica, para Mata de São João e sua região.

De acordo com informações obtidas da Secretaria do Planejamento de Mata de São João, através do Secretário, o senhor Luiz Humberto Castro de Freitas — um dos entrevistados durante os trabalhos de campo — os estudos do Plano Diretor Municipal³⁴ (projeto complementar à Lei 134/2001 de 05 de outubro de 2001) constam de uma adequação ao Estatuto da Cidade (Lei 10.254, de 10 de julho de 2001). Em consonância com as linhas gerais traçadas pelo Plano Diretor preliminar, o espaço socioeconômico do município foi compartimentado em áreas que refletem tendências evolutivas diferentes entre si. Em relatório publicado pela Prefeitura Municipal de Mata de São João – CAR/PRODUR (2004), destacam-se como compartimentos diferenciados as seguintes “zonas municipais” (Figura 4):

- I) APA Litoral Norte: faixa de 10 km entre a linha costeira e interior do município, com desenvolvimento de atividades turísticas qualificadas.
- II) Áreas abrangidas pelo Rio Pojuca, representada pela faixa no limite norte, na margem esquerda do rio Pojuca, com usos agrícolas tradicionais e aproveitamento do seu potencial paisagístico para o desenvolvimento de uma nova modalidade turística – o turismo rural-ecológico – com sítios/fazendas estruturados, em complementação às atividades da orla marítima.
- III) Santa Helena/ Núcleo JK: área situada entre o lago da represa de Santa Helena (40 km² de espelho d’água) e a sede Municipal. Área propícia às culturas agrícolas orgânicas em apoio ao mercado regional e, principalmente, às atividades turísticas da orla, com a implantação de equipamentos de lazer, hospedagem e apoio às atividades esportivas aquáticas.
- IV) Áreas de reflorestamento: glebas de silvicultura de pinho e eucaliptos já implantados no município [entre as décadas de 1970/1980, conforme SAMPAIO, 1990, p. 5].
- V) Áreas de agropecuária: zona tradicional de atividades agropecuárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO – CAR/PRODUR, 2004, p.50).

³⁴Plano Diretor Municipal. Encontra-se em fase de incorporação e acréscimos, sugeridos pela atual gestão do Prefeito João Gualberto Vasconcelos, após o que se submeterá à aprovação em sessão da Assembléia Legislativa local.

Figura 4 – Município de Mata de São João, Bahia: “Zonas Municipais”



Fonte: Prefeitura Municipal de Mata de São João – CAR/PRODUR (2004, p. 48)

As duas principais compartimentações estão representadas pelas zonas municipais denominadas Orla Marítima — onde se localizam os complexos turísticos de Sauípe e Praia do Forte (Litoral Norte da Bahia) — e a zona Continental, da qual faz parte o Núcleo JK, polarizada pela sede de Mata de São João.

Os conceitos da Geografia, definidos por Corrêa (1998, p. 54)³⁵, já referidos no primeiro capítulo, constituíram fundamentos para este estudo da “materialidade” reproduzida no Núcleo JK. Correspondem a termos como “arranjos socioespaciais” que deram configuração à estrutura territorial inicial, criada a partir da intervenção governamental, representada na Figura 3, formada por 221 lotes pequenos distribuídos entre 6 grandes “regiões” ou “fazendas”, relacionadas no Quadro 8. A “região” do Lunda foi subdividida em 68 lotes e corresponde a maior delas, enquanto que a menor é representada pela “fazenda” Quebra Coco que engloba 13 lotes. Características naturais e físico-químicas dos solos locais, entre as quais a maior ou menor declividade do relevo, se constituíram em atributos decisivos que influenciaram no tamanho maior ou menor das propriedades.

Quadro 8 - Núcleo JK, Bahia: número de lotes, segundo as localidades

Localidades	Número de lotes
Lunda	68
Itapecirica	62
Camaçari	44
São Pedro	34
Quebra Coco	13
Totais	221

Fonte: Base planimétrica do Núcleo JK, 1957 (Figura 3).

A mudança dos moradores para as propriedades se realizou após as primeiras experiências obtidas pelos colonos que, de início, moraram nos alojamentos construídos junto à antiga sede do Núcleo. Essa modalidade de ocupação foi abandonada porque os colonos se obrigavam a percorrer longas distâncias até o local das lavouras, ocorrendo mais tarde a resolução de construir suas casas nos próprios lotes. Assim, a opção de moradia na propriedade foi uma das primeiras transformações do Núcleo JK. Mas as modificações reproduzidas no cenário agrário local e atual retratam uma situação contrária àquela inicial, da época em que o Núcleo JK foi fundado. Muitos proprietários ampliaram suas áreas de produção, comprando propriedades contíguas ou mesmo dispersas dentro do Núcleo. Outros permaneceram com a mesma unidade de tamanho médio em torno de 22 hectares, havendo

³⁵ Segundo CORRÊA (1998: p. 55), as expressões “organização espacial”, “espaço articulado”, “interações espaciais”, “configuração territorial”, “configuração do espaço”, “formação espacial”, “arranjo espacial”, “espaço geográfico” e “espaço social” são expressões de mesmo significado, de uso freqüente na Geografia, equivalentes à “estrutura territorial”.

ainda os que repartiram suas propriedades, por herança ou outra necessidade, fazendo surgir uma nova divisão, representada por uma fração do tamanho original, mostrando que as primeiras transformações tiveram início poucos anos após o assentamento dos primeiros colonos.

Atualmente esta estrutura social e agrária encontra-se afastada do que foi o projeto original. A materialidade expressa no espaço e entre seus elementos revela as modificações introduzidas a cada tempo, visíveis através dos conteúdos e das formas apresentadas, como resultados de diversas ações processadas na história local.

Assim, o Núcleo JK abrange diferentes tipos de estabelecimentos rurais, dentre os quais se distinguem os que possuem função apenas residencial ou os pequenos sítios de lazer, que servem de fuga da tumultuada vida urbana, funcionando também como segunda residência em fins de semana e feriados. Distinguem-se também outros que se alinham à reprodução das relações de trabalho, em base econômica produtiva mista de lavoura e produção pecuária, enquanto há aqueles que se dedicam especificamente a uma ou outra atividade rural.

Com o tempo, passadas as históricas dificuldades e após as fases de adaptação dos colonos, houve o crescimento da produção, concomitante ao crescimento da população rural ativa que, espontaneamente, foi se aglutinando em pequenos núcleos, formando as vilas e pequenas localidades já mencionadas.

As vilas independem das propriedades produtivas e se constituem em uma opção de moradia para os trabalhadores agrícolas do próprio Núcleo. Por outro lado, morar nessas vilas ou nas pequenas localidades representa a vantagem de usufruir os benefícios do morar em comunidade, sendo proprietário ou empregado. Há, no entanto, aqueles que residem em outros espaços urbanos ou rurais das redondezas, embora, a maioria dos trabalhadores braçais, resida nas vilas e presta serviços nas unidades de produção locais. Desses trabalhadores braçais do Núcleo alguns são contratados na forma da lei, com registro em carteira profissional sob a forma de pagamento salarial; outros são contratados temporariamente, como diaristas ou prestadores de serviços por empreitada.

Com base nos dados vistos até agora, pudemos observar que o Núcleo JK se confirma como área de produção agropecuária, sobretudo de lavouras de hortaliças, frutas, flores e plantas condimentares, além de bovinocultura mista (corte e leite), em sistema de semiconfinamento, conforme especificado por Baraúna (1988, p. 1 e 2). Secundariamente, em algumas propriedades há produção de pequenos animais (aves, peixes e suinocultura). A presença da criação de maior ou menor número de cabeças de gado está subordinada à

disponibilidade de área de pasto. Em geral, quando se trata de produção granjeira ou de gado leiteiro, destina-se ao consumo familiar, embora existam registros de casos de produção leiteira para abastecimento determinado a certos mercados. Há, ainda, casos registrados em trabalho de campo, em que o proprietário possui apenas algumas cabeças de gado como uma forma de poupança, para vender em caso de necessidade financeira.

Visando caracterizar esse espaço socialmente produzido, tecem-se considerações sobre sua atual configuração ou expressão da materialidade produzida, fundadas basicamente nas relações de trabalho agrícola familiar ou relações de produção que envolva contratos de trabalho na forma da lei ou eventuais contratos temporários. Dessa forma, as análises que se seguem se baseiam nos dados obtidos a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas locais e pesquisa documental junto aos organismos da administração pública, federal, estadual e municipal.

5.1 CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DO NÚCLEO JK

Atualmente vivem no Núcleo JK três grupos sociais diferenciados. O primeiro diz respeito aos habitantes tradicionais, que são os antigos colonos, muitos dos quais nativos do local ou circunvizinhanças, que já ocupavam esse espaço ou aí passaram a viver quando adquiriram um pedaço de terra do governo e se estabeleceram, desde a fundação da colônia, em 1957. O segundo grupo se refere aos japoneses e seus descendentes, que hoje somam 75 pessoas distribuídas em 32 das 128 famílias já assentadas, que vieram na condição de imigrantes, a partir de 1959. A considerar o total de habitantes que atualmente vive no núcleo JK, retomam-se aqui os dados na Tabela 9, onde se registra uma população de 3504 pessoas, distribuídas em 863 famílias. Proporcionalmente, os brasileiros representam 98% da população (96,3% do número de famílias), enquanto que a população japonesa se faz representar apenas por 2% do número de habitantes, para 3,7% de famílias.

O terceiro grupo é formado pelos novos proprietários e estes compreendem dois subgrupos de habitantes. Um deles descende dos antigos e tradicionais colonos brasileiros que formaram famílias e são, predominantemente, casais jovens e seus filhos, morando em vilas e pequenas aglomerações do NJK. Essas pessoas viram nas áreas do JK a possibilidade de morar, a um custo mais acessível, em comunidade e próximo à cidade de Mata de São João, lugar onde muitos trabalham. De alguma forma adquiriram, por compra, posse ou por doação, uma casa ou uma fração de um lote (minifúndio), onde construíram seus próprios lares. Nesse mesmo subgrupo, constatou-se a presença de alguns moradores, inclusive titulares da própria casa onde vivem, mas sem terra para plantar, organizados em torno da Associação dos

Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapecirica, requisitando junto ao INCRA, a ocupação de terras nas proximidades do NJK.

O outro subgrupo se constitui de brasileiros, representantes de uma classe social de melhor poder aquisitivo, oriunda das zonas urbanizadas da capital baiana ou adjacências, interessadas na apropriação das terras do NJK, seja para o próprio lazer ou para delas retirar uma renda extra, realizando acumulação de capital. Atualmente esses novos donos reterritorializam e estabelecem novas interações socioespaciais e funções diferenciadas, constituindo-se as “novas territorialidades” que se expandem nos espaços disponíveis.

Em meio a essa diversidade cultural e socioeconômica, busca-se compreender como os habitantes brasileiros tradicionais e não tradicionais da área, os japoneses e os nipo-brasileiros se integraram nesse espaço. Interessa também verificar o modo como interagem entre si, e em que nível essas relações socioespaciais acontecem, considerando os distintos grupos sociais: o primeiro está representado pela maior parte da população, a qual é constituída dos descendentes dos antigos e tradicionais moradores do NJK; o segundo grupo se refere aos novos donos brasileiros que dia a dia adquirem as terras do NJK; e o terceiro grupo se refere à parcela da população formada pelos não menos cidadãos brasileiros, seja por descendência nipônica, ou por direito — considerando o tempo em que vivem nessas áreas como naturalizados (alguns) — pelo tempo em que vivem como colonos, embora cada um dos grupos sociais resguarde suas identidades culturais.

Diante dessa diversidade de grupos sociais, pergunta-se como esses grupos construíram a relação espaço-identidade dentro do Núcleo JK? Que estratégias assumiram de forma a preservar as características individuais de cada grupo se nesse espaço interagem há quarenta e cinco anos desde a criação do Núcleo?

Embora os processos de transformação das estruturas sociais e espaciais tenham transcorrido durante todo esse tempo, nem os habitantes tradicionais nem os nipônicos ou nipo-descendentes perderam suas referências ou se esqueceram de suas tradições culturais. Ao contrário, se mobilizam no mesmo espaço, político e sócio economicamente, e atuam na manutenção da própria identidade e na construção da cidadania como colonos que ali se fixaram, principalmente na categoria de produtores agrícolas.

Segundo Haesbaert (1997, p.31) “compreender o processo de transposição geográfica” é compreender “a relação entre território e identidade”, ou propriamente identificar o espaço de identidade de determinada etnia, ou a construção geográfico-simbólica das identidades específicas que, no caso presente, se referem aos dois grupos sociais envolvidos ali: de um lado os nipônicos e seus descendentes e, de outro lado, os brasileiros

(tradicionais colonos e seus descendentes e os novos proprietários) do Núcleo JK. Pereira (1989, p. 32) lembra que o termo identidade “expressa qualidade do que é idêntico, derivando etimologicamente de idem”, “o mesmo”, “o que é igual a si”.

A identidade japonesa do Núcleo JK é duplamente rotulada. Em primeiro lugar pelos habitantes tradicionais da região do Núcleo JK, que os diferenciam por suas especificidades agrícolas e por terem se constituído em um grupo de agricultores que tiveram mais sucesso econômico nas atividades desempenhadas. Em segundo lugar, porque os brasileiros os vêem em relação a sua etnia oriental, com suas características físicas de e suas tradições culturais japonesas, que os tornam diversos do outro. Se de um lado os imigrantes e seus descendentes são discriminados pelo termo “japonês”, por outro, os habitantes tradicionais são discriminados como “nativo” ou “brasileiro”.

Em que pese o esforço dedicado à compreensão dos fatores que trouxeram os imigrantes orientais à Bahia, tal empenho se deu pela escassez de referências documentais e bibliográficas sobre esses imigrantes estabelecidos tão próximos de Salvador e, sobretudo, pela insuficiência de documentação sobre o Núcleo JK. Mas há de se lembrar que em capítulos anteriores, foram vistos os processos histórico-culturais representativos de cada um dos grupos sociais presentes nesse espaço.

Apesar das diferenças sociais e culturais entre esses grupos, ambos entraram para o Núcleo JK sob as mesmas circunstâncias: eram colonos que ocuparam um pedaço de terra da qual tirariam o próprio sustento e canalizariam o excedente para abastecer parcela dos mercados vizinhos.

Segundo relataram os fundadores do Núcleo JK, esperava-se contar com a experiência agrícola japonesa que no entender dos fundadores seria a mais significativa das vantagens para os colonos brasileiros. No entanto, as diferenças sociais entre os grupos de colonos ali residentes, após quarenta e cinco anos de convivência, se ampliaram, devido a um conjunto de diferentes estratégias perseguidas, ou que se tornaram possíveis a cada um desses grupos sociais. Essas alteridades, porém, convivem no mesmo espaço, interagindo cotidianamente. Em tais circunstâncias, por que então tantas diferenças acumuladas no tempo e no espaço? Essas são questões que se busca compreender e analisar nos itens seguintes, dadas as especificidades dos grupos sociais e da organização socioespacial que reflete as relações particulares desses grupos, em seu espaço operacional e de identidade cultural.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS AMOSTRADOS

Os questionários aplicados (Anexos 5 e 6) viabilizaram a compreensão da composição das atividades e interações socioespaciais no Núcleo. Ao todo foram 61 proprietários nacionais, nipônicos e descendentes a constituir o universo desta pesquisa. Dos

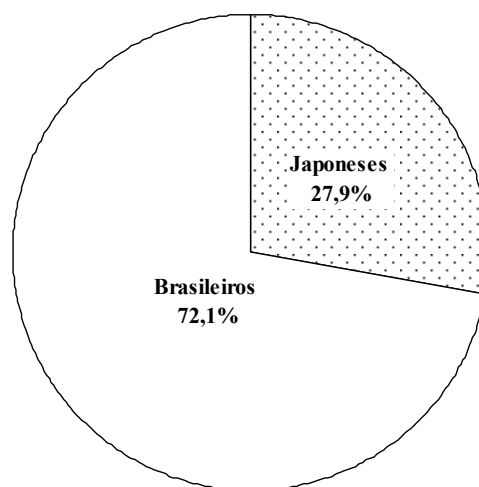
selecionados para a composição da amostragem, o grupo de origem nipônica ou nipo-brasileira está representado por 17 elementos, enquanto que o conjunto de proprietários brasileiros encontra-se representado por 44 indivíduos. Nas devidas proporções, estes grupos sociais correspondem a 27,9% e 72,1%, respectivamente (Tabela 12 e o Gráfico 14).

Tabela 12 – Núcleo JK, BA – Composição da amostragem

Número de lotes apropriados	Proprietários Japoneses			Proprietários Brasileiros			Totais	
	Entrevistados	Área		Entrevistados	Área		Área (ha)	Questionários aplicados
		(ha)	%		(ha)	%		
1 Lote	10	223,2	13,5	17	354,4	21,4	577,6	27
2 Lotes	5	236,1	14,3	3	120,9	7,3	357,0	8
3 Lotes	1	69,9	4,2	3	192,1	11,6	262,0	4
4 Lotes	1	95,1	5,7	0	0,0	0,0	95,1	1
Mais de 5 lotes	0	0,0	0,0	3	297,8	18,0	297,8	3
Fração de 1 lote	0	0,0	0,0	18	64,0	3,9	64,0	18
Totais e percentuais	17	624,3	37,8	44	1029,1	62,2	1653,4	61
	27,9			72,1			100,0	

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Composição percentual da amostragem

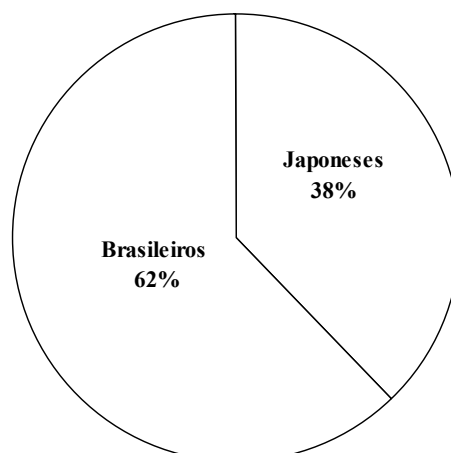


Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Tabela 12).

Dois tipos de questionários foram aplicados (Anexos 5 e 6). As diferenças básicas entre eles se situam nas questões relativas à vivência dos colonos nipônicos em relação ao fenômeno das migrações do Japão para o Brasil e a sua experiência agrícola, supostamente agregada à cultura dos japoneses que vieram para o Núcleo JK.

Estritamente relacionada a essa amostragem, a proporção da área ocupada pelos brasileiros representa 62% do total entrevistado, enquanto que os japoneses ocupam uma área correspondente a 38% da área amostrada, conforme indica o Gráfico 15 (Tabela 12).

Gráfico 15 – Núcleo JK, BA, proporção da área apropriada por tipo de proprietário



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Tabela 12).

Os dados a seguir (Tabela 13 e Gráfico 16), consideram o nível de escolaridade dos chefes de família entrevistados. De modo geral, os valores se mostram equilibrados para brasileiros e japoneses no que tange ao nível superior, em que os percentuais se igualam. No nível do ensino fundamental e médio, as diferenças são pequenas, revelando pequena vantagem em favor dos japoneses. No nível médio os dados registraram 23,5% para os japoneses e 20,5 para os brasileiros. Respectivamente, o nível fundamental registrou percentual de 41,2% para nipônicos e 36,4% para brasileiros. A diferença maior se destaca em relação ao percentual de brasileiros sem instrução (13,6%), que é bem maior que dos japoneses (5,9%).

Tabela 13 – Grau de instrução dos chefes de família do NJK

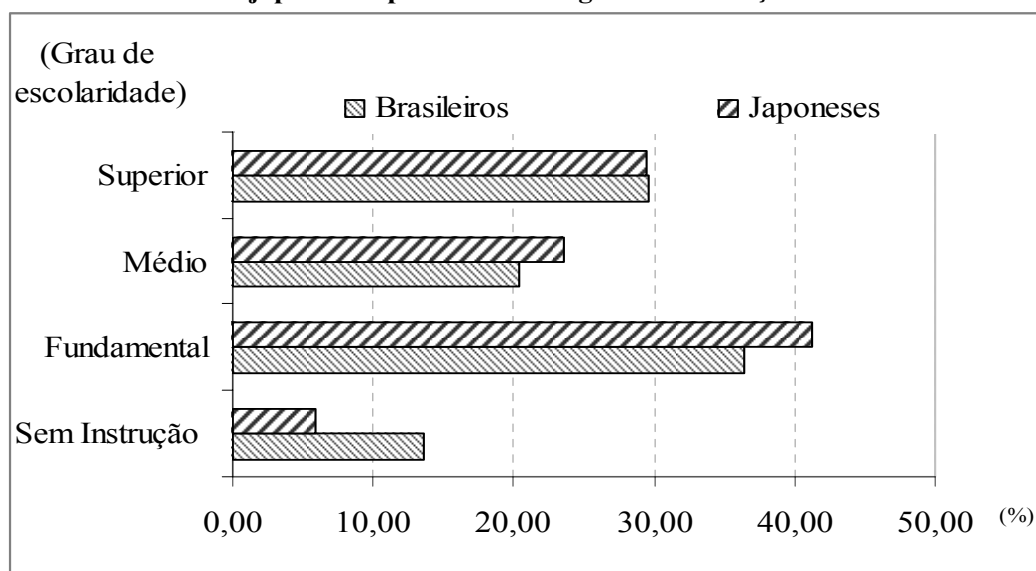
Níveis de Instrução	Brasileiros	%	Japoneses	%	% Total
Sem Instrução	6	13,6	1	5,9	7,0
Fundamental	16	36,4	7	41,2	23,0
Médio	9	20,5	4	23,5	13,0
Superior	13	29,5	5	29,4	18,0
Totais		100,0		100,0	200,0
Totais de	44		17		61

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004. (Gráfico 16)

Do ponto de vista da escolaridade entre os brasileiros que vivem ou que apenas possuem propriedade no Núcleo JK, observa-se uma realidade diversificada, no tocante ao perfil profissional entre eles. Complementando a tabela 13, antecipamos comentário sobre às transformações introduzidas na estrutura agrária atual (Quadro 11), referente a mudanças no perfil dos novos proprietários, apontadas nas tabelas 17 e 19. Além das atividades rurícolas, os novos proprietários se dedicam a profissões que lhes proporcionam um diferencial de renda a

mais, algumas compatíveis com o nível de instrução superior e outras, com profissões que lhes proporcionem maior remuneração, sendo elas dos níveis médio ou fundamental.

Gráfico 16 - Brasileiros e japoneses: percentuais do grau de instrução entre os chefes de família



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004. (Tabela 13).

Os dados que se analisam em seguida dão conta das formas atuais de ocupação das terras do Núcleo JK, relativamente à amostra, segundo a divisão padronizada para o assentamento dos colonos, de acordo com o tipo de proprietário e o número de lotes apropriados (Tabela 14).

Tabela 14 - Percentuais de proprietários por etnia, segundo o tamanho da área apropriada.

Número de lotes apropriados	Japoneses		Brasileiros		% da área apropriada pelos conjuntos de lotes (ha)	% do Total de proprietários por número ou fração de lote
	Proprietários	% por número ou fração de lote	Proprietários	% por número ou fração de lote		
1 lote	10	58,82	17	39,53	36,4	44,26
2 lotes	5	29,41	3	6,98	22,5	13,11
3 lotes	1	5,88	3	6,98	16,5	6,56
4 lotes	1	5,88	0	0,00	6,0	1,64
Mais de 5 lotes	0	0,00	3	4,65	14,7	4,92
Fração de lote	0	0,00	18	41,86	4,0	29,51
Totais	17	100,00	44	100,00	100	100,00

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (gráficos 17, 18, 19 e 20).

Uma gleba em tamanho original, ou seja, equivalente a uma unidade de produção, representa o tipo de apropriação predominante, correspondente a um percentual de 44,3% do total das propriedades visitadas. Na mesma tabela ainda se destaca o número de proprietários de uma fração de lote, registrados na proporção de 29,5% dos entrevistados. Aqueles que

possuem até dois lotes representam 13,1% do total conforme se verifica no Gráfico 17.

Gráfico 17 – NJK, BA, percentuais do total de proprietários por número ou fração de lote apropriado

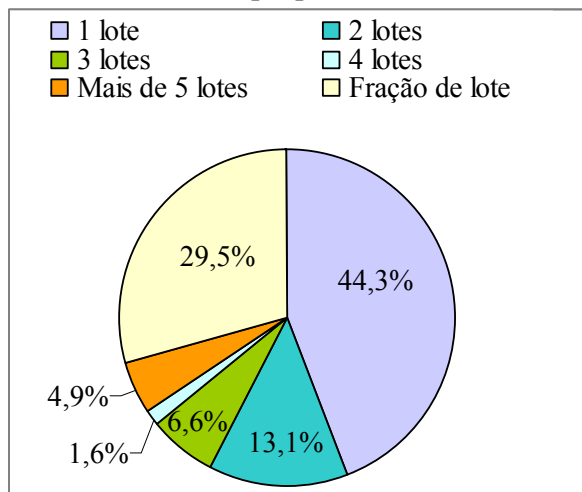
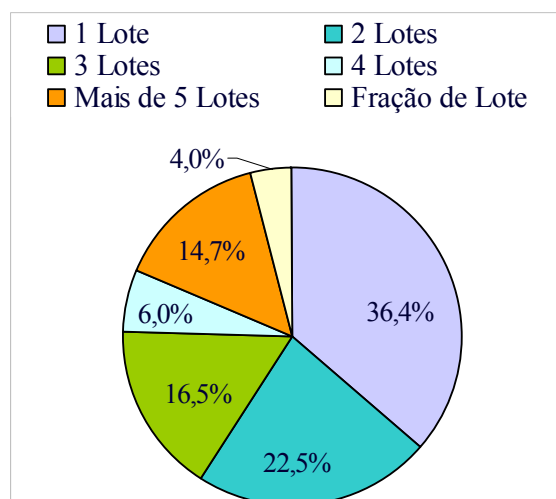


Gráfico 18 - NJK, BA, área do Núcleo apropriada segundo os conjuntos de lotes



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Tabela 14).

Os dados da Tabela 14 e do Gráfico 18 indicam que vinte e sete proprietários detêm apenas um lote, ou seja, ocupam uma área correspondente a 36,4% do total da área apropriada do Núcleo JK. Revelam ainda que as apropriações de cinco lotes ou mais estão em poder de apenas três proprietários que detêm 14,7% da área e que 20,7% da área total do Núcleo está em mãos de quem detêm mais de quatro lotes. Os que detêm a menor parcela agricultável, ou seja, uma fração de lote, corresponde a dezoito proprietários que se apropriaram de 4% da área total.

Em relação à área ocupada, as ilustrações que se seguem aparecem na mesma tabela 14 e os gráficos 19 e 20, representam a proporcionalidade de apropriação das terras entre os de origem nipônica e os colonos nativos. Os resultados revelaram que 58,8% dos japoneses se apropriaram de apenas um lote, enquanto que outros 29,4% deles se apropriaram de dois lotes. Três e quatro lotes foram apropriados por respectivamente 5,9% dos japoneses e nenhum deles detinha mais de cinco lotes, nem fração de lote.

No grupo de brasileiros, as apropriações de um lote e fração de lote quase se equivalem. Correspondem, respectivamente, às proporções de 39,5% e 41,9% (Gráfico 20 e Tabela 14). Os que detêm dois ou três lotes equivalem cada um a 7% dos proprietários. Com mais de cinco lotes existem 4,7% dos proprietários, enquanto os que possuem quatro deles não estão representados entre os brasileiros.

Gráfico 19 – Núcleo JK, BA. Percentuais de proprietários japoneses por número ou fração de lotes apropriados

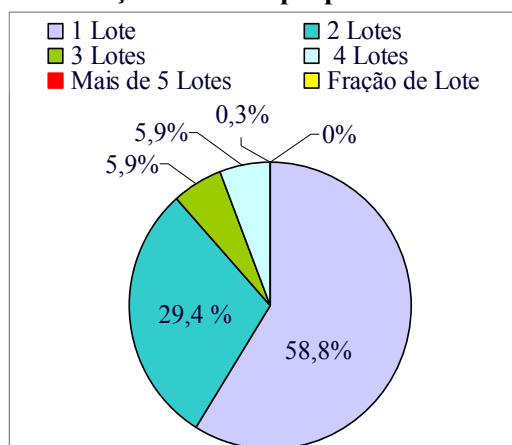
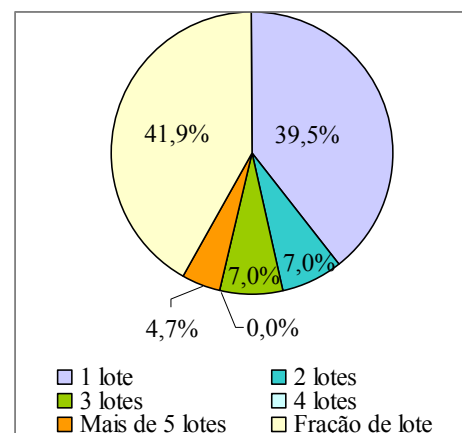


Gráfico 20 - Núcleo JK, BA. Percentuais de proprietários brasileiros por número ou fração de lotes apropriados



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Tabela 14).

A configuração do espaço do Núcleo JK reflete o acúmulo das atuações dos seus agentes sociais, durante os 45 anos em que essa estrutura vem sendo remodelada. Expressa um resultado proporcional à capacidade de transformação e aos interesses múltiplos na produção desse espaço, visível através dos arranjos e da composição entre seus diversos elementos. As atribuições funcionais e conteúdos introduzidos reproduziram outras formas que culminaram nos atuais níveis de interações entre os elementos internos e externos ao Núcleo e deixaram brechas à instalação de novas territorialidades. De modo geral, as interações sobre esse espaço configuram um “mosaico de funções”, tal como a expressão definida por Corrêa para justificar a diversidade das atividades em determinado espaço, cada uma delas apresentando

[...] específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio (2002, p. 252).

Os dados da pesquisa direta fundamentam as análises sobre o uso atual das propriedades e comprovam o destino dado às terras do assentamento. Revelam também as práticas espaciais desenvolvidas pelos colonos japoneses mais antigos — alguns dos quais remanescentes desde 1959 — e pelos colonos nativos, assentados antes da chegada dos estrangeiros. Os dados também representam os interesses dos novos proprietários que, ultimamente, se apropriam das terras do Núcleo JK.

Ponderando sobre a multiplicidade de protagonistas e sobre as atuações e interações nesse espaço, são analisados os aspectos no âmbito da produção dos colonos japoneses e brasileiros, salientando-se também a atuação dos novos proprietários que

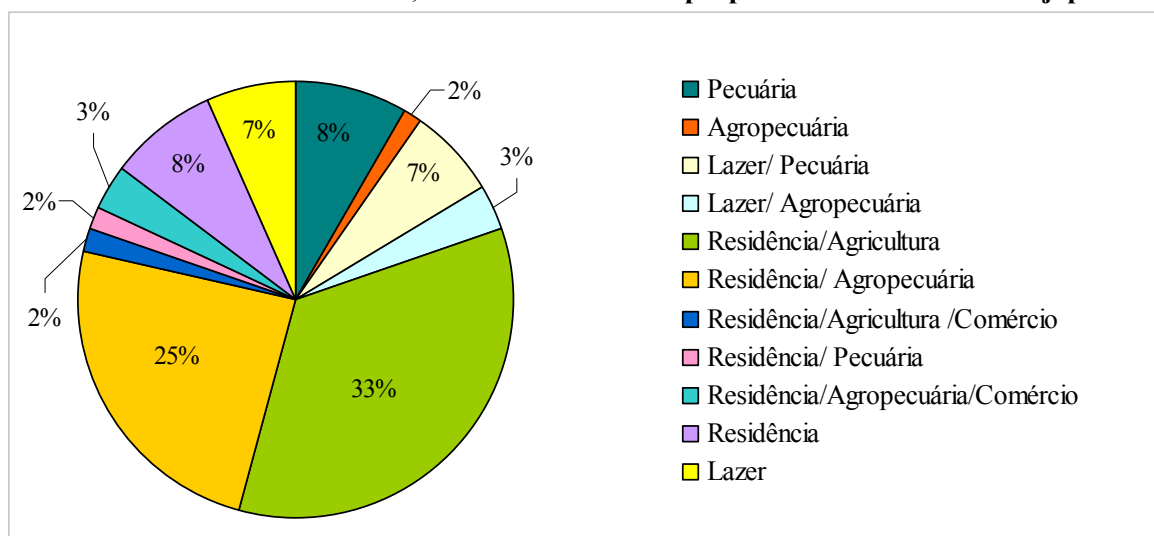
desencadearam os processos de desterritorialização, reterritorialização ou novas territorialidades que recentemente se espacializam dentro do Núcleo.

Tabela 15 – Núcleo JK, Bahia: finalidade de uso da propriedade de brasileiros e japoneses

Uso	Brasileiros	Japoneses	Totais
Pecuária	5	0	5
Agropecuária	1	0	1
Lazer/ Pecuária	4	0	4
Lazer/ Agropecuária	2	0	2
Residência/Agricultura	13	8	21
Residência/ Agropecuária	10	5	15
Residência/Agricultura /Comércio	0	1	1
Residência/ Pecuária	1	0	1
Residência/Agropecuária/Comércio	1	1	2
Residência	3	2	5
Lazer	4	0	4
Totais	44	17	61

Fonte: Dados coletados pela autora em pesquisa direta, julho-setembro/2004 (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Núcleo JK – Bahia; finalidade de uso da propriedade de brasileiros e japoneses



Fonte: Dados coletados pela autora em pesquisa direta, julho-setembro/2004 (Tabela 15).

Tomando-se por base a área amostrada, o Gráfico 21 (Tabela 15) coloca-se em evidência o leque de usos atuais, indicando um predomínio da função residencial agregada à atividade agrícola numa proporção de 33%, enquanto que a função residencial associada à produção agropecuária se verifica em 25% das propriedades visitadas.

De acordo com os dados amostrados, há evidências do predomínio da atividade agrícola, embora outras atividades do ramo da pecuária sejam também importantes para a economia local, como também significativas na distribuição espacial.

Segundo o Presidente da Sociedade Cooperativa Mista dos Colonos do NJK, Senhor Takenami, há “grandes e pequenos” produtores no Núcleo. Os grandes produtores não

só produzem como se articulam às redes de comerciantes e revendedores, que ora vêm buscar a mercadoria do Núcleo, ora as recebem em pontos estratégicos dos mercados ou lojas das cidades vizinhas. Entre esses, há moradores do próprio Núcleo JK, agricultores ou não, disputando as mercadorias entre si e com outros intermediários de fora da Colônia,. Esses intermediários repassam os produtos do NJK para as feiras de abastecimento de cidades como Camaçari, Dias D’Avila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João ou do próprio CEASA que abastece a Região Metropolitana de Salvador (RM). Mas, segundo informação do senhor Takenami, normalmente a clientela dos produtores do NJK é constituída pelos donos de mercadinhos, restaurantes e supermercados e, como ele mesmo afirma,

[...] nós, os agricultores do NJK, não temos muita necessidade da revenda, por que temos muitos compradores que vêm ao JK para comprar, devido à proximidade e facilidade de acesso. [...] Chegam aqui muitos intermediários que disputam nossa mercadoria. Então o pessoal aqui não tem muita dificuldade de vender (Tomohide Takenami: Entrevistado em 2003)³⁶.

Além dessa rede de produtores e negociantes há os pequenos agricultores cuja margem de liberdade na negociação de seus produtos se reduz devido à incapacidade de transportar suas mercadorias ficando na dependência de um meio de transporte oferecido pelo comerciante intermediário e, portanto, submetidos a uma renda menor pela venda dos seus produtos, embora, segundo ainda o senhor Takenami, a prefeitura de Mata de São João semanalmente disponibilize um caminhão para os pequenos produtores transportarem suas mercadorias. Por outro lado, há também os agricultores independentes que negociam, eles próprios, suas mercadorias nas feiras volantes das regiões vizinhas, coordenados por um sistema rotativo de feiras que se realiza entre as cidades mais próximas.

Do Presidente da Cooperativa se soube também que a agricultura orgânica ganha dia-a-dia lugar no mercado consumidor e, atualmente, no NJK existem quatro produtores de orgânicos, sendo que os demais trabalham com agricultura tradicional. A agricultura orgânica tem aguçado o interesse de alguns dos pequenos produtores em aderir a essa prática de lavoura, pois essa alternativa agrícola vem sendo divulgada pelos japoneses e tem encontrado entre os pequenos produtores o interesse pela multiplicação da produção de vegetais e produtos naturais de origem animal. Embora a maioria dos agricultores produza vegetais não orgânicos, atualmente, o número dos que os produzem tem sido significativo, principalmente com o aumento da procura no mercado da cidade de Salvador. Dessa forma, a produção orgânica dos pequenos agricultores brasileiros, se agrega à produção dos japoneses, em um trabalho coordenado e liderado pelo maior dos produtores de orgânicos do Núcleo JK, que também atua no mercado de Salvador, em feiras “verdes” dos bairros da Pituba e da Barra, ou

³⁶ Tomohide Takenami: Presidente da Cooperativa Mista de Produtores de JK.

utilizando-se da rede Internet, para atender, em domicílio, à clientela de tais produtos.

Os orgânicos produzidos no NJK entram nos grandes supermercados e nas lojas dos maiores comerciantes do gênero, em Salvador e sua produção tem seguido uma filosofia adotada pelo Ecosítio Takenami, de acordo com os princípios básicos da Agricultura Natural, divulgada pela Fundação Mokiti Okada³⁷. Dentro dessa linha, em estímulo à produção de orgânicos, a Cooperativa Mista dos Produtores do NJK se dedica à venda de insumos próprios para a agricultura e pecuária naturais, seguindo diretriz traçada pelos cooperativados de abandonar o uso dos adubos químicos mais perigosos, por precaução e decisão de todos. Os produtos orgânicos oriundos do NJK têm boa aceitação nos grandes supermercados de Salvador, apesar da resistência inicial para a revenda em supermercados, conforme afirmou o Senhor Takenami:

[...] o Paes Mendonça não tinha interesse em vender porque tinha prejuízo, mas agora estão lucrando, mas lá os hortifruti estão muito caros e isso fez renascer em Salvador as feiras específicas de orgânicos [como por exemplo, as já citadas feiras dos bairros da Pituba e da Barra]. Nós temos clientes das classes A e B e sentimos, pelas reclamações, que os salários estão reduzindo... e são funcionários graduados da Receita Federal, do Tribunal de Contas, da Petrobrás, do IBGE, da TV Bahia e gente da Imprensa em geral. São pessoas que ganham bem. E mesmo assim, quando aumentamos o preço, reclamam (Tomohide Takenami entrevistado em 2003)..

Alguns produtores vendem direto nos supermercados, outros sobre as pedras, balcões ou ponto de venda, localizados nas feiras livres ou nos centros de abastecimento e distribuição de alimentos, como, por exemplo, o Centro de Abastecimento da Região Metropolitana de Salvador (CEASA). De modo geral, os agricultores do NJK se articulam em um circuito de produção de forma a atender à demanda dos intermediários, que atuam internamente e, ao mesmo tempo, competem com os produtores independentes, que também canalizam sua produção para os mercados das cidades mais próximas.

Se considerado reservadamente o uso que se faz das terras de brasileiros ou japoneses e nipo-descendentes, algumas particularidades se manifestam, evidenciadas na forma de reprodução das relações do trabalho, ratificadas pelas diferenças de manejo e uso das terras, inclusive na divisão do trabalho, com resultados expressivos nas interações socioespaciais observadas. As diferenças resultam do modo particular de cada grupo interagir no espaço, refletindo sua organização, a partir de um determinado arranjo entre os elementos espaciais, que são inerentes ao poder aquisitivo, às necessidades e aos interesses de cada um dos grupos sociais encontrados. Respeitando-se as particularidades, o presente estudo passa a

³⁷ A agricultura natural foi desenvolvida no Brasil desde 1979 (iniciada e instituída na década de 30 pelo filósofo Mokiti Okada). A Fundação Mokiti Okada divulga a tecnologia da produção de alimentos naturais e também capacita agricultores em todo o Brasil, e outros países da América Latina, Europa e África. Fonte: <http://www.planetaorganico.com.br/moa.htm>, em 02/11/2004 às 21:00h.

abordar separadamente as interações socioespaciais no âmbito da propriedade, da produção da comercialização e da cultura dos japoneses e dos brasileiros.

5.3 INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS JAPONESES.

Segundo informações da Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK, há trinta e duas famílias japonesas e nipo-descendentes residentes no Núcleo, dentre as quais dezessete compuseram a presente amostragem. Desses residentes, nem todos praticam atividades econômicas na área agrícola, exceto aquilo que produzem para o próprio consumo, conforme mostra a Tabela 16, sobre a finalidade de uso das propriedades dos colonos japoneses.

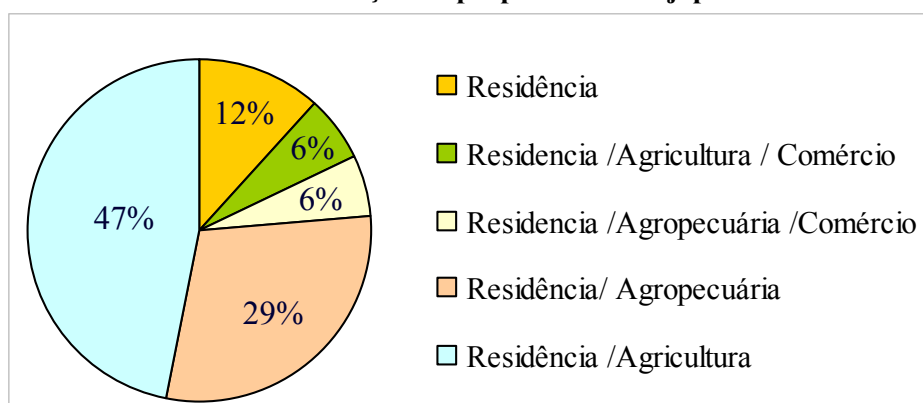
Tabela 16 – Função da propriedade dos japoneses

Residência	2
Residência/Agricultura/Comércio	1
Residência/Agropecuária/Comércio	1
Residência/Agropecuária	5
Residência/Agricultura	8
Total	17

Fonte: pesquisa direta elaborada pela autora, em julho-setembro/2004 (Gráfico 22).

O Gráfico 22, baseado nessa tabela, indica que 12% dos residentes visitados enquadram-se nas características acima descritas como não produtores, sendo sua função apenas residencial. Em relação aos demais proprietários visitados, as diferenças observadas nas formas de uso da propriedade correspondem à predominância da atividade agrícola sobre as demais, em uma proporção equivalente a 47% dos amostrados.

Gráfico 22 - Função da propriedade dos japoneses



Fonte: pesquisa direta elaborada pela autora, em julho-setembro/2004 (Tabela 16).

Observe-se também que em todas as alternativas do modo como os nipônicos e/ou seus descendentes dispõem da propriedade para fins produtivos, o fazem sempre associando a atividade econômica com a moradia, fato que lhes é peculiar desde quando chegaram ao

Núcleo e construíram suas primeiras casas junto às lavouras. Visavam evitar deslocamentos a longas distâncias, facilitar o acesso ao trabalho familiar nos cuidados com as lavouras e fazer o controle de pragas. Esses fatos foram lembrados em depoimento do senhor João Meireles, que mencionou a época em que os japoneses chegaram à Bahia, manifestando-se assim:

*[...] quando começamos a trazer famílias japonesas diretamente do Japão, foi porque eles detinham conhecimento e técnica mais avançada; eles são bons exemplos como agricultores, trabalham bastante, já cansei de vê-los, de madrugada, combatendo formigas, os filhos trabalham.*³⁸

Tal afirmativa deixa transparecer que os órgãos de governo, como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Secretaria de Estado da Agricultura da Bahia e a firma Concessionária de Imigração Japonesa Kaikyoren, realizaram o processo migratório para o Núcleo JK levados por uma realidade programada para aquilo que se queria ver ou mostrar, ou seja, dentro da realidade de que todo imigrante japonês deveria ser conhecedor da tradicional cultura agrícola nipônica, independentemente da atividade que antes desenvolvia. Essa postura, da parte dos coordenadores dos órgãos responsáveis pela implantação da Colônia JK, os mantinha ao largo da crise social e econômica vivida no Japão e que o governo japonês incentivava a qualquer um que se dispusesse a emigrar, independentemente das aptidões individuais que seus habitantes pudessem ter. Como peças movidas, sem se levar em conta seu conteúdo, os japoneses foram tão vítimas do seu governo quando saíram do Japão quanto do governo brasileiro, que não planejou nem fiscalizou a quem estava admitindo como colono agrícola. No Brasil, os colonos do Núcleo JK foram colocados — considerada a época em que foram estabelecidos (1959) — em um espaço de atraso socioeconômico relativamente a outras áreas da Bahia, em lugar praticamente desprovido de condições mínimas e dignas de vida. Dessa forma, os representantes governamentais e responsáveis pela formação do Núcleo JK fizeram vítimas tanto os japoneses quanto os brasileiros sem-terra, os quais, mesmo antes da possibilidade de os territorializarem com a fundação do NJK — prevista para atender objetivos sociais de proporcionar a terra ao agricultor que dela precisasse para viver — já os desterritorializava, admitindo imigrantes estrangeiros, alguns comprovadamente sem habilidade para a agricultura. Analisando pelo lado positivo da integração dos japoneses à sociedade local, fica o mérito daqueles que permaneceram até hoje como agricultores e criadores do Núcleo JK e “vitoriosos” como a eles se referiu Furuichi et al. (1999, p.56), pelas conquistas e pelos benefícios trazidos à sociedade local, com sua força de trabalho e resistência aos problemas que enfrentaram durante os 45 anos de existência nesse espaço.

Quando os imigrantes japoneses chegaram ao Núcleo JK, muitos foram morar nas localidades de Quebra Coco e São Pedro, onde começaram a produzir. Porém, dadas as dificuldades geradas pelas condições naturais do solo argiloso em dias de maior umidade, a

³⁸ João Meireles. Entrevistado em 02/04/2004.

busca de um local de melhor acesso em terrenos menos argilosos foi preponderante na decisão de abandonarem esses locais. Por essa razão, todos os japoneses visitados — com exceção de um que vive em Camaçari — residem nas “regiões” do Lunda ou de Itapecerica. Alguns deles ainda distribuem suas atividades agropecuárias em mais de uma propriedade, mas as terras que deixaram em Quebra Coco e São Pedro hoje são ocupadas por novos proprietários brasileiros, a maioria delas com atividade de pecuária. O acesso a essas terras se torna inoperável em períodos de chuvas mais intensas, devido às más condições de tráfego, causada pelo excesso de umidade em terrenos mais argilosos.

Considerando-se o grupo familiar, algumas das famílias japonesas são numerosas, chegando a ter de 5 a 7 membros, ou seja: os pais ou primeiros imigrantes que, na atualidade, já são idosos, vivem com os filhos já casados (primeira geração de nipônicos do NJK ou nisseis) e suas proles, cujo número de filhos varia entre 3 a 5 por casal. Algumas famílias visitadas se apresentaram dizendo ter mais de três filhos, outras menos, mas no seio das famílias amostradas a média do número de filhos é de 3,3, no grupo das dezessete famílias visitadas. Todas as famílias, exceto duas, cujos filhos são muito jovens e alguns em idade de adolescência, possuem membros morando fora do Núcleo JK. Isto ocorre por motivo de estudos, trabalho ou casamento. O Quadro 9 apresenta a composição das famílias nipônicas do Núcleo JK, relacionando as pessoas que lá residem e os seus entes que moram fora do Núcleo, discriminando também os locais de moradia dos que residem fora. Esse mesmo Quadro revela a preferência dos membros das famílias nipônicas na busca de oportunidades no Japão, em seguida na cidade de Salvador, lugar que representa proximidade e facilidade de retorno à casa paterna.

Quadro 9 – Composição das família e destino dos seus membros que residem fora do NJK

Entrevistado	Lugar de moradia		Lugar de destino
	No sítio	Fora do Sítio	
1	5	3	São Paulo, Recife, Japão
2	4	1	Salvador
3	2	2	Salvador
4	5	1	Japão
5	3	6	Salvador, Vitória da Conquista e Jaguaquara (BA), Japão
6	5	4	Camaçari (BA), Japão
7	1	3	Salvador, Japão
8	7	1	Bauru (SP)
9	5	2	Japão
10	2	2	Salvador, Viçosa (MG)
11	2	1	Salvador
12	1	1	Salvador
13	3	3	Japão
14	2	2	São Paulo, Japão
15	6		-
16	2		-
17	2	3	SSA

Fonte: pesquisa direta, elaborada pela autora, em julho/setembro/ 2004.

Quando os japoneses chegaram ao Núcleo JK, experimentaram vários produtos até que acertassem com o “paladar do povo” pois, conforme dizia Hisako³⁹, "baiano não comia verduras". Segundo ela, os jovens japoneses tiveram um papel muito importante na divulgação e na criação do hábito alimentar de verduras, ensinando aos baianos como prepará-las. Nessa época, a grande maioria cultivava tomate, mas também produzia pepino, pimentão, berinjela, chuchu e flores (rosas, palma e crisântemos). Alguns desses produtos ainda permanecem, muitos foram abandonados e outros novos cultivos foram introduzidos. Segundo conta o senhor Takenami, as lavouras de flores foram introduzidas depois que os colonos japoneses do Núcleo JK adquiriram as técnicas de plantio com os de São Paulo. Na época, todos passaram a plantar rosas e, por conseqüência, houve saturação no mercado de Salvador e o preço caiu, tornando inviável a cultura de flores e forçando a redução do plantio. Atualmente, ganham espaço as flores tropicais da Amazônia, com boa aceitação nos mercados interno e externo. Mas, por enquanto, a produção está reduzida, pois apenas dois ou três colonos se dedicam a esse tipo de cultura e as produzem em quantidades suficientes para as floriculturas de Salvador ou de algumas cidades vizinhas. As lavouras do senhor Yukio Iseki, considerado como um dos maiores produtores japoneses do Núcleo JK, retratam a realidade da sua produção de flores, frutas e olerícolas visualizadas através das fotos 23, 24 e 25.

Foto 23 – NJK - Plantação de mamão



Foto 24 – NJK - Plantação de flores tropicais



Foto 25 – NJK - Plantação de graviola



Fotos da autora, agosto / 2004.

O Quadro 10 expõe os principais produtos comercializados pelos nipônicos, com destaque para os cultivos de frutos como limão, mamão e chuchu. Produtores com indicação da produção apenas para seu próprio consumo, ou que não sabiam informar as quantidades produzidas, encontram-se também indicados neste quadro.

³⁹ Hisako, referida em capítulo anterior. Entrevistada em 10 de abril de 2004.

Quadro 10 – Produtores japoneses do NJK, segundo a produção e quantidades produzidas

Entrevistado	Produto	Cebolinha	Chuchu	Pepino 1cx=20kg	Graviola 1cx=20kg	Polpa Graviola	Flores	Murta	Limão 1cx=20kg	Maracujá 1sc=18kg	Mamão 1cx=20kg	Lima 1sc=20kg	Peixe	Leite	Frango	
		m/s	cx /s	cx /s	cx/s	kg/s	dz/a	m/s	cx/s	cx/s	cx/s	sc/s	kg/s	L/s	cab/s	
1		500					100		5							
2													10	500	10	
3			60			300	1200	200			60					
4			1200	1500							100					
5		1250							10	5,5	12,5					
6									110	100		110				
7			50						10		15					
8		Não produz														
9			100		15				40							
10			200						200		200					
11		Não sabe														
12		Não respondeu														
13							1440									
14									100							
15		Não sabe														
16			60						100		60					
17		Não produz														

Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora, em julho/setembro / 2004. Figuram apenas os produtos comercializados e disponíveis no momento da entrevista, não constando a produção apenas para consumo. Nomenclatura usada: m= mólhos; s= semana; a= ano; 1kg= um quilograma; L= 1 litro; cx= caixa; cab= cabeça; dz= dúzia; sc= saca.

Entre as culturas nipônicas de maior destaque se incluem chuchu, graviola, flores, mamão, limão e cebolinha. Em menores quantidades produzem e entregam peixes, aves abatidas, ovos, carnes bovina e suína, assim como leite orgânico que segue direto para as padarias de Mata de São João.

Segundo os dados colhidos, nem todos os japoneses do núcleo são produtores agrícolas, tendo assim se declarado 18% dos entrevistados. Por outro lado, 53% dos agricultores demonstraram que a produção é rentável, pelo menos o suficiente para manter a atividade desenvolvida e sustentar a família. Outros 29% informaram que não se sustentam como agricultores e, para tanto, necessitam de outra atividade complementar na composição da renda familiar. Essa situação é demonstrada na Tabela 17 (Gráfico 23), que destaca três produtores- intermediários, dois dos quais possuem pontos de comercialização no CEASA e são considerados os maiores produtores do Núcleo JK. Eles, regularmente, complementam sua produção com a dos próprios vizinhos do NJK (nipônicos e brasileiros), reunindo-as em quantidades necessárias para revender nas feiras e nos centros de abastecimento das cidades próximas e no CEASA de Salvador. O mesmo acontece com a produção de orgânicos quando um produtor-comerciante também recolhe a produção de orgânicos de outros agricultores do

NJK (brasileiros e nipônicos), com a qual complementa a sua própria, para revender em Salvador nas feiras dos bairros da Pituba e da Barra, comercializando também com as grandes lojas da cidade, a exemplo da Perini e dois dos maiores supermercados da capital baiana.

Gráfico 23 – Resultados percentuais da produção dos nipônicos



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004.
(Tabela 17)

A partir da Tabela 17 e do ponto de vista das relações trabalhistas, observa-se que todos os produtores japoneses são empregadores, em escalas diferentes, evidenciando-se a reprodução das relações capitalistas patronais, em que predomina o contrato de trabalho temporário, variando quanto à forma de remuneração (assalariamento ou diárias), sempre na razão direta das necessidades das safras e, normalmente, sob contrato verbal, por empreitada ou, com raras exceções, na forma da CLT.

Observando os dados da Tabela 17, sugere-se situação tal como Silva (1991, p. 50-51) descreveu, ao se referir sobre a reprodução do espaço, o qual se caracteriza pela atividade tradicional agrária baseada nas relações capitalistas de produção, onde “os homens sem posses vendem sua força física como força de trabalho, subordinando-se aos modos de produção impostos por quem detém o meio e o recurso de produção”. Este é o espaço geográfico que reflete a “dimensão espacial” do campo de lutas, tal como expressou Lipietz (1988, p.105), ou seja, um espaço estruturado na razão direta dos interesses e do poder das diferentes classes sociais. As diferenças encontram-se nitidamente refletidas nas formas dos espaços construídos ou reconstruídos, atualmente ocupados tanto pelos homens que, de alguma forma, dispõem de recursos para gerir a própria vida, como pelos homens de pequenas posses ou sem terras e nem posses, que sequer conseguem realizar o sonho de produzir a terra para seu próprio sustento.

Tabela 17 – Reprodução das relações de produção entre os japoneses do NJK

Proprietário entrevistado	Atividade	Não produtor	A produção sustenta?		Clientela a quem revende	Quantos da família trabalham	Número de empregados contratados		Forma de remuneração	
			Sim	Não			Permanentes	Temporários	Assalariamento	Diária
1	Produtor	0	0	1	Floricultura, feira de produtos orgânicos	3	2	-	-	-
2	Produtor e comerciante	0	1	0	Perini, supermercados Bom Preço e Extra	2	15	-	22	-
3	Produtor independente	0	1	0	Fábricas de sorvete, floricultura	1	-	5	-	-
4	Produtor e comerciante	0	1	0	CEASA	1	9	-	-	-
5	Produtor	0	0	1	Intermediário brasileiro	1	-	1	-	-
6	Produtor	0	1	0	Intermediário japonês, CEASA	2	-	2	-	-
7	Produtor	0	1	0	Floricultura, comerciante local	6	5	-	-	-
8	Não produz	1	0	0	(-)	-	-	-	-	-
9	Produtor	0	1	0	CEASA, Feira de Mata São João	3	-	2	-	-
10	Produtor e Comerciante	0	0	1	CEASA, Sauípe, Supermercado Bom Preço	1	12	15 a 70	-	-
11	Produtor	0	1	0	CEASA	1	2	4	-	4
12	Não produz	1	0	0	(-)	-	-	-	-	-
13	Produtor	0	1	0	CEASA	2	-	4	-	4
14	Produtor	0	0	1	CEASA	2	2	-	-	2
15	Produtor	0	0	1	Feira Mata de São João	0	3	-	-	3
16	Produtor	0	1	0	Intermediário japonês	0	3	3	-	3
17	Não produz	1	0	0	(-)	-	-	-	-	-
Totais		3	9	5	(-)	25	53	-	22	16
Percentuais		17,6	52,9	29,4						

Fonte: Dados coletados pela autora em pesquisa direta, julho-setembro, 2004 (Gráfico 23).

Sobre esse aspecto, observamos a concentração dos imigrantes nipônicos nas “regiões” do Lunda, Camaçari e Itapecirica, consideradas áreas mais acessíveis e centralizadas do NJK, onde os serviços de transporte são mais frequentes, sejam eles particulares ou públicos, e onde circulam com maior facilidade porque as estradas possuem melhores condições de rodagem, apesar de não serem pavimentadas.

A julgar pelas condições favoráveis à produção do Núcleo JK, talvez essas sejam as melhores terras. Pelo menos, do ponto de vista topográfico, a região do Lunda é a mais homogênea e é nessas áreas que se concentram alguns dos mais antigos e bem sucedidos colonos japoneses, cujas lavouras são vistas nas fotos 26 e 27.

Foto 26 – NJK - Cultura de limão do Senhor Izumi, “região” do Lunda



Foto 27 – NJK - Cultura de mamão do Senhor Izumi, “região” do Lunda



Fotos da autora (agosto/2004).

Essas fotos exibem algumas dessas propriedades da “região” do Lunda situadas sobre topos aplanados de um conjunto de relevo dissecado, que se conforma em superfície tabular ou colinosa (topo arredondado), apresentando encostas suaves com declividade menor.

Sobre topografias mais acidentadas, outras propriedades do NJK se estabelecem sobre vertentes que se alternam entre menos íngremes, como é o caso das propriedades da “região” de Camaçari (Foto 28) e mais inclinadas como as terras da “região” de Quebra Coco (Foto 29).

Foto 28 – NJK -Propriedade dos Takenami, “região” de Camaçari



Foto 29 - NJK -Lote do Sr. José Alves Conceição, “região” de Quebra Coco



Fotos da autora (Agosto / 2004).

Mas nas áreas da região do Lunda, onde predominam os relevos suaves, também encontramos alguns dos antigos e bem sucedidos colonos brasileiros (Foto 30), além de outros novos que vão se apropriando das terras que ficam disponíveis para venda.

Foto 30 - Residência de antigo colono brasileiro, transformada em hotel de campo



Foto da autora (Agosto / 2004).

5.3.1. Atuação político-social e identidade dos japoneses e seus descendentes

A comunidade japonesa vive atualmente entre a maciça presença de proprietários brasileiros. Conforme mencionado, mais de dois terços deles se foi do Núcleo JK em busca de oportunidades. Segundo relato do colono Rokuro Funaki,

*[...] se foram em busca do sonho, porque aqui não estava dando resultado. Foram para Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Jacobina, Juazeiro em busca de melhores condições de vida, ou voltaram pra o Japão, na esperança de ganhar dinheiro. Se foram porque não quiseram ficar. Não gostaram daqui [...].*⁴⁰

A evasão tem sido um processo gradativo ao longo dos anos para os agricultores de modo geral, como resposta às dificuldades de manutenção da produção, em razão da inexistência de uma política adequada ao setor e ao pequeno produtor. Nos últimos anos, os imigrantes têm ido ao Japão para trabalhar, mas retornam com o propósito de trazer dinheiro e retomar as atividades da propriedade temporariamente abandonada. Segundo o que afirmaram, quem fica o faz por falta de opção, conformismo ou por não estranhar as condições difíceis. Nesse aspecto, o senhor Yukio Iseki opina dizendo que

*[...] morar fora 5 anos, depois retornar, aqui fica fraco. Solo precisa regar e por adubo. [...] Eu conheço cem por cento pessoal japonês que saiu. Todo mundo, hoje está fraco. Todo mundo tem sonho. Mas aqui no JK bom de plantar! Aqui bom de plantar flores, essas tropicais.*⁴¹

Mas a exemplo do que ocorreu ao Senhor Iseki, a eficácia da inserção no espaço local, e de certo modo a coesão social entre eles, se deu graças a criação e a participação em núcleos associativos (esportivos, culturais e profissionais), visando o fortalecimento como agricultores e cidadãos da sociedade local, ao mesmo tempo em que ajudava na manutenção de sua identidade cultural.

Quando vieram para o Brasil, trouxeram com eles, além da força de trabalho, o caráter, o sonho, a obstinação, a cultura e a tradição, como também a vivência da organização em grupos comunitários ou núcleos associativos. Essa foi uma idéia que evoluiu e as associações foram se delineando. As primeiras constituídas foram associações de jovens (*Seinenkay*), depois vieram as de produtores diversos, das donas de casas, dos esportistas e, por fim, a reunião de todas em uma só associação, a Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK. Essa forma de organização em grupos, visava a realização dos objetivos almejados ou a otimização e êxito dos resultados obtidos. A organização, efetivada através de associações legalmente instituídas, representava para os nipônicos a garantia da inclusão socioeconômica

⁴⁰ Imigrante nascido na província de Aomori, Japão. Veio para o NJK em 1961 e durante a entrevista, em abril de 2004, foi interpretado por seu filho, Masayuki Funaki.

⁴¹ Entrevistado em 18/11/2003.

no mercado local e a manutenção cultural.

A integração dos imigrantes na sociedade e no mercado local se estabeleceu, apesar de que, até a atualidade, haja ainda entre eles quem não fale o Português. Tal fato caracteriza certo isolamento dos japoneses em relação à sociedade onde vivem, e essa postura se confirma nas palavras de Maekawa (1995, p. 27), que afirma que “o japonês se isola para não perder os valores, e se integra para não se alienar”.

Assim, os nipônicos formaram redes de amizades fraternais e de ajuda mútua, além de uma rede de serviços na educação e no ensino do idioma Japonês através da Federação das Associações Culturais Nipo-Brasileiras da Bahia. Por essa atuação e adaptação à sociedade local, confirma-se que

[...] a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão (sic) de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias [...]. Expressam-se por meio de práticas e habilidades que [...] estruturam-se pelas preferências, conhecimentos e crenças que são objeto de discursos e de uma reflexão sistemática (CLAVAL, 2001, p.39).

A Associação Cultural Nipo-Brasileira serviu, e o faz até hoje, para a realização de atividades da cultura nipônica original, como por exemplo, os encontros para atividades esportivas (Olimpíadas Undokai)⁴², as festividades religiosas das igrejas Tenrikyo⁴³ e Presbiteriana de *Cumberland*, ou as comemorações simbólicas (*Bon Odori*⁴⁴ e *Shogatsu*⁴⁵), e essas atividades se consolidaram como eventos permanentes do calendário de atividades anuais. Os festejos e as comemorações representam o resgate e a manutenção dos valores simbólicos da cultura japonesa como estratégias de permanência e adaptação ao lugar.

O papel da Associação junto à comunidade é o de desenvolver atividades educacionais (ensino da língua japonesa), esportivas, religiosas e tradicionais da cultura nipônica. Desempenha também importante função na comunicação como porta voz da comunidade junto à Federação das Associações nipônicas da Bahia e dessta para acessar organismos de ajuda tanto do governo japonês quanto do governo brasileiro. Desempenha também a importante função de organizar assistência médica aos japoneses do NJK, cujo ônus em parte é custeado pelo governo do Japão, cabendo a outra parte aos próprios associados. Outra atividade da Associação é organizar cerimônias fúnebres e dar toda a assistência necessária à família, avisar parentes e amigos, já que, segundo os associados, “ela é um centro de decisões e de divulgação de todos daqui. É vida pra todos daqui”. Aos associados é

⁴² Undokai - olimpíada japonesa com modalidades esportivas da própria cultura.

⁴³ Tenrikyo - religião dos japoneses, de orientação budista.

⁴⁴ Bon Odori – na tradição japonesa, é uma dança praticada como um dos ritos comemorativos do dia dos mortos.

⁴⁵ Shogatsu - festa de ano novo.

permitido o direito de participar e usufruir desses benefícios. Durante as datas festivas, o público freqüentador se constitui dos próprios associados e da população da cidade, quando convidados. Nas “Olimpíadas Undokay”, os condutores desse evento costumam abrir ao público presente a participação nas modalidades dos jogos que estiverem em competição. Os jogos são da própria cultura japonesa e são sempre festejados no mês de fevereiro. Apresenta-se em seguida, alguns momentos dos jogos das Olimpíadas Undokay de 2003 e 2004, observados nas fotos numeradas de 31 a 34.

Em suas competições lúdicas, todos os presentes são chamados a participar dos jogos. A premiação é dada a quem participar do jogo, independentemente da equipe vencedora. Parece haver uma intenção de estimular a participação de todos os presentes nas atividades propostas, cujas modalidades são relacionadas no Anexo 2 (Tábua das Competições da Olimpíada Undokay).

Foto 31 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Gate-ball



Foto da autora (fevereiro 2004).

Foto 32 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Dança infantil



Foto gentilmente cedida pela Família Nishitani (s/d)

Foto 33 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Corrida de centopéia



Fotos da autora (fevereiro, 2004).

Foto 34 – Jogos da Olimpíada Undokay do Núcleo JK: Dança Bon Odori



O ritual ofertado aos mortos, se realiza a cada ano, em agosto, numa reunião freqüentada pelos nipônicos, seus descendentes e amigos e sitiantes vizinhos brasileiros, que costumam, também, prestar homenagens aos mortos (Foto 35). Ao final das oferendas, em

altar simbólico, costumam oferecer comidas típicas, como Sushi⁴⁶, Manjyo⁴⁷, Moti⁴⁸, Inazushi⁴⁹ e Udon⁵⁰.

Foto 35 – Núcleo JK - Festa dos mortos



Fotos da autora (Agosto, 2004).

São oferecidos também itens da culinária brasileira, habitualmente saboreados por ambas etnias, como o pastel de queijo, o churrasco no espeto e outros, observando-se, assim, a miscigenação dos hábitos alimentares entre todos os colonos do Núcleo JK. Nessa festa, como em todas as outras comemorações tradicionais dos nipônicos, exercita-se também a dança *Bon Odori*, oferecida em homenagem aos mortos.

Essa cerimônia também se realiza em Salvador devido à expansão da colônia japonesa, sendo organizada pela Federação das Associações Nipo-Brasileiras, e divulgada pela mídia televisiva local. Preenchendo a vida dessas comunidades japonesas do Núcleo, dois templos estão à disposição de seus adeptos religiosos: o Tenrikyo e a Igreja Presbiteriana de *Cumberland* de Mata de São João, onde a maioria (de japoneses e seus descendentes), costuma frequentar e praticar sua fé religiosa (fotos 36 a 38).

Foto 36 – Visão interna do templo Tenrikyo Brás



Fotos da autora (fevereiro, 2004).

Foto 37 – Igreja Tenrikyo Brás de Mata de São João



A religião Presbiteriana possui cerca de setenta adeptos da evangelização protestante, sendo a predominante entre os japoneses do Núcleo. O templo foi fundado em 1960, pela família Sasaki quando chegou ao Núcleo. Atualmente quem o dirige e também as

⁴⁶ Sushi – bolo de arroz enrolado com folha de alga.

⁴⁷ Manjyo – bolinho de feijão azuki e trigo (doce).

⁴⁸ Moti – bolinho de arroz batido e feijão azuki (doce).

⁴⁹ Inazushi – bolinho de arroz (salgado).

⁵⁰ Udon – macarrão (sopa) com massa de peixe, cebolinha, salsa e temperado com shoyo.

cerimônias religiosas é o pastor Keishi Ishizuka, vindo especificamente do Japão para cumprir essa missão. No passado, logo após a evangelização e o culto dominical, o Senhor Sasaki se dedicava ao ensino do idioma Japonês aos filhos pequenos dos colonos nipônicos que não o sabiam falar. Essa situação teria se configurado devido ao maior contato dessas crianças com outras crianças em escolas brasileiras, onde apenas se falava o idioma Português. Disso resultou uma situação em que os pais japoneses não conseguiam se comunicar com os filhos pequenos que só falavam o Português. O senhor Sasaki⁵¹, ao se deparar com a falta de comunicação entre pais e filhos, resolveu ensinar o Japonês a essas crianças em sua própria residência.

Posteriormente, a casa foi cedida para se construir o templo atual da Igreja Presbiteriana de Cumberland, cujo nome é originário de uma cidade homônima dos protestantes do Estado do Mississippi nos Estados Unidos da América, de onde se originou a Igreja do NJK. Conta a família Sasaki que um missionário foi enviado ao Japão e lá construiu a Igreja, onde a família recebeu o batismo. Assim, quando chegaram ao Núcleo JK, os Sasaki estabeleceram outra

Foto 38 - Núcleo JK: Igreja presbiteriana de Cumberland



Foto da autora (julho, 2004).

filial da mesma Igreja japonesa em Mata de São João. É, portanto, uma ramificação da Igreja Presbiteriana de *Cumberland*, porém do Japão. Os brasileiros residentes do NJK não são adeptos dessa religião, embora qualquer pessoa (japonês, descendente ou nativo) possa aderir à religião e freqüentar formalmente o templo. Segundo Tadao Sasaki,

[...] o cargo de maior chefe religioso se realiza através da Igreja da qual somos uma subdivisão, lá do Japão. Nosso pastor veio porque é de lá e fala Japonês. Fala Inglês e muito pouco o Português. Esse cargo se renova através da Igreja do Japão. O papel social que a Igreja e seus representantes maiores desempenham junto à sociedade local é evangelizar e ensinar o idioma Japonês. Os programas e atividades desenvolvidos se referem aos cultos, festividades religiosas e ao ensino do Japonês. Os nossos dias festivos são os mesmos das outras religiões cristãs⁵².

Uma outra doutrina religiosa no contexto japonês do Núcleo JK é a dos adeptos e

⁵¹ Imigrante japonês, vindo em 1960 para o Núcleo JK. Não fala português.

⁵² Tadao Sasaki é filho do Senhor Sasaki, brasileiro (descendente de primeira geração, nissei), casado com brasileira e trabalhador do Pólo Petroquímico. (entrevistado em 10/09/04).

freqüentadores da Igreja Tenrikyo, cuja “[...] crença se baseia no fundamento dos ensinamentos de que a vontade de Deus é a felicidade do homem”⁵³. Acreditam no que chamam de “retornamento ou uma reencarnação [...]”. Para eles, não existe outro lugar que se possa ir senão para este mundo em que se vive. Em suas cerimônias reverenciam três entidades, a saber: Deus, o Pai; Oyassama, a Mãe; e os antepassados. A palavra Tenrikyo significa razão celeste ou lei da natureza, ou seja, tudo o que acontece na terra o é pela graça de Deus. A Igreja Tenrikyo foi fundada pelo Pastor Nobutoshi Yamagushi, chefe atual que, nas cerimônias, celebra o culto para apenas oito famílias praticantes.

Ao longo desse estudo há referências sobre os aspectos da vida dos japoneses, cuja cultura preservada é o que caracteriza sua identidade e dos seus descendentes, ao mesmo tempo em que os diferencia dos antigos brasileiros habitantes do Núcleo. Ao se considerar a diversidade cultural sobre determinado espaço comunitário, retomam-se aqui alguns fundamentos, entre os quais as definições realizadas por Silva (2000) em seu estudo sobre a produção social da identidade e da diferença. De acordo com suas argumentações, entende-se e se expressa, por outra forma, que tudo o que se nega em si está no outro e essa é a diferença intrínseca entre duas alteridades presentes no mesmo espaço social.

Nos dois casos considerados as identidades se fixaram e funcionam por meio do imaginário desses dois grupos que vivem em um mesmo local. Segundo o referido autor, a identidade nacional se processa à

[...] medida em que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam “ligar” pessoas que sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em comum (SILVA, 2000, p. 85).

Assim, na definição dos processos de consolidação da identidade dos nipônicos entende-se que ela é fruto do imaginário cultural do povo japonês e se faz presente, até os dias atuais, no espaço do Núcleo JK, através da reprodução de suas relações compreendidas entre seus interesses comerciais e suas interações socioculturais. Particularmente no JK atuam através da Cooperativa, pelos modos de produzir e comercializar seus produtos, como também através da própria Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK e da prática de suas crenças religiosas, suas demonstrações e manifestações culturais tradicionais.

⁵³ Pastor Nobutoshi Yamagushi Conforme afirmou em entrevista ao programa “Na Carona”, Rede Bahia, Salvador, BA. s.d.

5.4 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE, DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS BRASILEIROS

As análises seguintes se referem a 72,1% da amostragem total e correspondem aos dados obtidos junto a 44 proprietários brasileiros entrevistados.

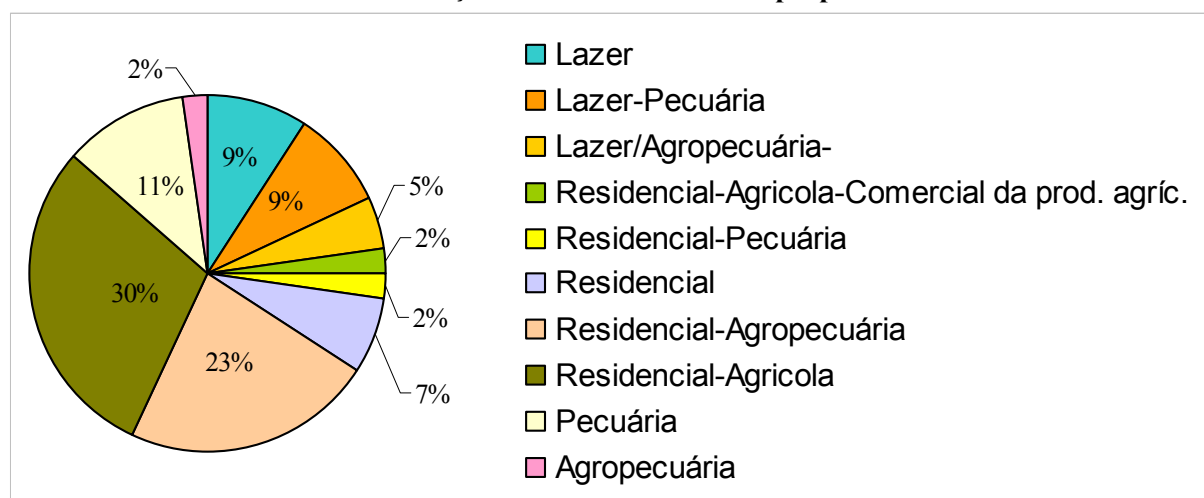
Os dados da Tabela 18 e o Gráfico 24, mostram que a maioria dos moradores do Núcleo (30%), combina a função residencial com o uso agrícola da propriedade, enquanto que 23% dos casos, os moradores consorciavam ambas as atividades ou seja, praticam agricultura e pecuária. A combinação residência-pecuária situa-se em 11% das propriedades visitadas. Observa-se também que são representativos os percentuais referentes às funções “lazer” e a associação “lazer-pecuária”, cada um situando-se em 9% do total das unidades visitadas. É também significativa a função apenas "residencial", registrada em 7% dos casos.

Tabela 18 - Núcleo JK - Funções associadas de uso da propriedade dos brasileiros

Funções	Entrevistados
Lazer	4
Lazer-Pecuária	4
Lazer/Agropecuária-	2
Residencial-Agrícola-Comercial da prod. agríc.	1
Residencial-Pecuária	1
Residencial	3
Residencial-Agropecuária	10
Residencial-Agrícola	13
Pecuária	5
Agropecuária	1
Totais	44

Fonte: Dados coletados pela autora em pesquisa direta, julho-setembro/2004 (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Núcleo JK - Funções associadas de uso da propriedade dos brasileiros

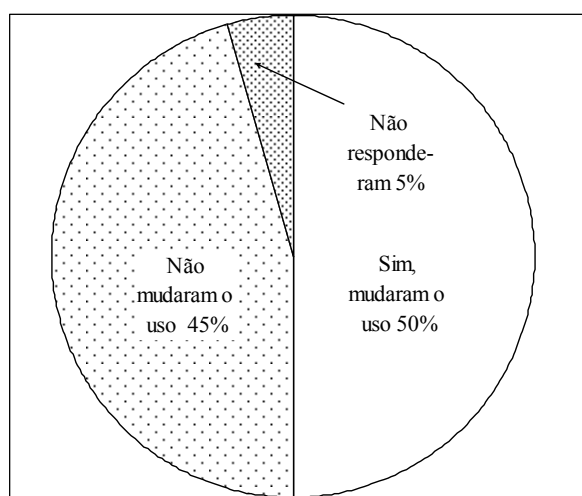


Fonte: Dados coletados pela autora em pesquisa direta, julho-setembro/2004 (Tabela 18).

Conforme já se mencionou, a ocupação do NJK por brasileiros é anterior à dos japoneses. Alguns dos entrevistados constituem-se dos mais antigos moradores do Núcleo, dentre os quais encontram-se três colonos. O primeiro, o senhor José Augusto dos Santos, 51 anos, cuja história de vida familiar nessa região, remonta a quase um século de existência, pois herdou, junto com os irmãos, trechos da Fazenda Camaçari. Segundo conta esse agricultor, o avô, nascido e criado nessa fazenda, adquiriu um dos lotes do Núcleo JK, que deixou como herança a seus familiares. Um segundo colono, senhor Nasiosênio, 63 anos, — vive na fazenda desde 1954 — lida com agropecuária e também herdou as terras do pai (um gerente da antiga Fazenda Camaçari). Divide o lote com os irmãos, cada qual com suas moradias e todos reunidos em doze casas, umas próximas às outras. O terceiro dos colonos citados é o senhor Cantídio José de Souza (Foto 8) e seu irmão. Ambos vivem na fazenda Lunda há 59 anos e, segundo o que disseram, se dedicaram muitos anos às lavouras folhosas e atualmente plantam laranjas, bananas, coco e amendoim.

A ocupação das terras onde se encontram os colonos brasileiros se esclarece com o Quadro 11. Nele apresenta-se um histórico da ocupação, suas modalidades de uso e se discriminam as transformações introduzidas nas propriedades que passaram a definir no espaço do NJK as “novas territorialidades”. Os mesmos dados permitiram elaborar o Gráfico 25, que mostra a proporção de sítiantes que introduziram mudanças e dos que não mudaram o padrão de uso e conteúdo das propriedades.

Gráfico 25 – Percentual das propriedades dos brasileiros, transformadas em relação ao uso anterior.



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Quadro 11) .

Quadro 11 - Núcleo JK, Bahia -Propriedade dos brasileiros: períodos de ocupação e transformações introduzidas – Novas Territorialidades

Período de Aquisição	Número de Propriedades	Motivos da Aquisição	Mudança do uso		Mudança ocorrida	Interação com Japonês
			Sim	Não		
1903	1	Herança do avô.	0	1	Introduziu gado.	1
1943	1	Herança do pai.	0	1	Agricultura.	1
1956 - 1957	7	Posseiro; requisição INCRA; herança; doação indenizatória.	5	2	Agricultura consumo; pecuária / hotel.	1
1958 - 1962	5	Herança do pai, casamento interétnico; oportunidade de compra.	2	3	Verduras e frutas; verduras; lavoura e criação; frutas.	4
1963 -1967	2	Compra para produção; residência.	1	1	Fruta/consumo; gado.	0
1968 -1973	3	Moradia e produção.	1	2	Estruturou construção da casa.	0
1973 - 1977	0	Não se registrou aquisição nesse período.	0	0	-	0
1978 - 1982	2	Oportunidade de compra, produção.	1	1	Gado e construção moradia; agricultura.	0
1983 - 1987	7	Proximidade de Salvador; oportunidade de compra; proximidade de Mata de São João; oportunidade; realização de sonho; proximidade de parente.	4	3	Gado leite; pastagem; ampliou terras; agricultura.	0
1988 - 1992	3	Produção; oportunidade de compra; gosto pelo local.	1	2	Melhorou pastagem; frutos e gado.	0
1993 - 1997	7	Proximidade de Salvador; proximidade de amigo; oportunidade de compra, proximidade de parente; escolha.	6	1	Gado; agropecuária; pecuária; agropecuária, lazer.	1
1998 - 2002	1	caseiro comprou pedaço de lote do patrão. Oportunidade de compra; proximidade de Salvador.	1	0	Agricultura.	1
Após 2003	3	Não manifestou.	1	2	Não manifestou.	1
Não respondeu	2	Não manifestou.	0	0	Não manifestou.	0
Totais	44	-	22	20	-	10

Fonte: Pesquisa direta da autora, setembro / 2004. (Gráfico 25).

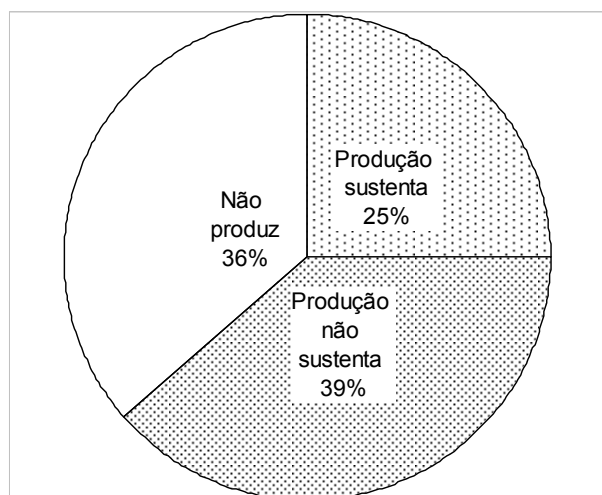
O Quadro 11 registra, ainda, a ocupação segundo a ordem cronológica. Um dos moradores mais antigos vive no núcleo desde antes da sua formação. As ocupações mais recentes, datam a partir de 1978 e correspondem a 56% dos casos. O quadro sugere ainda, que o número de alterações introduzidas na estrutura anterior a partir dos novos usos, reproduziram novas finalidades sociais diferentes da proposta inicial, como, por exemplo o surgimento de funções como hotelaria, apenas moradia ou lazer, além da tendência à concentração de terras. O mesmo quadro busca esclarecer ainda, os motivos que levaram os sitiantes a ocuparem essas terras, além do que sinaliza para aqueles que interagiram diretamente com os japoneses.

Outros dados de campo encontram-se organizados na Tabela 19 e mostram que 64% dos sitiantes brasileiros do NJK se dedicam à agricultura ou à criação, enquanto 36% dos entrevistados representam os não produtores. O Gráfico 26 mostra ainda a dicotomia entre aqueles que dizem que a produção gera renda capaz de sustentar os gastos com a manutenção das atividades desenvolvidas (25% dos entrevistados) e aqueles que pensam que ela não cobre as despesas de produção e nem o seu próprio sustento (39% dos produtores).

Além disso, foi possível observar algumas diferenças relativas à reprodução das relações de produção entre brasileiros e japoneses que, de modo geral, empregam mais mão-de-obra. Na Tabela 19 ressaltam-se ainda, alguns produtores que lidam diretamente com a pecuária visando à produção de leite ou corte. Nesse caso, a geração de empregos, também na agricultura, é menor, mas em certas ocasiões, a contratação temporária torna-se expressiva, quer seja nas épocas de colheita

das safras, ou no preparo do terreno para plantio, momento em requisitam-se cuidados específicos para os cultivos. Verifica-se, também na Tabela 19, que a produção pecuária ou agrícola não são fontes de renda única dos proprietários brasileiros do Núcleo JK. Parte desses colonos possui fonte de renda principal oriunda de aposentadorias rurais ou salário Bolsa-escola. Outros ainda exercem atividades nas áreas de hotelaria, construção civil, panificação e comércio de materiais de construção, em Mata de São João ou cidades circunvizinhas, sendo

Gráfico 26 - NJK - Resultado da produção dos brasileiros



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004 (Tabela 19).

estas atividades as suas principais fontes de remuneração.

Tabela 19 – Reprodução das relações de produção e trabalho, na propriedade de brasileiros

Entrevistados	A produção sustentável?		Não Produtores	Atividade	Clientela	Quantos da Família Trabalham	Número de empregados contratados		Forma de remuneração	
	Sim	Não					Permanentes	Temporários	Assalariamento	Diária
1	0	1		Construtor Civil	Abatedouros próximos das cidades vizinhas.	0	4	10	14	0
2	0	1		Produtor	Panificadora	1	3	2	5	0
3	0	1		Produtor agrícola/Comércio de materiais de construção em Mata de São João	Intermediário Japonês	3	2	5	2	5
4	1	0		Técnico Metalúrgico/ Pecuárta	Açougues de Mata de São João, Vila Camaçari, Litoral Norte, Salvador, Pojuca, Supermercados de Mata de São João e comerciante intermediário.	3	1	30	1	30
5	1	0		Produtor agrícola/Comércio intermediário	Sauípe e CEASA	1	6	0	6	0
6	0	1		Produtor agrícola	CEASA	1	1	0	0	1
7	1	0		Produtor agropecuarista/ Comerciante	CEASA, Mata de São João e Intermediário.	5	2	3	2	3
8	1	0		Produtor agropecuarista	Feira Mata de São João	2	0	0	0	0
9	1	0		Produtor agropecuarista	Intermediário Japonês e Feira Mata de São João.	2	0	1	1	0
10	1	0		Produtor agropecuarista	CEASA, Mata de São João e Comerciante produtor de orgânicos.	2	2	0	2	0
11	0	1		Hotel / Pecuárta	Supermercado Mata de São João	1	2	0	2	0
12	1	0		Produtor agrícola	Feira de Mata de São João e Ceasa de Simões Filho.	2	0	0	0	0
13	0	1		Produtor agrícola	Comerciante de orgânicos e Intermediário Brasileiro.	5	0	2	2	0
14	1	0		Produtor agrícola	Feira de Mata de São João	1	0	1	0	1
15	0	1		Produtor agrícola/Casa farinha/ Funcionário Público Municipal	Intermediário Japonês e Feira Mata de São João	1	0	1	0	1
16	0	1		Aposentado e pecuarista	Mata de São João	1	2	0	2	0
17	1			Produtor agrícola	Mata de São João, CEASA e Intermediário	8	0	0	0	0
18		1		Médico/ Pecuárta	Beneficiador de Leite do NJK	1	2	0	2	0
19		1		Aposentado/ Produtor agrícola	Intermediário Brasileiro	1	0	0	0	0
20	0	1		Produtor Agrícola	Mata de São João	4	0	0	0	0
21	0	1		Produtor Agrícola	Intermediário Japonês e Feira Mata de São João	1	0	0	0	0
22	1	0		Produtor agropecuarista / Panificadora	Padaria Simões Filho	1	1	2	1	2
23	0	1		Médico/ pecuarista leiteiro	Beneficiador de Leite do NJK	0	3	5	3	2
24	0	1		Médico/ pecuarista	Matadouro de Pojuca	0	1	2	1	2
25	0	1		Produtor agropecuarista	Ceasa e Intermediário	1	0	0	0	0
26	0	1		Aposentado/ produtor agrícola	Feira de Mata de São João	4	0	0	0	0
27	0	1		Produtor agropecuarista	Feira de Mata de São João	2	0	0	0	0
28	1	0		Produtor Agropecuarista	Feira de Mata São João	3	0	0	0	0
Totais	11	17	16	(-)	(-)	57	32	64	46	47

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro/2004. (Gráfico 25).

No *hall* de atividades dos sitiantes do NJK, destacam-se ainda funcionários públicos municipais e de empresas do Pólo Petroquímico, da área da metalurgia, além de trabalhadores liberais, como comerciantes intermediários, médicos e advogados que vivem nas cidades vizinhas da Região Metropolitana de Salvador. Esses profissionais se apropriaram de terras no interior do Núcleo JK, possibilitados pelo poder aquisitivo, usadas para finalidades diversas que vão do lazer à obtenção de uma renda extra, no sentido de ampliar a acumulação.

Com o tempo e a exemplo dos japoneses, os colonos brasileiros também experimentaram diversos usos e tipos de culturas, até chegarem ao que hoje compõe o mosaico de atividades e práticas espaciais do NJK, resultado dos esforços dos sitiantes brasileiros, desde quando se estabeleceram nessas terras. Atualmente a variedade de produtos é significativa e sua comercialização se realiza diretamente nas feiras e centros de abastecimento. Em alguns casos o saldo das lavouras e dos espaços de criação nessas propriedades complementa a produção dos japoneses e entra nas negociações com os maiores produtores-comerciantes do próprio Núcleo ou intermediários externos, também atuantes nesse espaço.

Os resultados das lavouras nessas propriedades se resumem aos dados vistos no Quadro 12⁵⁴ (continuado no Quadro 13) que evidencia, tanto quanto no caso dos japoneses, que nem todos os sitiantes e moradores brasileiros atuam nesse ramo de atividade econômica, razão pela qual se relatam apenas os produtores e principais produtos, excluindo-se aqueles sitiantes cuja produção consta apenas para consumo. Alguns dos antigos proprietários brasileiros e outros não tão antigos já trabalharam nas lavouras dos nipônicos e com eles aprenderam algumas técnicas de plantio, como a seleção de sementes, o plantio de flores e verduras. Um deles foi o senhor Domingos Machado, nascido em Coração de Maria (BA), falecido aos 96 anos. Cultivava rosas numa produção familiar, tendo adquirido as técnicas de plantio com os japoneses. Segundo afirma seu neto, o senhor Edmário Ferreira⁵⁵, “[...] meu avô trabalhou com japonês e passou para nós diversas técnicas de cultivo que aprendeu com eles. Desse modo, consideramos que foi uma produção integrativa pelo fato de agregar vários grupos sociais”. O quadro revela, ainda, que poucos sitiantes brasileiros se destacam como produtores agrícolas, a exemplo do senhor Osanias Marcos dos Santos, sergipano de 41 anos o qual se fez referência anterior, pela sua expressiva produção de hortaliças. Esse senhor, representa também outro dos agricultores que depende de transporte para suas mercadorias

⁵⁴ Quadro 12. Devido sua extensão, foi formatado em duas páginas.

⁵⁵ Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Camaçari.

Quadro 12 - Núcleo JK, Bahia: produção dos brasileiros e quantidades produzidas (continua...)

Ordem numérica de proprietários	Aimpin 1cx=20kg	Alface crespo m/s	Alface lisa m/s	Alface roxo m/s	Amendoim 1sc=50kg	Berinjela 1cx=14kg	Beterraba 1cx=20kg	Cebolinha m	Cenoura 1cx=20kg	Couve m	Feijão Verde 1sc=60kg	Hortelã m/s	Jiló 1cx=20kg	Mandioca kg	Maxixe kg	Milho kg/a	Pepino 1cx=20kg	P. de cheiro 1sc=20kg	Pimenta malagueta kg	Pimentão 1cx=15kg	Quiabo 1cx=15 kg	Repolho 1sc=20kg	Rúcula 1kg=4m
	cx/M	m/s	m/s	m/s	sc/a	cx/s	cx/s	m/s	cx/s	m/s	sc/a	m/s	cx/s	kg/s	kg/s	kg/a	cx/s	sc/s	kg/s	cx/s	cx/s	kg/a	m/s
1																							
2																							
3																							
4																							
5						30	30	30				30					30			30			
6																							
7																							
8																							
9	15																						
10	21				30											50							
11																							
12													37,5					20	120		50		
13																							
14																							
15		100	50	20	10		0,5	100	2,5	40										1,3		50	50
16																							
17																							
18																							
19						1,3							450						100				
20																							
21																							
22						20																	
23						8						40						1	80	30			
24																							
25																							
26													7,5										
27									10	6			30					1					
28	15												4	300									

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho - setembro / 2004.

Obs. Este quadro complementa o posterior. Foram excluídos 16 proprietários não produtores, ou que produzem apenas para consumo, conforme Tabela 19. Unidades de medida: caixa=cx; semana=s; mês=M; ano=a; m=molho; cabeças=cb; u=unidades; dia=d; L= litros; saca= sc

Quadro 13 (Continuação) - Núcleo JK, Bahia: produção dos brasileiros e quantidades produzidas

Ordem numérica de proprietários	Salsa	Tomate 1cx=20kg	Vagem 1cx=15kg	Banana	Coco	Laranja	Lima 1cx=20kg	Limão 1cx=20kg	Mamão 1cx=20kg	Maracujá 1cx=20kg	Melancia	Angélica	Gerbera	Murta	Sorriso	Carimã	Farinha de mandioca	Ovelhas	Leite	Frango	Equinos e Muires	Bovinos
	m/s	cx/s	cx/s	dz/M	u/M	u/M	cx/M	cx/M	cx/s	cx/s	u/a	m/s	m/s	m/s	m/s	kg/s	kg/s	c/a	L/s	cb/M	cb	cb/a
1																						600
2						2000													100			
3					500																	
4																		250				400
5							150	50														
6							60															
7				666			200															
8				1600		300			10	1500												
9				132				12	15					700								
10				100					40	50												10
11																						15
12								80						200								
13			1,33	6,9		166		5	15													
14						90																
15	40			20	200	376	2															
16																						20
17					400			150														
18																				350		
19					150	2000																
20																	250					
21			30						10													
22					80																	
23		20																	300			
24																						10
25																						80
26																						10
27				33,3								4	3		20					100		5
28																						24

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho - setembro / 2004.

Obs. Este quadro complementa o anterior. Foram excluídos 16 proprietários não produtores, ou que produzem apenas para consumo, conforme Tabela 19.

Unidades de medida: caixa=cx; semana=s; mês=M; ano=a; m=molho; cabeças=cb; u=unidades; dia=d; L= litros; saca= s

e suas práticas espaciais constam do cultivo exclusivo de vegetais folhosos, cuja exuberância das hortaliças se mostram nas fotos 39, 40, 41, e 42.

Foto 39 – NJK - Canteiros de alface lisa



Foto 40 – NJK - Canteiros de repolho e alface crespa



Fotos da autora, julho 2004.

Foto 41 - NJK - Canteiros de cebolinhas



Foto 42 - NJK - Canteiros de rúcula



Fotos da autora, (Julho 2004)

O senhor Osanias Marcos é proprietário de um pedaço de lote onde cultiva verduras folhosas com o objetivo de manter fornecimento ao senhor Takenami, considerado o maior produtor-fornecedor e comerciante de orgânicos do Núcleo JK. Além disso, fornece também para outro produtor e intermediário de hortaliças que negocia diretamente com os espaços do consumo, situados nas áreas turísticas do Litoral Norte. A atividade de caseiro representa um ganho extra para ele, pois cuida do sítio vizinho ao seu, cujo proprietário lhe vendeu a atual fração de lote onde vive com a família e desenvolve suas lavouras em canteiros irrigados.

Mesmo com todo o vigor de suas lavouras, o senhor Osanias, na qualidade de pequeno agricultor minifundiário, fica na dependência de terceiros para escoamento de seus

produtos e, como muitos outros do Núcleo JK, se submete a perdas de remuneração ou até de produtos porque, segundo ele mesmo afirma, às vezes não tem para quem vender.

De modo geral, todos os agricultores brasileiros reclamam dos altos custos de produção e das dificuldades que encontram no momento da comercialização dos frutos do seu trabalho. Nesse aspecto esbarram na incapacidade de escoamento dos seus produtos por falta de recursos próprios para transportá-los. Em tais circunstâncias, o grupo se torna vulnerável diante dos atravessadores pois, segundo afirma Florisvaldo Vieira Palma (Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapecirica), ao vender a produção, os pequenos produtores se submetem ao preço determinado pelo atravessador. Em seu depoimento, senhor Florisvaldo acrescenta que

[...] às vezes, o atravessador começa a vender o produto e, ao final da feira, o preço é cinco vezes menor que o preço inicial. O que nos pagam é ainda muitas vezes menor do que o mais baixo preço obtido. E, desse jeito, a gente não tem como se equilibrar.⁵⁶

5.4.1 Atuação político-social e identidade dos brasileiros do Núcleo JK

Do ponto de vista do poder aquisitivo, a população de brasileiros do NJK é muito diversificada. Muitos moradores são proprietários de um ou mais lotes, ou mesmo de uma fração de lote, mas a maioria enfrenta condições precárias de vida. Embora muitos sejam donos de suas próprias casas e trabalhem nas lavouras de outros, é significativo o grupo de trabalhadores rurais sem terra, motivo pelo qual pleiteiam, junto ao INCRA, a posse da terra própria para plantio. De modo geral, mesmo os que possuem terra para plantar e, enquanto pequenos, são acometidos de uma série de dificuldades que rondam todos os segmentos de suas vidas produtivas, convivendo com vários problemas que diminuem, ano após ano, a capacidade de manutenção de suas atividades. São dificuldades que residem na compra de insumos para o desenvolvimento de suas lavouras ou produção animal e cujos preços oscilam em função de uma moeda estrangeira mais valorizada que a nacional. Enfrentam problemas na comercialização e no transporte de seus produtos quer seja pela falta de transporte próprio ou pelas más condições de tráfego nas estradas que ligam aos centros de comercialização mais próximos. Enfim, tais situações ameaçam os pequenos produtores e os colocam sempre, na iminência da perda de suas moradias ou de suas terras, fonte principal da renda familiar. Por outro lado, a convivência com os japoneses fez com que os pequenos produtores brasileiros vissem na eficiência das associações nipônicas um exemplo a seguir, uma vez que os consideram ainda como um grupo de produtores bem sucedidos em seus empreendimentos.

⁵⁶ Florisvaldo Vieira Palma, entrevistado em setembro, 2004.

Com base nessa idéia, o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Itapeçerica do NJK, manifestou-se dizendo: “se os japoneses conseguiram se fortalecer através das associações, nós também o conseguiremos”⁵⁷. Sendo assim, vendo possibilidade de sucesso semelhante ao de outros moradores, o primeiro passo assumido em prol da formação dos núcleos associativos, veio da conscientização da própria comunidade, no tocante a todas as mazelas sociais com as quais convivem e, embora tardiamente, partindo para uma atitude eficaz, pequenos produtores, trabalhadores e moradores locais integrantes das comunidades pobres do Núcleo JK, se constituíram legalmente em associações, como uma forma de afastar ou descartar o risco da desterritorialização e de se verem obrigados a deixar suas casas, lavouras e terras.

Não obstante a tais formas de organização, o Governo do Estado, através da sua Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional CAR, via Coordenadoria do Programa Produzir 2, exigem que as comunidades mais pobres se reúnam em torno de associações, como forma de encaminhamento dos projetos que busquem benefícios para as coletividades e solucionem as questões sociais mais urgentes. Assim, mesmo que estimuladas pelo Governo do Estado, as associações têm sido instrumentos de mobilização social das comunidades mais pobres e, através delas, se realizam projetos que se revertam em benfeitorias para elas próprias. Tais atuações, certamente, abrem caminhos na direção de novas conquistas, na participação de movimentos político-sociais, no cumprimento dos seus deveres perante a sociedade e na validação dos seus direitos como cidadãos.

Segundo informações dos associados e do Chefe de Gabinete da Prefeitura de Mata de São João⁵⁸, os projetos são criados pelas próprias comunidades e são encaminhados ao Governo do Estado da Bahia, para a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)⁵⁹ e por intermédio da sua Coordenadoria do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) — Programa Produzir 2 (CAR-BA, 2002, p. 4). Esse Programa vem orientando a execução e gerenciamento dos projetos comunitários dentro do Núcleo JK, como também auxiliando as comunidades no nível de organização, já que elas se responsabilizam por 10% dos recursos que implementam a execução das obras, nas áreas de saneamento básico, educação, habitação, produção ou transportes. A maior parte desses recursos financeiros se originam do Banco Mundial (o maior provedor), na proporção de 70% do financiamento total, sendo que o Estado contribui na proporção de 20% e o restante, conforme já visto, vem da própria comunidade, podendo

⁵⁷ Florisvaldo Vieira da Palma: entrevistado em 15 de setembro de 2004.

⁵⁸ Senhora Maria de Fátima Martins Batista, Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal de Mata de São João, BA, gestão da Prefeita Márcia Cavalcanti Carneiro Dias, 2004.

⁵⁹ Programa Produzir: www.car.ba.gov.br

ser pagos em espécie ou como mão-de-obra útil na construção dos projetos, ou em outra forma combinada.

O trabalho desenvolvido pelas associações dos moradores ou de produtores é acompanhado por um membro do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), que deve ser vinculado à Prefeitura de Mata de São João. A ele é atribuída a função de ajudar na organização das associações, orientar e dar encaminhamento aos projetos que buscam financiamentos junto ao Estado e ao Banco Mundial, visando melhorias das condições de vida e habitação dos moradores e trabalhadores do Núcleo JK. Em contrapartida, além dos 10% do valor do financiamento que a comunidade deve contribuir, os beneficiários se comprometem também a pagar taxas pela utilização dos serviços oferecidos, como por exemplo fornecimento de água, luz, taxa de esgoto (CAR-BA, 2000, p. 5). Por outro lado, nas palavras do Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Camaçari, senhor Edmário Ferreira, “a própria Associação se fortalece ao desenvolver junto à coletividade o papel de agente mobilizador, com o sentido de fazê-la perceber que é capaz de modificar a própria realidade social”⁶⁰. Assim as pequenas comunidades da Colônia JK trabalham em torno de um ideal comum, por meio dos núcleos juridicamente constituídos, ou seja, através das associações, e se fortalecem diante do poder ou autoridade pública para lutar e alcançar objetivos, traduzidos em benefícios comuns, estendidos às coletividades locais. Essa foi a idéia que se propagou entre a população tradicional, formada dos pequenos produtores e moradores do NJK, inspirados também no modo de organização dos imigrantes japoneses.

A partir de 1992, os pequenos produtores e moradores das vilas e pequenos aglomerados, começaram a fundar suas associações e buscar benefícios extensivos às suas comunidades. Fundaram as já referidas: Associação dos Moradores da Rua do Campo e Adjacências, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapecirica, a Associação dos Moradores da Vila de Camaçari e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila de Itapecirica, todas elas voltadas para os problemas que envolvem questões como saúde, educação, moradia e outras relacionadas à produção, ao transporte e à comercialização dos produtos por eles cultivados.

Segundo José Bernardo Toro A. e Nísia Maria Duarte Werneck (1977), a mobilização é um modo de construir a democracia ao mesmo tempo em que

[...] é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados [e] sob o horizonte ético que dá sentido ao processo de mobilização (TORO A. e WERNECK, 1997, p.11).

⁶⁰ Entrevistado em 05 de agosto de 2004.

No que diz respeito à identidade social, Roberto Cardoso Oliveira afirmou que ela

[...] surge com a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente o grupo social. Porém a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também é de algum modo um reflexo daquela (OLIVEIRA, 1976 apud PEREIRA, 1989, p. 33).

Exemplificando a mobilização das associações, ressalta-se a Associação dos Moradores da Rua do Campo, que desenvolveu um projeto para construção de um poço artesiano e canalização de água potável até as moradias. Este projeto já foi aprovado entre cinco dos que foram apresentados à CAR, desde 2003. Encontra-se com parte das obras iniciadas, ainda aguardando liberação das verbas para a complementação do projeto que também prevê a instalação de um sistema condutor de água até as unidades habitacionais. Outro projeto em andamento diz respeito à construção de fossas sépticas, também aguardando decisão no âmbito da CAR.

Os moradores da Vila de Itapecirica já possuem abastecimento de água potável e energia elétrica. Igualmente aos outros, apresentaram projeto de construção de fossas sépticas e também aguardam parecer da CAR. No momento almejam obter recursos para a construção de um galpão que abrigue grupos de trabalhadores artesãos e costureiras, em um terreno já adquirido com recursos próprios.

A Associação dos Moradores da Vila Camaçari encontra-se em estágio mais avançado e, por hora, desenvolve trabalho social voltado ao atendimento da comunidade local, em parceria com o Centro Espírita e Escola Boa Nova e com um grupo de profissionais que realizam trabalho voluntário de atendimento aos moradores mais pobres da Vila Camaçari. Esse grupo de profissionais é constituído de médicos, dentistas, cabeleireiros e outros profissionais que se revezam, semanalmente, no atendimento à comunidade. A Associação também organiza a distribuição de alimentos às famílias necessitadas, além de orientar e encaminhar pedidos de aposentadorias dos trabalhadores da comunidade, tarefa que realiza em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da sede municipal de Mata de São João. Conforme afirmação do senhor Edmário Ferreira, a Associação e o Sindicato auxiliam o trabalhador do campo a garantir seus próprios direitos trabalhistas. Uma outra atividade desenvolvida pela Associação, essa junto à CAR, refere-se ao projeto que visa à instalação de energia elétrica nas áreas desassistidas da Vila Camaçari e das “regiões” do Quebra Coco e São Pedro.

A mobilização social cresceu significativamente entre os moradores não japoneses do Núcleo JK e tem sido através dessas ações coletivas, que se constata — a partir dos objetivos almejados e alcançados pela comunidade da Vila Camaçari — que a eficácia do trabalho social é maior quando parte da vontade e do trabalho de uma base comunitária, sem a

interferência de organismos de governo. Essa tem sido a maneira pela qual se reafirmam como agricultores e legítimos moradores, territorializando o espaço onde vivem, fazendo valer seus direitos como pequenos proprietários e produtores locais. Além disso, conquistam sua cidadania e participam do processo político e socioeconômico, preservam sua identidade cultural e se consolidam como grupo social, com direito a dignidade, trabalho e livre iniciativa.

A realidade da maioria da população dos brasileiros moradores do Núcleo JK apresenta faces diferenciadas, visíveis nas vilas e pequenos aglomerados de casas através dos espaços construídos e das formas resultantes, muitas vezes deficitárias, motivos pelos quais já nos reportamos ao papel articulado pela população em torno das associações e suas mobilizações político-sociais.

As necessidades nessas comunidades se expressam no nível das carências de cada um dos grupos sociais residentes. A maioria é constituída de uma população pobre, que sofre em razão da precariedade das condições de vida e moradia, sem água encanada, sem energia elétrica, sem instalação de esgoto doméstico e pela baixa qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade, especialmente nas áreas da saúde, ensino e transporte. Tais evidências se verificam na construção dos espaços públicos, onde não há coleta de lixo nem tratamento do esgoto doméstico. Mas essas ocorrências são diferentes em cada vila ou cada localidade.

Na Vila Itapecirica, por exemplo, presenciamos calçamento de ruas, instalação de energia elétrica, conforme se documentou na Foto 43. Apesar disso, a Senhora Ednólia Brito Sardinha, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapecirica, afirma que a coletividade trabalha para realização do projeto de construção de fossas sépticas, coleta de lixo e captação de esgoto doméstico, conforme se afirmou anteriormente. Tais condições são

Foto 43 – NJK - Vila Itapecirica: Aspectos dos espaços construídos



Foto da autora (Julho 2004).

observadas também nas outras coletividades pobres como as vilas de Itapecirica, Camaçari e Lunda assim como na localidade do Portão do Lunda, principalmente onde vivem os pequenos agricultores brasileiros, cujas construções são vistas nas fotos 44 a 47.

Foto 44 – NJK - Vila Camaçari: aspectos dos espaços construídos



Foto 45 - NJK - Fazenda São Pedro: sítio do senhor João e sua esposa em primeiro plano



Fotos da autora (Julho 2004).

As populações dessas áreas buscam melhorias em suas habitações a partir da adequação de infra-estrutura que favoreça seus moradores com abastecimento de água encanada, instalação de energia elétrica, coleta de lixo e tratamento dos esgotos domésticos, lugares onde a precariedade das habitações é fato e problema que desejam extinguir. Um desses exemplos é a residência de D. Maria de Jesus, esposa do senhor João Santana de Jesus, proprietário de uma fração de lote na Fazenda São Pedro, retratada em primeiro plano e à frente de sua casa (Foto 45). Outro colono (Foto 47) é o senhor Cantídio José de Souza (83 anos), anteriormente referido e que aparece ao lado de seu irmão Augusto de Souza (82 anos). Ambos vivem na Fazenda Lunda, local considerado mais central, por sua proximidade com a Cooperativa Mista dos Produtores de JK e com a rodovia BA 093, que dá acesso ao centro de Mata de São João. A região é considerada uma das melhores áreas do NJK, por seu posicionamento em topos planos, característica natural que favorece a agricultura local.

Foto 46 – NJK - Portão do Lunda, Vila JK: aspectos dos espaços construídos



Foto 47 – NJK - Irmãos Augusto José e Cantídio de Souza, em sua residência, região do Lunda.



Fotos da autora (Julho 2004).

O diferencial na qualidade de vida observada entre os grupos sociais presentes,

relaciona-se ao acúmulo de fatos observados em suas histórias como pequenos produtores, desde o início da ocupação dos lotes do Núcleo JK. Em certa medida, as dificuldades de manutenção da capacidade produtiva, principalmente entre os agricultores mais pobres, se relacionam à ausência de uma política agrária de apoio ao pequeno produtor, que garanta a manutenção de suas atividades econômicas, propiciando dignidade de vida extensiva à família.

Nos depoimentos dos colonos entrevistados, entretanto se observou que brasileiros e japoneses reclamaram de dificuldades abrangentes à grande maioria dos agricultores do NJK. Afirmaram que a produção não é rentável devido ao alto custo dos implementos agrícolas e pelo baixo custo que os produtos atingem no mercado consumidor. Ao mesmo tempo, esbarram na decadência do nível de renda do trabalhador brasileiro que, a cada dia, reduz seu poder de compra.

Essas são algumas das conseqüências geradas pela política agrícola nacional introduzida após o Golpe Militar de 1964, que sob a ideologia da modernização da agricultura brasileira, vinculou a produção agrícola à indústria e à grande empresa, privilegiando e beneficiando a grande produção com amplos subsídios, financiamentos facilitados e juros especiais, principalmente para os produtos de exportação ou de interesse do governo. Os efeitos dessa política se fazem sentir até a atualidade, observados a partir da redução da produção do pequeno agricultor que, na incapacidade de se integrar ao novo sistema — atrelado à concorrência entre grandes empresários dos agronegócios — está fadado ao endividamento ou a perda da terra.

No Núcleo JK, brasileiros e japoneses sofreram as conseqüências dessa política modernizante da agricultura brasileira, que não previu a inclusão de pequenos agricultores, nem planejou adequadamente as necessidades dos colonos que foram assentados, em área de infra-estrutura insuficiente, sem orientação do que plantar e sem recursos técnicos e financeiros. Nesse aspecto os japoneses tiveram a vantagem da união, desde cedo, em torno de suas associações, que buscaram ajuda por intermédio da Federação Cultural Nipo-Brasileira, que sempre atuou como porta-voz dos colonos do NJK junto à *Japan International Cooperation Agency (JICA)*.

Preenchendo a vida das pessoas que vivem nas diversas comunidades interiores ao Núcleo, encontramos os espaços de manifestação cultural e religiosa dos brasileiros, seus moradores tradicionais. Estão presentes e difusos em todas as vilas e pequenas localidades e representam as religiões Católica, Espírita Kardecista, Adventista do Sétimo Dia, Evangélica da Assembléia de Deus e adeptos do Candomblé e da Seicho No Iê.

A Vila Camaçari é o local onde se reúnem adeptos e representantes de todas as correntes religiosas encontradas no NJK. O Centro Espírita Boa Nova e a Associação dos

Moradores da Vila Camaçari desempenham um dos mais importantes papéis junto à sociedade local, por suas obras assistenciais junto à população carente. Um dos seus projetos foi a criação da escolinha pré-primária Boa Nova (Foto 48), na qual 32 crianças de três a seis anos de idade recebem educação infantil.

Um outro projeto refere-se à criação da escola comunitária de nível fundamental, que funciona no antigo prédio do Centro Espírita Boa Nova. Os dados de 2004 referentes a esses estabelecimentos de ensino, foram obtidos diretamente da Secretaria da Educação do município de Mata de São João e anteriormente apresentados na Tabela e Gráfico 8. Além da escola fundamental, a sede do Centro Espírita Boa Nova, documentado na Foto 49, se abre para reuniões e cultos em dias e horários combinados.

Foto 48 - Núcleo JK - Escolinha Boa Nova: professora e alunos do pré-escolar



Foto da autora (setembro/2004).

Foto 49 - Núcleo JK - Espaço do Centro Espírita Boa Nova, onde funciona o curso fundamental da 1ª a 4ª séries.



Foto da autora (setembro/2004).

Conforme afirmou Edmário Ferreira, que também é neto do fundador do Centro Espírita Boa Nova, os adeptos do kardecismo também marcam presença nos cultos religiosos da igreja católica local. Segundo informa esse senhor, em média se reúnem cerca de cem profissionais voluntários, tais como médicos, dentistas, pedagogos, cabeleireiros e advogados, a maioria residente em Salvador. O atendimento às pessoas necessitadas se realiza de acordo com a disponibilidade dos voluntários, que se alternam nos trabalhos assistenciais. As atividades do Centro Espírita atraem um número cada vez maior de carentes que procuram ajuda, em média 150 a 180 indivíduos e de prestadores de serviços voluntários, que oferecem

atendimento gratuito à comunidade. Segundo o entrevistado, boa parte da população pobre da Vila descende da matriarca D. Augusta, neta de escravos, falecida em 1992 com mais de cem anos de idade e conhecida dos moradores locais.

Outras correntes religiosas estão presentes dentro do espaço JK e se referem aos católicos, freqüentadores da Igreja São Domingos (Foto 50) e os evangélicos adventistas do sétimo dia freqüentadores da Igreja da Assembléia de Deus (Foto 51), ambos os templos localizados na Vila Camaçari. Os adeptos do Centro de Candomblé Obaluaiê visitam seu templo na região do Quebra Coco, enquanto que o templo da Academia Seicho-No-Ie se localiza na Vila Itapecirica. Moacyr Laerte de Santana, residente no Núcleo JK e funcionário da Prefeitura de Mata de São João, é o pastor local responsável pela congregação da Igreja Assembléia de Deus da Vila Camaçari. Segundo ele, esse templo existe há 25 anos no JK e seus adeptos — cerca de 40 pessoas — incluem pessoas que vêm das áreas vizinhas. A congregação da Vila Camaçari vincula-se à regional de Mata de São João e sobrevive às custas de doações realizadas pela comunidade evangélica, que ergueu a própria Igreja, sobre terreno doado por um “irmão” da mesma fé.

Foto 50 – Núcleo JK - Igreja Católica São Domingos



Foto 51 - Núcleo JK - Igreja da Assembléia de Deus



Fotos da autora (Julho 2004).

Na definição da identidade de parte da população do JK há que se considerar seu passado colonial de espaço socioeconômico onde a presença do negro foi intensa e, por herança, se resguardam práticas e rituais relacionadas à vida dos antepassados escravizados. Trata-se do Centro de Candomblé de Angola, Foto 52, localizado no Quebra Coco. Atualmente não é apenas uma prática dos afro-descendentes, mas da população que vive nessas áreas e de outros adeptos das cidades vizinhas que marcam presença em dias festivos. Para os segmentos adeptos do candomblé, a religiosidade está diretamente ligada às práticas rituais e suas exigências relacionam-se ao cumprimento dos rituais celebrados a cada sessão.

Outro espaço religioso localiza-se próximo à Vila Itapecirica. Consiste em uma das três academias de treinamento da Seicho-No-Ie do Brasil, sendo esta uma regional do Nordeste, localmente conhecida como "Academia de Treinamento Espiritual da Seicho-No-Ie

Santa Fé do Núcleo JK” (Foto 53).

Foto 52 - Núcleo JK - Centro de Candomblé Angola, Fazenda Quebra Coco



Foto da autora (Julho 2004).

Foto 53 - Academia de Treinamento Espiritual da Seicho-No-Ie Santa Fé Núcleo JK, Vila Itapecirica, Bahia



Foto do Calendário dos Seminários da Academia de Santa Fé, BA

Nessa instituição se desenvolve um movimento filosófico, desprovido de sectarismos religiosos, que procura passar a essência de todas as religiões (Xintoísmo, Budismo, Cristianismo) “levando em consideração que o homem é filho de Deus, isento de pecados e doenças”⁶¹. A Academia realiza periodicamente seminários de preparação de preletores da filosofia da Seicho-No-Ie, abertos aos interessados de todas as partes do Brasil.

Os cursos são programados para crianças, jovens e adultos e o estabelecimento do Núcleo JK tem capacidade de alojar até 1200 pessoas, funcionando para seminários semanais. Há 12 anos existe a Academia Seicho-No-Ie Santa Fé. No Brasil, as três academias são coordenadas através da Academia de São Paulo e esta recebe as diretrizes gerais da Sede do Japão. Segundo informações prestadas pela senhora Kátia Brandão, esposa do administrador da instituição, a escolha do local onde se ergueu o prédio da Academia Seicho-No-Ie Santa Fé do NJK realizou-se de acordo com a vontade do Chefe da Sede Internacional no Japão, em razão das lideranças religiosas existentes na Bahia e também pela existência da comunidade agrícola japonesa nas proximidades. Contudo, os japoneses do Núcleo JK não freqüentem os seminários da Academia, em parte pela inexistência de alguém que fale o idioma Japonês, mas, no entanto, registra-se maciça presença de brasileiros. Para resgatar os japoneses afastados da comunidade Seicho-No-Ie, o chefe da Sede Internacional do Japão está enviando um disseminador que fale o idioma, podendo ser um japonês nato. A Seicho-No-Ie Santa Fé do Núcleo contribui com a comunidade local distribuindo água, transportando crianças para as escolas locais e pessoas que transitam a pé por falta de transporte coletivo ou particular. Possuem também o compromisso de comprar dos agricultores locais todos os alimentos (verduras, legumes e frutas) que consomem durante seus seminários, que duram às vezes até

⁶¹ Conforme depoimento de Kátia Brandão, esposa do administrador da Academia. Entrevistada em 2004.

uma semana, o que consideram como uma forma de ajuda às comunidades mais pobres do JK. Por sua vez, nas semanas de seminários, vários dos habitantes do NJK se propõem a ajudar, voluntariamente, na recepção, cozinha e limpeza.

Com relação aos espaços do lazer, existem os lugares de escolhas espontâneas entre os moradores locais para a fuga após a rotina de trabalho. Um desses lugares é o campo de futebol, que aliás, deu nome ao “bairro” dos moradores da Rua do Campo. É o local da preferência das populações da Vila JK e outras localidades como Portão do Lunda e Mata Burro. Nele exercitam as atividades físico-esportivas. Na realidade, essa área se tornou “território do futebol”, eleito naturalmente pela população e consta de um espaço reservado ao uso comum do Núcleo JK (Foto 21). Os bares ou vendas de secos e molhados, precariamente equipados, existem em todas as vilas e constituem os pontos de encontro para a conversa e realização dos jogos de dominó. As visitas às praias — distantes 60km — constituem outro lazer dos residentes do Núcleo. Um outro espaço vem sendo programado para os moradores da Vila Camaçari cujo projeto, refere-se a um clube idealizado pela Associação dos seus moradores, o qual se encontra em desenvolvimento. No futuro servirá como espaço de lazer e eventos tradicionais dos moradores, onde o terreno já está destinado, à espera de verba para a realização das obras.

5.4.2 As novas territorialidades

As “novas territorialidades” implicam em mudanças de conteúdo, reestruturação de formas e inserção de novas funções nas propriedades, causando alterações da atividade-fim, para a qual o Núcleo JK foi criado. Além do uso, as propriedades também foram alteradas em relação ao tamanho das glebas iniciais, fatos que se registraram desde o início de sua fundação.

Atualmente essas novas formas de ocupação tendem a se ampliar, ratificando os remembramentos ou a retomada do processo de concentração das terras e reconfigurando a estrutura territorial inicial, de modo a refletir significativas transformações socioespaciais, posto que algumas das propriedades expandiram seu tamanho original e introduziram novos usos .

Para se ter uma visão global e atual do modo de apropriação das terras seria necessário um levantamento de toda área do Núcleo e em cada uma das propriedades. Porém, no momento, como não existe acesso trafegável em todas as suas estradas, as ocorrências captadas foram obtidas em trabalhos de campo, diretamente dos proprietários das unidades visitadas, o que permitiu a confecção, por aproximação, do cartograma (Figura 5), no qual se visualiza uma parte das transformações da estrutura fundiária inicial.

Figura 5 – Núcleo JK, Bahia. Transformações da estrutura fundiária inicial: Novas territorialidades.



Fonte: Base planimétrica o Núcleo JK, Bahia (s/d).

Os novos donos exercitam seus poderes possibilitados pela condição financeira e, dessa forma vão reterritorializando o espaço em questão. Através da condição financeira, o interesse da ampliação das propriedades é suscitado, viabilizando a apropriação cada vez maior de extensões de terras. Esse é o novo processo que vem modificando a estrutura inicial, a ponto de recriar parcial ou totalmente os “velhos territórios”, conforme processo descrito por Corrêa (2002, p. 252) ao se referir às novas territorialidades ou reterritorialidades. Estas encontram-se exemplificadas no Núcleo JK (Foto 30), em uma propriedade que teve a função mudada de atividade primária para uma atividade de serviços, no caso foi transformada em um hotel campestre, assim como em outras propriedades que ressurgiram com a retomada das atividades de pecuária

O Quadro 11, exposto anteriormente, menciona dois moradores antigos do Núcleo que herdaram propriedades familiares, transferidas de avô para filhos e netos, desde 1903. Uma dessas propriedades passou por modificações com relação ao uso, indicando que antes era agrícola e, atualmente, se dedica à criação de gado bovino. Após 1956 – 1957, verificou-se, em 26 das 44 propriedades visitadas, que algumas passaram por transformações em seu uso, conforme demonstrado no Gráfico 25. Além disso indica que 10 brasileiros interagiram diretamente com os colonos nipônicos, trabalhando ou aprendendo técnicas de produção com o grupo.

Em capítulos anteriores se fez referências às primeiras transformações creditadas aos japoneses, cujos números apontaram a saída de 77% das famílias que abandonaram o Núcleo JK, mudando-se para outras partes do Brasil ou mesmo retornando ao Japão, acalentando o eterno sonho do retorno, já que seus conterrâneos deixaram sua terra natal com esse objetivo. Esses fatos também ocorreram em relação aos brasileiros e, como não podiam vender as terras, muitos repassavam as propriedades apenas pelo valor das benfeitorias construídas, fatos estes relatados pelo Senhor João Meireles que recorda que tiveram problemas com os brasileiros, pois

[...] embora não pudessem vender o lote, a maioria deles o fazia quando achava alguém que comprasse. Nós amarramos no contrato uma cláusula que eles só poderiam vender depois de 10 anos. Mas eles vendiam as benfeitorias e iam embora.

Longe dos interesses do governo, o NJK não foi contemplado pelo conjunto de ordenações previstas no Estatuto da Terra (Lei 4504) e citadas, no tocante ao grupo de fatores como terra-trabalho-capital e infra-estrutura, que permitiam aos produtores um aproveitamento racional do seu trabalho e da sua produção, assim como a oferta de garantias de fixação no campo, conforme argumentou Coelho, Soares e Silva (1971, p. 9).

Quando os colonos se estabeleceram no Núcleo JK, o governo não planejou uma política que garantisse àqueles pequenos produtores, financiamento a custo baixo, como também não implantou ali uma estrutura básica que permitisse a fixação do homem no campo, em condições dignas de vida, extensíveis às famílias, sobretudo, aos brasileiros que não tiveram nenhuma ajuda do governo e tal como a obtiveram os estrangeiros do NJK. Isto se constituiu em uma vantagem a favor dos nipônicos que contaram com recursos que os brasileiros não tiveram acesso. Os japoneses eram amparados pelo governo japonês que se fazia presente, através de sua porta-voz, a Federação Cultural Nipo-Brasileira que sempre se manteve como canal de intermediação com o consulado do Japão e a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*.

A falta de apoio fez os brasileiros abandonar suas terras e vender as benfeitorias para recuperar os gastos com os financiamentos, já que não conseguiam fazer frutificar a terra, da qual precisavam obter, de imediato, algum retorno financeiro, para recomeçar a vida em outro lugar. Conforme relatam inúmeros deles, japoneses ou brasileiros, alguns conseguiram quitar até o final do financiamento, o que foi previsto em torno de três anos (BARAUNA, 1988, P.2). Mesmo assim as dificuldades os impeliram a procurar novas oportunidades em outras regiões dentro ou fora do País.

Atualmente outras formas de uso, representadas pelos minifúndios (Figura 5), caracteriza-se como “novas territorialidades” e compreendem os inúmeros espaços subdivididos dentro de uma unidade padrão do Núcleo JK. Essas pequenas áreas surgiram a partir do fracionamento dos lotes, formando pequenos espaços, espremidos pelo excesso de herdeiros de uma só propriedade. Alguns dos lotes, se transformaram em um aglomerado de pequenas casas, onde não mais uma só família sobrevive de uma unidade-padrão produtiva. Cada vez mais, esta vem sendo a maneira encontrada pelas famílias numerosas, em que os filhos se casam e, por incapacidade de sobreviverem com recursos próprios, sem emprego nem formação escolar suficiente para se auto-sustentar, se vêem obrigados a se aglomerar em um único lote, como solução de abrigo às novas famílias que vão surgindo.

Essa forma de ocupação, segundo Elcio Cruz de Almeida (s/d.)⁶², contraria o princípio da função social da unidade padrão, que se baseia na possibilidade do agricultor alcançar progresso social e econômico com a exploração da terra, e não somente que ele consiga apenas "sobreviver" com tal atividade. O Estatuto da Terra dispõe sobre a função social da propriedade e, segundo afirma ainda Almeida (*et. seq.*),

⁶² Disponível em <http://www.cadireito.com.br/artigos/art18.htm>.

[...] é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

§ 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam".

O parcelamento do imóvel rural, que vem a ser o loteamento, o desmembramento, ou a divisão de uma propriedade, em dois ou mais imóveis, em áreas inferiores às consideradas necessárias ao desenvolvimento do proprietário e do trabalhador rural, conforme a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) traz disposição clara e enfática sobre a matéria. Assim estabelece o caput do artigo 65 do referido estatuto:

- Art. 65 - "O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural".
- "o módulo rural é o imóvel rural com área mínima suficiente para que uma família possa viver e progredir com a sua exploração"
- é uma unidade de medida agrária, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal, por tal fato o Estatuto da Terra não permite o parcelamento do imóvel rural, seja por qualquer uma de suas modalidades — loteamento, desmembramento ou divisão (ALMEIDA, s.d., 5 folhas).

O mesmo autor (et seq.,s/d.), realizando um estudo sobre o “Parcelamento do Imóvel Rural Via Fração Mínima de Parcelamento” e com base nos instrumentos legais (Lei nº 4.504/64; Decreto nº 62.504/68; Decreto nº 63.053/68; Lei nº 5.868/72; Instrução/INCRA nº 17-B), considera que

[...] a função social da propriedade agrária adquire relevância não só pela crise social em que vivemos mas por ser responsável pela produção de bens vitais à vida em geral. Por essa razão, se estipulou o “módulo rural”, prescrito no artigo 65, da Lei nº 4.504/64. Este módulo se refere a uma unidade de produção rural, cujo tamanho mínimo permite, não somente ao homem do campo alcançar progresso social e econômico com a sua exploração, mas a todos envolvidos nos processos produtivos de bens essenciais à vida. [...] A regulamentação do artigo 65, permitiu que se parcelasse o imóvel rural abaixo do módulo, via instituto da “Fração Mínima de Parcelamento”. [...] Por essa forma, além de quebrar o princípio da função social da propriedade, se fere os princípios constitucionais, previstos nos artigos 5º, inciso XXIII, 184 e 186 da nossa Lei Maior, que contém o princípio basilar da Reforma Agrária, com a extinção dos minifúndios, bem como o artigo 53 do Código Civil Brasileiro, quanto à questão da indivisibilidade dos imóveis.

Entende-se, dessa forma, que o imóvel não deve ser parcelado em áreas inferiores às do módulo rural. Deve, portanto, sintonizar-se com a norma constitucional da função social da propriedade e com os princípios de Direito Agrário (artigo 65 da Lei nº 4.504/64). Mas a criação da fração mínima de parcelamento (Lei nº 5.868/72) se consolidou, desestabilizando o que foi garantido pelo Estatuto da Terra, permitindo a proliferação dos minifúndios improdutivos. Considera, portanto, esse autor que se o módulo é a menor unidade admitida para uma propriedade produtiva, qualquer lei ou decreto que permita a existência de um

imóvel inferior ao módulo, o incapacita para a finalidade social para o qual foi criado, contrariando a nova ordem constitucional. Assim, conforme explicita o autor,

a criação do instituto jurídico da fração mínima de parcelamento, apesar da legalidade da Lei nº 5.868/72 frente ao Estatuto da Terra, vem a ferir o princípio constitucional da função social da propriedade e o da indivisibilidade dos imóveis (artigo 53, inciso II do Código Civil), pois as práticas no parcelamento do solo rural, como meio instituidor de propriedades em tamanhos ínfimos, que não permitem alcançar o bem-estar, e o progresso social e econômico do proprietário e do trabalhador rural, são claramente conflitantes com os preceitos da ordem social-constitucional, que, a nosso ver, deve ser repensada e modificada, afim de objetivamente enquadrar a propriedade agrária dentro dos princípios da Lei Maior, que deverá sempre prevalecer.

A proliferação de minifúndios no Núcleo JK confirma a retomada de novo processo de apropriação e estabelece novas territorialidades em seus domínios. Assim, desde que as primeiras transformações foram introduzidas afetou-se o conteúdo da estrutura agrária inicial do Núcleo JK. Surgiram atribuições de novas funções às propriedades que passaram a refletir na paisagem formas visíveis no espaço reconstruído que evidenciam as “novas territorialidades”. Essas ocorrências redefinem novos limites no tamanho das glebas, marcando novas divisões de cercas, por retomada da concentração de terras ou pela proliferação de minifúndios, numa demonstração de que o espaço é um produto da sociedade, em constante transformação dos seus elementos fundamentais, tal como afirmou Milton Santos:

[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções; [...] e o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas (SANTOS, 1992, op. cit. p. 49).

Por outro lado, as “novas territorialidades” marcam a retomada do processo de desterritorialização das terras que foram individualizadas como unidades-padrão do Núcleo JK para a formação das lavouras dos pequenos produtores. Ressurgem desse processo, outras funções ou novas ocupações, como, por exemplo, o aparecimento dos sítios de lazer residenciais, temporários, um dos quais retratado na Foto 54. Por uma outra forma

Foto 54 - NJK - Sítio de lazer (Vila JK), “região” do Lunda



Foto da autora, setembro 2004.

de transformação, não raro existem áreas em abandono e que, ao mesmo tempo, elas estão

sendo preservadas para outra função ou para acrescentar ganhos à especulação imobiliária, devido a proximidade do Núcleo JK com Salvador. Segundo Corrêa (1989, p. 18), isso é denotativo de um “processo de esterilização da terra”, ou seja, marca o ponto de decolagem de uma função agrícola para uma função propriamente urbana, significando que “a terra deixa de ter o valor de uso pra ter o valor de troca apenas”, tornando-se terras da “periferia de amenidades”, destinadas aos mais abastados.

5.5 O ESPAÇO DE INTERAÇÃO NÚCLEO JK - LITORAL NORTE

Nesta seção o objetivo é estudar quais os reflexos da atual política econômica regional sobre a organização socioespacial da comunidade do Núcleo JK, sabendo-se que as atenções do Estado e de muitos empresários voltam-se para o turismo na Bahia e, mais particularmente, para a Região do Litoral Norte.

Lembramos aqui que o Núcleo JK é parte dos territórios municipais de Camaçari e Mata de São João e este integra a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA-LRN).

A idéia de contextualização em relação à política econômica de abrangência superior é de fundamental importância para a compreensão do processo de interação socioespacial e econômica do Núcleo JK no tocante à totalidade socioeconômica. Referindo-se à dinâmica socioeconômica do Litoral Norte da Bahia em estudo recente, Mattedi (2001) fez reflexões sobre as relações espaço-sociedade para a área legal de conservação ambiental do Litoral Norte. Segundo a autora, as mudanças sócio-estruturais do litoral norte, nos últimos trinta anos, encontram-se ainda em processo e, no seu ponto de vista, representam uma redefinição do espaço, com estabelecimento de condições cada vez mais desfavoráveis às pequenas sociedades tradicionais locais, em que as mudanças ocorridas integram o Nordeste e

fazem parte de um processo maior de mudanças que se verifica no litoral do Nordeste e Norte do Brasil, desde a década de 1970, cada vez mais associado ao contexto da globalização. Este processo diz respeito à produção induzida do espaço, através de políticas públicas associadas a empreendimentos privados (MATTEDI 2001, p.104).

Sobrinho (1998, p. 37) retratou em seus estudos o turismo, a gestão do território e a atual política de apropriação do espaço no Litoral Norte da Bahia. Buscando entender a organização atual do referido espaço, salientou a estratégia de gestão e apropriação do território por parte dos agentes sociais locais, alegando corporativismo pela parceira entre si, no que tange ao controle do espaço e seus recursos naturais. Segundo a autora trata-se de “[...] um modelo de gestão empresarial, materializado na produção e organização do espaço, de forma estreitamente articulada com os agentes estatais e empresariais locais”, ou seja, trata-se

de um “[...] modelo hegemônico, fundado no discurso ideológico da preservação e conservação dos recursos naturais [...]” (SOBRINHO, 1998, P. 37). Tal arranjo leva a autora a concluir ser esse o principal responsável pelos vários impactos sociais negativos que atingem as pequenas comunidades locais.

Distante 56 km desse complexo turístico, os produtores do Núcleo JK vêm se esforçando para se impor nos mercados de Sauípe e Praia do Forte, mas poucos são os que comercializam seus produtos agrícolas na “zona da Orla Marítima”, o que se realiza através de alguns dos seus mais significativos produtores. Do levantamento dos dados deste trabalho, tornou-se possível avaliar os reflexos da economia do litoral norte baiano na produção agrária dos proprietários do Núcleo JK.

Segundo os proprietários locais, quando perguntados sobre a interferência ou implicações da política vigente nas áreas turísticas sobre sua produção, houve quase unanimidade na afirmação da falta de interesse do governo em implementar medidas políticas de estímulo ao pequeno produtor da zona rural. Destacaram ainda o fato dos recursos governamentais existentes serem sempre canalizados para outras regiões agrícolas do Estado, a exemplo do Vale do Rio São Francisco, ou para atividades econômicas voltadas para o turismo no litoral baiano.

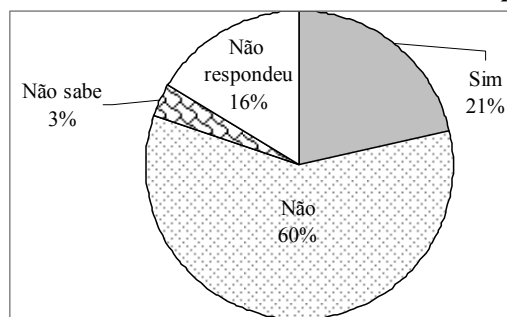
Quando perguntados se a política econômica do governo atual, em nível nacional ou estadual, melhorava a vida do trabalhador-produtor rural, as respostas obtidas revelaram que 60% dos entrevistados não entendem as ações do governo como mitigadoras das dificuldades encontradas para a produção agropecuária, cujos resultados estão expressos na Tabela 20 e correspondem ao Gráfico 27.

Tabela 20- NJK - Resultados da política econômica atual na vida do homem do campo

Respostas	Brasileiros	Japoneses	Totais
Sim	12	1	13
Não	26	10	36
Não sabe	0	2	2
Não respondeu	6	4	10
Totais	44	17	61

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro de 2004.

Gráfico 27- NJK - A política econômica atual melhora a vida do homem no campo?



Os proprietários entrevistados ainda manifestaram opiniões relativas aos reflexos dos programas de governo sobre a vida e as atividades que desenvolvem no campo dentro do

Núcleo JK. Tais respostas, referentes à realidade vivida⁶³, encontram-se transcritas na forma expressada pelos próprios sitiantes:

- *Quando o governo financia não existe garantia, principalmente para os pequenos agricultores. Não é seguro. Só faço se tiver segurança.*
- *Só atrapalha. Só propaganda enganosa. O governo usa o meio de comunicação para fazer política.*
- *Única parceria que dá força aqui é a EBDA.*
- *A inflação leva a diferença no preço do que se planta e do que se vende.*
- *Não ajuda porque não existe ajuda nenhuma. Empréstimos sempre negados. Quem não tem recurso não faz nada.*
- *Não se pode pagar empréstimos. Os juros são muito altos. Acho que o governo deveria incentivar mais os produtores de gado leiteiro.*
- *Recebe “Bolsa-Escolar”. Não está muito bom porque o dinheiro está difícil.*
- *Está melhor agora. Pela facilidade de acesso a técnicas e informação. Controle sanitário e acesso a crédito.*
- *Acho que melhorou.*
- *Acho que piorou e empréstimos com juros muito altos.*
- *O Presidente deu chances de aposentadoria para os velhos.*
- *Lula melhorou com o Programa Bolsa-Escola. Recebo uma por mês.*
- *O governo tem poder para isso, mas não quer fazer nada.*
- *Esse novo governo tem que ver a questão da exportação agrícola, senão o Brasil nunca vai melhorar. Nos anos 1970/1980/1990 o governo se esforçou muito na indústria. Se reforçar no produto agrícola este país cresce.*
- *Vendeu terras para pagar dívidas.*
- *A desvalorização da moeda possibilitou investimentos na terra.*
- *Falta incentivo e financiamento para o homem do campo.*
- *Até 1982/1983 houve uma boa produção aqui no NJK, mas com a limitação do crédito, tudo ficou mais difícil.*
- *Não há interesse direto do governo para beneficiar o pequeno agricultor. O governo teria que estabelecer novas políticas que garantissem o pequeno agricultor.*
- *O custo dos implementos é lançado ao preço do dólar, enquanto nossos produtos, vendidos na base do real.*
- *Precisamos abertura em outros estados. Falta melhoria e manutenção das estradas. Hoje os produtos são muito afetados pelas pragas e a topografia do NJK limita a produção.*

Quando perguntados se o turismo no Litoral Norte da Bahia interfere de alguma forma na produção ou na propriedade, as respostas obtidas se expressam conforme a Tabela 21 e o Gráfico 28.

Tabela 21 - O turismo do Litoral Norte interfere de alguma forma na propriedade do NJK?

Respostas	Brasileiros	Japoneses	Totais
Sim	10	2	12
Não	27	8	35
Não sabe	1	1	2
Não respondeu	6	6	12
Totais	44	17	61

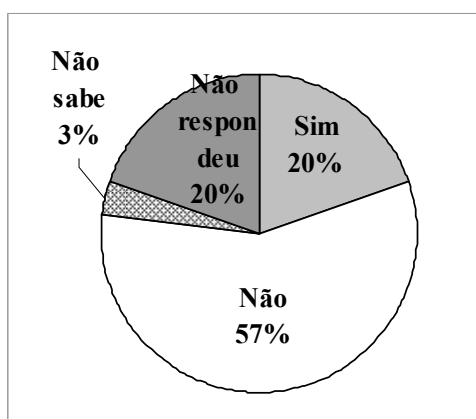
Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro de 2004. (Gráfico 28)

Dos produtores visitados 57% acham que o turismo no Litoral Norte não tem

⁶³ As expressões emitidas foram integralmente preservadas quanto a sua autenticidade.

interferência alguma na sua produção. Alguns sitiantes se expressaram dizendo que o turismo não trouxe nenhum benefício palpável. Outros argumentaram, no caso da produção do Núcleo JK, que apenas com o Pólo Petroquímico de Camaçari os tempos foram melhores e a propriedade se valorizou. Verificou-se também que 20% dos entrevistados não responderam e apenas 3% não souberam informar.

Gráfico 28 - O turismo do Litoral Norte interfere de alguma forma na propriedade NJK?



Fonte: Pesquisa direta da autora, julho-setembro de 2004 (Tabela 21).

Dos que obtém alguma vantagem porque produzem e vendem para os complexos turísticos do Litoral Norte, apenas 20% responderam que sim. Dentre esses, há agricultores, entre os quais, o senhor Marcos Osanias que alega melhoras nas vendas, inclusive as semanais que realiza para o Complexo de Sauípe, para o qual vende 30kg de rúcula, enquanto outros vendem laranjas, ovos e folhagens diversas.

Nos casos que negaram a interação com os espaços do turismo, alguns reconheceram um aumento de clientes para os produtos do Núcleo JK. Já outros, a exemplo do senhor José da

Anúnciação Nascimento, alegaram que houve um efeito de acomodação nos mercados de abastecimento (ou feiras) das vizinhanças em favor dos pequenos produtores. Para os agricultores que produzem menores quantidades, as vagas foram liberadas pelos produtores que garantem uma colocação mais significativa nos mercados de modo geral, incluindo aqueles que comercializam com a Costa do Sauípe, no Litoral Norte.

Entre os “grandes produtores” do Núcleo existe a argumentação de que as hortaliças, verduras e frutas produzidas são insuficientes para atendimento da demanda. Precisam, portanto, de complementação para comercializar o que lá se produz, junto aos revendedores. Assim, os maiores produtores locais necessitam dos pequenos para a manutenção do fluxo de comercialização. Por outro lado, a falta de uma política de incentivo aos pequenos produtores rurais, tem sido uma das causas da decadência da produção que se torna cada dia mais significativa. Segundo informações, os implementos agrícolas atingiram altos preços — cotado ao custo do dólar norte-americano — e, assim, diminuindo a capacidade produtiva, pela dificuldade na obtenção de recursos para investir na produção. Um

outro problema também afeta a economia local e se relaciona à capacidade de compra do trabalhador brasileiro, que se encontra cada vez mais decadente. Dessa forma e em tais condições, atender uma demanda que garanta o consumo, torna-se um problema vivenciado a cada safra, em razão das várias barreiras que limitam a produção no campo.

Sobre essa situação, alguns dos entrevistados alegam a ausência de programas e ações políticas que defendam os interesses locais. Segundo eles mesmos, os políticos não se interessam pela região do interior do município de Mata de São João e só se voltam para as necessidades da zona turística do litoral, lugar para onde os recursos sempre são canalizados. Por outro lado, outros sitiantes argumentam que o crescimento do Litoral Norte trouxe, para o Núcleo JK, a valorização das terras, dizendo que a medida padrão de um hectare — equivalente a 2,5 tarefas — passou de dois mil para quatro mil reais, enquanto que outros atribuem essa valorização à energia elétrica que chegou até as suas terras. Há, ainda, quem julgue que o preenchimento da barragem de Santa Helena foi o que acrescentou valor às terras, melhorando ainda mais o cenário formado após o surgimento do espelho d'água, (Fotos 55 e 56).

Foto 55 – Do Núcleo JK, “região” do Quebra Coco, vista panorâmica da represa Santa Helena



Foto 56 – Vista da represa Santa Helena, na “região do Capa Bode, limite leste do NJK.



Fotos da autora, em setembro 2004

Outras observações se associam às interações socioespaciais com o Litoral Norte, especificamente relacionadas à criação de novos empregos. Nesse aspecto, apenas três dos sitiantes informaram ter familiares trabalhando nos estabelecimentos de serviços ou comércio, ocupando cargos de nível fundamental e médio, mas nenhum de nível superior.

As informações obtidas da literatura dedicada aos estudos dos reflexos e impactos gerados pela economia do Litoral Norte sobre as comunidades que lhes são vizinhas, se juntam ao levantamento dos dados obtidos em trabalhos de campo e fundamentam a conclusão sobre um baixo nível de interação com os agricultores do espaço JK, entre os quais,

são poucos os que participam do mercado criado com os espaços da economia turística.

Na prática, os complexos turísticos e as comunidades locais são como dois mundos a coexistirem dentro do território municipal de Mata de São João, mas sem registros de interações de relevância socioeconômica para os dois espaços. O Núcleo JK, pelo que se pode concluir, não depende da economia dos espaços turísticos, posição esta contrária à situação das tradicionais e pequenas comunidades pobres contíguas aos complexos turísticos do Litoral Norte, as quais ficaram excluídas do grande capital que beneficia os megaprojetos ali implantados pelo novo sistema econômico local.

Na realidade, o transporte de moradores e trabalhadores, comerciantes e de mercadorias do Núcleo JK para Salvador e as cidades vizinhas, apresenta sérias dificuldades, proporcionadas pela precariedade da rodovia (BA 093), única via de acesso ao Núcleo JK, conectada à BR 324. Frequentemente essa estrada se encontra danificada devido ao alto fluxo de veículos pesados que trafegam entre Salvador e a cidade de Alagoinhas (BA), no entroncamento com a BR-116. A conexão do Núcleo para o Litoral Norte se fosse em linha reta, seria de 36 km aproximadamente. Mas esse trajeto só se realiza pelas rodovias do Estado, a BA-522 e BA-099 (Linha Verde), através das quais se amplia a distância em mais alguns quilômetros. Do ponto de vista comercial, o acesso mais eficaz entre o Núcleo JK e as regiões circunvizinhas, ainda é através do CEASA em Salvador que, indiretamente, beneficia compradores e distribuidores de alimentos que estejam articulados através de infra-estrutura de transporte local.

As análises sobre as questões socioespaciais do Núcleo JK, realizadas até o momento, tiveram como fundamentos, além dos dados empíricos coletados e elaborados, as literaturas abordadas no decorrer desse trabalho. Esses dados e informações, conjugados entre si, permitiram entrever no Núcleo JK, um espaço de interações socioeconômicas muito mais dependente dos mercados municipais das circunvizinhanças que, propriamente, dos espaços turísticos da Região do Litoral Norte da Bahia, do qual demonstra uma certa independência nas relações socioespaciais. Na realidade essa situação é resultado, em parte, da inexistência de uma ligação direta por estrada, entre as duas áreas, dificultando maior entrosamento nas relações entre o Núcleo JK e o Litoral Norte. Por outro lado, tal fato se deve, também, a um certo desinteresse por parte do governo da Bahia, em estender os benefícios das políticas econômicas, às pequenas comunidades rurais, ficando essas expostas às oscilações político-econômicas e, portanto, fora das ações dos principais programas do cenário atual do desenvolvimento regional baiano que, aliás, em todas as oportunidades, tem privilegiado com maior destaque, os investimentos dos mega-projetos turísticos, patrocinados pelo

PRODETUR, Banco Mundial e Governo do Estado da Bahia.

Do ponto de vista das interações socioespaciais, o Núcleo JK encontra-se mais próximo das cidades da Região Metropolitana (72 km), do que dos espaços turísticos do Litoral Norte — apenas 34 km a menor distância entre eles. O afastamento nas relações do Núcleo JK das áreas de turismo do Litoral Norte não se deve a um desinteresse da parte dos produtores do Núcleo JK. Na realidade, a barreira existente, foi criada por falta de manutenção da antiga estrada que, no passado, ligava esses dois espaços e, atualmente, se rompeu, em razão de a estrada se encontrar completamente danificada, pela ação das intempéries, tornando-a incapacitada para o tráfego e forçando a desconexão entre ambas as localidades.

Enquanto a área do Litoral Norte se insere dentro do perímetro de alcance dos recursos que saem do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), as áreas rurais internas, como o Núcleo JK, se vêem em situação de desigualdade, sem usufruir os benefícios que poderiam dinamizar as atividades locais e possibilitar melhorias da qualidade de vida das populações envolvidas.

Vale lembrar que após 45 anos de existência, as mudanças que ocorreram o descaracterizaram como espaço criado para o desenvolvimento exclusivo de atividades do setor agropecuário em pequenas propriedades, tendo como principal causa dessas mudanças a falta de infra-estrutura que possibilitasse uma vida estável e digna entre os produtores do Núcleo JK. A maioria dos antigos colonos já não se encontra mais ali, e aqueles que persistiram em suas atividades tradicionais lidam, ainda, com muitas dificuldades para a manutenção das lavouras e as atividades de criação.

De acordo com os estudos de adequação do plano diretor urbano da cidade de Mata de São João ao Estatuto da Cidade (Prefeitura Municipal de Mata de São João-CAR/PRODUR, 2004, p.49), planeja-se uma integração do espaço físico municipal com os espaços funcionais e socioeconômicos regionais, passando pela estratégica construção de uma rodovia que vem sendo projetada e, por enquanto, proposta com algumas alternativas de trajeto, todas com passagem por dentro do Núcleo JK, o que deverá alterar novamente a configuração espacial do Núcleo.

6 CONCLUSÃO

Até os anos 1980 a produção do Núcleo JK era significativa para a região do entorno e para uma clientela oriunda dos trabalhadores do Pólo Petroquímico e adjacências. A produção abrangia os vários ramos da horticultura, como olerícolas, flores, frutas e produtos granjeiros. O Núcleo JK chegou a ser um dos maiores produtores de ovos, tendo inclusive se juntado a alguns órgãos ligados à Secretaria da Agricultura, envolvidos na incubação para produção de pintos de um dia, chegando a produzir 220 mil unidades a cada 21 dias, tornando-se o maior produtor do Nordeste. Abastecia a própria feira da cidade de Mata de São João e também vendia para a cidade do Recife, em Pernambuco. Mas essa produção entrou em decadência por ataque de doenças e pragas, decorrentes da excessiva umidade causada pelo clima chuvoso da região.

Concomitantemente ao insucesso da produção granjeira, japoneses e brasileiros abandonavam suas terras para ir morar em outras partes do Brasil ou retornar ao Japão. O abandono das terras pelos agricultores japoneses ou brasileiros constituiu o maior dos impactos observados após o estabelecimento dos colonos no Núcleo. Tal fato influenciou fortemente nas transformações espaciais, pela “[...] ausência de condições mínimas e dignas de vida que permitissem (aos camponeses assentados) vencer o desafio de trabalhar a terra e apropriar-se dos frutos de seu trabalho [...]”.⁶⁴ Com frequência, essa é a realidade dos pequenos agricultores do Núcleo JK, que lutam com dificuldades financeiras e materiais para prosseguir em suas atividades, sem risco da perda do meio de sobrevivência.

Segundo afirmaram os japoneses e brasileiros, na época em que se estabeleceram na Colônia JK, não havia energia elétrica e instalação de água encanada, como também não fundaram escolas para os filhos mais adiantados continuarem seus estudos. Havia, ainda, muitas dificuldades na obtenção de materiais de uso e consumo habituais e, sobretudo, dificuldades no atendimento às emergências. O acesso às áreas centrais de serviços, comércio e aquisição de bens materiais especializados dependia das condições de tráfego da estrada que interligava o Núcleo à rodovia BA 093, e esta, a cada ano, se arruinava com a sobrecarga dos transportes pesados e pelo efeito do regime pluviométrico da região.

Porém, apesar das dificuldades enfrentadas, atualmente, a importância do Núcleo JK para a região ainda decorre da produção de hortifrutigranjeiros que abastecem algumas lojas, mercados e supermercados de Salvador e das cidades vizinhas como Mata de São João,

⁶⁴ GERMANI (1993, p. 387-388)

Catu, São Sebastião do Passé, Pojuca, Simões Filho, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e setores do Litoral Norte.

Atendendo regularmente a essas localidades, a clientela se cristalizou; mas, segundo consta, a oferta ainda é menor do que poderia comportar o mercado consumidor. Esta, pelo menos, é a opinião do Senhor Tomohide Takenami, produtor de orgânicos, que argumenta sobre a incapacidade de atender solicitações devido à falta do produto nas lavouras. Isso porque as lavouras são vulneráveis à infestação de pragas e seu ciclo de vida é mais demorado do que os produtos das lavouras tradicionais e, por outro lado, enquanto o agricultor tradicional combate pragas com o uso de inseticidas, as lavouras orgânicas correm o risco de serem invadidas pelas pragas que migram de uma propriedade para outra.

Além disso, a produção contínua é um problema que esbarra também na incapacidade de produção do próprio agricultor que, principalmente, não possui recursos próprios para bancar os implementos para cada safra. Por outro lado, há o caso relatado pelo agricultor Osanias Marcos dos Santos (Fotos 39, 40, 41 e 42), produtor de orgânicos, que, apesar da exuberância de suas plantações, em uma fração de um lote, e por ser desprovido de recursos para transporte dos seus produtos, muitas vezes, perde sua produção por não ter como escoá-la até os pontos de venda das cidades mais próximas. Depende, portanto, da entrega dos seus produtos diretamente para o atravessador, se obrigando a aceitar um valor subestimado dos seus produtos, o qual é estipulado pelo comerciante intermediário.

Segundo depoimento de outros agricultores que também intermediam os produtos de colegas e vizinhos de produção, faltam mercadorias para vender, principalmente no caso dos orgânicos que, muitas vezes existe mercado certo, mas não há o produto para vender.

Os questionários aplicados possibilitaram verificar diferenças quanto ao uso da terra e quanto às condições agricultáveis entre produtores brasileiros e japoneses, levando-se em conta, inclusive, os investimentos aplicados. Observou-se que os japoneses se dedicam quase exclusivamente à agricultura. Possuem menos terras, mas plantam mais intensa e ordenadamente; empregam mais e obtêm uma maior produtividade de uma menor fração de terra. Plantam sistematicamente a cada período de safra e especializam mais racionalmente suas culturas; vendem mais, porque possuem melhores condições de distribuição de sua mercadoria. Possuem meios de transporte próprio para escoar seus produtos e, em muitos casos, comercializam, eles próprios, seus produtos e os de outros, diretamente, sem a interferência de intermediários. Costumam participar de uma rede de comércio já estabelecido entre produtor-revendedor-consumidor, “numa estratégia de permanência no mercado local”,

funcionando, no Núcleo JK, como pontos interconectados em “uma trama localizada, tal como redes virtuais distribuídas de forma desigual”.⁶⁵

Alguns brasileiros também participam dessa rede de fornecimento organizada para distribuição de produtos como frutas, flores e verduras, mas em situação contrária destes, pequenos agricultores são reféns dos intermediários para comercializar com terceiros, exatamente pela limitação no transporte dos alimentos que produzem.

De modo geral, os brasileiros cultivam mais variedades, mas produzem menos e empregam poucos. Evidentemente que isso decorre da maior ou menor parcela de investimento empregado nas lavouras ou na criação, a cada safra. Por outro lado, conforme já se demonstrou, a maioria dos brasileiros é dependente do sistema de transporte do comerciante intermediário, para escoamento da produção. É, portanto, através desse atravessador que se dá a remuneração do pequeno produtor do Núcleo JK, submetido ao preço imposto pelo intermediário.

Entre os novos brasileiros que passam a residir no Núcleo JK e, em atendimento a uma necessidade de vida, verificou-se que, por herança, há tendência do fracionamento da propriedade padrão em lotes cada vez menores (minifúndios). Conforme se observou anteriormente, essa prática conduz ao afastamento da função social da unidade padrão (módulo fiscal), que se baseia na possibilidade do rurícola alcançar progresso social e econômico com a exploração da terra, extensível à família e aos trabalhadores rurais envolvidos, questão a qual se reporta ao estudo do “Parcelamento do Imóvel Rural, Via Fração Mínima de Parcelamento”.⁶⁶

Por outro lado, os japoneses mantêm a propriedade sempre do mesmo tamanho, salvo alguns que a ampliaram, comprando mais terras de outros sitiantes que saíram do Núcleo. Talvez isso tenha uma explicação cultural, pelo fato dos japoneses repassarem a unidade produtiva apenas a um dos filhos, ao qual se destinam os cuidados com os pais idosos e a responsabilidade da produção. Essa tradição, contudo, não implica que estejam fora do que preceitua a constituição e as regras válidas para brasileiros, que também são para os japoneses que vivem no Brasil.

Apesar do êxodo de 77% dos imigrantes japoneses e da maioria dos antigos agricultores brasileiros, o Núcleo JK resiste há quarenta e cinco anos. Se considerar a produção atual das famílias japonesas restantes (cerca de trinta e duas) e dos produtores brasileiros, embora o presente trabalho tenha se realizado em torno de uma amostragem, e

⁶⁵ DIAS (2001, p. 142).

⁶⁶ ALMEIDA (s.d.).

portanto não se possa precisar o número de colonos economicamente ativos, é possível afirmar que o projeto JK teve melhores resultados se comparado a outros projetos de colonização japonesa introduzidos no Estado da Bahia, como é o exemplo de Taquari, Jureana e Eunápolis.

Todavia o Núcleo JK corre o risco, ainda, de perder mais produtores para os projetos de colonização do vale do São Francisco, a exemplo de muitos que venderam suas terras para se apropriarem de outras ao longo desse rio. Isso pode acontecer porque os pontos negativos do Núcleo ainda não foram corrigidos. Sem dúvida, a falta de apoio, como assistência técnico-financeira e complementação e melhorias da infra-estrutura sanitária existente, a qual caracteriza-se pela falta de saneamento básico, insuficiência da assistência médica e pela prestação de serviços de ensino fundamental e médio insatisfatórios. Todos estes são problemas reunidos no Núcleo JK que induziram o êxodo de muitos dos seus habitantes. Dessa forma se abriram brechas para a retomada dos processos de desterritorialização e conseqüente reterritorialização, possibilitando que novas territorialidades se impusessem, afastando, quase de vez, a função precípua como núcleo de colonização e assentamento rural.

De qualquer forma, o papel das associações junto às comunidades tem sido apreciável no sentido de fortalecer a permanência dos que ainda habitam o Núcleo. A Associação Cultural Nipo-Brasileira desempenha ação fundamental na preservação da cultura japonesa ao tempo que atua na organização dos encontros entre os japoneses, nas datas festivas que lhes permitam lembrar os antepassados e reacender a memória cultural revivida, também, através da culinária, dos jogos esportivos, da festa das Olimpíadas Undokay e do ensino do Japonês aos mais jovens, além da música, das artes plásticas e da dança oriental.

Tudo isso ainda hoje se realiza no maior rigor, tendo em vista a constante comunicação mantida entre a Federação das Associações nipônicas com os organismos estatais dos governos local, federal e do Japão, através da Embaixada, que ainda é acionada para ajuda cultural e técnico-científica aos japoneses e descendentes radicados no Brasil.

A dinâmica observada entre os japoneses, diante de seus esforços no sentido de permanecerem unidos em torno da Associação, resultou na coesão entre eles para a consecução dos seus objetivos. A prática comum de fundar associações, constituiu-se em um ensinamento ou experiência, positivos aos olhos dos brasileiros que, ultimamente, se baseiam nessas formas de organização para formar seus próprios núcleos associativos na luta por seus direitos como cidadãos e moradores do Núcleo JK, apesar de ser uma obrigatoriedade exigida pelo governo, para os grupos que pleiteiem melhorar através de projetos comunitários

apresentados aos órgãos públicos. Os antigos colonos brasileiros e os demais sítiantes do NJK, ou os despossuídos de terras que habitam as vilas e pequenas localidades, também se sentiram impulsionados e, através de mobilizações, em torno das associações de moradores (Camaçari, Rua do Campo, Itapecerica) e de Pequenos Produtores do Núcleo JK, se manifestam, reunindo forças para a obtenção de benefícios extensíveis a todas as comunidades locais.

É evidente que a manutenção dos atuais quadros culturais e de sobrevivência econômica com qualidade de vida, entre brasileiros e nipônicos, depende da continuidade da existência das associações e da permanência de seus sócios. No tocante aos brasileiros, a identidade cultural dos pequenos agricultores e tradicionais moradores vem se firmando com maior participação nos processos social, político e econômico, particulares a cada uma das comunidades locais que acumulam ganhos como cidadãos que exigem e cumprem seus direitos. Tal realidade se passa no seio da comunidade japonesa que usufrui dos benefícios vindos através do intercâmbio da sua Associação com a Federação das associações nipônicas e com os órgãos de governos municipais, estaduais, federais do Brasil e os representativos do governo do Japão, como o consulado, a embaixada e a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*.

A situação geográfica do Núcleo JK, de proximidade com a Região Metropolitana de Salvador e com os espaços dos interesses turísticos do Litoral Norte, é razão suficiente para que seus moradores e produtores se articulem, no sentido de configurar seu espaço produtivo, voltando suas atenções para a sua capacitação, visando o atendimento a uma futura ampliação da clientela, inclusive na área do turismo. Por essa razão, os habitantes do Núcleo alimentam-se da esperança da construção da nova estrada, prevista no plano diretor municipal de Mata de São João, que incluirá e aproveitará um trecho que serve como uma das principais estradas do NJK e que se encontra presente em todas as alternativas de traçados planejados.

A inserção do Núcleo JK nos planos de desenvolvimento do município de Mata de São João tem um significado importante para seus moradores e para o município em questão, principalmente pela mais nova proposta que é a de se tornarem grandes produtores-fornecedores de orgânicos, e também pela proximidade das duas regiões importantes: o Litoral Norte e a Rede Metropolitana de Salvador. Dessa forma, incluído na zona municipal centro-continental, o Núcleo passa a integrar formal, econômica e fisicamente ao município de Mata de São João, para o qual já conta com um dos principais acessos entre a “zona municipal da orla marítima” e a sede do Município. Além disso, o Núcleo JK confirma-se

como uma área de exuberante beleza paisagística e é próxima a outras áreas de potencial turístico, como a barragem Santa Helena e o vale do rio Pojuca.

Na medida em que o Núcleo JK interage com os espaços da RMS e suas relações predominantes revelam-se no campo da produção e consumo, considera-se que ambos os espaços se integram, em uma rede de produtores-vendedores, que entregam sua produção no centro distribuidor de alimentos da CEASA-BA, para, em seguida, desdobrar-se em outros postos de revenda distribuídos nos mercados e lojas da RMS. Dessa interação reforça-se a idéia do Núcleo como espaço complementar, uma vez que desempenha a função de fornecedor de produtos agrícolas em resposta à demanda nascida nas zonas urbanas.

Em contrapartida, há que se considerar as dificuldades que os produtores encontram para dar continuidade a suas atividades, sobretudo porque são pequenos proprietários agricultores ou pecuaristas, que dia-a-dia vêm se complicarem os problemas vividos, devido às defasagens entre custo de produção e custo do produto no mercado, o que inviabiliza a continuidade da produção. Esses problemas são, ainda, acrescidos pelas condições ruins de tráfego nas estradas, como por exemplo a BA 093, que, periodicamente, se encontra danificada com o excesso do fluxo de veículos de cargas muito pesadas, ou até mesmo as estradas internas do Núcleo que, além de não pavimentadas, são frequentemente danificadas pelo uso, requisitando manutenção constante.

É preciso observar que entre pequenos e médios produtores as dificuldades econômico-financeiras se tornaram fatores de preocupação permanente quanto aos desequilíbrios existentes entre custo alto de produção e preço baixo obtido no mercado com a venda dos produtos. Conforme referido, cada vez mais essa situação acentua-se entre os pequenos produtores e moradores, colocando em risco de abandono as atividades a que se dedicaram desde o início. De um lado, as famílias se sentem isoladas, com todas as dificuldades de viver em um espaço com escassez de recursos e infra-estruturas. Os problemas causados pela má conservação das estradas são constantes e isso torna cada vez mais insatisfatório o transporte, apesar da proximidade de Salvador. Por outro lado, as motivações individuais no seio familiar impelem principalmente os japoneses a abandonarem o Núcleo JK, em busca de oportunidades melhores nos estados do sul do Brasil ou em outros assentamentos rurais existentes na Bahia, ou mesmo retornando ao Japão como trabalhadores Nikkeis, cumprindo-se o velho sonho de retorno à pátria-mãe, acalentado pelos antigos colonos desde quando vieram para o Brasil, inclusive, transmitindo-o a seus descendentes.

Atualmente se verificam duas tendências no Núcleo JK: uma delas é a de esfacelamento dos lotes em pequenas propriedades, a outra se refere ao remembramento dos

“velhos territórios” sub-aproveitados, caracterizados pela concentração de terras. Mas são, ainda, nos módulos criados desde a fundação da Colônia JK, que se desenvolvem as atividades-fim, salvo em alguns minifúndios, como o referido caso das notáveis hortas do senhor Osanias Marcos. Entre todos os produtores locais, se observam diferenças quanto aos estágios de técnica e manejos utilizados, configurando-se um “mosaico de práticas espaciais agrícolas”.⁶⁷

Pontualmente se observam também mudanças na estrutura socioespacial que foram incorporadas no tempo e no espaço, mediante mobilidade socioeconômica da sociedade que dele se utiliza. Configuram-se, portanto, processos em que a atribuição de novas funções se reflete na paisagem, através da presença de novas formas e conteúdos. Na prática se confirma o processo “Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização ou Novas Territorialidades (T-D-R)”, definidos por Raffestin, *apud* (HASBAERT, 1997, p. 32), no qual essa pesquisa se encontra fundamentada.

Simultaneamente às transformações mencionadas, outros processos de interação emergem, como a proliferação de sítios para o lazer e hotéis de campo, com a formação da represa de Santa Helena, embora as relações resultantes das atividades econômicas fundadas na produção agropecuária, principalmente horticultura, constituam ainda o forte da economia local.

Mas a evasão de pequenos produtores brasileiros e japoneses se registra desde os primeiros anos de formação do Núcleo JK. Por essa razão, o espaço de atividade rural vem diminuindo e perdendo a finalidade social para a qual foi fundado. No entanto, há uma possibilidade de que, no momento atual, o esvaziamento se deva ao quadro político-econômico conjuntural, em níveis nacional e local, cujos reflexos da ausência de uma política de desenvolvimento agrário eficaz se verificam através da incapacidade de manutenção das pequenas unidades de produção. Conseqüentemente, se observam mudanças na estrutura fundiária, refletidas na paisagem, através da subdivisão dos lotes-padrão em pequenas propriedades tipo minifúndios, ou de ampliação de outras propriedades e que vão sendo transformadas com novos usos e conteúdos, principalmente viabilizados pelo poder aquisitivo dos novos donos.

Por outro lado, o modo de cultivar “pequeno” e o local escolhido para construir precariamente sua moradia constituem opções dos “sem opção” e sem comando ou poder de governar-se a si próprios. Essa é uma realidade originada pela falta dos recursos financeiros

⁶⁷ CORRÊA (2002, p. 252).

de quem deles não dispõe. É uma realidade que determina as diferenças sociais e a luta de classes.

Ao se observar as relações entre os grupos sociais do NJK, comparativamente ao estudo dos “Estabelecidos e os *Outsiders*”, de Norbert Elias e John Scotson — os quais encontram-se referidos no primeiro capítulo deste trabalho, — constata-se não haver no espaço JK a mesma situação suscitada na obra. Verifica-se também que, no JK, as relações sociais não se externaram nos mesmos moldes do que se definiu nos estudos da sociologia das relações de poder, entre *stablishment* e *outsiders*, conforme definição apresentada anteriormente.

Analisando japoneses e brasileiros em relação a esse tipo de relação, em que predomina o poder de um grupo sobre o outro, variando entre sentimentos de superioridade e de inferioridade, dizemos que esta situação não ocorre entre os grupos que compõem a comunidade JK.

Os japoneses não vieram disputar espaço físico, nem social ou de poder. Na realidade eles vieram com o espaço físico estabelecido. Vieram com a propriedade da terra estipulada, diferentemente, portanto, da condição de empregados dos primeiros imigrantes que vieram para o Brasil. Ao chegarem no Núcleo JK, já havia para esses colonos do pós-guerra um lote de terra definido para ocuparem. Porém, em termos culturais eles eram estabelecidos como um grupo forte e coeso. Coesão esta dada pela origem geográfica comum, reconhecendo-se que muitos eram do mesmo condado administrativo. Além disso possuíam hábitos originários de uma cultura exótica, muito diferente da cultura afrodescendente e brasileira do interior da Bahia.

Teoricamente os japoneses seriam os *outsiders* e os estabelecidos seriam os brasileiros, mas estes não formavam um grupo coeso, pelo fato de suas origens serem socialmente diversificadas: alguns eram originários dos estratos sociais mais humildes da população interiorana, outros oriundos de uma pequena burguesia que entrevia a possibilidade de vida e produção no campo.

Na prática, do ponto de vista da organização dos japoneses em associações, os consideramos estabelecidos por sua coesão e porque desde o início agiram coletivamente, na administração de seus interesses e negócios. Dessa forma se estabeleceram como grupo social e economicamente bastante unido, principalmente nas gestões da Cooperativa Mista de Produtores de JK. Porém, nem por isso se projetaram, político-economicamente, no espaço de relações do NJK, a não ser atualmente, em que o produtor de orgânicos, senhor Takenami, se empossou no cargo de Secretário da Agricultura da Prefeitura Municipal de Mata de São João.

Sob o aspecto da mobilização social, os brasileiros, até antes de se organizarem coletivamente, permaneceram como *outsiders*, na medida em que deixaram de participar dos interesses da comunidade em geral. Exceção se fez a partir do momento em que formalizaram legalmente suas associações na defesa dos interesses comuns.

A diversidade entre os dois grupos sociais não chegou a produzir atritos ou rivalidades, tampouco maiores integrações sociais, culturais ou política, até porque em nossa sociedade o preconceito étnico ou econômico, embora inerente às classes que compõem a sociedade como um todo, é subjetivo ou muito escamoteado. As relações de proximidade e amizade fraternal entre as duas etnias foram observadas num nível de cordialidade, embora sem muitos estreitamentos, conforme comentários gerais durante as entrevistas, sem contudo esse aspecto ter sido objeto dessa pesquisa. Também não se observou a presença nítida dos tradicionais brasileiros do NJK freqüentando as festas das tradições nipônicas, assim como os nipônicos se isolam das festas tradicionais da população dos nativos da região. Por outro lado, o interesse dos brasileiros pelo aprendizado do idioma japonês não é muito manifestado, apesar da gratuidade do curso para quem desejar freqüentá-lo.

Após de 45 anos de existência, a miscigenação não é ainda muito observada localmente como parte das mudanças culturais. O que se observou foram poucos casamentos interétnicos e a maioria deles ocorrendo entre elementos da primeira geração (*nisseis*) e segunda geração (*sanseis*), ambos cidadãos brasileiros (Gráfico 7).

Embora sem o mesmo destaque de outras zonas de produção agropecuária da Bahia, atualmente, a importância da economia do NJK decorre, ainda, do que é produzido em suas lavouras e áreas de criação, cujos produtos são comercializados nos mercados das proximidades e da Região Metropolitana de Salvador. Consiste essa economia numa fonte de renda para pequenos e alguns maiores produtores desses víveres, bem como para uma parte da população local que trabalha nessas unidades rurais e onde muitas famílias dependem da renda captada internamente com a produção do espaço considerado.

Mas os impedimentos para a manutenção das lavouras e dos criatórios a cada dia se ampliam, limitando a capacidade de produção de pequenos produtores pela não inclusão dessas áreas nos programas de desenvolvimento implementados pelo Governo da Bahia. Os recursos não são distribuídos modo equânime, dentro dos princípios democráticos e de justiça social. Quem administra verbas públicas se esquece da pequena produção agropecuária, que se sustenta com a produção que é destinada aos núcleos urbanos periféricos à grande cidade de Salvador.

Ao longo desse trabalho o NJK foi referido como um espaço articulado e complementar aos espaços da RMS. Apesar da proximidade geográfica e da articulação da produção no sentido de atender à demanda dos mercados vizinhos, o espaço socioeconômico do Núcleo JK se encontra desarticulado da cidade do Salvador e sua Região Metropolitana, na medida em que fica à margem dos benefícios gerados pelo modelo socioeconômico criado e voltado para a economia das áreas turísticas da Bahia e apadrinhadas pelo Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), que prevê a implementação de infra-estrutura básica em locais de potencial turístico, visando à captação de recursos externos, originados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e internos, originados dos governos dos estados do Nordeste Brasileiro. O incremento às atividades agropecuárias e as melhorias das infra-estruturas de saúde, educação, moradia e, sobretudo de transporte nas áreas rurais menos expressivas, não reconstróem o espaço no mesmo nível de igualdade que os espaços exclusivamente urbanos e vinculados à rede de turismo Salvador-Litoral Norte. A marginalização dessas áreas se verifica também na segregação causada pelas condições de manutenção das estradas que dão acesso ao Núcleo JK e também pela crescente queda da capacidade produtiva dos agricultores e pecuaristas, em razão da ausência de uma política que restaure o potencial produtivo dos trabalhadores e da área de produção onde vivem.

Resta-nos refletir e repensar sobre as relações entre o capital, o poder e a extensão dessas ações sobre as pequenas comunidades, fragilizadas pelo descaso e pela incapacidade de re-estruturar e redimensionar a distribuição dos benefícios de forma mais equilibrada e igualitária dos recursos empregados.

REFERÊNCIAS

- AKAHORI, Itsuro; et al. **40 anos da colonização japonesa no sul da Bahia**. Teixeira de Freitas, BA: [s.n.], 1997.
- ALMEIDA, Élcio Cruz de. **O parcelamento do imóvel rural via fração mínima de parcelamento frente à função social da propriedade**. Disponível em <<http://www.cadireito.com.br/artigos/art18.htm>>. Acesso em novembro 2004.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. **Novos migrantes do E para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica**. [S. l.: s. n.], 10 f.
- BAHIA. In: **Guia de praias quatro rodas**. São Paulo: Abril, 1998. p. 134. Mapa cartográfico. Escala 1 cm: 3,5 km.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **O que é o programa produzir**. Salvador: CAR, 2002. (Série cartilhas do produzir, 1). 14 p.
- BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **Locais de votação – Mata de São João: eleição/2002**. Mata de São João, BA: Juízo eleitoral 105°. zona. 3 f.
- BARAUNA, Fernando Gonçalves. **Caracterização sócio-econômica de unidades de produção: um estudo no Núcleo Colonial JK, município de Mata de São João-BA**. 1988. 80 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura, Universidade Federal de Minas Gerais, Lavras, 1988.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito Constitucional**. 18. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BELÉM, Letícia. Locutor é agredido. **A Tarde**, Salvador, 06 de out. de 2004. Caderno 1, p. 3.
- BIERRENBACH, Maria Ignês R. S. A questão do planejamento social no Brasil: 1956/1978. In: _____ **Política e planejamento social no Brasil: 1956/1978**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982. p. 37-78.
- CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana: In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35-86.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: _____; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.
- COELHO, Jorge. **A colonização no desenvolvimento do nordeste: diretrizes para uma política de colonização**. Recife: SUDENE, 1966.
- COELHO, Jorge. Alguns informes sobre colonização no nordeste. In: _____. **Curso sobre elaboração e administração de projetos integrados para o desenvolvimento rural**. Recife: SUDENE / CETREINO. 8 f.
- COELHO, Jorge. SOARES, Renan M. ; SILVA, Cláudio J. da. Manual de Colonização. In: _____. **Da colonização e do cooperativismo**. Recife: SUDENE, Depto. Agricultura e Abastecimento, Divisão de Organização Agrária, Seção de Colonização. 1971. 335 p.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série princípios). 94 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço um conceito-chave da geografia. In: _____; CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: _____; CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. (Série princípios).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 251-256.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a geografia).
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.
- DINIZ, Eli. O estado novo: estrutura de poder. In: FAUSTO, B. (org): **História geral da civilização brasileira**. Tomo 3. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 77-120.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, L. John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.
- FALCÃO, Márlio Fábio Pelosi. **Pequeno dicionário toponímico da Bahia**. Fortaleza: Gráfica Santa Helena, 2001. 673 p.
- FUJIKURO, T.; FUNAKI, Rokuro. **Núcleo colonial JK. 30º aniversário de imigração**. Mata de São João, BA: Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK, 1989. 13 f.
- FUNDAÇÃO MOKITI OKADA**. <http://www.planetaorganico.com.br/moa.htm>, em 02/11/2004, às 21:00h.
- FURUICHI, Shinich; et al. **História dos 40 anos de imigração japonesa no núcleo colonial JK**. Mata de São João, BA: Associação Cultural Nipo-Brasileira de JK, 1999: 80 p. (Traduzido em português e japonês).
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Em torno da propriedade da terra**. Salvador: Arembepe, 1997. Faculdade Rui Barbosa. 199 p.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; MACHADO, Hermano Augusto. **Leis de terra do estado da Bahia**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Agricultura, Associação para o Desenvolvimento da Agronomia, Faculdade Rui Barbosa, 2001. 571 p.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agrária y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra**. Bahia, Brasil (1964-990). 1993, ...f. Tesis Doctoral (Doctor en Geografía) – Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Geografía Humana, Programa Pensamiento Geográfico y Organización del Territorio. Barcelona, mayo/1993.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 5 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Otávio. Política econômica nacionalista (1930-1945). In: **Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 10-71

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: municípios do Estado da Bahia (A-L). Rio de Janeiro, 1958, 403 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA**. Bahia: INCRA, 1985.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. **História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1996. 388 p.

LAGE, Creusa Santos. **Refletindo sobre o projeto de pesquisa em geografia**. Salvador: L.C. Santos, 2002. (Série didática). 23 p.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934)**: contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. (Série relações internacionais, 10). 358 p.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaços).

MAEKAWA, Leila. **Os japoneses na Bahia**. Salvador: Santa Helena, 1995. 112 p.

MATA DE SÃO JOÃO (BA). Prefeitura Municipal. **Adequação do plano diretor urbano de Mata de São João ao Estatuto da Cidade**: relatório técnico. [S.l.]: UFC Engenharia Ltda, nov. 2004, 15 f.

MATTEDI, M. R. M. Espaço e sociedade na área de proteção ambiental do litoral norte -Bahia. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: ano 3, n. 5, dez./2001. Salvador, BA

MATOS, Marisete Paixão de. **Município de Mata de São João no contexto do Recôncavo Baiano**, 1999: 50 p. Monografia (Graduação) – Curso de Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

MOTTI, Pascal (Org.). Uma pequena cidade da região de Salvador: Mata de São João. **Boletim Baiano de Geografia**, Salvador, ano 3, dez-61/mar-62, n. 7/8, p. 5-45, (quadrimestral).

MURAYAMA, Shivuto. **Horticultura**. 2. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. v. 4.

OLIVEIRA, Flávio. Mata fica sem médicos. **A Tarde**, Salvador, 06 de out. de 2004. Caderno 1, p. 3.

PEREIRA, Luiz Cláudio. Identidade étnica e patrimônio cultural. In: CARVALHO, Maria Rosário G. de (Org.). **Identidade étnica, mobilização política e cidadania**. Salvador: UFBA/ EGBA, 1989. p. 28-41.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956. 348 p.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: _____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158 .

RIO, Gisela Aquino Pires do. Espaço, economia e cultura: uma possível agenda de pesquisa. In:

ROSENDAHL, Zeny ; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001: p. 123-144.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção espaços).

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 208-222.

SANTOS, Regina Bega. A imigração estrangeira para o estado de São Paulo. In: _____. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipioni, 1994. p. 18-28.

SAITO, Hiroshi. Apresentação. In: SAITO, Hiroshi ; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis; São Paulo: Vozes; EDUSP, 1973. (Estudos brasileiros, 4). p. 7-10

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. **Formação de atores e reestruturação do espaço: o caso COPENER celulose no litoral norte da Bahia**. Salvador, 1990. 232 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1990

SEAGRI. **Avaliação de reforma agrária na Bahia: estudo preliminar**. Salvador: SEAGRI, 1992.

SERPA, Ângelo Szanieck Perret ; et al. **Fala periferia: uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: EDIUFBA, 2001. 318 p. (Série UFBA em campo; estudos)

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991. 99 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOARES, Weber. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da imigração internacional. In: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13., 2002**, Ouro Preto, MG. *Anais...* Minas Gerais: UFMG, 2002. p. 1-27.

SOBRINHO, L. G. **Em busca do paraíso: a (eco)lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia**. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

STANIFORD, Philip. Nihon Ni Itemo Sho Ga Nai: o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis; São Paulo: Vozes; EDUSP, 1973. p. 32-55. (Estudos brasileiros, 4).

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilidade social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, SRH, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, UNICE, 1997, 104 p.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis; São Paulo: Vozes; EDUSP, 1973. p. 13-31. (Estudos brasileiros, 4).

VIEIRA, Francisca Isabel Schuring. **O japonês na frente da expansão paulista**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.

YAMASHIRO, José. **A pequena história do Japão**. São Paulo: Herder, 1964, 198 p.

ZUQUIM, Fernanda & DE BENEDICTIS, Guilherme. Brasil: A modernização do espaço agrário e a questão fundiária. In: **Aprendiz**. Revisão, Geografia, ago./2001.
http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_simulado/revisao/revisao04/geo.htm.

ANEXOS

Anexo 1 - Índices de concentração de terra (Índice de Gini) para os municípios de Mata de São João e Camaçari

Grupos de área para Camaçari

Índices de Gini	1940	0,71	1950	0,81	1960	0,86	1970	0,89	1975	0,89	1980	0,87	1985	0,89	1996	0,72
Grupos de Área	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)
>1	0	0	8	6	98	61	122	96	727	443	1191	801	1474	759	14	8
1>2	12	17	12	16	83	126	340	482	371	528	747	1066	419	583	16	22
2>5	36	121	64	214	146	491	431	1267	319	1012	563	1601	390	1230	43	131
5>10	66	479	54	361	115	888	131	920	111	785	124	863	136	973	24	157
10>20	57	797	61	821	177	2506	87	1171	100	1426	80	1151	96	1392	31	434
20>50	44	1399	65	1873	191	5743	159	4268	109	2968	75	2126	137	3822	33	1039
50>100	13	926	32	2271	61	4335	33	2473	37	2676	16	1283	34	2393	14	922
100>200	13	1806	18	2351	34	4625	32	4730	27	3490	9	1290	38	5052	16	2229
200>500	26	7770	32	9765	13	3685	22	6860	22	7736	13	374	20	5920	1	218
500>1.000	9	5742	13	8933	8	5711	7	4768	10	7923	3	1829	9	6567	3	1676
1.000>2.500	3	0	4	4639	0	0	2	2844	3	3300	3	3278	1	1306		
2.500>5.000	2	0	4	11000	3	9496	4	13641	1	2606	0	0	2	4178		
5.000>10.000					1	9583	1	5227			1	9801				
10.000>100.000					1	12600										
>100.000																
Totais	281	19057	367	42250	931	59850	1371	48747	1837	34893	2825	25463	2756	34175	195	6836

Índice de Gini	1920	0,86	Índices de Gini	1940	0,71	1950	0,84	1960	0,83	1970	0,87	1975	0,93	1980	0,9	1985	0,91	1996	0,8
Mata de São João	N. Estabelecimento	Área (ha)	Grupos de Área	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)	N. Estabelecimento	Área (ha)
< 41	9	24	>1	1	0	64	44	35	22	428	313	640	464	745	466	897	538	147	82
41 > 100	17	75	1 >2	10	35	42	62	112	151	253	350	374	543	337	474	419	594	85	118
101 > 200	11	137	2 >5	25	183	29	79	191	567	202	628	250	741	276	847	304	923	161	514
201 > 400	9	272	5 >10	29	420	10	72	66	490	62	447	74	548	97	697	105	732	63	445
401 > 1000	7	602	10 >20	146	4712	22	314	106	1564	97	1324	48	676	94	1344	63	905	69	963
1001 > 2000	2	1277	20 >50	48	3430	59	1827	213	5750	213	5269	174	4518	189	5137	75	2343	112	3230
2001 > 5000	6	2831	50 >100	38	5264	35	2557	50	3246	32	2344	23	1369	59	3934	36	2640	53	3618
50001 > 10000	1	5663	100 >200	40	14740	18	2592	26	3224	21	2637	23	3217	39	5411	27	3740	36	4406
10001 > 25000			200 >500	15	11422	23	7306	26	8356	25	7481	24	7196	30	9361	22	6875	22	6747
25000 +			500 >1.000	6	0	15	11660	7	4442	9	5959	7	5050	14	9685	8	4831	7	4000
			1.000 >2.500	7	23857	9	11642	9	10883	4	5182	2	3125	3	3573	4	5414	0	0
			2.500 >5.000	3	0	5	14725	3	7405	2	6570	3	11267	3	7401	0	0	1	2456
			5.000 >10.000					1	5017			0	0	1	6600	1	6534		
			10.000 >100.000									1	16200						
			> 100.000																
Totais	62	10881		368	64063	331	52880	845	51117	1348	38504	1643	54914	1887	54930	1961	36069	756	26579

Fonte: IBGE. Elaborado por IGEO-UFBA - Projeto GeografAR, 2004

Anexo 2 - Tábua das competições da Olimpíada Undokay

Número de ordem	Tipo de competição	Participante	Discriminação da competição
1	Corrida de 100 m rasos	todos	Em torno da quadra de esportes
1	Chutando bola	5 a 12 anos	Sem informação.
3	Pesca de garrafa	Fem. \geq 12 a.nos	Sem informação.
4	Busca da queimados	até 13 anos	Sem informação.
5	Corrida de bate bola feminina	Fem. \geq 10 anos	Dois grupos femininos batendo bola devem correr e dar uma volta em torno da bandeira do grupo e retornar, repassando a bola para o próximo da fila, até que acabem todos os participantes da equipe. A equipe que encerrar primeiro vence o jogo.
6	Corrida de centopéia	todos	Duas tábuas com seis pares de sandálias presos de cada lado. Os brincantes devem andar sincronizado em equipe até completar uma volta no campo esportivo.
7	Corrida de revezamento infantil	seleções das crianças do NJK	Consiste em dois grupos correndo em volta do campo e cada um passa o bastão ao próximo elemento da equipe. A equipe que terminar primeiro é considerada a vencedora.
8	Corrida de canguru	7 a 13 anos	Corrida dentro do saco de ráfia.
9	Corrida de obstáculos	todos	Dentro de sacos, os participantes transpõem obstáculos construídos de palmeiras e madeiras.
10	Corrida de dupla tripé	todos	Corrida com duas pessoas lado a lado de pés amarrados.
11	Gate-ball	todos	Similar ao norteamericano. Joga-se com um bastão a bola e outro jogador com uma grande luva corre em torno do círculo e agarra a bola.
12	Fórmula 1	até 13 anos	Sem informação.
13	Aluguel de objeto	fem. \geq 12 anos	Sem informação.
14	Cata feijão	todos	Competição de quem consegue catar mais grãos de feijão com o auxílio dos palitos de japonês.
15	Agüenta coração	todos	Sem informação.
16	Caça tesouro	\geq 55 anos	Sem informação.
17	Bombardeio de guizo.	até 13 anos	Guizo (saquinho de feijão estoura balão de brindes).
18	Cabo-de-guerra mirim	6 a 15 anos	Grossa corda longa estendida . Duas equipes em cada ponta a puxar para seu lado. Crianças menores protegidas no meio da corda.
19	Proibido não fumar	$>$ 20 anos	Uma corda é estendida com vários defumadores em brasa pendurados através de cordões. Com os cigarros à boca, sem auxílio das mãos, os participantes acendem o cigarro e correm em volta do campo. Ganha a corrida quem mantiver acesso o cigarro até retornar ao ponto de partida.
20	Competição de basquete.	até 13 anos	A cesta do basquete é amarrada a uma longa vara que é segurada por uma pessoa. São dois grupos. Cada grupo preenche a cesta com saquinhos de feijão que são atirados à distância. A equipe que encher mais a cesta vence a prova.
21	Revezamento por equipe	7 equipes de 4 pessoas adulto e infantil	Dois grupos. Passam o bastão após correrem em torno do círculo do campo, até chegar o último elemento da equipe.

Fonte: Pesquisa direta da autora, julho - setembro / 2004.

Anexo 3 - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB – Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Núcleo JK.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA A SAUDE / COSAC - DATASUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

PAG.:
VERSÃO:
DATA: 30/07/

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2004 DA ZONA GERAL DO MODELO GERAL

MUNICIPIO: MATA DE SAO JOAO
T.BASICA: 0016260 - POSTO DE SAUDE NUCLEO JK

Sexo	Faixa Etária (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	9	69	54	87	149	132	338	100	73	89	1.100
Feminino	11	86	48	74	129	127	275	97	58	85	990
Numero de Pessoas	20	155	102	161	278	259	613	197	131	174	2.090

Faixa Etária (anos)	Doenças referidas										Faixa etária (anos)	Condição referida	
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %		GES %	
0 a 14			4 0,56			1 0,14					10 a 19 anos	3 1,17	
15 anos e mais	8 0,58	9 0,66		9 0,66		3 0,22	96 6,99				20 anos e mais	12 2,33	
Total	8 0,38	9 0,43	4 0,19	9 0,43		4 0,19	96 4,59				Total	15 1,95	

N. de famílias estimadas	%	ABASTECIMENTO DE AGUA	No	%	DESTINO DO LIXO	No	%
N. de famílias cadastradas	496	Rede pública	20	4,03	Coleta pública	2	0,40
7 a 14 anos na escola	367	Poco ou nascente	388	78,23	Queimado/Enterrado	353	71,17
15 anos e mais alfabetizados	970	Outros	88	17,74	Ceu aberto	141	28,43
Pessoas cobertas c/ plano saúde	17	0,81					

TRAT. AGUA NO DOMICILIO	No	%	TIPO DE CASA	No	%	DESTINO FEZES/URINA	No	%
Filtracao	163	32,86	Tijolo / Adobe	188	37,90	Sistema de Esgoto	2	0,40
Fervura	8	1,61	Taipa revestida	96	19,35	Possa	226	45,56
Cloracao	14	2,82	Taipa nao revestida	141	28,43	Ceu aberto	268	54,03
Sem tratamento	311	62,70	Madeira					
			Material aproveitado	1	0,20			
			Outros	70	14,11	Energia Eletrica	371	74,80

Anexo 4 – Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB – Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Itapeçerica

SECRETARIA DE ASSISTENCIA A SAUDE / COSAC - DATASUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

PAG.:
VERSO:
DATA:30/07/

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2004 DA ZONA GERAL DO MUNICÍPIO GERAL

MUNICIPIO: MATA DE SAO JOAO
BASICA: 0076180 - POSTO DE SAUDE ITAPEÇERICA

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	16	66	39	63	96	96	217	74	39	50	756
Feminino	8	70	37	50	80	88	191	56	29	49	658
Numero de Pessoas	24	136	76	113	176	184	408	130	68	99	1.414

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida		
	ALC %	CEA %	DBP %	DIA %	DME %	EPI %	EA %	HAN %	MAL %	TB %		GS %		
0 a 14			2 0,38									10 a 19 anos	2 1,19	
15 anos e mais	2 0,22		11 1,24	7 0,79			64 7,20				2 0,22	20 anos e mais	7 2,15	
Total	2 0,14		13 0,92	7 0,50			64 4,53				2 0,14	Total	9 1,63	

N. de familias estimadas		%	ABASTECIMENTO DE AGUA		No	%	DESTINO DO LIXO		No	%
N. de familias cadastradas	367		Rede publica				Coleta publica		3	0,82
7 a 14 anos na escola	282	97,58	Poco ou nascente		217	59,13	Queimado/Enterrado		243	66,21
15 anos e mais alfabetizados	634	71,32	Outros		150	40,87	Ceu aberto		121	32,97
Pessoas cobertas c/ plano saúde	6	0,42								

TRAT. AGUA NO DOMICILIO		No	%	TIPO DE CASA		No	%	DESTINO FEZES/URINA		No	%
Filtracao		107	29,16	Tijolo / Adobe		154	41,96	Sistema de Espoto			
Fervura		4	1,09	Taipa revestida		109	29,70	Fossa		131	35,69
Cloracao		7	1,91	Taipa nao revestida		95	25,89	Ceu aberto		236	64,31
Sem tratamento		249	67,85	Madeira		4	1,09				
				Material aproveitado		5	1,36				
				Outros							
								Energia Eletrica		244	66,49

Anexo 5 - Roteiro de questionário para famílias brasileiras do Núcleo JK

Folha 1 de 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS MESTRADO EM GEOGRAFIA

PARTE I

OBS.: Dados relativos à propriedade e ao proprietário. Questionário Número ?

(_____).

Entrevistado: Nome _____ Sexo: M () F (). Idade _____.

Local Nascimento _____ Proprietário? Sim () Não (). **Empregado** Sim () Não ()

Grau de parentesco (). **Nome Proprietário:** _____ Local de nascimento: _____.

É eleitor ativo ou inativo? _____ Município onde a família vota? _____.

Residência atual _____ Fazenda _____ Lote nº _____ **Área (ha- Tar)** _____.

Finalidade da propriedade: Lazer _____ Residência _____ Produção Agropecuária _____.

Total de pessoas da família que moram no sítio: _____. Sexo Masculino. _____. Sexo Feminino _____.

Quantos moram fora do sítio? _____. São filhos casados? Sim _____. Não _____. Onde moram? _____.

➤ **Grau de instrução dos membros da família**

Do Chefe familiar _____.

A) Ensino infantil:

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

B) Ensino Fundamental

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

C) Ensino Médio

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

D) Ensino Superior

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

➤ **A ocupação do espaço**

49. Quando comprou o 1º lote? _____ De quem comprou? _____.

50. Porque veio para o NJK? _____.

51. Houve continuidade da produção anterior? _____.

52. O que mudou depois que comprou o lote? _____.
53. A propriedade foi dividida ou ampliada? _____.
54. Se ampliada, quando e de quem comprou o 2º lote? _____.
55. Algum filho casado adquiriu lote nos domínios do NJK? _____.
56. Acha que a política do governo atual melhora a vida no campo? Sim _____ . Não _____.
57. Que mudanças na Política econômica interferiu na vida e na sua produção no NJK? _____.
58. O turismo do Litoral Norte baiano mudou alguma coisa na sua propriedade ou produção? Foi positivas ou foi negativa? _____.

➤ **Vida familiar, interpenetração cultural e relações dentro e fora do Núcleo**

59. Há filhos participando da produção e da renda familiar? Sim _____. Não _____. Quantos? _____.
60. Aprendeu alguma técnica de cultivo com os japoneses? _____.
61. Adquiriu algum hábito (alimentar ou de vida) com os japoneses? _____.
62. Há membros da família casados com japoneses? _____.
63. As gerações mais novas da família se interessam em continuar o projeto agrícola familiar iniciado? _____.
64. Por que? _____.
65. Como é a atividade de lazer da família (considerar idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças)? _____.
66. É associado da Cooperativa? _____. Da Assoc. Japoneses? _____. Outra Associação? _____.
- Qual? _____.
- Qual a religião predominante na família? _____. Frequenta templo religioso? _____. Qual templo _____.

PARTE II

➤ **Organização do trabalho e Reprodução das Relações de trabalho**

67. Quem decide o trabalho da terra? _____.
68. Quantos da Família trabalham na terra? _____. Quantos trabalhadores contratados? _____.
69. Há trabalhadores vivendo na propriedade? Sim _____. Não _____. Quantos? _____.
70. De onde vem a mão-de-obra? _____.
71. Em que situação é contratada a mão-de-obra? Plantio _____. Colheita _____. Trato cultural _____
Limpeza de pasto _____. Outros _____. Quais? _____.
72. Quantos contratos permanentes?: _____. Quantos contrato Temporários? _____.
73. O contrato de trabalho: Carteira trabalho _____. Contrato verbal _____. Contrato assinado _____.
74. Formas de remuneração: Assalariados _____. Diarista: _____. Mensalista. _____. Outro: _____.
- Qual? _____.

➤ **Renda Familiar**

75. A produção da propriedade sustenta a família? Sim _____. Não _____.

76. Outra atividade entra na composição da renda familiar? _____. Qual é a atividade _____.

➤ **Produção**

77. Qual é a atividade predominante? **Lavoura** _____. Área _____. **Criação** _____. Área _____.

Área pastagem natural _____ . Área pastagem cultivada? _____.

A pastagem é para criação própria? Sim _____. Não _____. É para alugar? Sim _____. Não _____.

Agricultura		Área ocupada ha () Tar () 1ha = 2,5 tar	Quant. Prod. (unid. ____) Semanal () Mensal () Anual ()	Vende para quem	Observações
Flores					
Frutos					
Horticultura					
Beneficiado (kg)	Tofu				
	Polpa				

Criação		Área ocupada ha () Tar () 1ha = 2,5 tar	Quant. Prod. (unid. ____) Semanal () Mensal ()	Vende para quem	Observações
Bovino	Carne				
	Leite				
Suíno					
Aves					
Peixes					
Beneficiados (kg)	logurte				
	Queijo				

78. Assistência técnico-veterinária? Sim _____. Não _____. Caso positivo, qual? _____.

Preparo do terreno: Maquinário próprio Alugado De onde? _____ . Manual

Aragem Capina Capina e aragem Gradeamento

Comercialização

79. Possui ponto de venda da produção? Sim ____ Não ____ Onde é? _____ É pessoa Jurídica? _____.

80. Utiliza-se da rede Internet para venda dos seus produtos? Sim _____ Não _____.

81. Como transporta mercadoria? Carro próprio Da Cooperativa Da Prefeitura Do Revendedor

82. Comercializa hortifrutí e flores com os outros moradores do JK? Sim Não Compra? vende?

Se compra é para consumo próprio? Sim _____. Não _____. É para revenda? Sim _____

Pra quem revende? _____ . O que compra _____.

Se vende, para quem vende? _____ . O que vende? _____.

83. Maiores problemas que enfrenta na atualidade? _____.

➤ **Uso do solo e técnicas de produção**

84. Faz uso de adubos? Sim _____. Não _____. Orgânico _____. Químico _____. Outros _____

➤ **Crédito rural/ investimentos/ benfeitorias**

85. A família tem acesso ao crédito Rural? Sim _____. Não _____. Já utilizou quantas vezes? _____.

86. Crédito direto através do Banco ou da Cooperativa? _____.

87. Benfeitorias: Sede ___ Energia Elétrica ___ Usina beneficiamento ___ De que? ___ Poço artesiano ___
Garagem ___ Escritório ___ Armazém ___ Estábulo ___ Silo ___ Antena de TV ___ Cisterna ___
Granja ___ Câmara de refrigeração ___ Tanque reserva _____

➤ **Saúde**

88. Onde recorrem quando precisam de tratamento médico _____.

Anexo 6 - Roteiro de questionário para famílias japonesas do Núcleo JK

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Parte I

OBS.: Dados relativos à propriedade e ao proprietário. Questionário Número? _____.

Entrevistado: Nome _____ Local Nascimento _____ . Sexo: M () F (). Idade _____.

Proprietário? Sim () Não (). **Empregado?** Sim () Não () Não **Grau parentesco c/ imigrante:** _____.

Nome (s) emigrante (s) vindo (s) do Japão: _____.

Local de nascimento _____ Com que Idade veio? _____. Idade atual: _____.

É eleitor ativo? (_____) Inativo? (_____) . Município onde a família vota? _____.

Residência atual _____ . Fazenda _____ . Lote no _____. **Área (ha- tar)** _____.

Finalidade da propriedade: **Lazer** _____ . **Residência** _____ . **Produção Agropecuária** _____.

Total de familiares que residem no lote: _____. Sexo Masculino. _____ . Sexo Feminino _____.

Quantos moram fora do sítio? _____. São filhos casados? Sim _____. Não _____. Onde moram? _____.

➤ **Grau Instrução Chefe familiar Adquirida no Japão** _____. **Adquirida no Brasil** _____.

➤ **Grau de instrução dos membros da família**

A) Ensino infantil:

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

B) Ensino Fundamental

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

C) Ensino Médio

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

D) Ensino Superior

Quantos do Sexo Masculino? _____ Onde estudam? _____.

Quantos do Sexo Feminino? _____ Onde estudam? _____.

➤ **A emigração e o processo histórico de ocupação**

1. Outros parentes vindos do Japão? _____ . De que região? _____.

2. Quando veio para o Brasil o chefe familiar? _____ Como ? _____.

3. Porque deixou o Japão para vir para o Brasil? _____.

4. Veio só? _____ Com a Família? _____ Em grupo? _____.

5. Tinha a intenção de retornar logo para o Japão? _____.
6. Qual foi o primeiro lugar de chegada? _____.
7. Porque se decidiu vir e ficar em M. de S. João? _____.
8. Qual a primeira impressão ao chegar em M.S.J.? _____.
9. Quando adquiriu a propriedade no NJK? _____ Como? _____.

➤ **O assentamento**

10. Como foi a adaptação da família? _____.
11. Participou da construção de sua moradia? _____.
12. Quais primeiras dificuldades e como as superaram? _____.
13. Quais os primeiros produtos? _____.
14. Onde vendiam a produção? _____.
15. Como era o transporte? _____.

➤ **As transformações.**

16. Porque outras famílias japonesas não permaneceram no NJK e para onde se foram? _____.
17. A propriedade foi ampliada? _____.. Ou foi reduzida? _____.
18. Comprou terra de japonês que saiu do NJK? _____ Quando? _____.
19. Se ampliada, como reestruturou a produção? _____.
20. Algum filho casado adquiriu lote nos domínios do NJK? _____.
21. Acha que a política do governo atual melhora a vida no campo? Sim _____ Não _____.
22. Que mudanças na Política-econômica interferiram na vida, na propriedade e na sua produção no NJK?
_____.
23. O turismo do Litoral Norte baiano trouxe mudanças na sua propriedade e/ou na sua produção? _____.
Foram positivas ou negativas? _____.

➤ **Vida familiar, interpenetração cultural e relações dentro e fora do Núcleo**

24. Há filhos participando da produção e da renda familiar? Sim _____ Não _____ Quantos? _____.
25. Há membro da família casado com brasileiros? _____.
26. Como é a atividade de lazer da família (idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças)? _____.
27. É associado da Cooperativa? _____. Da Assoc. Japoneses? _____. Outra/ Associação? _____.
28. Qual? _____.
29. O que representa para a família a sua Associação?
30. Qual a religião predominante na família? _____. Frequenta templo religioso? _____. Qual templo? _____.

➤ **Organização do trabalho e Reprodução das Relações de trabalho**

31. Quem decide o trabalho da terra? _____.
32. Quantos da Família trabalham na terra: _____. Quantos trabalhadores contratados? _____.
33. Há trabalhadores vivendo na propriedade? Sim _____. Não _____. Quantos? _____.
34. De onde vem a mão-de-obra? _____.
35. Em que situação é contratada a mão-de-obra e para trabalhar no que? _____.
36. Quantos contratos permanentes?: _____. Quantos contratos Temporários? _____.
37. O contrato de trabalho: Careira trabalho _____. Contrato verbal _____. Contrato assinado _____.
38. Formas de remuneração: Assalariados _____. Diarista: _____. Mensalista. _____. Outro: _____. Qual? _____.

➤ **Renda Familiar**

39. A produção da propriedade sustenta a família? Sim _____. Não _____.
40. Outra atividade entra na composição da renda familiar? _____. Qual é a atividade? _____.

➤ **Produção:**

41. Qual é a atividade predominante? **Lavoura** _____. Área _____. **Criação** _____. Área _____.
 Área pastagem natural _____. Área pastagem cultivada? _____.
 A pastagem é para criação própria? Sim _____. Não _____. É para alugar? Sim _____. Não _____.

Produção Agrícola		Área ocupada ha () Tar () 1ha = 2,5 tar	Quant. Prod. (unid. ____) Semanal () Mensal () Anual ()	Vende para quem	Observações
Flores					
Frutos					
Horticultura					
Beneficiado (kg)					
Criação		Área ocupada ha () Tar () 1ha = 2,5 tar	Quant. Prod. (unid. ____) Semanal () Mensal () Anual ()	Vende para quem	Observações
Bovino					
Suíno					
Aves					
Peixes					
Beneficiados (kg)					
	Queijo				

Folha 4 de 4

42. Assistência técnico-veterinária? Sim _____. Não _____. Caso positivo qual? _____.
43. Preparo do terreno: a) Maquinário próprio Alugado De onde? _____ Manual
 Aragem Capina Capina e aragem Gradeamento

➤ **Comercialização**

44. Possui ponto de venda da produção? Sim ____ Não ____ Onde é? ____ É pessoa Jurídica? _____.
45. Utiliza-se da rede Internet para venda dos seus produtos? Sim _____ Não _____.
46. Como transporta mercadoria? Carro próprio Da Cooperativa Da Prefeitura Do evendedor
47. Comercializa hortifrutí e flores com os outros moradores do JK? Sim Não Compra? vende?
 Se compra é para consumo próprio? Sim _____. Não _____. É para revenda? Sim _____ Não _____.
 Pra quem revende? _____ O que compra _____.
 Se vende, para quem vende? _____ O que vende? _____.
48. Maiores problemas que enfrenta na atualidade? _____.

➤ **Uso do solo e técnicas de produção**

49. Faz uso de adubos? Sim _____. Não _____. Orgânico _____. Químico _____. Outros _____.

➤ **Crédito rural / investimentos/ benfeitorias**

50. A família tem acesso ao crédito Rural? Sim _____ Não _____ Já utilizou quantas vezes? _____.
51. Crédito direto através do Banco ou da Cooperativa? _____.
52. Benfeitorias: Sede Energia Elétrica Usina beneficiamento De que? ____ Poço artesiano
53. Garagem Escritório Armazém Estábulo Silo Antena de TV Cisterna
 Granja Câmara de refrigeração Tanque reserva

➤ **Saúde**

54. Onde recorre quando precisa de tratamento médico? _____.

Anexo 7 - Sitiantes entrevistados

Altamirando,
Antônio Silva Santos,
Antônio Souza Gomes,
Arlindo,
Benedita Nunes Guedes,
Cândido José de Souza,
Catiana Coutinho Santos,
Celina Chagas da Apresentação,
Chinichi Furuichi,
Deolino,
Eliana Moura Meneses,
Etsuo Fujikuro,
Eugênio José de Oliveira Neto,
Florisvaldo Souza Santos,
Fukuo Tsuzuki,
Genivaldo Oliveira,
Gerson do Carmo Souza,
Gilson Lima Ferreira,
Henryki Sierpinski,
Hiromasa Nakaharo,
Hiroshi Tomita,
Hizume Chinichi,
Jairo Moura da Silva,
João P. Guimarães Sacramento,
João Santana de Jesus,
Jorge Barbosa Nunes,
Adailton Sá,
José Alves Conceição,
José Augusto dos Santos,
José da Anunciação Nascimento,
José da Paz, Miguel Barreto,

José Emídio,
Joselito Dias de Freitas,
Junko Ishikawa,
Kiomitsu Nishiyama,
Kozo Ishii,
Luiz Marcelo Bastos Leite,
Manuel Delfino Santos Carvalho,
Maria Aparecida de Oliveira,
Maria de Fátima Nascimento Santos,
Maria de Jesus,
Maria Izabel,
Masayuki
Mischii Nishitani,
Nasiozeno Conceição,
Osanias Marcos dos Santos,
Patrícia Sales dos Santos,
Paulo Roberto Nunes Silva,
Pedro Jorge da Silva Pereira,
Renato Barreto Tavares,
Roque Evangelista de Almeida,
Rubem Maia Vilas Boas Pinto,
Seiichi Kiya,
Sérgio Moura Costa,
Severino Pinheiro da Silva,
Suishi Watanabi,
Tadao Sasaki,
Tomohide Takenami,
Vilma e irmãos,
Yukio Iseki,.